UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

“TUDO QUE A GENTE FAZ NA QUEBRADA É POLÍTICA”

Vida associativa nas bordas da cidade

Gilberto Geribola Moreno

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

“TUDO QUE A GENTE FAZ NA QUEBRADA É POLÍTICA”

Vida associativa nas bordas da cidade

Gilberto Geribola Moreno

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
como requisito parcial para a obtenção do título de
doutor em Educação.
Área de concentração: Sociologia da Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Marília Pontes Sposito

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
- 32
M843t Moreno, Gilberto Geribola
Tudo que a gente faz na quebrada é política : vida associativa nas bordas da cidade / Gilberto Geribola Moreno ; orientação Marília Pontes Sposito. São Paulo : s.n., 2014. 229 p.
- Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Sociologia da Educação) -- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).
1. Ações – Aspectos políticos 2. Associativismo 3. Gerações 4. Jovens 5. Política 6. Periferia 7. Crime organizado 8. Sociologia educacional I. Sposito, Marília Pontes, orient.
-

Nome: Gilberto Geribola Moreno

Título: “TUDO QUE A GENTE FAZ NA QUEBRADA É POLÍTICA”: vida associativa nas bordas da cidade.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marília Pontes Sposito (orientadora).

Instituição: Universidade de São Paulo (USP).

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira.

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Baixada Santista

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Kimi Tomizaki.

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo Carrano.

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

São Paulo, 2014

A Cristiane Checchia
Na Pont des Arts prendemos um cadeado.

A Rafael Checchia Moreno
Por seu deslumbramento com a vida.

A Manuela Checchia Moreno
Por seus olhinhos de um azul infinito.

Agradecimentos

Agradeço a Prof. Dr. Marília Pontes Sposito pela orientação deste trabalho e pelo frutífero convívio intelectual dos últimos sete anos.

Aos professores Júlio Assis Simão e Kimi Tomizaki pelos comentários e sugestões ao meu relatório de qualificação que enriqueceram minhas reflexões.

Ao professor José Guilherme Cantor Magnani sempre inspirador de minhas incursões etnográficas ao campo.

Aos professores Jean Jacques Schaller e Izabel Galvão pela recepção e acolhida durante meu período de estágio em Paris.

Ao Prof. Danilo Martuccelli da Université Paris Descartes por se dispor a ler meu relatório de qualificação e comentá-lo quando de minha estadia em Paris.

A todos os amigos e amigas do LABNAU pelos debates, compartilhamento de textos e discussões sobre a vida na metrópole.

Aos amigos e amigas do Grupo de Estudos sobre Temas de Sociologia da Educação (GETESE) pelas discussões sempre instigadoras.

Aos amigos Pedro Rocha, Paulo Mendonça Junior, Tareq Alhessi, Nádia Fujiko Luna Kubota e todos aqueles com os quais compartilhei meus dias em Paris pelo companheirismo e alegria.

Um agradecimento especial aos amigos Carlos Riquetti e Fernando Magalhães de Andrade que muito contribuíram para sanar minhas dificuldades ao longo deste e de outros trabalhos.

Aos militantes e membros das associações que frequentei durante meu trabalho de campo, pela cordialidade e paciência com que me receberam, meu mais sincero muito obrigado.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de doutoramento sem a qual esse trabalho não seria possível.

Ao conselho de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche.

MORENO, G.G. “TUDO QUE A GENTE FAZ NA QUEBRADA É POLÍTICA”: vida associativa nas bordas da cidade. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa sobre a vida associativa nas periferias da cidade de São Paulo. Tem como problema de investigação as possíveis linhas de continuidade e ruptura nas formas de ação coletiva desenvolvidas por diferentes gerações. A pesquisa se realizou por meio de uma etnografia multi-localizada abordando cinco espaços associativos. Esse conjunto de espaços abrangeu grupos representativos das formas de vida associativa dos anos 1970/80 até manifestações mais recentes do associativismo popular. A etnografia apontou que os atores sociais caracterizam as diferentes formas da vida associativa como uma ação política. Seguindo essa perspectiva, foi possível constatar duas temporalidades políticas experimentadas pelos moradores das periferias: uma que se refere à política institucional e outra que diz respeito às ações realizadas no território. Detectaram-se diferentes dimensões do associativismo que perpassam o universo da política por um lado e, por outro, estão relacionadas à esfera da vida afetiva de seus membros. Ao acompanhar as ações de jovens militantes em um espaço marcado pela presença do crime, constatou-se que a vida associativa e a ação coletiva não sucumbiram às injunções do crime organizado sobre determinados espaços periféricos. Por fim, observou-se o acionamento da memória coletiva como um elemento de legitimação para a ação política de grupos juvenis de militantes. Observou-se que a política é uma categoria mobilizada pelos atores sociais segundo suas próprias representações do universo político, constituindo-se um elemento importante para a compreensão das configurações sociais e das dinâmicas associativas das periferias. Respondendo à pergunta inicial da pesquisa, evidenciou-se que há um conjunto de ações e práticas políticas desenvolvidas atualmente que estão em linha de continuidade com as ações realizadas em outros períodos da história da vida associativa na cidade de São Paulo. Por outro lado percebem-se, também, alguns elementos que estão em ruptura com as anteriores formas de ação coletiva. Conclui-se que no universo da política, tal como ele é compreendido pelos moradores e militantes das periferias, o desenvolvimento das ações orienta-se por meio de lógicas de diferenciação e integração que articulam elementos de continuidade com outros que expressam rupturas nas práticas associativas desenvolvidas nos diferentes espaços.

Palavras chave: ação coletiva, associativismo, gerações, jovens, política, periferia.

Abstract

This work is the result of a survey on associational life in the outskirts of São Paulo. Its focus is to research possible lines of continuity and rupture in the forms of collective action developed by different generations. The research was performed through a multi located ethnography addressing five associational spaces. This set of spaces comprehended groups that represent forms of associational life from the 70s and 80s to more recent expressions of popular association groups. The ethnography pointed out that social actors characterize the different forms of associational life as a political action. Following this perspective, there has been two political temporality experienced by residents of the outskirts: one, that refers to institutional policy and a second one concerning the actions held in the territory. Different dimensions of association have been detected permeating the universe of politics and, at the same time, relating to the affective sphere of its members' lives. To monitor the actions of young militants in a space marked by the presence of crime, it was found that associational life and collective action did not succumb to the dictates of organized crime in certain outlying areas. Finally, we observed the activation of collective memory as a legitimization element for the political action carried out by militant youth groups. It was observed that politics is a category mobilized by social actors according to their own representations of the political universe, becoming an important tool for understanding social settings and the associational dynamics of the peripheries. Responding to the initial research question, it became evident that there is a set of actions and political practices that are currently developed in continuity with the actions taken in other periods of history of associational life in São Paulo. On the other hand, we also found elements that are disconnected from the previous forms of collective action. We concluded that in the universe of politics, as it is understood by local residents and activists of the peripheric areas, the development of actions is guided by differentiation and integration logics that articulate elements of continuity with other elements that express breaks in the associative practices developed in the different spaces.

Keywords: collective action, association, generations, youth, politics, outskirts.

Résumé

Ce travail est le résultat d'une recherche sur la vie associative dans les banlieues de la ville de São Paulo. Son problème d'investigation sont les possibles lignes de suite et rupture dans les formes d'action collective développées par des générations différentes. La recherche a été réalisée par moyen d'une ethnographie multi localisée en abordant cinq espaces associatifs. Cet ensemble d'espaces a renfermé de groupes représentatifs des formes de vie associative des années 1970/80 jusqu'aux manifestations plus récentes de l'associativisme populaire.

L'ethnographie a montré que les acteurs sociaux caractérisent les différentes façons de vie associative comme une action politique. Selon cette perspective, il a été possible vérifier deux temporalités politiques essayées par les habitants des banlieues : une qui fait référence à la politique institutionnel et l'autre qui correspond aux actions réalisées dans le territoire. On a détecté des différentes dimensions de l'associativisme qui traversent l'univers de la politique d'une part et, d'autre part, ils sont rapportés à la sphère de la vie affective de leurs membres.

Quand on suit les actions de jeunes militants dans un espace signalé par la présence du crime, on a vérifié que la vie associative et l'action collective n'ont pas succombé aux impositions du crime organisé sur certains espaces périphériques. Enfin, on a observé le traitement de la mémoire collective comme un élément de légitimation pour l'action politique de groupes de jeunes militants. On a remarqué que la politique est une catégorie mobilisée par des acteurs sociaux selon leurs propres représentations de l'univers politique, qui se forme un élément important à la compréhension des configurations sociales et des dynamiques associatives des banlieues. Comme réponse à la question initiale de la recherche, il s'est avéré qu'il y a un ensemble d'actions et de pratiques politiques développées actuellement qui sont dans la ligne de suite avec les actions réalisées dans d'autres périodes de l'histoire de la vie associative à la ville de São Paulo. D'autre part, on remarque aussi quelques éléments qui sont en rupture avec les formes antérieures d'action collective. Il est fini que dans l'univers de la politique, tellement qu'il est compris par les habitants et militants des banlieues, le développement des actions se guide par moyen de logiques de différenciation et d'intégration qui articulent des éléments de suite avec les autres qui expriment des ruptures dans les pratiques associatives développées dans des différents espaces.

Mots-clés: action collective, associativisme, générations, jeunes, politique, banlieue

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Relógio de Areia p.24

LISTA DE SIGLAS:

Espaços Associativos:

AML - Associação Mulheres em Luta

SA - Sarau do Alfredo

SSJO - Sociedade São José Operário

AUVZ - Associação Unidos da Vila Zita

AVC - Associação Vila Conceição

Partidos políticos:

PT – Partido dos Trabalhadores

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

DEM - Democratas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Outras

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

ProUni - Programa Universidade Para Todos

SESC - Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

Apresentação 13

Capítulo I - Das artes e artimanhas da pesquisa 16

- Construindo o objeto de pesquisa 23
- Definindo o campo 29
- Modos de fazer: entrando em campo 31
- Sociedade São José Operário 32
- Associação Mulheres em Luta 36
- Associação Vila Conceição 38
- Sarau do Alfredo 39
- Associação Comunitária Unidos da Vila Zita 42
- Fechando o circuito 45
- Tensões e disjunções em campo 46
- Saída de campo 49

Capítulo II - Periferias: território e ação coletiva 51

- Política e representação do espaço 69

Capítulo III - A política e seus tempos 75

- Política 75
- Tempos e percepções da política 83
- Política e política: divergências e confluências 86

Capítulo IV - A política como prática 96

- Práticas políticas 96
- Dimensões da participação na vida associativa e suas tensões 103
- Militantes e militanismos 120

Capítulo V - Memória, experiência e socialidade política 124

Capítulo VI - Territórios ambivalentes 145

- Militantes, irmãos e cabos eleitorais 145

Capítulo VII - Política, performance e drama social 174

- “Lembrar os mortos para celebrar a vida” 175
- Reuniões, performance e dissenso 187
- O Sarau do Alfredo Vive 194

Considerações finais 204

Bibliografia 220

E, observando mais atentamente a história, tão curta, dos movimentos sociais contemporâneos, talvez seja útil não pensar em rupturas causadas por mudanças no sistema de governo, mas procurar as continuidades (sem esquecer as diferenças) a partir do discurso dos próprios grupos organizados e de suas práticas.

Ruth Cardoso

APRESENTAÇÃO

Passados quatro anos desde meu ingresso no doutorado, chegou o momento de me voltar a estas que são as últimas linhas a serem escritas nesta tese. De início, vale pontuar que o trabalho que se apresenta condensa um percurso de pesquisa, mas não encerra em si mesmo toda a trajetória.

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a vida associativa nas periferias da cidade de São Paulo. Trata-se de uma etnografia que procurou deslindar diferentes dimensões do associativismo popular tendo como foco as possíveis linhas de continuidade e rupturas entre as práticas associativas geradas no presente e aquelas desenvolvidas pelos moradores em anos anteriores, mormente nos anos 1970/80. O trabalho abrangeu cinco espaços associativos durante três anos, selecionados segundo suas características e representação de diferentes formas de participação popular. Nesse período eu acompanhei os participantes desses espaços em suas práticas políticas, enfatizando as relações entre as diferentes gerações no interior dos espaços associativos, dedicando especial atenção aos grupos de jovens militantes.

O resultado desse percurso de pesquisa segue nas próximas páginas, dividido em oito capítulos. No primeiro apresento as inquietações que originaram essa pesquisa. Trata-se de um capítulo introdutório no qual a pesquisa é deslindada pontuando para o leitor a trajetória desenvolvida na elaboração e realização deste trabalho. Apresento os referenciais teóricos e metodológicos apontando a opção pela etnografia multi-localizada como recurso para o trabalho de campo. Nesse capítulo aponto, ainda, os espaços associativos nos quais desenvolvi a investigação e algumas dificuldades enfrentadas em campo.

No segundo capítulo faço um breve balanço da produção acadêmica sobre as periferias e as mutações conceituais que sofreu o conceito, sem, no entanto, abordar toda a produção e optando por reunir os trabalhos em torno de temas de pesquisa e não por área ou campo de estudos. Por fim, embora não seja meu objeto de investigação, apresento algumas categorias nativas sobre o espaço que podem estimular novas incursões a campo.

Discutir a política e suas distintas temporalidades a partir dos referenciais dos próprios atores é o objetivo do terceiro capítulo. Nele discuto, também, algumas características da política amparado em autores como Hanna Arendt e Jacques Rancière para

me posicionar acerca da importância de uma etnografia da política como uma tentativa de compreender como os cidadãos compreendem e atuam nesse universo.

No quarto capítulo apresento certas práticas políticas desenvolvidas pelos membros das associações e algumas dimensões que dão sentido à ação coletiva desenvolvida por esses atores. Essas dimensões perpassam a esfera propriamente política, como também as dimensões de ordem afetiva.

Apresento, no capítulo cinco, uma discussão acerca da memória compreendendo-a como um elemento constitutivo da ação coletiva e da vida associativa articulada à dimensão das relações intergeracionais. Nele discuto, ainda, que o acionamento da memória por parte das novas gerações de militantes é um componente importante na constituição de legitimidades políticas ao mesmo tempo em que pode ser, também, um elemento de controle da ação dos novos grupos geracionais.

No sexto capítulo apresento alguns relatos situacionais de uma associação com alguma aproximação ao mundo do crime e a ação desenvolvida nesse espaço por um grupo de jovens militantes que não pertencem a esse espaço. Estes jovens organizaram um sarau nessa entidade instituindo um discurso diferenciado daquela corrente entre seus frequentadores. Ao acompanhar a intervenção dos jovens militantes eu pude apontar certas ambivalências e ambiguidades nas práticas políticas desenvolvidas em meu ambiente de pesquisa.

No sétimo capítulo abordo três acontecimentos desenvolvidos por diferentes espaços associativos apresentando-os como performances marcadas por forte elemento de drama social. Nessas etnografias percebem-se ações que reforçam os laços sociais de pertencimento desses grupos e a assunção de uma identificação local.

Nas considerações finais apresento uma breve etnografia de um encontro político no qual diferentes grupos de matizes ideólogos distintos entram em relação disputando cargos para os conselhos participativos das subprefeituras. Esse evento reitera algumas de minhas conclusões sobre as formas e as dinâmicas da vida associativa e me permite encerrar esse trabalho com um balanço da etnografia destacando algumas linhas de continuidade presentes em certas práticas políticas desenvolvidas na região. Ao mesmo tempo, permite perceber que os grupos juvenis voltam-se para outras formas de participação política.

Cabe ainda dizer que ao longo desse trabalho apresentarei alguns atores que são ligados a partidos políticos. Contudo, não especificarei o partido de pertencimento para garantir, com maior segurança, o anonimato de meus interlocutores. Toda vez que for me

referir a essa característica de um ator adotarei a expressão “espectro das esquerdas” ou “campo das esquerdas” para fazer alusão a um conjunto de partidos composto por PT, PCdoB, PSTU, PSOL e adotarei “espectro conservador” ou “campo conservador” para o conjunto composto pelos partidos DEM, PMDB, PP, PTB. Reconheço que essas expressões padecem de certa imprecisão, mas foi o recurso que me ocorreu para apontar o pertencimento de determinados atores, sem, contudo, facilitar sua identificação. Ao mesmo tempo, admito certa dificuldade de circunscrever com precisão os elementos que permitem aglutinar esses partidos em um mesmo bloco, contudo, ao reuni-los sob essas expressões permito ao leitor localizar o campo ideológico de atuação dos agentes.

Ao fazer referências aos atores que atuam nos espaços associativos indicarei entre parênteses a idade, acompanhada da sigla indicativa da associação de pertencimento. Os nomes dos atores e dos espaços associativos estão alterados na escrita da tese com o intuito de preservar-lhes o anonimato. Contudo, as idades estão corretas segundo declaração dos atores e as siglas correspondentes aos espaços mantêm coerência com a entidade original, no sentido de sinalizar o tipo de associação e suas possíveis conexões. Acredito que com essa indicação o leitor possa se situar quanto ao grupo de idade do depoente e seu pertencimento associativo. Ao mesmo tempo, ao sinalizar com uma sigla a associação onde o ator exerce sua ação, eu evito recorrências no texto. As indicações referentes a essas siglas encontram-se nas páginas pré-textuais deste trabalho.

Depois de experimentar esses anos de idas e vindas à periferia da cidade, são numerosos os agentes, os espaços, os movimentos e as manifestações com os quais estabeleci diferentes níveis de relações que permitiram que eu percebesse toda uma inventividade, as táticas e as astúcias políticas que perpassam a vida nas periferias. Ao finalizar esta pesquisa percebo, pelos dados de minha investigação, mas, também, pelos acontecimentos de maior visibilidade, que um campo de possibilidades está aberto para novos estudos acerca da ação coletiva.

Ao abordar a vida associativa, acredito que esta pesquisa insere-se no esforço de compreensão dos processos históricos e coletivos de desenvolvimento de uma esfera pública e da construção de um mundo comum por meio da ação coletiva e da política exercidas pelos setores das camadas populares.

CAPÍTULO I

Das artes e artimanhas da pesquisa

“Fabrico um elefante
 de meus poucos recursos.
 Um tanto de madeira
 tirado a velhos móveis
 talvez lhe dê apoio.
 E o encho de algodão,
 de paina, de doçura.
 A cola vai fixar
 suas orelhas pensas.
 A tromba se enovela,
 é a parte mais feliz
 de sua arquitetura.
 Mas há também as presas,
 dessa matéria pura
 que não sei figurar.
 Tão alva essa riqueza
 a espojar-se nos circos
 sem perda ou corrupção.
 E há por fim os olhos,
 onde se deposita
 a parte do elefante
 mais fluida e permanente,
 lheia a toda fraude.
 (...)”

O Elefante

Carlos Drummond de Andrade

Neste capítulo tenho por objetivo, em um primeiro momento, apresentar a elaboração e o desenvolvimento conceitual e metodológico da pesquisa. Delineio as inquietações que me incitaram a buscar o tema deste trabalho; as perspectivas de estudo que motivaram a investigação; as escolhas teóricas e metodológicas que tornaram possível a realização da tese. Em um segundo momento, apresento a entrada em campo passando por sucinta descrição das associações que acompanhei durante a pesquisa e, finalizando, discuto a saída de campo como um momento importante especificamente desta etnografia e quiçá um problema de pesquisa para a antropologia urbana de maneira geral.

Escrito depois de todo o trabalho de campo ter sido realizado, este capítulo de apresentação das artes e modos de se fazer a pesquisa poderia correr o risco de ser um texto inverossímil se descrevesse a trajetória pela qual se efetivou a pesquisa de maneira linear e sem sobressaltos. A realidade da investigação não é bem assim. Sabe-se que muitas vezes o percurso pelo qual se vai desenvolvendo uma pesquisa é trilhado às apalpadelas, marcado pela incerteza e por momentos de grandes hesitações. Como um artesão modela sua argila, o escultor impõe uma forma ao metal bruto, o pintor cria sobre o branco da tela, o etnógrafo

reúne seu material, ausculta seu caderno de campo, percebe elementos em entrevistas, observa os discursos de seus pares e constrói seu objeto tal como na epígrafe acima o poeta constrói seu elefante.

É sobre os passos dessa construção que vou tratar aqui ao modo de quem algumas vezes hesitou, ora avançou, ora retrocedeu, e às apalpadelas caminhou com segurança por algumas vias e com incerteza por outras, ciente de que onde há aparente indefinição entre as fronteiras, onde as estruturas se mostram borradas, pode-se gestar o precário e até mesmo o atroz, mas também pode-se estar abrindo um campo de possibilidades para a gestação de novas e possivelmente inovadoras formas de se viver em sociedade.

A conformação inicial desta pesquisa foi se desenvolvendo por um lado de maneira puramente empírica e de certa forma até mesmo prosaica: por minhas deambulações pelas periferias da cidade de São Paulo, seja visitando familiares nos extremos da zona leste, seja participando de eventos relacionados à minha pesquisa de mestrado na zona sul. Estas idas às periferias permitiram que mesmo antes de começar propriamente o trabalho de campo desta pesquisa, sempre acompanhado de um caderno, eu pudesse registrar algumas impressões. Nada ainda objetivamente sistematizado, mas, pelo contrário, esses registros eram impressões que passavam apenas pelo estranhamento, pelo trivial e o inusitado. Não se tratava ainda do “velho e bom caderno de campo” (MAGNANI, 1997) no qual o etnógrafo registra e de certa maneira tenta sistematizar informações. Esse caderno inicial estava mais próximo de um bloco de anotações no qual eu registrava minhas diferentes impressões. No entanto, essas anotações foram cruciais e serviram para orientar minha busca pelas associações que acompanhei e para estabelecer alguns contatos com pessoas das regiões que eu procurei após a definição do objeto de pesquisa.

As anotações oriundas de minhas deambulações serviram, também, para estabelecer algumas inquietações acerca da literatura das ciências sociais sobre as periferias. Assim, a partir de uma visada sobre a literatura dedicada a discutir a cidade de São Paulo e em particular suas periferias e a vida associativa das camadas populares, eu pude cotejar essa produção com as minhas impressões sobre as periferias e, em especial, a perspectiva que alguns atores nativos têm sobre a cidade. Desse cotejamento nasceu a indagação sobre as possíveis linhas de continuidades ou rupturas nas formas de ação coletiva dos atuais participantes dos diferentes espaços associativos presentes nas periferias da cidade.

A partir dos anos 1950 a cidade de São Paulo inicia seu crescimento através do processo de expansão de suas periferias. No tocante às formas de associativismo popular, observa-se nesse período o surgimento das Sociedades Amigos de Bairro (SABs), entidades

voltadas exclusivamente para a ação política localizada no interior dos bairros populares. Estas se formaram, de modo geral, ligadas a políticos com perspectivas ideológicas que os aproximavam do jânismo, forma populista de ação no campo da política disseminada pelo ex-presidente Jânio Quadros. Esse político paulistano investiu um considerável capital político sobre essas entidades e seus associados. Por meio de sua relação com as SABs, Jânio teve uma carreira meteórica na política paulista, indo de vereador a governador do estado, passando pela prefeitura, em curto período de tempo. Sposito (1992) e Moisés (1978) apontam ainda na constituição das SABs a experiência de organização da Sociedade Amigos da Cidade, de perfil liberal, fundada em 1934, e dos Centros Democráticos Populares (CDP), organizados com o apoio do Partido Comunista, visando ao desenvolvimento de uma tradição de lutas populares nos bairros (SPOSITO, 1992, p. 182). Evidencia-se, a partir da literatura sobre o tema, que as SABs foram a forma proeminente de mediação política entre as populações das periferias e o Estado no período da democracia populista dos anos 1945/1964 (MOISÉS, 1978; SPOSITO, 1992; GOHN, 1982).

O período autoritário (1964-1985) trouxe muitas dificuldades para os associativismos populares de modo geral e, em especial, para as SABs, que tinham uma relação umbilical com o aparelho de Estado no encaminhamento das demandas populares. Em vista das dificuldades de atuação política e do esvaziamento dos locais de reunião e associativismos populares, as SABs acabaram por se transformar em espaços de entretenimento e lazer para as camadas populares. Concomitantemente se transmutaram no principal instrumento de relação do Estado com a população moradora das periferias por meio de um processo de esvaziamento de qualquer conteúdo político contestatório ao regime (GOHN, 1982).

Com a acentuação do processo de expansão da cidade nos anos 1970/1980 e o consequente acirramento da ocupação do solo em regiões afastadas do centro, observa-se o recrudescimento das lutas populares por melhorias urbanas. Desde a luta pela legalização de loteamentos clandestinos passando pelas que reivindicavam luz, esgoto, água encanada, há uma grande mobilização popular na cidade. Nesse período assiste-se a uma acentuada presença da ação política da Igreja Católica e à emergência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) auxiliando a organização dessas lutas sociais. Segundo a expressão de Sader (1988) ocorre nesse período a entrada em cena de novos atores sociais que, além de lutarem por melhorias urbanas, questionaram o modelo político-econômico implantado no país pelo golpe de 1964. Alguns desses movimentos ganharam notoriedade, extrapolaram a dimensão apenas do bairro e alcançaram projeção no cenário nacional. Por exemplo, o movimento

contra o custo de vida no fim dos anos 1970. A intensa vida associativa daqueles anos parece ter sucumbido às lógicas sociais que a ela se sobrepuseram nos anos subsequentes, de modo que se observou nas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos das ciências sociais um refluxo da ação coletiva a partir dos anos 1990. Assim vivenciou-se, em conjunto com o processo de democratização do sistema político, certa fragmentação da ação coletiva e dos movimentos sociais. Estes entram em uma nova fase assumindo papéis distintos e, muitas vezes, lugar de destaque na interlocução com os governos, inclusive com alguns de seus membros ocupando postos no âmbito do Estado. Dagnino (2004, p. 198) aponta, nesse momento, uma crise discursiva nos movimentos sociais que têm que se posicionar no campo das disputas políticas, mas, também, pelos significados e novos referenciais políticos como participação, cidadania, sociedade civil, democracia etc.

Ao mesmo tempo, na esfera da sociedade civil, as organizações não governamentais (ONGs) ganham relevância e passam a ocupar alguns espaços de ação na sociedade civil que eram anteriormente dos movimentos sociais. Essas entidades trazem para a cena política novas demandas e características distintas para a agenda da luta política desenvolvida na cidade. A emergência das ONGs no cenário social estabelece uma nova relação entre o Estado e a esfera pública da sociedade civil. O quadro associativo das camadas populares ganha complexidade com a entrada de outros agentes e o estabelecimento de novas relações político-sociais. Segundo Gohn (2010, pp. 39-40) nessa nova configuração os atores sociais que protagonizam ações coletivas na sociedade civil podem ser divididos em quatro sujeitos: “os movimentos sociais (...); as ONGs articuladas ao terceiro setor (...); os fóruns, plenárias e articulações nacionais e transnacionais; os conselhos gestores de projetos, programas ou políticas sociais”.

Em outra perspectiva de análise, Telles (2006) e Feltran (2008) vêm apontando que novos agentes sociais têm ocupado a cena urbana na cidade de São Paulo, sobretudo nas periferias, estabelecendo novas dinâmicas nas relações sociais que se configuram pelo esgarçamento da cultura operária e pela diluição de uma ética embasada no sonho de ascensão social pelo trabalho em conjugação com projetos familiares de mobilidade social acompanhados da conquista de diplomas escolares. Nesse cenário, observa-se uma geração de jovens que seriam socializados em um ambiente de precarização das relações de trabalho, com a perspectiva do trabalho incerto ou da impossibilidade de inserção no mundo do trabalho. Novas formas de relações sociais teriam emergido, orientando-se em certa zona de sombra e com algumas porosidades entre os mundos das atividades lícitas/ilícitas, legais/ilegais e formais/informais (TELLES, 2006).

Diante desse quadro, os autores apontam uma forte presença do crime e do crime organizado na cidade, sobretudo no período pós-2001, quando o Primeiro Comando da Capital (PCC) ganhou visibilidade pública a partir de uma megarrebelião nos presídios do estado de São Paulo. Em 2006, em uma nova ação, na qual vários policiais foram mortos e algumas dezenas de ônibus incendiados, o PCC voltou à cena pública amedrontando os moradores da cidade. É consensual, nas pesquisas sobre a periferia da cidade de São Paulo, a presença desse novo ator social denominado genericamente como *o crime* e com o qual os demais atores sociais estabeleceriam alguma forma de relacionamento, nem sempre pacífica.

Dentro desse cenário observa-se, ainda, a emergência e consolidação de uma série de experiências de coletivos culturais cujo objetivo é produzir e difundir a produção cultural daqueles que moram nas periferias. Nesse grupo encontram-se, nos anos 1990, as expressões orientadas pela estética do hip hop cujo maior expoente é o grupo Racionais MC's.¹ Nos anos 2000 emergem as manifestações literárias, tais como os saraus periféricos abordados por Nascimento (2006; 2011) e Liliane (2008). Há também grupos de produção cinematográfica discutidos por Hikiji (2013) e Aderaldo (2013), entre outros coletivos voltados às expressões artísticas e diferentes produções das artes plásticas. Essa safra de trabalhos acadêmicos aponta para a emergência e consolidação de outras formas de ação nas periferias que enfatizam o caráter positivo do pertencimento ao território e a valorização de sua produção nos diferentes campos da cultura.

Diante desse quadro cabe perguntar: os movimentos sociais e a intensa mobilização popular dos anos 1970/80 poderiam desaparecer sem deixar vestígios, saberes, memória? Não haveria linhas de continuidade entre o passado de lutas e as ações engendradas pelos novos atores sociais das periferias? Poderiam os movimentos sociais ter caído no esquecimento sem deixar heranças para as novas gerações envolvidas com práticas de ação coletiva? Ou, ao contrário, haveria uma ruptura entre o passado e o presente que inviabilizaria pensar em linhas de continuidade entre as lutas políticas daqueles anos e as que se desenvolvem atualmente na cidade? Seria possível observar a presença de uma cultura política consubstanciada pela transmissão da experiência advinda da participação e história dos movimentos sociais? Diante da atual configuração social e política das periferias, que papel os jovens desempenham nos diferentes espaços associativos?

Esta tese é o resultado final da pesquisa que nasceu dessas inquietações. Para sua realização apoiei-me em algumas premissas e fui construindo ao longo do trabalho os eixos

¹ A esse respeito ver Sposito (1994); Guasco (2001) entre outros.

norteadores que definiram seu arcabouço teórico, bem como as opções metodológicas e o campo empírico de investigação que viabilizaram a realização do trabalho de campo.

Fundamentalmente, trata-se de um estudo sobre a ação coletiva nas periferias da cidade de São Paulo, e, mais especificamente, sobre as formas pelas quais essa noção se efetiva por meio da participação dos moradores em diferentes espaços associativos. Baseando-me na premissa da centralidade da cidade como espaço de disputas e lutas políticas, compreendo por ação coletiva o conjunto de práticas políticas e interações sociais que os moradores da cidade desenvolvem por meio da cooperação ou da competição com outros coletivos com vistas à apropriação material ou simbólica, construção e consolidação de seus territórios. Seguindo a definição de Cefai (2007, p. 8) pode-se afirmar que “o conceito de ação coletiva se refere a toda tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, por indivíduos que procuram atingir um objetivo compartilhado, dentro de contextos de cooperação e de competição com outros atores coletivos”.

Particularizando o debate e definindo o campo empírico de investigação das possíveis manifestações de transmissão de uma experiência política entre os participantes das diversas formas de associativismos na periferia, busca-se trabalhar nessas reflexões com a noção de território, procurando compreender as distinções que a categoria de periferia não abarca por ser generalizante. A delimitação do território é um elemento importante para a análise das relações intergeracionais, sobretudo quando se trata dos movimentos sociais e dos associativismos populares.

Define-se uma noção de território tendo em vista que as relações sociais estabelecidas entre os atores se dão em torno de questões relacionadas à vida no bairro, suas demandas e peculiaridades históricas, sociais e simbólicas. Nesse sentido, o território é compreendido não apenas como um espaço, mas como um código-território. Ou seja, aquele espaço que apresenta alguma delimitação geográfica e administrativa e pelo qual circulam pessoas, códigos, signos e significados. Segundo Perlongher “a noção de territorialidade deve ser entendida não apenas no espaço físico – ainda que este seja importante, já que delimita as difusas fronteiras do gueto – mas o próprio espaço do código” (1987, p. 152).² Nessa perspectiva, os códigos e símbolos se estabelecem como algo relacional ao território, de modo que não se consubstanciam identidades definidas e conscientes a priori, mas a partir de uma configuração código-território (idem, p. 152) que se desenvolve por meio da circulação pelos espaços e da apropriação, pelos agentes, dos códigos reinantes em cada cena. “A opção pela

² Desenvolvi esse tema em “Novinhas, malandras e cachorras”, *Ponto Urbe*, n. 09.

territorialidade em detrimento da identidade coloca em cena certa fragmentação ou segmentaridade do sujeito [...] que seria preciso recuperar liberando-a do seu ranço moralista [...]” (idem, p. 154) ou, para usar outros termos, liberando-a de quaisquer essencialismos ou categorizações apriorísticas e generalizantes que podem em alguns casos obliterar a compreensão das lógicas que mobilizam os atores participantes dos espaços associativos. Essa perspectiva possibilita evitar a mitificação dos movimentos sociais dos anos 1970/80, algo que se mostrava bastante tentador no início da pesquisa, dado o caráter político e a importância desses movimentos na história da cidade.

Na tentativa de circunscrever o problema da ação coletiva, considero alguns espaços associativos bem como a atuação de alguns atores nesses espaços como os elementos que possibilitam se aproximar empiricamente dessa noção sociológica e observá-la enquanto uma prática desenvolvida pelos atores sociais.

Parece-me que é preciso fazer esse recorte, uma vez que para perseguir etnograficamente a categoria de ação coletiva se faz necessário delimitar um campo de investigação empírica onde a ação ou um conjunto de ações se realizem a partir da iniciativa e interação dos atores. Nesse sentido, me apoio na definição de Becker (1977) segundo a qual:

As ações coletivas e os acontecimentos que elas produzem são as unidades básicas de investigação sociológica. A organização social consiste no caso específico em que as mesmas pessoas atuam em conjunto para produzir uma variedade de eventos diferentes de maneira recorrente. A organização social (e seus cognatos) não são somente conceitos, então, mas também descobertas empíricas (p. 222).

Nesse ponto é preciso ressaltar que, embora sejam categorias que se referem a fenômenos diferentes, ao trabalhar sobre o tema da vida associativa algumas vezes recorrerei às expressões movimento, ação política ou prática política para designar atividades no âmbito e a partir dos espaços associativos que dizem respeito à ação coletiva desenvolvida pelos atores. Espero com isso, por uma questão estilística, evitar a reiteração excessiva do termo ação coletiva ao longo do texto. Ao mesmo tempo, acredito que para efeito de escrita essas categorias tenham uma maior capacidade descritiva das ações desenvolvidas e das práticas que são acionadas pelos indivíduos e grupos. Nesse sentido, ao longo desta tese, essas noções serão usadas para se referir a fenômenos que guardam entre si diferentes graus de similaridades.

Construindo o objeto de pesquisa

Após o primeiro momento de deambulações, importante para a definição de algumas premissas para o trabalho, pode-se dizer, de maneira mais apropriada, que se efetivou de fato esta pesquisa. Segui cotejando a literatura sociológica com minhas impressões e as manifestações que ouvia dos cidadãos. Contudo, nesse segundo período, o caminhar pelas periferias já se fazia de modo mais organizado, atento, contando com algum planejamento e imbuído de senso investigativo. Diferentemente, portanto, daquele caminhar inicial cujo objetivo era o de colher impressões ou, também, do caminhar despreocupado do passante habitual ou do morador (MAGNANI, 1996).

O anseio de compreender as linhas de continuidades e rupturas na vida associativa dos moradores das periferias me levou a trabalhar com a categoria de gerações de modo a perceber, a partir das referências das diferentes gerações de militantes, a persistência ou a ausência de determinadas práticas políticas associadas à ação coletiva dos moradores participantes das associações. Assim, a noção de gerações é um dos eixos norteadores desta pesquisa, embora eu não vise neste trabalho delimitar as coortes geracionais e estabelecer os elementos que são mais ou menos transmitidos entre as gerações, objetivo de alguns trabalhos no campo dos estudos geracionais. Meu propósito é tomar o conceito de gerações como um marcador social para poder pensar as diferentes relações políticas que se dão nos territórios das periferias, tendo por ideia norteadora da compreensão das relações intergeracionais a noção de “contemporaneidade dos não contemporâneos” desenvolvida por Mannheim (1993).³ Pode-se dizer que se trata, de um lado, de observar o processo pelo qual se estabelecem as dinâmicas de transmissão das experiências políticas na constituição de uma determinada cultura política, se é que ela existe como possibilidade empiricamente observável e passível de ser transmitida ou herdada. De outro, supondo-se que ocorram transmissões geracionais no campo da vida associativa, coloca-se o problema de saber o que os herdeiros realizam com a herança recebida, pois é bastante razoável pensar que ao receberem determinadas heranças – sejam elas quais forem –, os herdeiros podem lhes conferir destinos inesperados.

Nesse sentido busco pensar a ação coletiva dos militantes dos espaços associativos a partir da perspectiva preconizada por Bhabha (2005), segundo a qual:

³ Do conjunto de reflexões sobre a noção de gerações, Mannheim (1993) é o autor que melhor expressou as definições sobre o tema. No capítulo V retomarei essa questão das gerações de maneira mais apropriada.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singulares e coletivas – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação no ato de definir a própria ideia de sociedade (p. 20).

Essa perspectiva teórica possibilita compreender o presente como um momento no qual se estabelecem relações diacrônicas; não apenas de ligação com o passado ou construção de um futuro, mas como uma presença imediata de relações que se constituem definindo a sociedade. No universo composto por diversas formas de ação coletiva se observa a possibilidade de coexistência de diferentes culturas, do encontro de minorias, da convivência de diferentes gerações no mesmo espaço e tempo.

O presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa auto presença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias (idem, p. 23).

Essa percepção do social se articula com a ideia da contemporaneidade dos não contemporâneos como fenômeno social e me auxilia a compreender um questionamento central dessa pesquisa: aquele que diz respeito ao papel das novas gerações nos espaços associativos. Para compreender as relações que os grupos geracionais jovens estabelecem no campo da vida associativa, parece-me proveitoso utilizar a metáfora do “relógio de areia” (ampulheta), proposta por Feixa (1998). Essa imagem metafórica permite pensar as manifestações juvenis relacionadas às ações e práticas políticas de outros grupos de idade e geracionais. E também pensar as relações entre as culturas hegemônicas, entre elas a parental e as culturas juvenis de maneira dinâmica. Possibilita ainda visualizar as relações intergeracionais de maneira mais complexa, permitindo que a observação dessas relações não se dê a partir de uma possível, e às vezes recorrente, característica unidirecional.

O relógio de areia expressa o movimento de se reverter ao findar a passagem da areia para o lado de baixo. Assim, tendo como referência a cultura hegemônica e parental na parte superior e as manifestações culturais na base inferior, essas se misturam e trocam de lugar no movimento reverso de se iniciar a contagem do tempo pela ampulheta. Embora o autor apresente a imagem do relógio de areia como uma metáfora, parece-me que ela tem certa força heurística por permitir visualizar, diante da perspectiva de uma metáfora, as

possíveis relações que se estabelecem entre as diferentes gerações e as possibilidades de transmutação cultural promovidas pela ação dos grupos geracionais jovens.

IMAGEM 1 – Culturas Juvenis: O relógio de areia.

Mesmo quando este trabalho enfatiza as relações geracionais, ele não está imbuído da necessidade de se encontrarem elementos de transmissão geracional e de compreendê-los como nexos causais entre os grupos geracionais no que tange à ação coletiva. Visa, sim, estabelecer algumas relações compreendendo que a dimensão geracional é um elemento importante no estabelecimento da ação coletiva. Contudo, essa dimensão pode ser apenas uma dentre outras que perpassam transversalmente a condição de engajamento no mundo da política, não implicando uma linha direta e contínua entre a herança, os herdeiros e a ação coletiva.

Partindo desse quadro analítico emergiu a proposta de investigação da vida associativa baseada em densa pesquisa etnográfica, tomando por foco compreender as linhas de rupturas e de continuidades presentes na ação coletiva dos membros dos espaços associativos da periferia. O pressuposto do trabalho é de que aos sujeitos é dada a prerrogativa de se singularizarem, sejam eles herdeiros de tradições de longa data ou moradores de territorialidades conturbadas e sob processos acelerados de mudanças. O problema pode,

também, ser colocado em outros termos: aos herdeiros, mesmo contingenciados pelas condições sociais, sejam elas adversas ou favoráveis, é dada a possibilidade da agência política, seja como continuidade, seja como ruptura em relação ao que se espera como provável em função da experiência herdada.

Nesse momento cabe um contraponto em relação aos pressupostos deste trabalho. O tema da herança é tributário da obra de Pierre Bourdieu (1985). O autor enfatiza o pertencimento a determinada classe como o componente fundamental na instituição dos comportamentos, gostos e práticas sociais. Bourdieu nomeou de *habitus* o conjunto de disposições duráveis estruturadoras das práticas individuais. São essas disposições de classe que instituem as práticas e opções políticas dos indivíduos. O *habitus* de classe é, na definição do autor, estruturas estruturadas estruturadoras de estruturas (BOURDIEU, 2007). Na perspectiva desse autor, as disposições para a política se manifestariam tendo como referência o *habitus* de classe e estariam circunscritas ao *campo* da política. O conceito de *campo* é complementar ao de *habitus* em sua sociologia, sendo definido como o espaço social no qual as diferentes atividades são exercidas como um jogo de posições que são disputadas e ocupadas pelos indivíduos.

Seguindo o pressuposto de certa intencionalidade nas ações desenvolvidas pelos diferentes sujeitos que compõem a sociedade, eu tomo como referência para este trabalho a perspectiva antropológica que “tende a recusar concepções essencialistas ou teleológicas da sociedade como agência transcendente aos indivíduos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 313). Atualmente no campo da antropologia, segundo o autor: “À sociedade como ordem (instintiva ou institucional) dotada de uma objetividade de coisa, preferem-se noções como *sociabilidade*, que exprimiriam melhor o processo intersubjetivamente constituído da vida social” (idem, p. 313). Nesse sentido parto da premissa de que as ações e as relações entre os sujeitos constituem a sociedade, porém balizadas por contingenciamentos e injunções de diferentes ordens. Evito com isso imaginar que a vida social se realize por meio da mais pura intencionalidade dos sujeitos, mas também que a preexistência da sociedade se sobreponha às lógicas das relações intersubjetivas.

Essa perspectiva processual da construção das subjetividades implica adotar uma concepção sobre a ação coletiva e a participação política a qual de certo modo não coincide totalmente com a perspectiva de socialização, compreendida como processo pelo qual os indivíduos recebem disposições socialmente distribuídas de acordo com suas posições sociais. A noção de processo de subjetivação permite compreender a constituição das subjetivações políticas como um elemento de *singularização*, segundo as formulações de Guatari

(GUATTARI & ROLNIK, 1986). O termo singularização designa as possibilidades de apropriação, criação e expressão que os indivíduos realizam sobre os elementos que compõem tanto o espaço social como as subjetividades. Portanto, trata-se de compreender a ação coletiva como a criação e a manifestação de possibilidades para a vida política na qual os indivíduos se apropriam de elementos das dimensões propriamente socializadoras e de elementos que compõem os processos de subjetivação em um movimento de produção de singularidades políticas em face da criação de novas configurações sociais. São dois movimentos que podem ser articulados pela experiência social vivida pelos agentes políticos em uma dinâmica de invenção e reinvenção da ação coletiva e do mundo da política (De CERTEAU, 2011).

Pode-se dizer que, ao recriarem a ação coletiva na luta política que se desenvolve nas periferias, os atores estão, também, criando territorialidades específicas e ao mesmo tempo elaborando formas de interação que passam pelas relações entre os pares e os *outros* da cidade. Nesse sentido, as práticas políticas dos atores constituem um processo de invenção da cidade e da cidadinidade, expressão que designa a relação dos sujeitos com a cidade e seus diferentes elementos (AGIER, 2011).

Há algo de mais profundo que a matéria das interações que pode ser menos consciente ou à qual os atores dão menos atenção: é a forma de cidadinidade que se estende em relação à cidade e em relação aos outros da cidade. Fala-se de cidadinidade no sentido de que as ações, as interações e suas representações são definidas a partir de uma dupla relação: a dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial (AGIER, p. 91).

Ao habitar determinados territórios da cidade os cidadãos não apenas se apropriam desses territórios, mas criam por meio de suas práticas nexos de significados que os colocam vivendo a vida da cidade, inclusive em suas periferias. Seguindo Holston (2013) pode-se dizer que desde o início do desenvolvimento da cidade de São Paulo seus moradores e, em especial, aqueles que foram habitar suas periferias se apropriaram desses territórios ao construí-los e, “na condição de construtores da cidade, eles passaram a se compreender como portadores de interesses na cidade, como contribuintes fundamentais para sua economia e sociedade” (p. 27).⁴ Sem querer entrar no mérito do debate sobre a construção da cidadania,

⁴ Holston estabelece três tipos de cidadania para a configuração brasileira: uma entrincheirada, que perpetua os privilégios dos grupos dominantes; uma insurgente, oriunda das lutas políticas e movimentos sociais das camadas populares, e uma diferenciada, que estabelece e perpetua as desigualdades por meio do estabelecimento de hierarquias sociais.

parece-me que, para verificar as possíveis linhas de continuidade ou ruptura na ação coletiva dos moradores da periferia, a perspectiva apontada pelo autor é estimulante para a reflexão. Seria necessário verificar em que medida as ações políticas ou os movimentos sociais são capazes de criar um ambiente político marcado pela insurgência, termo que qualifica a noção de cidadania na obra do autor. Ao longo desta tese talvez seja possível apontar alguns elementos que contribuam para essa reflexão.

Diante dessa premissa, adotei a perspectiva teórico-metodológica latouriana de “seguir os atores eles mesmos” (LATOUR, 2012) no intuito de compreender seus arranjos políticos, seu entendimento da ação coletiva, sua relação com as diferentes instâncias que compõem o universo da política, sua percepção de ruptura ou de continuidade em relação às práticas políticas das velhas gerações. Dentro de uma perspectiva de antropologia simétrica tratava-se, portanto, de assumir uma proposta de investigação que tinha por proposição uma visada de perto e de dentro (MAGNANI, 2002) dos grupos associativos das periferias da cidade de São Paulo.

No entanto, isso ainda não me parecia suficiente, pois, ao tomar uma entidade ou associação como objeto de investigação e seguir seus atores, a pesquisa poderia incorrer no equívoco de tomar a parte pelo todo e prognosticar generalidades sobre a periferia e sua gente que poderiam não condizer com a realidade ou, pelo menos, não com a realidade como é vivida pelos moradores. Assim, tendo em vista essas preocupações e baseado nessas perspectivas teóricas, optei pela abordagem “etnográfica multi-localizada” proposta por Marcus (1995) com vistas a acompanhar diferentes atores e observar suas práticas políticas em variados espaços associativos. Portanto, é bom frisar, não se trata de etnografar o trabalho de uma associação, mas de observar as práticas e percepções dos militantes sobre a ação coletiva a partir de suas associações.

De um lado essa perspectiva possibilita acompanhar diferentes manifestações associativas, as possibilidades de relações entre os atores e a constituição de uma cultura política e, talvez, a constituição de um vocabulário político. De outro, me parece ser o recurso apropriado para evitar que resultados de investigações excessivamente circunscritas sejam apresentados como generalidades, fato corriqueiro nos estudos de caso e desafio recorrente nas etnografias convencionais (idem, 1995).

É preciso enfatizar que a intenção da pesquisa não é observar ou acompanhar determinado grupo ou associação, mas constatar como as diferentes gerações de atores se relacionam no campo da ação coletiva e da vida associativa. Como especificamente as novas gerações de participantes das associações se veem no universo da política e na construção de

um mundo comum. Em poucas palavras, trata-se de observar como os atores se relacionam nos espaços associativos e como suas ações remeteriam ao universo da política segundo suas próprias perspectivas e em diálogo ou em ruptura com as formas de ação das gerações precedentes.

Como o objetivo é realizar uma etnografia em profundidade sobre o tema da ação coletiva e da vida associativa em determinado território, este trabalho se debruça sobre o desenvolvimento de um fenômeno em movimento, algo inacabado e que não se apresenta como uma unidade fechada. A escrita desta tese reflete essa característica do objeto de estudos e de certo modo não encerra uma unidade acabada e definitiva sobre o processo de ação coletiva nas periferias da cidade.

Definindo o campo

Meu objetivo inicial era compreender a vida associativa e as formas de ação coletiva desenvolvidas em uma área da região metropolitana de São Paulo tendo em vista as possíveis linhas de continuidade ou ruptura com as ações políticas desenvolvidas em décadas anteriores. Eu imaginava e o campo empírico indicava a ocorrência desses dois fenômenos, mas era preciso sistematizar a observação por meio de intenso trabalho de campo.

Para iniciar esse trabalho tornava-se necessária a definição de um território e de algumas associações de moradores às quais eu tivesse acesso para realizar a etnografia. Tomando por base a história dos movimentos populares na cidade de São Paulo, optei por uma região cujo associativismo fosse efervescente, apresentando uma variedade de espaços de participação que comportariam grupos representativos de diferentes formas de organização popular. Ao mesmo tempo, esse território e suas associações deveriam de alguma maneira remeter a tipos distintos de práticas políticas que em alguma medida fossem representativas de certos períodos. Busquei, enfim, estabelecer um conjunto de associações que me permitissem uma visada sobre diferentes entidades, algumas remanescentes dos anos 1970/80, passando pelos anos 1990 até os dias atuais.

Desse modo, os critérios para a seleção das associações seguiram algumas indicações nativas e a representatividade, auferida por mim a partir de minhas deambulações pelas periferias bem como pelas leituras e indicações que apontavam a importância de determinadas manifestações associativas em certos períodos. As características consideradas relevantes para compor o grupo de associações foram as seguintes: 1 – o histórico da associação na região; 2 – a constante referência à associação nas falas de alguns moradores; 3

– ser representativa de alguma expressão associativa vinculada a diferentes períodos históricos da cidade; 4 – sua visibilidade enquanto espaço público. Assim, selecionei cinco associações para serem objeto da etnografia,⁵ a saber: a Sociedade São José Operário, associação ligada à Igreja Católica e que tem parte de seus participantes originários das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), importante instrumento de organização popular nos anos 1970; a Associação Mulheres na Luta, originária dos Clubes de Mães e da luta pela legalização de terrenos nas periferias da cidade; a Associação Vila Conceição, ligada ao samba e ao futebol de várzea; o Sarau do Alfredo, encontro de poetas e artistas para expressão de suas produções culturais; a Associação Comunitária Unidos da Vila Zita, entidade com marcantes relações com um parlamentar e que se orienta por uma prática de troca de favores que poderia ser categorizada como clientelista.⁶

Desse modo eu defini um *circuito etnográfico* que passei a perseguir no princípio da pesquisa, por meio de contatos e incursões a campo e visitas. Essa parte do trabalho de campo exigiu que eu estabelecesse uma rotina de pesquisa com vistas a acompanhar algumas atividades e as dinâmicas cotidianas das associações. Aquelas com atividades diárias foram acompanhadas um número maior de vezes, recebendo visitas semanais, respeitando-se certa alternância dos dias. Isso se deu especificamente na Sociedade São José Operário, na Associação Mulheres na Luta e na Associação Vila Conceição. Ao mesmo tempo acompanhei, nessas associações, encontros extraordinários voltados para alguma comemoração ou para a tomada de decisões a respeito de algum assunto emergencial. Para o Sarau do Alfredo e a Associação da Vila Zita, o critério foi acompanhar para o primeiro os dias de sarau e para a segunda, as reuniões ordinárias em razão de suas características que serão explicitadas à frente. Ter conhecimento do calendário de atividades das associações me auxiliou a acompanhar as principais atividades de todos os espaços associativos.

Inspirando-me em Whyte (2005) adotei um caderno de campo específico para os registros de minhas visitas a cada associação. Assim, de posse de cinco cadernos, eu imaginava ser mais fácil acessar os dados de cada grupo. Quando deparei com o material estabeleci alguns temas descritores recorrentes nos diferentes espaços, de modo que eu pudesse visualizar a ocorrência ou a ausência do tema em um ou mais desses espaços.

Enquanto eu realizava a pesquisa de campo, selecionei alguns participantes para

⁵ No início do trabalho eu selecionei uma ONG devido ao reconhecido papel ocupado por essas entidades a partir dos anos 1990. No entanto, devido à baixa participação dos moradores no dia a dia desse tipo de organização, optei por excluí-la da etnografia.

⁶ Reconheço que há certa dificuldade para se categorizar a priori certas práticas políticas. Para os objetivos deste capítulo mantenho o termo, porém nos capítulos que seguem discutirei a perspectiva nativa para as práticas que se exercitam localmente e as lógicas que as movimentam.

serem entrevistados. Eu supunha que um conjunto de entrevistas semiestruturadas me auxiliaria na compreensão de alguns detalhes que haviam passado despercebidos durante as observações etnográficas. Essas entrevistas foram um importante material complementar às observações de campo. Ao cotejar os registros de campo com o conteúdo das entrevistas, estabeleci os tópicos abordados na análise e na escrita deste trabalho.

Finalizando este tópico, cabe observar que todo pesquisador, quando vai ao campo, leva um conjunto de preceitos, conceitos e preconceitos apreendidos tanto no senso comum como entre os pares e na literatura especializada sobre seu objeto de investigação. Tratando-se de territórios bastante diversificados, como as periferias da cidade de São Paulo, com a presença de elementos e atores com práticas que podem ser reprovadas pelo pesquisador ou reprováveis dos pontos de vista ético, moral e até mesmo legal, essa questão ganha complexidade.

A possibilidade de transitar por universos políticos diversos não exime, no entanto, o pesquisador de ter suas posições e concepções sobre o mundo e seus posicionamentos políticos. Pelo contrário, é devido a essa possibilidade de trânsito entre diferentes universos que cabe ao pesquisador da política uma acentuada vigilância epistemológica no sentido de não tomar seus preceitos como aqueles pelos quais os pesquisados devam se guiar. Trata-se, portanto, de assumir uma posição que evite tratar os temas de pesquisa a partir de suas pré-noções⁷ e, com isso, de observar os fenômenos sem se deixar tomar pelos próprios valores e visão de mundo.

MODOS DE FAZER

Entrada em campo

O conjunto de espaços associativos que acompanhei ao longo desta pesquisa apresenta características muito distintas no tocante aos tipos de agrupamentos, às formas de organização e características de ação. Há desde dois grupos formalizados institucionalmente, portadores de registro nos órgãos públicos, até um agrupamento com características de *quase grupo* (Mayer, 2009).⁸ Essas distinções não invalidam ou impossibilitam a ação coletiva

⁷ Desde os primórdios da sociologia definiu-se como uma das regras para a pesquisa sociológica o afastamento das próprias noções como recurso metodológico de investigação. A esse respeito ver Durkheim (1999, p. 32).

⁸ Mayer (2009, p. 140) apresenta os quase grupos como agrupamentos que se distinguem dos grupos e das associações por se organizarem em torno de um ego. Diferenciam-se daqueles, também, pelo fato de as ações de qualquer membro tornarem-se relevantes apenas na medida em que são interações com o próprio ego ou por seu

desses agrupamentos, pois o exercício da política se faz por diferentes meios a depender do grupo e de suas relações sociais. Ao longo deste texto adotarei a expressão *espaços associativos* para me referir aos agrupamentos observados durante a pesquisa, compreendendo que ela pode desempenhar o papel de categoria “guarda-chuva”, abarcando o conjunto de espaços de *socialidade política* acompanhados ao longo da pesquisa. Em vista das diferenças dos grupos observados me parece que chamar a todos de associações acarretaria alguma imprecisão. Optando por uma categoria ampla, penso ser possível reunir sob a mesma nomenclatura as diferentes formas associativas observadas na região.

A seguir apresentarei as associações que selecionei para a realização da pesquisa. Neste momento darei especial ênfase à entrada em campo por compreender que esse é um momento crucial da pesquisa. Abordarei alguns aspectos de cada espaço que me chamaram a atenção no primeiro contato com os participantes das associações. Em vista de minhas preocupações acerca das continuidades e rupturas nas formas de ação coletiva, meu foco maior voltou-se, em muitos momentos da pesquisa, para os jovens militantes⁹ moradores da região.

Diante da diversificação de espaços, foi necessário em cada um estabelecer diferentes formas de entrada que exigiram, também, diferentes negociações com os participantes em vista de suas particularidades. Não pretendo fazer uma longa descrição de cada associação. Nos capítulos subsequentes, à medida que se fizer necessário, ampliarei as informações sobre cada espaço associativo. Acredito que esse modo de apresentar os espaços associativos é estilisticamente mais interessante por articular diferentes questões às descrições minuciosas dos espaços e seus agentes.

Sociedade São José Operário¹⁰

A opção por trabalhar com um conjunto de espaços associativos exigiu para cada

intermédio.

⁹ Utilizo nesse momento o termo militante com certa liberdade e sem rigor. Ao longo desta tese será possível perceber que há uma variedade de formas de atuação associativa que comportam diferentes nomenclaturas para defini-las e descrevê-las.

¹⁰ Decidir pelo anonimato das associações e militantes foi uma tarefa difícil. No grupo pesquisado há espaços associativos muito reconhecidos e outros nem tanto. Isso colocou o problema de alguns serem facilmente identificáveis, o que tornaria sem nenhum efeito a tentativa do anonimato. Alguns militantes, ao serem perguntados sobre seu desejo de anonimato, manifestaram sua preferência pelo registro de seus nomes. Talvez como uma forma de reconhecimento de sua ação política. Por outro lado, há alguns registros etnográficos que poderiam eventualmente trazer dificuldades para algumas pessoas. Diante desse dilema, optei por trocar os nomes de todos os espaços associativos e pessoas, preservando o anonimato. Acredito que com isso cumpro com certo rigor ético perante aqueles que acompanhei nesses anos de pesquisa sem prejuízo da etnografia.

grupo diferentes estratégias de aproximação, de entrada em campo, apresentação do projeto e estabelecimento de vínculos para a realização da pesquisa. Desse conjunto de entidades, apenas para a Sociedade São José Operário eu pude contar com o apoio de uma informante privilegiada, que acompanha essa associação desde antes de sua fundação formal, em 1988. Embora a associação tenha sido fundada nessa data como pessoa jurídica, ela desenvolve uma ação política na região desde os anos 1970 e parte dos membros dessa associação é oriunda daqueles anos. A formalização da associação como uma entidade jurídica se deu com vistas à captação de recursos financeiros públicos e privados, com o objetivo de implementar ações sociais de apoio e assistência à população da região.

Esta associação está sediada próxima a um largo de grande circulação no qual há uma grande variedade de estabelecimentos comerciais, como pequenos bares, sorveterias, restaurantes, agências bancárias, *pet shoppings*, lojas de roupas e de calçados. Uma grande loja das Casas Bahia e outra de grandes proporções da concorrente desta, a Lojas Marabrás se destacam na paisagem. O largo é cortado por uma via importante com intenso tráfego de ônibus, caminhões e automóveis. Desde as primeiras horas da manhã até o início da noite há uma grande movimentação de pessoas pela região. No centro do largo uma base da Polícia Militar completa o cenário. A instalação da “base”, como é conhecida na região, foi fruto do movimento por segurança encabeçado pela Sociedade São José Operário, nos anos 1990. Tomando por referência a descrição anterior, pode-se afirmar que o largo é uma centralidade local para onde confluem o trânsito de veículos, ônibus e pessoas.

Meu primeiro contato com a Sociedade São José Operário foi em uma sexta-feira de julho de 2011. Era um dia quente e seco do típico inverno paulistano. Acompanhado de minha informante, encaminhei-me para uma sala cujo acesso é facultado apenas para aqueles que são expressamente convidados pelo padre ou que estão muito familiarizados com a rotina da associação. Na entrada um rapaz nos abordou e Marisa, minha informante, disse sorrindo “eu vou ali conversar com aquelas pessoas”, apontando para um grupo de quatro membros. Ao perceberem a aproximação de Marisa, todos foram muito receptivos e a cumprimentaram efusivamente.

A sala é composta por várias mesas redondas com cinco ou seis cadeiras ocupadas por diferentes militantes de variados grupos e movimentos da região. Algumas vezes ocorrem reuniões concomitantes na sala. Uma estante, um aquário e um bufê compõem o mobiliário. Neste bufê ficam à disposição café, leite e pães. Nos intervalos das reuniões estes itens sempre são servidos. Ao fundo, uma porta de vidro separa o interior do exterior, que tem um pequeno jardim e uma churrasqueira.

No dia de minha primeira visita e das subsequentes pude observar que nesse espaço as conversas costumam ser bastante descontraídas sem, no entanto, distanciarem-se completamente dos problemas da região, das dificuldades da luta e da política de modo geral. Há muita cordialidade entre as pessoas, sempre acompanhada aqui ou ali de alguma jocosidade.

Quando, nesse dia, apresentei minha pesquisa, as pessoas demonstraram muito interesse e curiosidade. A maioria dos presentes era composta por adultos com idade aparente acima dos quarenta anos, embora houvesse alguns jovens. Entre aqueles que tomaram conhecimento da pesquisa, alguns, principalmente os adultos, mencionaram a “dificuldade de mobilizar as pessoas hoje em dia” e fizeram alusão aos tempos idos em que “o povo tinha maior interesse na luta”. Outros se mostraram desejosos de “conhecer o que acontece com essa juventude de hoje em dia que não quer saber de nada”.

O rapaz que nos abordou na entrada ouviu minha apresentação para o grupo e se aproximou para participar da conversa. Muito rapidamente introduziu um discurso sobre o desejo em Marx, citando especificamente a introdução de “A Ideologia Alemã”. Talvez por sua fala não ter encontrado eco entre as pessoas, ele mudou de assunto e se concentrou em querer saber “o que afinal vem a ser jovem?” Isso levou a uma pequena discussão no grupo na qual foram apontados elementos sociais, políticos e econômicos para a definição. Procurei me pronunciar de maneira comedida, pois me parecia um momento oportuno para observar o entendimento daquele grupo sobre a juventude, tendo em vista que há grupos de militantes dessa associação voltados exclusivamente para trabalhos com jovens. Os membros desse grupo se expressavam de modo bastante politizado no sentido de inquirirem os acontecimentos divulgados pela mídia, sempre os relacionando com questões de ordem político-social e ao mesmo tempo os associando às ações voltadas para a região e seus moradores. Muitos que estavam ali naquele dia são líderes de movimentos, alguns participam de partidos políticos, como eu pude observar durante a pesquisa, e atuam ativamente nas mobilizações promovidas pela igreja.

Quando o padre chegou, ele manifestou muito interesse pela pesquisa e, em certo sentido, no mesmo tom que as pessoas haviam demonstrado em nossa conversa inicial. Fez algumas indicações de grupos e sugeriu reuniões para eu observar. Espontaneamente falou, também, sobre sua atuação política, fazendo uma espécie de apresentação de seus passos pela região. Traçou um rápido painel sobre os políticos que têm base local, manifestando sua simpatia pelo Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo sinalizou quem são seus principais adversários políticos e que “fazem um trabalho sujo na região”, particularmente os vereadores

Antunes e Marcos Silva,¹¹ políticos pertencentes ao espectro conservador. Estes vereadores são políticos com forte inserção na região, obtendo nas eleições municipais uma votação que extrapola a casa da centena de milhar de votos. Antunes não só é campeão de votos para si como foi capaz de transferir seu prestígio eleitoral para os filhos. O vereador elegeu um filho para a assembleia paulista e outro para a câmara federal com margens estrondosas de votos.

Nas últimas eleições Antunes foi reeleito com uma grande votação. É comum os militantes ligados à igreja ou aos movimentos populares afirmarem que ele mantém relações com o mundo das ilicitudes e ilegalidades. Contou o padre que por ocasião de uma batida policial na região, um dos filhos do vereador foi preso por porte ilegal de arma. Passados alguns dias, o policial que prendeu o filho de Antunes foi afastado de suas funções. Segundo o padre, esse tipo de ação do político vem sendo corriqueiro na região. No entanto, disse ele entre risos: “Ele tirou o capitão Nunes, mas não pode transferir o padre de paróquia”. Isso talvez demonstre que a igreja seja um espaço no qual a ação coletiva e os militantes não sofram tão diretamente as injunções dessas lideranças. Ao mesmo tempo, o episódio pode sinalizar certa perenidade das lideranças ligadas à Igreja Católica e uma possível continuidade de suas práticas políticas.

Ao se observarem as práticas políticas dessa associação, percebe-se certa ênfase na realização de reuniões entre membros da associação, moradores e militantes de movimentos sociais da região e representantes do poder público para a discussão e encaminhamentos para solucionar as mais variadas questões. Em geral essas reuniões redundam em alguma forma de apoio ou auxílio aos moradores da região, uma ação política ou de formação política dos militantes. Esses encontros seguem um *script* que implica uma abertura, um desenvolvimento e o fechamento da reunião.¹² Todas as reuniões são precedidas de uma espécie de reunião prévia que se desenvolve na sala de acesso restrito aos mais próximos ou em encontros formalmente organizados, como as reuniões da executiva da associação. Estas acontecem toda semana e visam encaminhar as resoluções das reuniões plenárias ou preparar materiais para serem discutidos nos diferentes grupos que compõem a associação. São eles: grupo de educação, de saúde, violência contra a mulher etc. As reuniões da executiva têm o caráter de encaminhamento das discussões que se desenvolvem no Fórum em Defesa da Vida, sendo um grupo aberto à participação de qualquer pessoa que tenha interesse em acompanhar os trabalhos. Não se trata de um grupo executivo da Sociedade São

¹¹ Embora os vereadores sejam atores públicos, manterei o anonimato destes seguindo a orientação geral do trabalho.

¹² No capítulo VII descreverei com mais detalhes algumas características e o desenvolvimento de uma reunião.

José Operário. Esta não tem eleições para a constituição de sua diretoria, mas um grupo que se articula em torno do padre. Em relação às reuniões dos diferentes núcleos que compõem a associação, sejam elas gerais ou executivas, é permitida a participação de qualquer pessoa. Nas que eu acompanhei houve, também, o momento pós-reunião, menos solene, no qual as pessoas conversavam sobre temas variados, acertavam alguns detalhes que deixaram passar, marcavam encontros ou simplesmente “jogavam conversa fora”.

Associação Mulheres na Luta

Uma segunda associação com a qual trabalhei é a Associação Mulheres na Luta. Cheguei a ela a partir da busca exploratória que realizei antes de iniciar a pesquisa. Dentre as várias associações que visitei, essa me pareceu importante por ser constituída por mulheres das quais algumas tiveram participação nos movimentos sociais dos anos 1970/80, e contar com um grupo de jovens de ambos os sexos muito atuantes na associação e na região. A atuação desses jovens se dá no campo da cultura, bem como sobre questões relacionadas às melhorias no bairro e à política de modo geral. Eu não dispunha de uma pessoa que pudesse fazer minha apresentação ao grupo. Em vista disso, iniciei os primeiros contatos por telefone no fim de 2011 e marquei uma visita para um dia no qual a diretora estivesse na casa. No primeiro contato presencial eu me apresentei como pesquisador para a diretora que, por sua vez, me apresentou aos outros membros da associação. Explicitei a pesquisa que realizaria na região, seus métodos e em quais espaços associativos eu pretendia trabalhar. Tanto a diretora como outras pessoas demonstraram bastante interesse na pesquisa, tendo em vista “os desafios que a gente tem para atrair a juventude”. As pessoas mais velhas presentes nesse primeiro encontro manifestaram, de modo geral, a percepção de que “os jovens não estão nem aí pra nada”. Ponderei que havia ali um grupo de jovens bastante ativo, no que ela respondeu: “Sim, temos, mas é pouco. O que a gente vê mesmo é essa molecada por aí. Sem interesse em nada”. Logo nos primeiros encontros evidenciou-se que o tema da juventude mobilizava os participantes da associação, embora eu apresentasse a pesquisa como um estudo sobre as relações geracionais.

A partir desse primeiro encontro passei a frequentar a associação alguns dias por semana, observando a rotina do espaço e acompanhando algumas reuniões, encontros políticos e festas. Depois de visitar a casa três vezes me foi solicitado um currículo. Um pouco sem entender o sentido do pedido eu concordei e a solicitante, que também parecia não ver muito sentido na solicitação, disse-me que era “importante ter um registro de sua

passagem pela casa e saber o que você faz. As coisas que você trabalha”.

Essa associação formou-se a partir de um clube de mães e de um grupo de mulheres que participaram dos movimentos sociais por melhorias urbanas nos anos 1970/80, particularmente da luta pela legalização de terrenos. O grupo foi oficializado como uma associação nos anos 1990. Sua sede está localizada em uma casa alugada no interior de um bairro periférico. Todas as dependências são ocupadas para o exercício de alguma atividade. Na entrada há uma varanda com materiais diversificados e uma bicicleta de carga repleta de livros para empréstimo. Essa bicicleta faz parte de um projeto de fomento à leitura desenvolvido pelos jovens que participam da casa e que é contemplado com apoio financeiro do VAI.¹³ O projeto consiste em utilizar a bicicleta para transportar livros pelo bairro e emprestá-los aos moradores. A sala de entrada assemelha-se a uma sala de visitas com dois grandes sofás e uma estante com muitos livros, fruto de doações para a associação. Uma pequena sala serve de escritório e ao lado desta há uma sala de aula na qual se realizam cursos de alfabetização de adultos. A casa tem ainda uma sala com vários computadores para os cursos de informática, basicamente frequentados por jovens; em frente a essa sala, um banheiro foi transformado em sala de atendimento psicológico para a população local. Uma cozinha completa é a parte principal do espaço. Nos fundos há uma sala que é a sede de um banco comunitário, projeto desenvolvido pelos jovens, voltado para a concessão de microcrédito para os moradores da região. Este banco foi desenvolvido por iniciativa dos jovens da associação, seguindo os preceitos da economia solidária. Por meio dessa iniciativa implantou-se uma moeda alternativa no bairro.¹⁴ Duas salas menores servem como depósito. Há um espaço maior, nos fundos da casa, voltado para a convivência e a realização de festas, encontros e reuniões plenárias. Nesse salão há dois banheiros. Na sala da entrada alguns pôsteres sinalizam um ambiente alinhado com as esquerdas, como o indefectível cartaz de Che Guevara com sua boina. No mural do corredor, que liga todos os cômodos, a frase escrita à mão “Mulher bonita é a mulher que luta” completa o cenário. Quando expus para a diretora a pesquisa, ela me alertou: “A nossa entidade tem que ser suprapartidária, apesar de eu ter minhas convicções. As pessoas não podem identificar aqui com esse ou aquele partido porque isso desmobiliza a luta”, demonstrando com isso a necessidade de estabelecer certo

¹³ Programa VAI – Valorização de Iniciativas Culturais. Criado em 2003, o programa VAI, da Secretaria Municipal de Cultura, subsidia iniciativas culturais de jovens, principalmente os de baixa renda, com idade entre 18 e 29 anos. Mais informações:

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/index.php?p=7276>.

¹⁴ Os bancos comunitários são iniciativas desenvolvidas por grupos de moradores e voltadas ao financiamento de atividades econômicas e ao desenvolvimento local. A maioria das iniciativas desenvolvem a criação de uma moeda alternativa à usada nacionalmente. Para uma maior aproximação ao desenvolvimento dos bancos comunitários, ver: Singer, 2010; Beatriz, 2012, entre outros.

distanciamento em relação à política partidária. Os membros dessa associação têm direito a concorrer às eleições para a composição de sua diretoria.

Associação Vila Conceição

Outro espaço associativo que foi abordado em meu circuito etnográfico foi a Associação Vila Conceição. A associação foi fundada em janeiro de 2001, segundo informa um estandarte pendurado na parede da sede. O nome Vila Conceição foi uma criação local, uma invenção que se firmou, pois a área conhecida como Vila Conceição tem, nos registros da prefeitura, outro nome alusivo a jardim – por exemplo, Jardim Marajoara, Jardim Esmeralda etc. –, fato corriqueiro nas periferias. Essa associação devota seu trabalho exclusivamente ao samba e ao futebol de várzea, disputando vários campeonatos com um time de dois elencos: um time A, para os campeonatos de maior relevo – Copa Kaiser; Copa da Paz – e um time B, para as competições menos prestigiadas.

Durante parte de sua existência a associação ocupou uma garagem que servia de bar e realizava aos sábados e domingos um samba na rua em que está localizada. Esse evento atraía muitos moradores da região ao local, sobretudo jovens em busca de lazer. No ano de 2010 a associação inaugurou uma nova sede em espaço próprio, construído na mesma rua com contribuições em dinheiro ou serviços de seus membros. A nova sede tem três andares, sendo que no subsolo ficam a cozinha e um salão no qual são servidas refeições; o térreo, com um balcão, dois banheiros e um salão, e o andar superior cujas características e destinação são as mesmas do térreo. A associação se assemelha basicamente a um bar, embora se transmute de acordo com a agenda de atividades desenvolvidas no local. Às sextas-feiras há shows de música sertaneja. Aos sábados à tarde serve-se feijoada e o bar se transforma em um restaurante com mesas e cadeiras que acomodam famílias quase que exclusivamente daquele *pedaço*.¹⁵ Aos domingos à tarde os homens se reúnem para assistir a partidas de futebol e comentar os resultados dos jogos de várzea daquele dia. Nas noites de sábado e domingo todo o espaço é dedicado e organizado para o samba, com shows ao vivo. Nessas noites a associação fica repleta e a rua é tomada por um número em torno de 300 a 400 pessoas

Durante a campanha eleitoral de 2012 eu pude observar uma recorrente presença de assessores e cabos eleitorais ligados ao vereador Antunes, do campo conservador do espectro político. Em um quadro pendurado na parede do bar/sede vê-se uma nota do diário

¹⁵ A categoria de pedaço pode ser referida a esse espaço em vista das proximidades entre seus frequentadores nesses “dias dedicados à comunidade”.

oficial do município de São Paulo na qual há destinação de verba para a construção de um campo de futebol para o time da Vila Conceição. O intermediador da destinação orçamentária foi o vereador, para o qual a associação se voltou no ano eleitoral. Na outra parede veem-se o estandarte da associação, uma televisão e um quadro com fotos. Entre as fotos que mais chamam a atenção estão a do jogador Adriano abraçado com um morador¹⁶ e outra de Dirceu, que responde pela associação, abraçado a Carlos, um dos membros. Sob a foto existe a inscrição “Companheiros e irmãos de fé”. Dirceu empresta seu nome para que a associação tenha registro legal, já que “ele não tem o nome sujo e não deve para a justiça”, segundo me informou Márcio, meu primeiro contato com o grupo e que passou a ser meu cicerone nas atividades que desenvolvi nesse espaço. Essa associação é composta por um grupo de membros que usufruem de suas atividades e delas tiram parte ou a totalidade de seu sustento. Isso não impede que se estabeleçam relações políticas, seja no âmbito institucional ou no campo da ação coletiva de outras associações da região.

A partir de novembro de 2009 até o fim do ano de 2012 realizou-se nessa associação um sarau organizado por um jovem militante ligado aos movimentos por moradia e aos grupos culturais da região, apoiado também por um grupo de jovens artistas e militantes¹⁷ que não atuavam na Associação Mulheres na Luta. Seguindo a ritualística de outros saraus, mas com forte conotação política, este sarau ganhou alguma notoriedade no conjunto de manifestações que veio a ser conhecido como cultura da periferia.

Sarau do Alfredo

Em vista da importância que as manifestações culturais das periferias ganharam nos últimos anos, eu defini desde o início da pesquisa acompanhar um espaço associativo voltado para a promoção e divulgação da produção cultural das periferias. Há uma grande quantidade de manifestações culturais e de grupos de diferentes linguagens mais ou menos formalizados nas periferias da cidade. Entre eles os saraus têm ganhado certa visibilidade, apoiados por organizações não governamentais e órgãos de governo. Dos diferentes saraus e encontros culturais que visitei no início da pesquisa, reconheci que seria pertinente acompanhar o Sarau do Alfredo, um espaço associativo com uma considerável frequência de jovens. Este espaço parecia apontar uma forma de vida associativa importante dentro da nova

¹⁶ A visita de Adriano à favela foi noticiada pela imprensa como uma demonstração da falta de compromisso do atleta com sua profissão.

¹⁷ É interessante notar que nesse caso alguns jovens articulam as categorias artista e militante como autorreferência.

safras de manifestações socioculturais presentes nas periferias da cidade.¹⁸

O Sarau do Alfredo tem frequência semanal e reúne poetas, músicos, atores, *performers*, agitadores culturais e militantes políticos no bar de propriedade do Alfredo, na região metropolitana de São Paulo.¹⁹ O bar está localizado em uma esquina movimentada nos extremos da cidade. O espaço comporta um salão com algumas mesas e cadeiras. Um pequeno balcão de alvenaria está ligado a uma cozinha na qual se preparam pastéis e pequenas porções. Não há cartazes de bebidas alcoólicas nas paredes. Esse fato é apontado com orgulho por Alfredo quando se refere ao seu bar, embora haja venda e consumo de cervejas no local. Ao lado do balcão há uma pequena estante repleta de livros, que são manuseados livremente pelos frequentadores do sarau.

Este sarau apresenta características que o distingue de outros e, em especial, do mais conhecido, o Sarau da Cooperifa. Neste, como evidencia Nascimento (2010), há uma organização prévia às apresentações por meio da inscrição para as declamações. Observa-se, também, preferência “aos poetas assíduos, (...) a exigência do silêncio dos espectadores enquanto as declamações estiverem sendo realizadas e os aplausos no momento de anúncio do nome de quem irá se apresentar e ao final de cada apresentação” (p. 23). A partir de minhas observações eu pude perceber que no Sarau do Alfredo há uma maior participação dos presentes, não se privilegiando a assiduidade, mas o desejo de falar. Fato revelado pela constante interpelação de Alfredo: “Quem quer falar agora, declamar uma poesia?”. As manifestações dos presentes podem versar sobre problemas sociais, questões políticas, apresentações de músicos, *stand up* e shows. Há um intenso burburinho e quando Alfredo pede que se faça silêncio as pessoas param de falar por um átimo de segundo e voltam a conversar. Muitas vezes assisti a manifestações de pessoas ligadas aos movimentos de moradia, dos sem-teto, meninos e meninas de rua e muitos discursos anticapitalistas. A Revolução, assim com inicial maiúscula, como uma categoria ontológica, está presente em muitas intervenções. Dentre os saraus que observei este me parece ser o que apresenta o maior número de discursos politizados no sentido de enfatizarem temas como revolução, greves, lutas populares etc. Concomitantemente o clima de festa e confraternização é uma marca do encontro, com destaque para o estímulo de Alfredo para a participação das pessoas e

¹⁸ A importância desses eventos e grupos culturais pode ser atestada pela crescente exposição pública dos trabalhos dos grupos que redundaram em encontros como o “Estéticas das Periferias”, realizados em 2011, 2012 e 2013. A crescente produção acadêmica sobre o tema e os grupos também evidencia a magnitude do fenômeno.

¹⁹ Parte desta narrativa será feita no presente, embora o Sarau do Alfredo tenha encerrado suas atividades no local em que permaneceu por oito anos. Atualmente os encontros acontecem às segundas-feiras em um espaço dedicado a outras atividades culturais e em eventos itinerantes.

improvisos de última hora²⁰.

Esse sarau pode ser considerado o inspirador do Sarau da Vila Conceição, cujo formato segue a linha adotada por Alfredo em seu sarau. Segundo alguns frequentadores, o Sarau do Alfredo é a origem de todos os saraus, uma vez que a gênese dos saraus é remetida em suas falas a uma intervenção realizada por Alfredo na periferia da região sul da cidade nos anos 1990. Essa intervenção consistiu em fazer a colagem de poemas nos postes, batizada com o nome de postesia, depois veio o sarau em um bar localizado em um município contíguo à cidade de São Paulo e, nos últimos anos, o Sarau do Alfredo em seu próprio bar, na mesma região da cidade.

O Sarau do Alfredo começa por volta das 21h30min às segundas-feiras. Em geral, quando Alfredo chega ao bar, ele cumprimenta a todos individualmente e pergunta, um a um: “Você vai declamar uma poesia?”, ou então, ampliando as possibilidades de intervenção: “Você tem alguma coisa para apresentar hoje?”. De acordo com as respostas Alfredo organiza as apresentações, sempre contando com um grupo de poetas e artistas que são frequentadores assíduos do sarau. Após passar por todas as mesas e pelas pessoas que eventualmente estejam em pé ele distribui alguns livros sobre as mesas. Um ou outro participante toma um livro para si, o folheia e lê. O público é composto em sua maioria por jovens, mas há a presença de pessoas de idades em torno e acima dos cinquenta anos. Percebe-se que o sarau é um lugar privilegiado de encontros intergeracionais e, também, um espaço marcado por manifestações de afeto entre pessoas de diferentes orientações sexuais. Entre os jovens observa-se uma miríade de estilos, passando pelos roqueiros, rastas, rappers, alternativos.

Em geral Alfredo inicia o sarau pedindo silêncio para ler um trecho de livro e comentá-lo.

– Vamos tentar fazer um sarau silencioso? Vamos tentar?

É comum que ele não obtenha respaldo em seu pedido e siga com a leitura do trecho escolhido do livro, realizando pequenas pausas para tecer algum comentário. Essas leituras não se limitam à literatura produzida por autores das periferias, abrangendo autores canônicos, dicas de saúde, temas políticos e históricos. Em seguida ele convoca as pessoas para declamarem seus poemas ou para a realização de performances no palco, um pequeno espaço construído em alvenaria a trinta centímetros acima do chão.

Algumas vezes Alfredo reveza com outros participantes o papel de mestre de cerimônias do encontro, por exemplo, com Mauro, frequentador assíduo do sarau e

²⁰ Para outra abordagem e descrição dos saraus, além de Peçanha, 2010 ver, também: Bin, 2009.

participante da Associação Mulheres na Luta. Aliás, todos os jovens que atuam nessa associação participam com muita frequência do Sarau do Alfredo. Para esses jovens os saraus, em particular o Sarau do Alfredo, são mais do que lugares para se declamar e divulgar sua produção poética e artística. Nas palavras de Mauro, jovem poeta e militante cultural,²¹ “o sarau não é só um espaço de declamar poesia. É um espaço também de articulação, de trocar ideias. Por isso aquele buchicho de todo mundo conversando. Eu mesmo já assinei contrato pra apresentar nosso trabalho em cima do balcão do Alfredo”. Ou como se expressa Antônio, jovem militante que atua no campo da cultura e na Associação Mulheres na Luta, ao explicar para uma visitante as distinções deste em relação a outros saraus: “O Sarau do Alfredo não é um lugar só de declamar poesia como outros que têm por aí. É um lugar também de se criar, de se pensar e discutir propostas de lutas para a quebrada”.

Essas expressões demonstram o foco da pesquisa; por isso apresentam o sarau a partir de uma perspectiva marcada pela ação política. Os dados de caderno de campo demonstram que os saraus são também um espaço de fruição e lazer, principalmente para muitos dos jovens frequentadores que vão ali para se divertir ou se expressar. “Eu adoro vir aqui. Venho toda segunda. Quando tá acabando o horário de trabalho eu já fico imaginando encontrar o pessoal. Ouvir as poesias. Eu não escrevo, mas gosto muito de ver o pessoal declamando” (Viviane, frequentadora do sarau). Pode-se afirmar que o sarau é um ambiente polissêmico no qual habitam diferentes manifestações e desejos. Ele é um ambiente de sociabilidade juvenil, encontro de poetisas e artistas, espaço de ações políticas e de articulação de ações no bairro.

Associação Comunitária Unidos da Vila Zita

Encerrando meu circuito etnográfico, dediquei alguns dias de observação à Associação Comunitária Unidos da Vila Zita, localizada no extremo da zona sul da cidade. Esta associação realiza seus encontros em uma casa de dois pavimentos emprestada por outra associação que também ocupa o imóvel e está voltada para as mesmas atividades desenvolvidas pela Unidos da Vila Zita. Segundo o presidente desta última, “isso vai ser assim até nós construirmos a nossa sede. Coisa que não vai demorar”.

No andar térreo do prédio há uma única sala ocupada como moradia. Na parte

²¹ Ao caracterizar esses dois atores eu introduzo o termo militante em razão de ambos terem se identificado para mim como tal. Ao longo do trabalho procurei especificar em quais espaços associativos esse termo é utilizado para designar seus membros ou como uma autorreferência.

superior, uma sala é usada para reuniões e aula de educação de jovens e adultos. Nela há uma mesa, carteiras escolares e uma lousa decorada com folhas nas quais estão coladas as letras do alfabeto. Outra sala de dimensões menores é a secretaria da associação. Em todas as reuniões que acompanhei eu pude observar as pessoas se dirigindo a essa sala para assinar a lista de presença às reuniões. O objetivo da lista de presença é “ter uma relação dos participantes que será levada para a Secretaria de Habitação quando a gente for negociar com eles a liberação das moradias”, disse Durval, senhor de aproximadamente 60 anos que exerce o cargo de diretor da associação.

As duas associações que dividem o prédio desenvolvem atividades de alfabetização de adultos e mobilizam os moradores em torno da conquista de moradias ou da legalização de terrenos. Eu optei por acompanhar apenas as reuniões de uma delas. Isso se deu, de um lado, pelo fato de eu ter encontrado com Durval em uma reunião de associações na subprefeitura da região e ter estabelecido certo vínculo com ele. De outro, em minha primeira visita, constatei certa semelhança entre as duas associações, fato que somado ao volume de entidades que eu me propus a observar, me fez optar por aquela cujo acesso estava conquistado.

Observei que os diretores das duas associações expressam muita admiração por Antunes, o vereador que eu observara sendo apoiado pela Associação Vila Conceição. Contudo, apenas Durval, diretor da associação que está sem sede, tem relações políticas estreitas com o vereador, inclusive trabalhando em suas campanhas eleitorais. Em seus pronunciamentos para os participantes das reuniões da associação são recorrentes as homenagens ao parlamentar, por ser “o vereador que faz mais coisas pro povo pobre”. Durante as campanhas eleitorais Durval deixa de ser o presidente da associação para trabalhar pela eleição do parlamentar. São dois momentos de sua trajetória política que se alternam e se acoplam, dependendo do calendário político da cidade.

A participação dos demais membros dessa associação é bastante pontual, limitando-se à frequência nas reuniões mensais. Essas são comandadas por Durval, que não abre muito espaço para as manifestações dos presentes, centralizando a definição da pauta dos encontros e os encaminhamentos das decisões. Assim, esses encontros são marcados por forte personalismo em torno de Durval e da figura do vereador Antunes, que mesmo não estando presente é mencionado a todo momento como “um aliado da nossa luta”. O vice-presidente da associação é um pastor da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus. Este segue as orientações de Durval e só se pronuncia quando este lhe passa a palavra. Tratado pelos moradores como “pastor Alberto”, o vice-presidente é muito eloquente em suas manifestações permeadas por

uma retórica religiosa, na qual enfatiza o papel de Deus em sua vida e na de todos os presentes. Embora a associação não tenha ligações formais com a Igreja Pentecostal, a presença do pastor imprime certa ambivalência ao espaço.

Os participantes dessa associação parecem não se importar com a centralidade ocupada por esses personagens. Em suas falas sempre se remetem à necessidade de obter a casa própria, expressando confiança na ação de Durval. Cidinha, uma participante, disse: “Eu preciso sair do aluguel e é pra isso que eu venho nessas reuniões. Não só por isso, é claro. Eu gosto de estar aqui. Venho porque eu confio no Durval. Eu sei que ele está fazendo o melhor que pode pra gente conseguir nossa casa”. A participação de jovens nessa associação é muito pequena e esporádica. O público é formado majoritariamente por mulheres adultas com idades acima dos trinta e cinco anos.

Todas as vezes que acompanhei as reuniões Durval insistiu para que eu falasse sobre minha pesquisa e como eu “poderia ajudá-los a avançar na luta”. A minha primeira participação nas reuniões da associação foi acompanhada de certa solenidade por ser um fato pouco usual um pesquisador naquela região e, em especial, naquela associação. Minha condição de pesquisador da Universidade de São Paulo foi veementemente enfatizada por Durval. “Hoje a gente tem a presença do Gilberto, um pesquisador da USP. Pra vocês verem como a nossa associação está ganhando força”. As pessoas pareciam muito satisfeitas com a minha presença e demonstravam concordar com a afirmação de Durval. Este, me colocando em uma situação delicada, inesperadamente me pediu para que eu desse minha palestra. Não pude negar um pronunciamento sob pena de criar um mal-estar e dificuldades a todos. Então improvisei uma fala acerca das periferias, apresentando minha proposta de pesquisa e a importância que aquele encontro tinha para mim.

Nos encontros subsequentes Durval manteve o mesmo comportamento em relação à minha presença. Esta associação apresenta poucas relações com outros espaços. Desse modo ela tem pouca capilaridade, reduzindo sua rede de relações àquelas estabelecidas por Durval. Principalmente as orientadas pelo vereador Antunes. De certo modo, minha presença como um pesquisador da USP era uma moeda que expressava o prestígio político de Durval. Ao ganharmos uma maior aproximação, ele passou a me considerar um participante de sua associação. “Nós temos o vereador, mas não é sempre que ele pode acompanhar as nossas reuniões. Você tá vindo aqui e qualquer hora dessas em que a gente for na Secretaria de Habitação nós vamos precisar de você com a gente pra uma espécie de assessoria. Você tá me entendendo?”.

O estilo personalista de Durval conduzir a associação parecia apontar para um tipo

particular de relação política. Esta se mostrou marcada por uma ação circunscrita a uma pequena área do território, um grupo muito homogêneo de participantes e uma relação estreita e baseada na troca de favores com um parlamentar. O término do trabalho de campo não permitiu a continuidade de minha relação com essa associação e sua liderança. Isso impossibilitou que fôssemos à Secretaria de Habitação e que eu desse, dentro dos limites que meu papel permitia, a assessoria que me foi solicitada. De modo que reconheço que se estabeleceu uma relação um pouco nebulosa na qual eu, infelizmente, não consegui deixar suficientemente claras para todos as razões de minha presença na associação.

Fechando o circuito

É evidente que esse conjunto de entidades não abarca todas as manifestações associativas que desenvolvem alguma forma de ação política. Ele apenas representa uma parte dessas manifestações oriunda, como já frisei, de minhas escolhas como etnógrafo. No entanto, acredito que se trata de um conjunto bastante representativo das formas como a ação coletiva se realiza nas periferias. Esse conjunto de espaços associativos permite observar diferentes maneiras de percepção da política e, nesse sentido, possibilita perceber a política como um fenômeno transversal às diferentes práticas sociais.

Ao iniciar a pesquisa de campo eu me vi às voltas com duas possibilidades de trabalho. De um lado, eu poderia abordar cada uma das associações estabelecendo suas especificidades e possivelmente construindo algumas comparações. De outro, eu poderia olhar para as diferentes gerações de atores observando suas interações nas associações, suas relações no bairro, suas práticas políticas e o entendimento sobre a ação coletiva, sem necessariamente centralizar o foco exclusivamente sobre as associações, embora estas sejam o campo no qual se desenvolve prioritariamente a ação.

Ao longo do trabalho eu optei por um caminho híbrido entre essas duas opções iniciais. De um lado, à medida que fui registrando minhas observações de campo e posteriormente quando me debrucei sobre esse material, percebi que havia certas distinções e semelhanças entre os espaços associativos que de certo modo me possibilitavam estabelecer um nível de comparação entre eles. De outro, lancei o foco da atenção sobre a ação coletiva dos atores em todas as associações, em sua circulação e suas compreensões sobre a vida associativa e a prática política no território.

Nesse conjunto de associações um aspecto importante a ser observado é que mesmo quando os grupos mantêm as características de associação – reuniões, diretoria,

agenda de ações etc. –, elas não encerram uma realidade monolítica e fechada em si mesma. Nesse conjunto trabalhei com associações que podem ser reportadas aos anos 1970 tanto em sua forma organizativa como em suas concepções de mobilização. Por outro lado, existem associações muito dinâmicas, com capacidade de aglutinar novos atores em seu trabalho, fato observável na Associação Mulheres na Luta e na Sociedade São José Operário.

E possível perceber que as associações se desdobram em diferentes universos que se imbricam e se destacam, a depender do contexto. “Uma organização associativa se consolida reunindo diversos contextos de experiência e de atividade, pontos de perspectiva e estratos de competências que ela coloca em sinergia” (CEFAÏ, 2011, p. 96). As associações podem ser espaços de trabalho social exercendo tarefas que incidem sobre a vida cotidiana dos moradores. Podem ser também, e, sobretudo, uma entidade com atuação política, seja reivindicando benfeitorias para sua região, seja atuando especificamente no universo político institucional. As associações são, ainda, espaços de pesquisa social, “uma espécie de agência de desenvolvimento local, de cartografia dos problemas a serem resolvidos” (idem, pp. 97/8).²² Eliasoph (2010, p. 15) distingue três tipos de associações: os grupos de voluntários, grupos de lazer e de ativistas. Essa duas classificações se assemelham, embora sejam frutos de pesquisas em territórios bastante díspares. Os espaços associativos das periferias da cidade de São Paulo podem ser pensados a partir dessas classificações, mas dentro de uma dinâmica compósita no sentido de que no mesmo espaço associativo encontram-se práticas que remetem a diferentes lógicas de funcionamento.

As associações podem ser compreendidas como espaços de sociabilidade que constituem relações para além daquelas imediatamente instrumentais colocadas objetivamente dentro de sua missão. Por exemplo, articulando-se elementos da religiosidade católica com as formas de organização popular. Nelas se consolidam redes de relações, forja-se a própria compreensão da vida associativa e se elaboram concepções de poder. Por meio da experiência da participação criam-se símbolos coletivos e definem-se papéis sociais.

Tensões e disjunções em campo

Durante a pesquisa de campo vivi três episódios de forte magnitude que marcaram de maneiras diferentes a vida de militantes e moradores da região na qual realizei a pesquisa. Quanto às minhas relações com esses atores e ao andamento do trabalho de campo, os três

²² Cefai (2011, pp. 97/8) observara essas características na associação *La Bellevilleuse*, em Paris.

episódios exerceram algum grau de injunção, ora dificultando o trânsito pelo espaço, ora introduzindo novos elementos políticos para dentro das dinâmicas políticas locais. De todo modo, mesmo episódios que possam ser compreendidos como extemporâneos são parte constitutiva do campo e assim foram observados. Contudo, parece-me pertinente expor esses acontecimentos neste capítulo inicial, no intuito de ilustrar as dinâmicas vividas pelos militantes e líderes das periferias, bem como a tarefa de pesquisar em meio a essas injunções.

O primeiro desses eventos foram as eleições municipais de 2012, durante as quais eu pude observar a introdução de novas dinâmicas às práticas políticas dos militantes.²³ Neste momento cabe apenas guardar que as lógicas que regem as campanhas eleitorais exigem dos militantes reelaborações sobre a política e sobre o conjunto de práticas que constituem a ação coletiva na região. O segundo evento teve um teor dramático e interferiu na circulação das pessoas, nos ritmos do cotidiano e nas percepções dos moradores e militantes sobre a vida na cidade. Refiro-me à série de atentados ocorrida no segundo semestre do ano de 2012 e que abalou particularmente todas as periferias. Os atentados eram efetuados por homens encapuzados pilotando motocicletas ou dirigindo carros pretos. A simples aparição de um veículo com essa característica era suficiente para propagar o receio, a apreensão, o medo.

“Eu estava conversando com o Carlos e o Cobrinha em frente à minha casa quando de repente nós vimos despontar na esquina um carro preto. Mano, foi o maior apavoro! Não foi não, Carlos?

– Ôxi!

– Um olhou para o outro e nem falamos nada. Ficou só aquela coisa de “mano, a casa vai cair”. Porque você tá ligado que os caras chegam atirando e nem querem saber quem é. O carro virou e começou a descer devagar. Então eu dei um passo pra trás e mais outro só de olho no carro. Fui tentar abrir o portão pra gente entrar, mas sem apavoro pros caras não entrarem numas. Quando eu pus a mão na maçaneta o portão tava fechado na chave. A minha mulher tinha fechado e tava lá dentro. Aí já não dava pra fazer mais nada. Ficamos ali parados esperando o carro chegar. Não dava pra correr porque ia ser pior. E se não fosse os caras? O carro foi chegando, chegando, chegando. Eu já me preparei pro pior.

– Pode crer. Eu tava gelado.

– Aí eles passaram. Não dava pra ver ninguém dentro do carro todo filmado.²⁴

Os atentados à vida das pessoas foram acompanhados da decretação de toque de recolher, sempre desmentido pelas autoridades. Durante os anos em que venho pesquisando

²³ Nos capítulos subsequentes retomarei essa questão.

²⁴ Diálogo que tive com Dirceu e Carlos, reconstituído em caderno de campo.

nas periferias eu sempre circulei sem restrições dessa ordem. Nesses dias, ao participar de uma reunião na qual se discutiam as demandas de educação da região, fomos surpreendidos pelo aviso de um militante.

– Pessoal, chegou um aviso pra nós que a nossa quebrada tá em toque de recolher. Antes de seguir com a reunião a gente precisa decidir o que vamos fazer. Se tem gente que quer ficar e a gente segue nossa discussão ou se é melhor todo mundo ir embora.

– Se tiver alguém que quiser ir embora pode ir. Cada um decide porque nessa situação cada um deve decidir o que quer. Não é porque estamos aqui que todos devem ficar ou ir. Bom, sei lá. Tá difícil.

Apesar do clima de apreensão todos resolveram ficar. Para minha surpresa, dada a vulnerabilidade a que todos estariam expostos, não houve muita discussão. Ao sair da reunião, quando me dirigia para minha casa, as ruas próximas ao local estavam inquietantemente vazias. À medida que me aproximava do metrô o cenário foi se alterando. Um número maior de pessoas circulava pelas ruas, chegando, provavelmente, em sua maioria, do trabalho, de escolas e faculdades.

Outro momento importante do ponto de vista das macroinfluências sobre o local foram as manifestações de junho de 2013, que se iniciaram pela reivindicação de diminuição da tarifa de ônibus na capital. Estas manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), tomaram proporções inesperadas e levaram para as ruas toda sorte de pessoas. Na periferia, a despeito do reconhecimento da legitimidade das reivindicações e da participação dos militantes das associações em algumas das manifestações, os jovens militantes, sobretudo, mostravam-se, em alguma medida, indignados. O bordão, repetido por manifestantes de junho e pela mídia, “o gigante acordou”, levava os militantes da periferia a dizerem que “se o gigante acordou, nós nunca dormimos, pois estamos na luta há muito tempo”. Isso de certo modo trazia para o centro do debate o papel político desempenhado pelos jovens militantes moradores das periferias. Estes reivindicavam o protagonismo político para si a despeito das manifestações ocorrerem nas regiões centrais da cidade. Por outro lado, sinalizava, também, algum sentido de vinculação a uma política das periferias da cidade. Não tardou para que manifestações contra a tarifa de ônibus, entre outras, eclodissem nas periferias, sem ganharem a notoriedade daquelas que experimentaram a cobertura dos meios de comunicação.²⁵

²⁵ Durante o mês de junho de 2013 eu finalizava meu doutorado sanduíche na Université Paris XIII, Paris. Acompanhei as manifestações pelo noticiário internacional e de informações que chegavam a mim pelas redes sociais. Ao retornar ao Brasil, obtive mais informações e acompanhei algumas reuniões nas quais se avaliavam as consequências das manifestações.

Saída de campo

Ao término do período em que eu me dediquei com maior intensidade à pesquisa de campo não pude deixar de me perguntar qual seria minha relação com as pessoas que eu havia acompanhado, compartilhando do seu tempo, de seus saberes, de suas inquietações. Além, obviamente, do resultado final da pesquisa, que é a escrita da tese a ser apresentada à banca de avaliação do doutorado, o que mais restaria desse tempo? Não falo aqui da necessidade de uma função do trabalho de pesquisa diretamente ligado às necessidades das pessoas e associações pesquisadas, como se a pesquisa obrigatoriamente tivesse de responder às demandas emergenciais do campo. Aliás, isso não faria o menor sentido, pois seria subestimar a capacidade reflexiva dos sujeitos ao mesmo tempo em que superestimaria as possibilidades do pesquisador. Algo que está longe das pretensões deste trabalho.

No entanto, o contato com algumas pessoas em campo estabelece, quase que inevitavelmente, laços de afinidades e afetos. Talvez essa seja, inclusive, uma condição para a realização do trabalho de campo, pois dependemos, os cientistas sociais, da boa vontade de nossos interlocutores em nos aceitar como pesquisadores. De alguma maneira eu me senti durante o trabalho de pesquisa realmente interpelado por pessoas e por certas situações vividas no campo. Depois de meses de convivência não era difícil perceber o estabelecimento de vínculos mais estreitos com alguns dos meus interlocutores. Ao mesmo tempo, experimentava em algumas situações certo afetamento – no sentido de “deixar-se afetar”, segundo Fravet-Saad (2005). Ou seja, deixar-se ser tomado pelas manifestações emanadas pelos agentes pesquisados. Para Fravet-Saad, foi experimentar os efeitos da feitiçaria. Para mim, foi compartilhar das inquietações e angústias que acompanham a vida associativa e a atividade política. Também me parecia que em sentido simétrico havia o mesmo sentimento por parte de algumas pessoas mais solícitas e que demonstravam maior desejo em colaborar com minhas atividades de pesquisa.

Durante o primeiro semestre de 2013 eu estive afastado do campo.²⁶ Quando retornei, observei uma periferia diferente. Novas e rápidas dinâmicas haviam introduzido novas configurações no campo. Novas relações sociais e pessoais haviam se estabelecido, redefinindo meu cenário de pesquisa. No reencontro fui surpreendido com manifestações de saudade acompanhadas de felicitações, mas, também, com verdadeiras cobranças pela ausência. Algumas em tom de mágoa. Assim, inesperadamente, meu encontro com Márcio foi

²⁶ Durante o primeiro semestre de 2013 realizei um estágio doutoral (doutorado sanduíche) vinculado à Université Paris XIII, Paris.

marcado pela indignação deste em relação a mim.

– Pô, mano, como você some assim? Não avisa nada e sai fora?

Tentei justificar minha ausência explicando os motivos, mas nada parecia ser razoável para ele. A sensação era bastante inesperada para mim, pois partia da pessoa que eu nunca imaginara manifestar essa vinculação.

– Você devia ter me falado que eu poderia te ajudar. Conheço uma pessoa que mora lá e você poderia ficar na casa dela. Amigo é pra essas coisas.

Ao entrar em campo como pesquisador não se pode evitar o estabelecimento de laços de amizade e companheirismo que colocam questões de diferentes ordens para o pesquisador. Ao iniciar uma pesquisa estão inevitavelmente colocadas questões de ordem ética e a entrada em campo e sua consolidação como espaço de pesquisa empírica. Assim, é comum nas pesquisas a apresentação da entrada em campo, das vicissitudes pelas quais passa o pesquisador, das agruras do trabalho de conquista de confiança, das trocas e reciprocidades. Menos comum é tratar da saída do campo. O que fazer quando se passa um tempo acompanhando pessoas que estão próximas ao pesquisador e não a quilômetros de distância? Depois de trabalhar pela conquista e construção de vínculos, como proceder à desvinculação? Na realidade, não tenho uma resposta. Apenas carrego ao fim deste trabalho certo incômodo pela quebra abrupta de minhas visitas enquanto me dedico à escrita. Ao mesmo tempo, tenho a sensação de que mesmo que eu não volte para esse campo, ele marca de forma indelével minha trajetória.

Chego ao fim com a sensação de que parte do trabalho que me propus foi cumprido. Teria ainda muito por fazer e, talvez, no início, a tarefa tenha sido desmesurada e muito além de minhas possibilidades. Livros ficaram no caminho sem serem lidos. Já são promessas de leitura para o futuro próximo. Ideias vieram e se foram. Quando pude anotei-as em meus cadernos. Algumas viraram apenas um registro em minha acanhada memória ou um arquivo no computador. Planos para o futuro se desenharam enquanto eu tecia esse artesanato juntando os materiais que encontrei pelo caminho. Fiz minha bricolagem. Recolhi e juntei meus diferentes fragmentos. Construí meu elefante.

CAPÍTULO II

Periferias: território e ação coletiva

No capítulo anterior expus os modos pelos quais se elaborou e se realizou a presente pesquisa. Nele apresentei as inquietações que culminaram em meu problema de pesquisa e as opções metodológicas de trabalho. Apontei minha predileção pelo termo cidadão proposto por Agier (2011), segundo o qual o cidadão faz a cidade ao se relacionar com seus espaços e, também, ao elaborar um universo simbólico sobre o território no qual circula. Apresentei algumas formas de organização da ação coletiva presentes nas periferias ao longo do século XX e do atual, assim anunciei os espaços associativos sobre os quais realizei a pesquisa de campo. Especifiquei, também, a maneira com que se promoveu o acesso e a permanência nesses espaços.

Diante de minhas perguntas iniciais me parece necessário apresentar neste capítulo um breve balanço da produção acadêmica e do debate acerca do tema das periferias no sentido de expor algumas interpretações sobre os usos e entendimentos dessa categoria analítica e, também, sobre o próprio território convencionalmente nominado com tal substantivo. Acredito que isso é importante no intuito de colocar sob perspectiva histórica a discussão acerca da periferia e da cidade, conceitos problematizados nos últimos anos no interior das ciências sociais.

Bhabha (2005) afirma que “... é a cidade que oferece o espaço no qual identidades emergentes e novos movimentos sociais do povo são encenados. É lá que, em nosso tempo, a perplexidade dos vivos é mais intensamente experimentada” (pp. 237-8). Essa observação do autor corrobora com a minha perspectiva de se pensar a configuração da cidade de São Paulo e suas periferias como um processo que se desenvolve em conjunto com a constituição dos movimentos populares e da vida associativa. As diferentes formas de associativismo, principalmente aqueles que guardam relações com as lutas por melhorias urbanas, não seriam apenas reativas às situações de carências, mas constitutivas das dinâmicas que configuram a cidade. De fato, observando-se o crescimento e a ampliação das fronteiras da cidade de São Paulo, a partir dos anos 1950, por meio do processo de expansão de suas periferias (KOWARICK, 1993) não se pode deixar de notar que, concomitante a esse processo, emerge uma série de movimentos sociais que reivindicam a implantação de melhorias urbanas. Desse modo, pode-se articular a gênese e o crescimento, sobretudo nos anos 1970, das periferias da cidade de São Paulo às diferentes formas de organização

devotadas ao associativismo popular e à emergência de movimentos sociais que lutavam para que o Estado implantasse nas periferias equipamentos de uso coletivo ou individual. Cabe lembrar que o associativismo popular é um fenômeno que se observa na cidade de São Paulo desde os anos 1930, por meio, principalmente, da organização das Sociedades Amigos de Bairro – SABs (MOISÉS, 1978).

Nos anos 1970, um trabalho pioneiro e que marcou época nos estudos sobre as periferias foi *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, livro organizado pelo CEBRAP para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. O foco do trabalho recaía sobre as condições de vida dos trabalhadores que foram habitar as periferias naquele momento de acelerado processo de industrialização da cidade e expansão de suas periferias. O trabalho aponta que o acirramento da acumulação capitalista na cidade lançava a imensa maioria de sua população em uma situação de penúria e pobreza.

Atentos à movimentação popular na cidade, cinco anos depois o Cebrap lançou o livro *São Paulo: o povo em movimento*, que de certa forma vinha compor o quadro de análise daqueles anos marcados pela ditadura militar. O livro apresenta artigos de vários autores abarcando a emergência dos movimentos sociais, dos sindicatos, dos movimentos de bairro, dos negros, do feminismo e dos partidos políticos. Lançava uma luz sobre a “perplexidade dos vivos” (BHABHA, 2005) naquele contexto de contenção política imposta pelo regime, deslindando diferentes manifestações que vinham ocorrendo na cidade.

No bojo dessas reflexões, os trabalhos de Ruth Cardoso e Eunice Durham exerceram um papel fundamental na constituição de um campo de estudos voltados para as regiões periféricas e para os movimentos sociais populares que ocorriam nos anos de 1970/80. Sem dúvida, pode-se afirmar que as duas antropólogas foram pioneiras na constituição de uma nova perspectiva de investigação, que se afastava dos estudos de comunidades que imperavam nas abordagens promovidas pela sociologia que se voltava para os estudos urbanos. Em decorrência de suas concepções pode-se falar que Ruth Cardoso e Eunice Durham enunciaram uma nova perspectiva de abordagem sobre a cidade: a antropologia urbana. Talvez não se possa dizer que havia a proposição desse projeto inicialmente no desenvolvimento de seus trabalhos, mas o fato é que a antropologia era dominada fundamentalmente pelos estudos etnológicos, voltados para a investigação das populações indígenas e, a partir do trabalho das duas pesquisadoras, as populações urbanas passaram a ser objeto de investigação sistemática da antropologia. Segundo Magnani (2011, pp. 41-2) “Ruth e Eunice inauguram uma linhagem própria e original de estudos urbanos em São Paulo”.

Ruth Cardoso dedicou grande parte de suas reflexões aos estudos dos movimentos

sociais urbanos das populações das periferias da cidade de São Paulo. Tomando o crescimento da cidade, o aumento da população nas periferias e nas favelas e as manifestações populares como objetos de pesquisa, a autora posicionou-se contrária às correntes que debatiam a expansão da cidade e da população residente nas franjas urbanas, tendo como referencial a teoria da marginalidade (CARDOSO, 2011). No mesmo sentido, seus trabalhos se orientam pelo questionamento à dicotomia rural/urbano, que, em conjugação com a teoria da marginalidade, era utilizada para explicar os problemas oriundos do processo de urbanização como resquícios ou sobreposição do rural sobre as dinâmicas de urbanização do Brasil.²⁷

A partir de uma perspectiva teórico-metodológica, que combinava sua formação em antropologia e sua atuação na área de ciência política da Universidade de São Paulo, Ruth Cardoso desenvolve, segundo Caldeira (2011, p. 18) um intenso trabalho interdisciplinar investigando as condições de vida das populações da periferia da cidade de São Paulo. Muito embora esta autora aponte que “o urbano em si mesmo não chegou a se constituir em uma questão central na produção de Ruth” (idem, p. 19). Ao contestar as perspectivas que apontavam a dicotomia rural/urbano como constitutivos do desenvolvimento das dinâmicas sociais que se processavam na cidade, Ruth Cardoso afirmava que:

Recusamos, portanto, qualquer pretensão de identificar sobrevivências do mundo rural entre essa população de urbanização recente. Valores e normas de comportamento não se perpetuam senão pela sua própria renovação (CALDEIRA (org.) 2011, p. 171).

Curiosamente, e corroborando as observações anteriores, a autora não elabora uma definição do conceito periferia em seus escritos, assumindo, aparentemente, como evidência empírica a existência de uma periferia da cidade. Suas reflexões sobre a cidade são marcadas pelas proposições de Manuel Castells, principalmente as noções de “contradições urbanas” para discutir os movimentos sociais populares. A periferia apresenta-se nos trabalhos de Ruth Cardoso como espaço no qual se desenvolve a vida e a luta política das populações pobres da cidade com vistas a solucionar as carências de equipamentos de consumo coletivo.

É importante realçar que, ao abordar os movimentos populares, Ruth Cardoso enfatizou a importância de se investigar a perspectiva que os atores têm sobre a política, suas formas de organização e as relações que estabelecem com o Estado, mais uma vez em debate com as perspectivas que lançavam explicações generalizantes sobre os movimentos sociais,

²⁷ Por exemplo, os estudos desenvolvidos por Queiroz (1973, 1978) acerca da presença de elementos rurais na configuração das cidades brasileiras.

observando-os como agentes democratizantes *per se*. Assim, no tocante à política podemos ler:

Decretar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora, sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado, parece incompleto. A simples existência empírica de manifestações populares não autoriza conclusões a respeito de sua função política, pois elas estão referidas a um contexto que precisa ser descrito. Falta um mapeamento das diferenças entre os vários movimentos sociais: das condições de sua eficácia e dos contextos políticos dos quais emergem (Idem, p. 248).

Parceira de Ruth Cardoso em várias investigações e artigos, a antropóloga Eunice Durham volta-se para os estudos das populações urbanas e elabora mais detidamente uma reflexão específica sobre a periferia. Em seu artigo “A sociedade vista da periferia” a autora afirma:

A população pobre está em toda parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas há um lugar onde se concentra um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada “periferia”. A “periferia” é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos (DURHAN, 2004, p. 382).

Vê-se aqui periferia definida primeiramente como um espaço específico, que é constituído pelos modos de vida das “classes populares”, denominação que pretende abarcar as diferentes manifestações culturais dos trabalhadores da cidade, e que, segundo a autora, não são inteligíveis pelas categorias marxistas, sobretudo a de “classes sociais” (DURHAN, 2004). Segue fundamentalmente em sua definição que a periferia é um espaço de carências e precariedades ou mesmo de inexistência dos serviços públicos essenciais à vida da população.

Outra característica apontada pela autora é a da segregação da população que habita essas regiões afastadas do centro da cidade. Essa segregação promove um tipo peculiar de sociabilidade no bairro, marcada por uma forma específica de cultura e pela perspectiva de melhora de vida, que facilitará, segundo a autora, a emergência de ações coletivas visando à satisfação das carências de bens de consumo coletivo. Nesse aspecto da definição é importante chamar a atenção para a referência à segregação da população periférica tendo em vista que os estudos sobre segregação foram uma marca dos estudos da Escola de Chicago, cujos pesquisadores tiveram uma importante presença e incorporação nos estudos urbanos desenvolvidos por Durham nos anos 1970.

A preocupação fundamental das reflexões de Durham se inscreve na tentativa de compreender as características culturais dessa população que reside nas periferias cujas características são: o processo de migração para as cidades brasileiras; um projeto familiar de ascensão social por meio do trabalho; a autoconstrução de suas moradias; o desenvolvimento de práticas políticas e de mobilização social por melhorias urbanas.

Segundo Caldeira (2011) Eunice Durham e Ruth Cardoso estiveram muito atentas à produção do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) e discutiram as formulações elaboradas pelos pesquisadores desse centro com seus alunos em seminários desenvolvidos na Universidade de São Paulo. Daí, parece, emerge essa orientação para os aspectos propriamente culturais em seus estudos urbanos com vistas a compreender os modos de vida dessa população. No entanto, há um diferencial, o sentido de que Cardoso expressa em suas reflexões uma preocupação com a capacidade de mobilização dos moradores das periferias.

Do grupo de pesquisadores orientados por Ruth Cardoso destacam-se, trabalhando sobre as temáticas da periferia, os trabalhos de Tereza Pires do Rio Caldeira e José Guilherme Cantor Magnani. Este com trabalhos voltados para o estudo das formas de lazer das camadas populares, aquela com estudo sobre as percepções políticas desses segmentos sociais.

Caldeira (1989) investiga as manifestações e representações dos moradores da periferia sobre a política e o poder, focando, em uma perspectiva antropológica, as concepções sobre esses termos na perspectiva nativa, ou seja, a autora visa explicitar o entendimento que os próprios atores dão sobre a política. Este trabalho estabelece um diálogo com os citados, visando compreender o cotidiano dos moradores do bairro de São Miguel Paulista, na periferia da zona leste da cidade de São Paulo. A autora apresenta uma definição geral sobre o termo periferia, acompanhando criticamente aquela elaborada por Durham. Ao abordar a definição de periferia, Caldeira afirma que essa

[...] palavra é usada para designar os limites, as franjas da cidade, talvez em substituição a expressões mais antigas, como “subúrbio”. Mas sua referência não é apenas geográfica: além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infraestrutura urbana (p. 7).

Caldeira problematiza o conceito de periferia ao afirmar que “periferia quer dizer muita coisa e, ao mesmo tempo, não serve para explicar quase nada” (1984, p. 7). Assim, define a periferia não apenas por suas características geográficas na composição da cidade, mas pela presença de um tipo específico de morador, com um tipo particular de ação política. São as representações dos moradores da periferia, seu modo de vida e compreensão sobre o

universo da política que ocupam as reflexões da autora e que vão compor o entendimento sobre o espaço urbano denominado periferia. “Quase sempre que se fala de “periferia” parece estar presente a identificação de um tipo de espaço urbano e uma forma de comportamento coletivo de seus moradores” (p. 8), afirma a autora.

Caldeira (1984) procura estabelecer matizes e relativizações marcando um contraponto com as explicações generalizantes sobre a periferia. Nesse sentido tenta, aproximando-se da perspectiva antropológica de Geertz (1978), fornecer uma “descrição densa” sobre as práticas políticas dos moradores da periferia no intuito de compreender quem são esses moradores, quais são suas lógicas políticas e suas relações com os movimentos sociais.

José Guilherme Cantor Magnani (1998), por outro lado, realizou, em seu doutoramento, um estudo inovador para aquele momento ao pesquisar o lazer dos trabalhadores da periferia. O autor busca compreender o que os moradores da periferia fazem em seu tempo livre, argumentando que este é tão importante para a compreensão das camadas populares quanto a estrutura de classes da sociedade, o trabalho ou a participação política, temas de maior prestígio acadêmico nos anos 1970/80 nas ciências sociais.²⁸

Ao discutir especificamente as características da periferia, o autor acompanha, em certa medida, as definições correntes em relação ao termo como um espaço de carências e do desenvolvimento de tipos específicos de sociabilidade que redundam, vez por outra, em movimentos reivindicativos. Contudo, ao investigar os momentos de lazer e a sociabilidade das camadas populares no seu tempo livre, Magnani elabora a categoria de “pedaço”, referindo-se àquele espaço na periferia no qual os moradores estabelecem laços de sociabilidade mais estreitos e de maior afinidade eletiva. O pedaço, segundo o autor, é aquele espaço no qual “existe um componente afirmativo referido ao estabelecimento e reforço de laços de sociabilidade, desde o núcleo familiar até o círculo mais amplo, que envolve amigos, colegas, ‘chegados’ (no âmbito do pedaço) e desconhecidos (fora do pedaço)” (MAGNANI, 1998, p. 33).

Observando a impropriedade da dicotomia rural/urbano, o autor afirma que “é possível perceber a presença de soluções que combinam um passado rural com o presente urbano, práticas tradicionais com técnicas modernas, antigos folguedos com as novidades da indústria cultural” (p. 25). Não se trata de dicotomia, mas de convivência, complementaridade e emergência de algo novo no campo das manifestações culturais na periferia da cidade por

²⁸ Essas afirmações foram reiteradas em palestras e debates pelo autor.

meio de novos arranjos promovidos pelos atores sociais. Enfatiza-se, nessa perspectiva, a capacidade de reorganização e o diálogo entre os componentes diferenciados que habitam o espaço urbano.

Com efeito, os deslocamentos de população para os grandes centros não envolvem apenas questões de ordem econômica, demográfica ou urbanística; para o próprio migrante, a mudança não se esgota no problema de uma maior ou menor capacidade de adaptação às exigências do trabalho urbano, mas significa alterações profundas em seu modo de vida, na forma de satisfação de suas necessidades e no aparecimento de novas necessidades. Implica, em suma, um reordenamento de todo seu estoque simbólico (p. 25).

Nessa perspectiva, a periferia não é, portanto, definida apenas pelo espaço, mas, também, por um conjunto de manifestações culturais que se dá pela reconfiguração operada pelo encontro de elementos tradicionais e da modernidade urbano-industrial. Por fim, o autor salienta a importância dos aspectos macrosociais – a dominação do capital, a influência da ideologia dominante – na configuração das camadas populares, porém alerta que as perspectivas que se orientam apenas por esses elementos operam uma análise reducionista da realidade, deixando escapar uma série de mediações na conformação desse segmento da população.

No campo da sociologia, as reflexões de Lúcio Kowarick (1980, 2000) marcaram as investigações sobre a cidade, apoiando-se, sobretudo, nas categorias e conceitos marxistas de análise social. Tendo como referência seus trabalhos, a sociologia urbana dos anos 1970/80 abordou a cidade de São Paulo por meio da dicotomia centro/periferia. Nessas abordagens, a cidade apresentava uma centralidade com a presença de equipamentos urbanos na qual habitavam os setores médios e altos da sociedade. Na periferia, a população pobre experimentava a exploração dos especuladores imobiliários, a autoconstrução de suas moradias, a carência de equipamentos de uso coletivo, o desleixo do poder público. Enfatiza-se o processo de ocupação do solo marcado pelo “padrão periférico de crescimento urbano”, fenômeno que levava para pontos cada vez mais distantes do centro os moradores pobres, muitos recém-chegados à cidade, no processo de urbanização que se processou nesse período.

Os estudos desse período enfocam que o paradigma estrutural de organização da cidade era seu processo de industrialização e, concomitantemente a este, assistia-se uma exploração da mão de obra que se processava não apenas nas fábricas, mas também no espaço da cidade. Kowarick (1980) desenvolve, então, a categoria “espoliação urbana” para explicar essa dinâmica de construção da cidade que se baseava na expansão da malha urbana sem a necessária ampliação dos serviços públicos. Esse processo tinha como característica a

maximização da extração da mais valia ao promover a ocupação dos espaços ainda não ocupados da cidade, distantes do centro e carentes de infraestrutura; relegando a um segundo plano os investimentos fundamentalmente necessários para a reprodução da força de trabalho demandados pelo processo de industrialização. No bojo desse processo, os trabalhadores seriam duplamente explorados ao terem de arcar com os custos da reprodução da força de trabalho cuja característica emblemática se dá pela mudança na relação destes com sua moradia que passa a ser autoconstruída em loteamentos periféricos durante seu tempo livre.

Segundo sua definição

Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominado de *espoliação urbana*: é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta deste (2000, p. 22).

Os trabalhos de Kowarick tomam como referenciais teóricos os pensadores marxistas Manuel Castells (1974) para discutir os aspectos propriamente urbanos e Edward Thompson (1977) para refletir sobre os modos de vida da população que habita essa porção da cidade. O conceito de experiência desenvolvido por Thompson é de fundamental importância, nesse sentido, para a definição de um *corpus* teórico visando à compreensão dos movimentos sociais urbanos que se desenvolviam naqueles anos.

No incremento de suas reflexões, Kowarick (2000) vai paulatinamente relativizando certas afirmações de modo ao perceber que há distinções entre os espaços periféricos da cidade. Nesse sentido, observa que são “periferias (...) no plural. Isto porque são milhares de Vilas e Jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outros verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas” (p. 43). Contudo, o que parece reunir todas essas periferias é a violência de variados agentes: polícia, bandidos, justiceiros, que acoplada às carências urbanas produzem uma “subcidadania urbana” (idem). Os moradores dos espaços periféricos vivem “sem direito à cidade” (idem, p. 55).

Enfatizando esse aspecto da subcidadania, a partir do ano 2000, outros estudos vêm detectando um padrão de expansão da malha urbana que expulsa os membros das camadas populares para espaços cada vez mais distantes da área central. Esse processo vem se intensificando, levando à configuração de novas periferias e novas centralidades, ao mesmo tempo em que compromete o uso das categorias dicotômicas centro/periferia para a

compreensão da cidade.

A emergência de novas centralidades na cidade e de novos agentes sociais vem estabelecendo novos ordenamentos, novas ocupações espaciais e temporalidades diversificadas na metrópole, segundo Frugoli (2000). A perspectiva apontada pela menção à multiplicação de centralidades traz em seu bojo uma mudança de compreensão para as relações centro/periferia e abre a possibilidade de se pensar uma nova diversificação e pluralização empírica e conceitual das periferias, uma vez que centro e periferia são termos relacionais.

Cabe lembrar que desde os anos 1980 alguns trabalhos já alertavam para o fato de que “a periferia dos grandes centros urbanos não configura uma realidade contínua e indiferenciada. Ao contrário, está repartida em espaços territorialmente e socialmente definidos por regras, marcas e acontecimentos que os tornam densos de significação, porque constitutivos de relações” (MAGNANI, 1998, p. 117).

A periferia comporta elementos que promovem sua unificação, mas também outros que comportam elementos de segmentação e estabelecem distinções sociais e territoriais. Pode-se observar a coexistência no território da periferia de espaços consolidados com outros onde se encontram ainda as precárias condições de vida que foram observadas há 40 anos, sinalizando que a dinâmica da especulação imobiliária colocada em ação há anos ainda permanece em vigor. Por outro lado, grupos de diversos matizes promovem diferentes manifestações, que vão desde ações políticas “tradicionais” até manifestações “espetaculares”, que afirmam o pertencimento e a valorização da *quebrada* (PEREIRA, 2005; MORENO, 2010), uma categoria nativa que se aproxima da noção de *pedaço* desenvolvida por Magnani (1998). Assim, demonstra-se, mais uma vez, a importância de se estabelecer matizes ao se investigar a periferia e os modos de vida de seus moradores. Como observa Frúgoli ao deparar com o cenário diversificado que compõe as periferias:

Cabe assim diferenciar, no plano analítico, a periferia como área urbana específica e sujeita a distintos graus de segregação (ou, num sentido inverso, de consolidação), como fenômeno social (que, nas últimas décadas, tem envolvido um projeto familiar e comunitário de inserção na cidade, mas com certas rupturas introduzidas por diversos fatores), *como um conjunto polifônico de representações nativas (cujas predominâncias tipológicas cabe definir caso a caso)*, bem como uma série de narrativas, das quais se destaca a realizada por atores sociais, como os rappers (2005, p. 148).

Em meu ambiente de pesquisa de campo é bastante perceptível que a periferia da cidade de São Paulo se constitui como um referencial identitário para uma parcela

significativa de sua população, que é muito provavelmente apropriado, também, como modelo pelos moradores de outras cidades de médio e pequeno porte quando se trata dos símbolos e códigos da condição e conduta periférica. Observa-se, também, que a periferia da cidade de São Paulo não é apropriada pelos diferentes agentes de maneira uniforme. Essa apropriação apresenta especificidades locais, delimitadas em um universo microssociológico, que ora estabelece relações ampliadas com outros agentes da cidade, ora enfatiza aquelas relações que se desenvolvem no âmbito da sociabilidade local.

Um conjunto de trabalhos recentes, em especial a partir dos anos 2000, tem mostrado, a partir de um enfoque local, o caráter disjuntivo presente nas periferias, enfatizando características como a nova pobreza, a precarização das relações de trabalho e emprego, as dinâmicas de segregação e o crescimento da violência.

No interior dessa nova linha de problematizações analítica, fazendo, em suas palavras, uma *antropologia com sotaque*,²⁹ Caldeira (2000) retoma o tema da cidade de São Paulo e de sua periferia, discorrendo sobre o crescente processo de segregação dos grupos sociais na cidade. Observa que segmentos dos grupos dominantes, dos setores médios e populares da população coabitam, em algumas circunstâncias, os mesmos espaços na cidade, mas, de modo paradoxal, os grupos dominantes e médios, se mantêm protegidos pelos dispositivos de segurança como muros, câmeras e todos os aparatos de segurança. Os condomínios fechados, vigiados diuturnamente, construídos ao lado de favelas ou no interior de bairros periféricos com suas reconhecidas precariedades, são, segundo a autora, o novo modelo de desenvolvimento e expansão da cidade. Na inevitabilidade de habitar – mas não de compartilhamento – o mesmo território da cidade com outras classes, as camadas mais favorecidas optam por morar e trabalhar protegidos por fortificações, criando uma *cidade de muros*, na expressão da autora. Essa configuração urbana leva à fragmentação da vida pública, inviabilizando a circulação, característica fundamental das cidades: “Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas” (p. 211).

Segundo a autora, o modelo explicativo centro/periferia é insuficiente para descrever os novos padrões de segregação e desigualdade social observados na cidade. Esta teria se transformado e se diversificado nos últimos 15 anos pela combinação dos seguintes processos:

²⁹ Essa afirmação se deve ao fato de Caldeira trabalhar na Universidade da Califórnia.

[...] a reversão demográfica, a recessão econômica, a desindustrialização e a expansão das atividades terciárias, a melhoria da periferia combinada com o empobrecimento das camadas trabalhadoras, o deslocamento de parte das classes média e alta para fora do centro; a ampla difusão do medo do crime, que levou pessoas de todas as classes sociais a buscar formas mais seguras de moradia (p. 255).

Essa lógica da segregação espacial e social, fruto dos processos já elencados e viabilizada pela implantação dos *enclaves fortificados*, é vista, pela autora, como a dinâmica estrutural organizadora da cidade de São Paulo. “Uma cidade que continua a ser altamente segregada... uma cidade de muros, com uma população obcecada por segurança e discriminação social” (p. 231). No entanto, a lógica dicotômica centro/periferia não se esgota completamente, mas é imbricada por essa nova forma de segregação espacial que se materializa nos enclaves fortificados.

Rolnik e Frugoli (2001) identificam processos de fragmentação das periferias consubstanciados por meio de megainvestimentos em grandes obras com função comercial ou de moradia. Estas redundam na verticalização de algumas áreas periféricas e no consequente ingresso de camadas médias nesses territórios denominados de periferia consolidada, portadora dos bens de uso coletivo, e outra marcada pelas características originárias da definição do termo. Pensando sobre os aspectos da sociabilidade nas periferias, esses autores percebem que a disseminação de *shopping centers* nas periferias introduzem novas dinâmicas de relações interclassistas por possibilitar o encontro entre membros dos estratos médios e aqueles oriundos dos segmentos populares. A carência de espaços públicos nas periferias tornariam os *shoppings* um espaço privilegiado de sociabilidade, embora sejam mais facilmente identificados pela noção de enclaves fortificados desenvolvida por Caldeira.

Em outra linha de investigação, Telles (2006) volta seu enfoque para as dinâmicas da cidade pós-fordista, fenômeno que se originou nos anos 1990 com o desmonte do parque industrial brasileiro. Concomitantemente a esse processo, a autora observa o aumento das atividades ilícitas e ilegais na cidade, configurando-se uma zona de sombra marcada por uma fragmentação da vida social na periferia de São Paulo. Para a autora, a dicotomia centro/periferia não é funcionalmente analítica para a investigação dos processos que se consubstanciaram na cidade e, em especial, nas periferias nos últimos anos. Esses processos introduziram modificações nas relações sociais, no fluxo de mercadorias e pessoas na cidade, bem como alterações nas relações políticas, inclusive com a definição de um novo papel para o crime e o tráfico de drogas nas bordas da cidade.

Poderíamos dizer que estamos frente não a dualizações, mas sim à disjunção ou dissimetria (essa sim problemática), sobretudo no que diz respeito aos jovens dos bairros pauperizados da cidade, entre integração econômica, integração política e integração cultural (p. 51).

A questão urbana se coloca em outra ordem: de um lado a inserção da cidade nas lógicas macroeconômicas do capitalismo financeiro, dos fluxos dos capitais e das pessoas, da cidade global, como preconiza Saskia Sassen (1994), e, de outro, as novas dinâmicas sociais de integração ou desintegração de parcelas da população que vivem nas áreas pauperizadas da cidade. A autora se propõe:

Interrogar os sinais e evidências de uma ampliada e crescente zona de indiferenciação entre o lícito e ilícito, o direito e o não-direito, entre o público e o privado, a norma e a exceção projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas, zona de indiferenciação [...] que não se reduz às fronteiras físicas (se é que estas existem) do que chamamos “periferia”, pois passa por todo o entramado da vida social, pelas práticas e suas mediações, pelos circuitos da vida urbana as conexões que se fazem nas dobraduras da vida social (p. 53).

Seus trabalhos apontam uma ruptura nas lógicas relacionais que regiam a vida das camadas populares das periferias nos anos de desenvolvimento industrial, enfatizando a diluição das fronteiras entre o legal e o ilegal; o lícito e o ilícito; o formal e o informal na vida cotidiana dos moradores dessa porção da cidade.

Seus trabalhos sinalizam uma configuração social nas periferias que faz lembrar a noção durkheimiana de anomia. Embora, talvez, não seja essa a intenção da autora. De todo modo, segundo suas próprias palavras:

[...] há evidências de sobra que mostram a corrosão dos procedimentos de regulação moral das tensões e litígios – a solução violenta, e mais-do-que-violenta, acompanhada de desmedida e sinais de crueldade, tem sido frequente no desfecho de brigas de vizinho, desafetos, disputas amorosas, dívidas domésticas entre uns e outros, tudo isso, enfim, que compõe as dimensões prosaicas da vida social. É o cupim fazendo seu trabalho (p. 103).

Ao enfatizar o aspecto fragmentado da cidade, a autora aponta, também, a limitação da noção de periferia para explicar as dinâmicas urbanas e sociais na cidade contemporânea. Baseada em uma perspectiva teórica de matriz foucaultiana ou neofoucaultiana – sobretudo nas reflexões de Agamben (2002) sobre a *cidade nua* e o permanente estado de exceção oriundo dos ilegalismos em combinação com o gerenciamento

do social. Seus estudos mostram que os papéis sociais, as distinções entre os mundos do crime e do trabalho, presentes nos anos 1970/80 (ZALUAR, 2002),³⁰ suas moralidades específicas e éticas orientadoras se embaralham e se confundem.

Aproximando-se dos mesmos eixos de problematizações, Feltran (2008) ao pesquisar a relação entre a periferia e o público, estabelece a existência de fronteiras que necessitam ser desveladas em seu funcionamento. Afirma o autor: “desvelar o funcionamento das fronteiras entre as periferias urbanas e a política; iluminar seus fluxos e tensões mais frequentes, os interesses e significados em disputa, os atores que a controlam” (p. 27). Segundo o autor, “no Brasil contemporâneo, já não é mais possível compreender as fronteiras entre as periferias e o público sem situar a violência no centro do debate” (idem). Feltran (2008) demonstra em seu estudo que nas periferias paulistanas as fronteiras entre o mundo do trabalho e o do crime se diluíram, embaralhando as distinções entre bandidos e trabalhadores, estabelecendo-se uma nova figuração social.

Se nos anos 1970 as pesquisas permitiam afirmar o sonho de ascensão social como projeto da família operária, as perspectivas apontadas por Telles e por Feltran sinalizam que essa perspectiva não se apresenta mais às famílias das camadas populares. Nessa nova ordem figurariam lógicas individualistas e uma ética que aceitaria formas inusitadas de articulação entre as esferas lícitas e ilícitas, legais e ilegais da vida social. Pode-se dizer que viveríamos, segundo essa perspectiva, em um mundo no qual a política fora substituída por um lado pela fragmentação e pelo gerenciamento social desempenhado, sobretudo pela ação das ONGs, e de outro lado pelo crime em sua versão Primeiro Comando da Capital (PCC) como interlocutor privilegiado e mediador das relações sociais nas periferias da cidade de São Paulo.

O lugar de destaque conquistado pelo crime organizado seria afirmado por sua capacidade de regulação e gerenciamento da violência; controle sobre determinados territórios que passaria por meio de sua ação por processos de pacificação; disseminação do tráfico de drogas, também sob o comando do crime organizado, e intensa comunicação entre o sistema prisional e as periferias cuja imagem se expressaria pelos vasos comunicantes da física, como demonstra Godoy (2010).

De certo modo, esses trabalhos enfatizam a centralidade da violência – em especial do tráfico de drogas e do crime organizado – na composição da vida urbana e nas

³⁰ Zaluar (2002) apontou em seu trabalho clássico que o conjunto de regras morais e éticas que regia a vida de trabalhadores e bandidos implicava em modos de vida excludentes, com fronteiras delimitadas. A transposição desses limites redundava em conflitos e tensões muitas vezes insuperáveis para os indivíduos.

dinâmicas de sociabilidade dos habitantes das periferias. Com isso, eles sinalizam a subtração da política na vida cotidiana desses moradores, como se pode observar no seguinte excerto:

Em nome da urgência e da emergência, o espaço da política é subtraído, tanto quanto é erodido o campo da crítica e o exercício da inteligência crítica (cf. Caulhoun, 2004) sob a gestão dos riscos, riscos sociais, pautando programas sociais e também os hoje celebrados projetos de valorização de espaços urbanos (...) (TELLES & HIRATA, 2011).

Outra perspectiva de compreensão da cidade é desenvolvida a partir dos estudos de Marques (2005) ao investigar os novos padrões de segregação e pobreza que se configuram na cidade a partir dos processos de reorganização produtiva iniciados nos anos 1990. O autor compartilha da perspectiva de que não é possível se operar com os mesmos referenciais teóricos de antanho para se investigar os fenômenos urbanos na cidade de São Paulo. Marques aponta para uma periferia heterogênea na qual há áreas de acentuada pobreza e carências de bens de uso coletivo próximas ou contíguas a outras nas quais estão instalados os equipamentos e serviços públicos. O autor observa nas periferias da cidade um campo novo de interações e diversificação social que coloca em xeque as interpretações correntes: “A rigor, o que se observa hoje não é mais passível de tradução pelos modelos de análise da sociologia e da geografia urbanas inspirados no marxismo estruturalista e em suas derivações posteriores” (p. 11).

Marques observa que a pobreza se apresenta de maneira heterogênea nas periferias, constituindo espaços de segregação e diferenciação social, em alguns casos acentuando mazelas sociais como desemprego e violência. Em suas análises, o próprio espaço constitui um elemento que possibilita ou dificulta o acesso aos bens de consumo coletivo que a cidade oferece:

[...] inúmeros processos locais da dinâmica das políticas públicas, e outros ligados ao cotidiano das comunidades, influenciam e diferenciam os lugares. Além disso, o próprio espaço, ao contrário de ser apenas um produto desses elementos, representa também um conjunto de constrangimentos e possibilidades, diferenciando as oportunidades que moradores de lugares mais ou menos segregados experimentam (p. 12).

Ao cotejar a produção acadêmica sobre a cidade desde os anos 1970, o autor aponta três lacunas. A primeira, relacionada ao papel do Estado na definição do espaço urbano da cidade. A segunda, a exígua produção sobre os capitais que atuam na e sobre a cidade e, por último, observa uma lacuna nos estudos referentes à periferia. No que tange aos objetivos

deste trabalho – a periferia – o autor afirma que:

... a maior parte da produção era de natureza ensaística e bastante impressionista com relação aos conteúdos concretos dos espaços periféricos. Embora estivessem presentes estudos de casos ricos em detalhes, eles tendiam a ser muito pontuais, dialogando de forma genérica com as interpretações ensaísticas mais gerais, e, portanto, apresentando grandes problemas para a generalização dos argumentos (p. 30).

A proposta do autor é, em vista disso, lançar uma proposição de pesquisa que visa responder aos novos padrões de segregação e pobreza desenvolvidos na cidade nos últimos anos. Para isso, estabelece algumas distinções conceituais começando pela redefinição da categoria periferia. Inicialmente nega o aspecto homogêneo da periferia, aponta diferentes formas de segregação compreendida “como separação” (mas não guetificação, fenômeno muito específico), [articulada] “com formas de acesso desigual a oportunidades e serviços” (p. 34).

A questão apontada pelo autor é que nesses espaços periféricos encontram-se elementos que compõem as classes médias e, em alguns casos, como no quadrante Sudoeste, grupos de classe alta em ascensão. Ao apresentar esses componentes diferenciais no espaço da periferia, o autor sugere que “em vez de periferia, seja mais apropriado falar de periferias” (p. 76).

O autor enfatiza a importância de se observar a localização dos grupos no espaço e a distribuição heterogênea da pobreza como elementos fundamentais para compor a análise do espaço urbano e, sobretudo, orientar as políticas públicas de distribuição de renda e resolução dos problemas urbanos que afetam as populações pobres da cidade. Enfatiza, a partir dessa questão, a importância de se observar as redes de solidariedade que permeiam a vida das populações desfavorecidas, apontando que o acesso aos bens e serviços se dá de maneira diferencial a depender da capacidade dos indivíduos na constituição dessas redes (MARQUES, 2010).

James Holston, antropólogo estadunidense, percorre a história da posse de terra no Brasil e conclui que a porosidade entre os elementos legais e ilegais estão no cerne da reprodução das desigualdades sociais do país. Ao descrever a ocupação das periferias da cidade de São Paulo, o autor observa que a sua ocupação se deu de maneira desordenada e marcada por ilegalidades por parte do poder público e da iniciativa dos proprietários de grandes glebas de terra que as desmembravam sem autorização dos setores responsáveis. Segundo o autor, a compra desses lotes representou a única maneira possível de adquirir a

casa própria por parte das famílias das camadas populares. A autoconstrução de suas casas implicou que esses novos habitantes criassem, por assim dizer, a periferia, e almejassem transformações políticas por meio da luta por melhorias urbanas e direitos sociais. Observando os movimentos sociais dos anos 1970 o autor afirma que:

... as difíceis condições de moradia ilegal motivaram as pessoas a estabelecer novas articulações da cidadania. Elas demandaram participação total na cidade legal, uma inclusão que se fundava na apropriação do próprio solo da cidade através da autoconstrução. A soma desses esforços criou uma nova fonte de direitos de cidadania: a experiência da classe trabalhadora de sofrer a cidade e de construir a cidade (p. 304).

A esse fenômeno o autor denomina de cidadania insurgente, por colocar no cenário político aqueles grupos tradicionalmente alijados do processo de construção da cidadania, alargando os direitos das camadas populares. De certo modo, o autor recoloca a questão da ação coletiva e da política como um conjunto de ações exercidas pelos moradores das periferias, que contribui para a construção da cidade, e como elemento constitutivo de certo empoderamento das camadas populares, que forçariam a ampliação dos direitos de cidadania. O adjetivo insurgente não caracteriza um levante, mas confere aos movimentos sociais, principalmente os voltados para a legalização de terrenos nas periferias, o sentido da ação coletiva que opera o questionamento das lógicas de exclusão da população das periferias dos direitos de cidadania.

Os trabalhos apresentados podem ser distribuídos em dois grandes grupos que representam dois momentos da história da cidade e do país e, por consequência, das indagações feitas pela sociologia e pela antropologia ao se debruçarem sobre o fenômeno urbano.

Um primeiro bloco de trabalho discute as problemáticas vividas nos anos 1970/80 e se orienta, faz eco ou se contrapõe às formulações apresentadas no livro *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*, organizado pelo CEBRAP para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Este livro marcou época por ser o primeiro trabalho a lançar um olhar sociológico para as periferias urbanas, que se expandiam para espaços cada vez mais distantes do centro metropolitano. Nesse momento, na sociologia, predominavam os estudos de vertente marxista nas abordagens sobre a cidade e sua periferia. No campo da antropologia apresentaram-se os trabalhos com foco nos agentes dos movimentos sociais, no cotidiano de seus moradores, em suas formas de lazer e cultura.

O segundo bloco analisa a cidade no período pós-abertura política dos anos 1980 e sob o impacto das transformações econômicas e sociais dos anos 1990, enveredando para as

questões atuais que inquietam os que investigam a cidade. Nesses trabalhos, a percepção da heterogeneidade, da fragmentação, das linhas de descontinuidades e rupturas entre os vários espaços urbanos que compõem as periferias estão no centro das investigações, estabelecendo uma diferenciação marcante com os estudos anteriores nos quais a periferia apresentava certa homogeneidade, sobretudo nas análises sociológicas, que a observavam empiricamente marcada pela ênfase nas carências urbanas.

Novos temas surgem nesses anos, já tratados em estudos clássicos, e ganham novo fôlego e novas orientações. O tema da segregação social é um desses. Clássico nos estudos urbanos desde os trabalhos da Escola de Chicago, o tema da segregação urbana vem sendo retrabalhado pelos pesquisadores que apontam novas formas de manifestação desse fenômeno nas cidades contemporâneas. Há, segundo as novas perspectivas analíticas, múltiplas “periferias” e múltiplas “centralidades”. Dentro dessa ótica seria possível pensar nas centralidades expressas nas variadas periferias, bem como na presença de elementos que compõem as periferias, alterando as configurações das áreas centrais. Na “periferização” de alguns espaços urbanos centrais se observa a perda de sua centralidade oriunda do abandono e da degradação de serviços e espaço público; por outro lado, assiste-se a crescente centralidade de alguns espaços que outrora estavam compreendidos como pertencentes à margem da cidade, representados pelas carências de bens e serviços de consumo coletivo e pelas debilidades sociais.

Embora em constante diálogo, os campos da antropologia e da sociologia vêm produzindo um material pontuado pelas suas características epistemológicas distintivas. A primeira, esmiuçando detalhes da periferia e da vida de sua gente, observando o *pedaço*, as festas, a produção da cultura; enquanto a segunda, tentando uma explicação abrangente dos grandes fenômenos iluminados, em alguns estudos, pela pesquisa etnográfica.

As transformações observadas nos estudos sobre a periferia parecem apontar para o resultado desse diálogo oriundo das necessidades impostas para a compreensão das transformações que a cidade vem sofrendo nos últimos anos e que exigem dos pesquisadores renovados esforços de pesquisa, novos posicionamentos teóricos e diferentes perspectivas metodológicas.

Tomando os dados de observação empírica, os investigadores vêm transmutando a noção de periferia para dar conta da multiplicidade de manifestações e ocorrências a que se observa nessa porção da cidade de São Paulo. Por outro lado, a noção de periferia também tem sido objeto de reflexão e questionamento dos próprios atores sociais que habitam as regiões compreendidas pelo termo. A periferia passou a ser vista e assumida discursivamente

por esses atores, por uma ótica de pertencimento, de afirmação de identidades e manifestações políticas e culturais que extrapolam a dimensão espacial. Para os atores locais, a periferia não é mais apenas o local de carências, estigmatizada pela pobreza e pela violência, mas espaço de manifestações de ordem cultural e social, consideradas pelos agentes como expressões de suas características *sui generis* e portadoras de sentidos positivos.

Observa-se nesse processo certa pluralização do termo periferia, que passa a caracterizar não mais um espaço homogêneo, marcado por carências no tocante aos bens de consumo coletivo, mas, também, locus de manifestação das contradições urbanas expressas na cidade pelo tipo peculiar de desenvolvimento capitalista. Essa pluralização do termo periferia vem demonstrar a existência de muitos e distintos espaços nos quais ocorrem diferentes manifestações socioculturais, embora estruturalmente apresentem características comuns que possibilitam um recorte analítico sobre o espaço e as dinâmicas sociais que se processam na cidade de São Paulo.

O termo periferia, como inicialmente era expresso pelos investigadores que se debruçaram sobre os espaços afastados do que se convencionou chamar de centro da cidade, foi transmutado nos últimos anos e de maneira praticamente consensual, para o de periferias no sentido de abarcar essa multiplicidade de características e modos de vida.

Conceitualmente, coloca-se a questão de se saber o quanto o termo ganha ou perde em força analítica ao se pluralizar e, por outro lado, se não seria oportuno revisar a pertinência do termo periferia em confronto com outras formas de se pensar o urbano como, por exemplo, a discussão em torno dos subúrbios. Seria possível se perguntar se as ciências sociais, ao tratar do urbano, estiveram às voltas com uma noção com pouca capacidade analítica e que sua fragmentação é apenas uma decorrência dessa fragilidade heurística ou, de outro modo, foi o acúmulo de pesquisas sobre o tema que possibilitou se observar as características polissêmicas das periferias.

Como veremos ao longo desse trabalho, a partir do estudo das diferentes associações pode-se afirmar que a cidade de São Paulo é vivida e significada de diferentes maneiras pelos seus moradores. Vale dizer que a cidade enquanto unidade, um todo orgânico físico ou simbólico, é apenas uma representação dentre outras possíveis e observáveis a partir da etnografia. A mesma afirmação cabe para suas periferias, noção impregnada de componentes e disputas simbólicas e políticas. O que equivale a dizer que a periferia é significada de diferentes maneiras e a partir de categorias distintas a depender da situação de interação dos agentes, de suas singularidades e aspirações políticas e sociais. É nessa chave analítica que eu pretendo trabalhar ao longo deste trabalho. Focando-me mais sobre as

situações de interação que se desenvolvem nas associações e entre os diferentes agentes para compreender como os moradores das periferias se relacionam no âmbito da vida associativa e com isso desenvolvem práticas que fazem a cidade.

Ao término desta sucinta exposição temática sobre a produção acadêmica acerca das periferias, cabe observar que a pesquisa apresentada nesta tese tem a pretensão de se somar aos esforços de entendimento das lógicas que configuram a cidade. Posicionando-me em uma linha de continuidade com as linhagens inauguradas nos anos 1970 desejo contribuir para a compreensão das dinâmicas da vida associativa dos moradores de suas periferias.

Política e representações do espaço

As observações apontaram para as diferentes perspectivas pelas quais as periferias da cidade de São Paulo têm sido abordadas pelas ciências sociais desde os anos 1970. Diante dessas perspectivas e enfatizando a vida associativa como um elemento de construção da cidade, observei em meu ambiente de pesquisa diferentes maneiras de se representar o espaço imediatamente vivido ou aquele, mais amplo, da periferia. Embora não seja meu objeto de investigação, parece-me pertinente apontar, ainda que de maneira sucinta, essas representações utilizadas pelos moradores para designar o território, pois a relação que esses moradores estabelecem com o espaço parece apontar, também, a maneira pela qual eles estabelecem seus vínculos associativos e configuram sua capacidade de ação coletiva.

Partindo da etnografia dessa pesquisa, pode-se afirmar que a despeito da possibilidade ainda em vigor de se estabelecer um caráter unitário para o termo periferia como categoria empírica de observação e mesmo como categoria analítica, há outras perspectivas para se pensar os espaços constitutivos do território periférico. Compreender como os moradores representam o espaço contribui para o entendimento das relações políticas locais, pois o espaço no qual se desenvolvem as relações é mais do que uma simples referência espacial: ele é o ambiente permeado pela troca de experiências culturais, pelo trânsito de símbolos e códigos.

Velho (1978) aponta para a existência de “mapas de prestígio” na cidade estabelecidos a partir do reconhecimento de distinções entre as regiões. Esse prestígio se institui por meio da utilização de termos classificatórios que estão impregnados de valores, muitas vezes cambiáveis, a depender do ator que o aciona.

Pode-se observar que o termo periferia é um significante adotado pelos moradores que habitam essas porções do território da cidade, mas, sobretudo, pelos atores coletivos com

maior inserção nos espaços associativos e na esfera pública. Por esses atores o termo é acionado como elemento ora distintivo das qualidades positivas presentes nas periferias, ora pelas suas características negativas. Portanto, o termo não apresenta o mesmo significado nos diferentes contextos em que é mobilizado pelos atores. Na ocorrência de relações entre os coletivos culturais com determinadas esferas do poder público, tal como a Secretaria de Cultura do município de São Paulo, o termo periferia ganha conotações extremamente positivas: a periferia é apresentada como o lugar de uma produção artística e cultural inovadora e emergente no cenário cultural. Em outra referência, a positividade do termo também se manifesta nos espaços de sociabilidade entre os pares ao se estabelecer uma oposição entre os “manos”, que vivem do lado de cá da ponte e os “playboys”, que habitam e frequentam os espaços do outro lado da ponte.³¹

A valorização do bairro enquanto um espaço da periferia tem sua representação marcada por certa valorização, também, por meio da percepção de que “lá é um lugar que da pra contar com os vizinhos” ou ainda como “um bom lugar pra se morar”. Segundo a expressão de uma moradora “eu não troco minha casa aqui no bairro por nenhuma mansão. Você veja esse pessoal que mora em apartamento. Ninguém conhece ninguém. Aqui não. Aqui todo mundo é amigo”.

De outro modo, a depender do tipo de interação entre os atores, são enfatizados os aspectos que caracterizam o espaço como um lugar de carências e que exige recursos do poder público para o tratamento de suas demandas. Sobretudo nas relações estabelecidas entre os moradores pertencentes à geração que participou das lutas populares dos anos 1970/80 e órgãos das secretarias de saúde, assistência social e educação. “Aqui falta muita coisa. É um bairro, vamos dizer assim, carente em quase tudo. Por isso que a gente luta. Pra melhorar. Mas tem a questão da cultura também. Aí a gente percebe que é uma região rica. Que tem toda essa questão cultural que esta bombando hoje” (Márcia, 25/AML).

As representações nativas sobre a periferia não expressam apenas as dicotomias centro/periferia nem tampouco remetem apenas a positivities ou negatividades presentes no espaço. Do mesmo modo, não se observa uma perspectiva nativa que corrobore uma essência tomada por todos como a representação da periferia, por mais que alguns grupos e pessoas tentem se apresentar na arena pública como os representantes legítimos dessa região. Nas ações políticas dos diferentes grupos, percebe-se o uso situacional e “tático” (de CERTEAU,

³¹ “Do lado de cá da ponte” é uma expressão nativa recorrente para se distinguir os moradores da periferia daqueles que moram fora da periferia. Uma discussão sobre essa questão encontra-se em Peçanha, 2006; Moreno, 2010.

1994) da noção de periferia a depender do contexto no qual ele precisa ser acionado pelos militantes e moradores, dos interlocutores e dos interesses em jogo.

Nas observações de campo constata-se a presença de elementos que corroboram as afirmações de Frúgoli (2005) quanto às manifestações dos moradores da periferia sobre o seu pedaço, constituindo um conjunto polifônico de manifestações que ora afirmam o pertencimento ao território, ora estabelecem distanciamentos, realçando os aspectos depreciativos. Pode-se observar, a partir de um olhar próximo às manifestações nativas, a constituição de alguns elementos que apontam dicotomias entre termos como: liberdade/opressão; sabedoria/ignorância; ação coletiva/apatia política; paz/violência; que organizam a ação coletiva dos participantes dos espaços associativos que foram acompanhados ao longo desta pesquisa. Curiosamente, esses elementos não se apresentam de maneira excludente nas falas e manifestações desses moradores, mas como elementos que estão em disputa no âmbito das representações e, também, das ações impetradas por meio do pertencimento à vida associativa.

Desse modo, pode-se afirmar que os moradores não negligenciam os pares das dicotomias relatadas, mas estabelecem relações apoiadas em uma “lógica de acoplamento” (HALL, 2003), acionando no interior dos conjuntos de elementos binários aqueles que melhor se encaixam nas diferentes situações ou elaborando soluções por meio da combinação, da eliminação ou do acoplamento de elementos diferenciados ou mesmo dos pares binários.

Assim, em alguns momentos, os grupos observados estabelecem oposições excludentes perceptíveis pela recorrente expressão usada por jovens militantes “nós não corremos com eles” acionada para se referir a políticos ou agentes que ocupam posições opostas às suas na esfera pública, sobretudo àquelas que estão referenciadas no espectro conservador. Manifestação que estabelece um “nós” e um “outros” no âmbito das relações políticas, excluindo do campo de possibilidades alianças com grupos reconhecidos pelos militantes e ativistas como pertencentes ao espectro do qual não fazem parte. Por outro lado, embora estabeleçam essas distinções e segmentem o espaço em torno das relações políticas, há momentos de busca de alianças ou de reconhecimento de que a política é composta por diferentes forças. Nesse sentido, no universo da vida associativa, não se pode afirmar a pré-existência de um espaço ou elemento hegemônico constitutivo das periferias. Parece importante voltar a atenção para os processos de interação e diferenciação (BHABHA, 2005, p. 56) que se dão no território, constituindo distintos sujeitos políticos.³²

³² Esse aspecto da vida associativa será abordado em detalhes nos próximos capítulos.

Há outras categorias nativas que segmentam de um lado e aglutinam de outro o território, conferindo-lhe outros sentidos que ora se aproximam, ora se afastam da noção de periferias. São os contextos em que a quebrada é acionada para se referir ao local de moradia e de atuação política, sobretudo quando o diálogo se desenvolve entre os grupos formados por jovens. Com certo sentido ambivalente, pode representar “a minha quebrada”, indicando distinção e complementaridade às outras quebradas da cidade. “Eu nasci aqui. Aqui é meu bairro. Minha amada quebrada, onde eu conheço todo mundo. Eu me orgulho disso. O cara pode até sair daqui, mas a quebrada não sai dele. Desculpe o bairrismo. Eu sei que tem gente que não gosta daqui, mas minha quebrada é tudo pra mim” (Ailton, 26/SA).

As noções de área e região são outros termos acionados para se referir ao espaço. Corrente no linguajar político de alguns cabos eleitorais e líderes comunitários as duas noções são complementares. O termo área é usado em geral para expressar aquela porção do território sobre a qual se tem uma maior inserção política e uma presença marcante de uma liderança tradicional com capacidade de mobilização dos habitantes. Assim, Durval, da Associação Vila Zita, diz que “na minha área quem comanda tudo somos nós, da comunidade”. A área guarda certa similitude com a noção de pedaço (MAGNANI, 1998) no sentido de ser uma unidade espacial na qual se estabelecem laços de sociabilidade mais estreitos e onde se compartilham experiências políticas e culturais. A forte presença de uma liderança de bairro de tipo tradicional é o elo que estabelece as relações com determinados políticos.

São estes que dão sentido às ações espacialmente circunscritas nas áreas ao englobarem essas práticas sob a noção de região. Assim, Durval, quando comenta a ação do vereador Antunes, diz que “ele trabalha pela região. Atendendo várias áreas. A minha, a do Chocolate, a do Ezequiel. É assim que funciona”. Cada uma dessas lideranças tem inserção sobre sua área e aciona o parlamentar ou é acionado por este quando for necessária a presença dessas lideranças ou dos moradores em algum evento que ocorra na região.

Em sua pesquisa no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, sobre as relações entre políticos e população, Kuschmir (2007) aponta que:

A região onde um candidato tem mais votos é a “sua área”. A área é definida pela relação entre trabalho realizado e votos obtidos. Quanto maior a correspondência entre os votos esperados e os votos obtidos numa certa área, maior a confirmação de que o candidato – agora parlamentar eleito – é o candidato da área. (...) A noção de área é utilizada quando se discute competição entre candidatos, estratégias de campanha e obtenção de votos (p. 70).

Guardando as especificidades dos ambientes de pesquisas no concernente aos diferentes padrões de urbanização e participação na vida associativa, penso ser possível me inspirar nas observações de Kuschnir para pontuar mais uma distinção. Partindo de minhas observações, percebo uma maior segmentação do território compreendido como espaço de ação política nas periferias paulistanas. As diferentes nomenclaturas nativas para abordar o espaço apontam não apenas para uma polissemia discursiva, mas para diferentes usos políticos do espaço, bem como para distintos acionamentos do poder público. Desse modo, a área não é o espaço do político (candidato ou parlamentar), mas o espaço de atuação circunscrito por determinadas lideranças com características acentuadamente locais.

A noção de periferias é referida por aqueles militantes com algum grau de compreensão da máquina administrativa e uma maior relação com os espaços institucionais do poder. Essa característica não está relacionada à longevidade da militância política. No conjunto de militantes que eu acompanhei, os grupos compostos por jovens demonstram maior facilidade no acionamento dos dispositivos de ação frente aos órgãos do Estado. De outro lado, as noções de área e região se conjugam nos discursos daquelas associações com menor capacidade de se articular, independentemente da mediação de um político profissional. As ações desencadeadas pelos membros dessas associações e sua compreensão das dinâmicas políticas são mais circunscritas ao local. Esse é provavelmente um dos motivos pelos quais essas associações vivem em torno do acionamento de políticos que poderiam ser identificados, grosso modo, como pertencentes a uma cultura política de matriz clientelista.

Desmembrar o território constituindo-o de diferentes sentidos como vimos anteriormente, implica a criação desses espaços a partir do olhar daqueles que o habitam. Cada um desses espaços comportam significados específicos auferidos pelos próprios habitantes em suas práticas diárias sobre o território. Nesses espaços, os moradores das periferias constroem seus territórios existenciais à medida que (des)territorializam ou reterritorializam novas e velhas formas de existir e de agir coletivamente, que não são substancialmente periféricas, mas a construção partilhada da experiência social. Parece-me que a afirmação de um militante ligado à Associação Mulheres na Luta, endereçada a uma plateia composta por jovens oriundos de vários espaços associativos em uma das reuniões que acompanhei, expressa alguma medida dessa relação:

A gente quer chamar as pessoas pro nosso território, mas é pro nosso território político. A gente quer que as pessoas estejam na luta com a gente. Não é só esse negócio de vir aí e olhar a periferia porque agora é legal, porque agora é *in vir* na periferia, falar da periferia. Isso é bom, é claro, mas

só isso não ajuda a somar na luta da gente aqui na quebrada (Antônio, 29/AML).

As variadas apropriações simbólicas sobre os espaços se constituem como uma linguagem política expressando diferentes compreensões sobre o território compreendido, como já foi observado anteriormente, como “códigos territórios”. Nesses, parece-me que o espaço onde se efetiva a ação política estabelece as distinções e as aglutinações que dão o caráter de unidade relativa para as periferias.

Por fim, imagino que esses apontamentos etnográficos possam ser instigadores de outras abordagens sobre a relação que os cidadãos estabelecem entre as concepções sobre os espaços e as representações políticas nas periferias. A compreensão dessa articulação pode ajudar a elucidar as diferentes formas e dimensões da ação coletiva desenvolvidas nas bordas da cidade.

CAPÍTULO III

A política e seus tempos

No primeiro capítulo, eu apresentei os problemas norteadores da pesquisa e a opções teóricas e metodológicas pelas quais me orientei na execução do trabalho, apontando os espaços associativos nos quais realizei a pesquisa de campo. Em face de minhas perguntas iniciais, no segundo capítulo considerei conveniente expor parte do debate acerca da periferia, traçando algumas temáticas que ao longo dos anos vêm norteando as pesquisas.

Neste capítulo tenho como primeiro objetivo discutir a noção de política que norteia a pesquisa, articulando-a à perspectiva de uma etnografia da vida associativa. O estabelecimento dessa relação se faz necessária em virtude do termo política emergir como uma noção recorrente no campo de pesquisa para designar as ações desenvolvidas pelos atores nos espaços associativos pesquisados. O segundo objetivo do capítulo é apresentar alguns dados da pesquisa etnográfica acerca das percepções nativas sobre a política e seus diferentes tempos.

Política

Durante minha pesquisa de campo, ouvi de um entrevistado a frase “tudo que a gente faz na *quebrada* é política”. Esta frase, em um primeiro momento, parecia sinalizar uma compreensão nativa sobre a política. A frase também apontava um entendimento de que a palavra política poderia se referir a um conjunto de ações cuja dimensão estaria além das práticas sociais comumente compreendidas como pertencentes ao universo político. E, no mesmo sentido, parecia indicar que a política do ponto de vista nativo se daria em uma diversidade de espaços menos usuais para o exercício da atividade política. A expressão indicava que a prática política era algo com certa capilaridade, não se restringindo aos espaços institucionais e àqueles lugares tradicionais da política: partidos e sindicatos.

Este trabalho tinha como objetivo inicial pesquisar as possíveis linhas de continuidade ou ruptura nas dinâmicas da ação coletiva desenvolvidas pelos membros de algumas associações de moradores da periferia da cidade de São Paulo. Quando intensifiquei a pesquisa de campo e passei a frequentar diferentes espaços associativos muito rapidamente

deparei com outros atores utilizando o termo “política” ou “fazer política” com o sentido de um conjunto de ações dos cidadãos voltado para o âmbito do poder executivo ou legislativo com vistas ao encaminhamento de reivindicações. Outro sentido para esses termos fazia referência às ações que se desenvolvem no dia a dia cujas dimensões comportam diferentes dimensões, espaços e tempos da política. Nestas manifestações o Estado aparecia, também, como uma instituição cuja ação visaria normatizar e ordenar a vida social nas periferias por meio de seus diferentes agentes, sobretudo, a polícia. “O Estado pra gente é ausente. Porque os políticos cuidam é da área deles. Na quebrada é tudo precário, a saúde, a educação, o transporte. Menos a polícia. Se você der um rolê na quebrada rapidinho você vai ver a polícia zuando o pessoal” (Mauro, 24/AML).

O universo da política é composto por um conjunto de relações sociais que se desenvolvem no âmbito das esferas propriamente institucionais da política, por exemplo, os partidos e sindicatos, e, também, naqueles espaços associativos organizados sobre o território voltados à ação coletiva ou com a finalidade de participação na esfera pública da vida. Assim, estou abordando a política nessa acepção, e pretendo abordar o conjunto de ações e práticas que compõem a vida associativa à luz da perspectiva de uma antropologia da política, voltando-me para a compreensão dos próprios agentes acerca de sua participação no universo político. Contudo, parece-me razoável apresentar alguns pressupostos baseados na filosofia política no intuito de definir uma compreensão norteadora sobre o fenômeno político.

Tomo como ponto de partida para a definição da política a noção desenvolvida por Arendt (2007) segundo a qual “a política surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente *fora* dos homens” (p. 23), o que equivale a dizer que a política não é um fenômeno ontológico e originalmente essencial aos homens. Segundo a autora, “a política surge no intra-espço e se estabelece como relação” (p. 23), portanto, é compreendida como a ação dos homens entre os homens e, nesse sentido, deve ser entendida como a ação que se realiza no espaço público e, sobretudo, a partir do uso da palavra cujo sentido é amplo por ser expressa na esfera pública da vida e não na dimensão privada da existência. Entendo que para a autora a política é percebida como uma atividade para além da esfera do Estado e suas instituições, ou seja, a política não é apenas a disputa pelo poder, mas desenvolve-se nas ações e interações que os homens estabelecem entre si na esfera pública devotada ao bem comum. A capacidade dos homens de atuarem politicamente e expressarem essa ação em palavras (ARENDT, 1993) pode redundar na expressão – em atos e palavras – de sua ação reflexiva sobre o mundo.

O termo política, em outra vertente de pensamento, segundo Negt & Kluge (1999, p. 37) não remete apenas a uma atividade profissional específica, mas a elementos presentes

em cada relação da vida. Esse elemento comporta diferentes dimensões que ganham impulso político à medida que sofrem processos de generalização e adquirem capacidade de expressão pública. A essa capacidade vem se somar o reconhecimento da ação que ultrapassa determinada situação e ganha dimensão supra individual. Segundo os autores “não basta apenas ter necessidades. É preciso expressá-las verbalmente, a fim de que a simples carência se transforme em direito”. Nesse ato expressivo e reflexivo os homens podem propor o inesperado, o inusitado, o dissenso. A imprevisibilidade da ação humana no campo da política seria o elemento que faz da política o momento de criação, da inventividade sobre a ordem social.

Estabeleço essa perspectiva a partir de Rancière (1996) cujos trabalhos preconizam que o campo da política seja compreendido como o espaço do dissenso, da proposição inesperada, o espaço da pergunta desconcertante que introduz um desequilíbrio nas relações constituídas na esfera pública da vida.

É isso que eu chamo de dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação (p. 374).

As esferas do campo institucional dos poderes constituídos tradicionalmente denominadas como campo da política, Rancière irá definir como *polícia*, pois é compreendido como o espaço social no qual as distinções estão subsumidas pelas lógicas agregadoras e de distribuição dos lugares e dos poderes.

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de *polícia* (idem p. 41).

Ao assumir a esfera pública da vida como o campo no qual se desenvolve a política, essa perspectiva aponta para as diferentes formas de ação coletiva que podem contribuir para a transformação ou configuração do cenário no qual atuam os atores sociais. Permite uma visada sobre o cotidiano das ações coletivas e sua compreensão a partir das lógicas que mobilizam os atores na *partilha* dos espaços comuns: território, cultura, memória, política. Estes espaços compõem aquilo que Rancière denomina o *sensível*, os espaços sociais compartilhados, que possibilitam a existência de um mundo comum. O autor estabelece uma

relação dialética indicando que o momento que se partilha o sensível e o mesmo momento em que se criam os espaços de partilha. A *partilha do sensível* é, portanto, o momento no qual se estabelece a vida comum e a percepção de um mundo partilhado no qual se definem os espaços, os tempos e a participação na partilha.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

A partilha constitui o comum e ao mesmo tempo estabelece recortes e partes exclusivas. Para Rancière, a política pode ser compreendida como esse momento de partilha por meio do qual se desenvolvem os efeitos de subjetivação no sentido de uma singularização do sujeito, mas não como uma individualidade à parte, e sim como um processo que se opera em relação a “um outro”. Rancière (1998) indaga: O que é um processo de subjetivação? É a formação de um *um* que não é um eu, mas a relação de um eu a um outro (p. 118).³³

Em sentido próximo, Deleuze (1992, p. 188) estabelece que

os processos de subjetivação nada têm a ver com “a vida privada”, mas designam a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes.

Essa concepção da política e da subjetivação está relacionada ao conceito de *devenir* elaborado por Deleuze e Guatari cujo cerne é a concepção de uma *economia do desejo*. Dizer que a política está na ordem do *devenir* significa afirmar que a política é processual, desenvolve-se em diferentes velocidades, múltiplas direções e distintos contextos. A política, nessa ótica, não é apenas algo que se estabeleça em relações formais nem tampouco puramente substanciais, mas está presente nas teias de relações compartilhadas pelos atores no campo do sensível. Para usar um termo caro à antropologia contemporânea eu diria que se trata de estabelecer a política ou a vida social como processos intersubjetivos definidos pela noção de socialidade.

³³ O termo *soi* pode ser traduzido por ego. Prefiro o pronome eu por me parecer mais apropriado ao conjunto do texto. “Qu’est-ce qu’un processus de subjectivation? C’est la formation d’un *un* qui n’est pas un *soi* mais la relation d’un *soi* à un autre” (RANCIÈRE, 1998, p. 118).

Ao assumir essa perspectiva entende-se que a *partilha do sensível* é algo dado no imediato das relações intersubjetivas. Uma abordagem baseada nas relações intersubjetivas ou na noção de socialidade recusa concepções essencialistas e ontológicas, seja da sociedade ou da política. Nessa perspectiva, a ação coletiva dos membros das associações da periferia deve ser abordada como constituinte dos espaços associativos, como lugares de elaboração de subjetividades políticas, sejam elas individuais ou coletivas (associações, saraus, coletivos de arte, etc.).

Com isso, a política é uma ação que diz respeito às motivações instrumentais, que são da ordem das reivindicações, das lutas por direitos e reconhecimento público, mas se desenvolve, também, na esfera das relações interpessoais, simbólicas e afetivas, que dizem respeito aos sujeitos da ação. Isso não significa que a ação política se desenvolva na esfera privada, mas permite compreender que a política comporta uma dimensão que se processa na esfera das relações de solidariedade, do encontro entre os pares e da troca intersubjetiva.

Ao discutir os movimentos sociais no mundo pós-industrial Melucci (2001) observa que não há apenas uma lógica para a ação coletiva, mas que esta se desenvolve por meio de múltiplas motivações. O autor observa que “a luta tem sempre, também, objetivos instrumentais, mas em primeiro plano está o reforço da solidariedade do grupo, a busca da troca simbólica e afetiva” (p. 84).

Seguindo as reflexões de Melucci, pode-se pensar que são pelo menos duas as dimensões que podem promover a participação na vida associativa: uma que tem um caráter eminentemente público e diz respeito à esfera das lutas coletivas e outra que passa pelas idiossincrasias e experiências de trocas simbólicas entre os atores. É no intercâmbio e na interpenetração dessas esferas da vida que se constituem a participação e as práticas associativas dos membros das associações. E na dimensão das relações intersubjetivas, no espaço conferido à socialidade, às trocas simbólicas entre os diferentes atores, que se constituem os espaços associativos enquanto esferas da vida pública. Esses “entre-lugares” dos quais fala Bhabha (2005) podem vir a ser promotores de novas subjetividades políticas.

A perspectiva sociológica desenvolvida por Melucci aponta a necessidade de se tomar a experiência e a capacidade reflexiva dos atores como fatores determinantes para o entendimento da ação coletiva. Segundo o autor, deve-se compreender que a ação coletiva “está estreitamente entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual” (2001, p. 28). Tratando-se, portanto, de se perceber as capacidades reflexivas dos atores no desenvolvimento de sua ação coletiva, suas escolhas e orientações. De acordo com Melucci, “A ação humana é um comportamento finalizado capaz de reflexividade, isto é, capaz de

produzir a própria orientação e de reconhecê-la” (p. 49). Esta capacidade reflexiva é a própria experiência do processo de subjetivação no qual os indivíduos estão inseridos quando executam, reconhecem e refletem sobre determinadas ações coletivas.

Partindo dessas referências, pretendo abordar os espaços associativos como lugares de práticas políticas, espaços de elaboração da partilha do sensível, implicando em uma postura que visa “investigar os fenômenos relacionados àquilo que ‘do ponto de vista nativo’ é considerado como política” (GOLDMAN, 2009). Não se trata, no entanto, de buscar uma definição nativa em abstrato sobre a política. A perspectiva que se persegue neste trabalho é a de tomar a ação coletiva e a política como uma prática e como tal passível de ser observada etnograficamente.

Como observa Goldman (idem, p. 41) “abordar a política ‘do ponto de vista nativo’ não significa ficar aprisionado nas elaborações locais, mas produzir teorias etnográficas” que tenham como primeiro ponto “livrar-se das questões extrínsecas colocadas, seja por reformadores sociais, seja por revolucionários ou cientistas políticos”. Outro ponto é que “‘do ponto de vista nativo’, aquilo que pode ser definido como política está sempre em relação com o restante das experiências vividas pelos agentes, o que evita a tentação da substancialização e literalização do político”. Dentro dessa proposta, o autor aponta a necessidade de se “evitar o uso normativo ou impositivo de categorias, projetando sobre os contextos estudados questões que não são a eles pertinentes. Nosso problema é de tradução, não de imposição”, alerta o antropólogo. Por fim, dentro desse programa de pesquisa proposto pelo autor “uma antropologia da política deve evitar cuidadosamente as abordagens efetuadas em termos negativos – aquelas que privilegiam as faltas, ausências, ideologias e manipulações” (idem).³⁴

Seguindo essas sugestões, penso que ao me propor a fazer uma etnografia da vida associativa e sobre a ação coletiva, estou pesquisando as práticas políticas dos grupos das periferias. As relações entre a política e a vida associativa se estabelecem pela própria classificação nativa, pois os membros das diferentes associações reconhecem suas entidades como associações políticas no sentido de serem constituídas para atuar dentro do universo da política, sendo este compreendido como um espaço que comporta lutas por direitos, relações

³⁴ Dentro do campo da antropologia há um gama de estudos que focam o estudo da política abordando prioritariamente as relações que os cidadãos estabelecem com algumas dimensões institucionais do jogo político como as eleições, as candidaturas, o poder legislativo, etc. Boa parte dessa produção antropológica está associada ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado por pesquisadores de diversos estados e universidades brasileiras. Entre os trabalhos desenvolvidos por esse grupo pode-se citar: Kuschnir, 2000; Peirano, 2001; Comerford, 2003; Palmeira & Heredia, 2010; entre outros.

com parlamentares e ações junto à população. Ao mesmo tempo, esses espaços podem constituir-se como locais de encontro da população local para usufruir da convivência, vivenciar momentos de lazer e fruição.

Tomando como referência os termos de Negt & Kluge (1999) pode-se compreender que a ação coletiva desenvolvida pelos membros dos espaços associativos se inscreve no universo político por extrapolarem a dimensão privada de suas necessidades e atuarem no cenário público. Embora essas ações se desenrolem, muitas vezes, circunscritas ao bairro, pode-se dizer que elas promovem a generalização de suas questões, rompem o estritamente individual e tomam a forma de expressão pública. Devido a essas características, de certo modo genéricas, as associações se inscrevem como espaços constitutivos do universo político.

Ao propor uma etnografia da vida associativa Cefaï (2011) especifica as características que podem ser encontradas nas associações. O autor afirma que estas são organizações compósitas que comportam ao menos três características: são agências de trabalho social, pois realizam tarefas de informação aos moradores sobre seus direitos; são organizações que atuam no mundo político, uma vez que se relacionam com diferentes instâncias no encaminhamento de suas reivindicações traduzindo e articulando-se com os termos da gramática própria do universo político; e são entidades de pesquisa social, pois realizam uma verdadeira cartografia dos problemas a serem resolvidos. Em vista dessas características, o autor afirma que “a política local não se deixa compreender senão no seu local concreto, com seus parâmetros sociais, espaciais e temporais” (p. 100).

Corroborando com a perspectiva de um olhar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) sobre as práticas associativas com ênfase nos aspectos situacionais, uma antropologia da política visa captar nas diferentes situações as leituras e os arranjos políticos que os indivíduos estabelecem de acordo com seus objetivos e interesses.

Segundo Van Velsen, a análise situacional é “um novo meio de estudos que se impõe (...), pois as normas, as regras gerais de conduta, são traduzidas na prática (e) são, em última instância, manipuladas por indivíduos em situações particulares a fim de servir a fins particulares”. O autor sugere, ainda, que “como método de integrar variações, exceções e acidentes nas descrições das regularidades, a análise situacional, com ênfase no processo, pode ser, portanto, particularmente apropriada para o estudo de sociedades instáveis e não homogêneas” (2009, p. 459).

Agier (2011) afirma a importância de se articular o situacional ao contexto no intuito de se obter certo nível de compreensão do fenômeno estudado. Segundo o autor:

O que procuro é, precisamente, apreender o sentido no contexto cultural, histórico, sociológico, local, etc. da situação. O que é interessante na situação é conseguir mostrar em que o contexto é inerente à situação; é estabelecendo a relação situação-contexto que se pode atingir certo nível de compreensão (p. 57).

Ao discutir a relação entre situação e contexto, o autor afirma que “não se vê nunca a cidade, apenas se veem situações que se passam na cidade”. Do mesmo modo, parodiando sua afirmação, eu diria que não se vê a política, mas situações nas quais os atores agem mobilizados por princípios, práticas, objetivos e efeitos de política mediados por sua própria tradução dos fenômenos e contextos sociais.

A cidade, suas periferias e as diversas formas de vida associativa são contextos privilegiados de investigação política devido às multifacetadas possibilidades que a vida urbana oferece aos atores sociais. Tomando o terreno imediato das relações políticas, observa-se que (...) é a cidade que oferece o espaço no qual identificações emergentes e novos movimentos sociais do povo são encenados. É lá que, em nosso tempo, a perplexidade dos vivos é mais intensamente experimentada (BHABHA, 2005, pp. 237-8).

Seguindo Agier (2011) pode-se dizer que a cidade e suas periferias se constituem a partir de processos de lutas políticas, resistências e conflitos que permeiam a experiência e o modo de vida de seus moradores. Desse modo, não se pode falar da cidade e suas periferias como uma totalidade definida, mas como um código-território em constante construção. Uma das dimensões constitutivas do processo de construção das cidades está presente nas diferentes formas pelas quais se faz a política, mas não apenas o da política em abstrato, mas sim aquela que se realiza no âmbito das relações sociais que se travam nos territórios e nos diferentes espaços públicos que compõem a cidade. Segundo o autor:

(...) o laço político é ainda uma outra maneira de fazer cidade, quando os atores aparecem e as pessoas, através da mediação desses atores, artistas ou líderes, se identificam com um conjunto, um coletivo, “uma comunidade” mais ou menos imaginária. É por isso que, na minha opinião, falar de uma antropologia da cidade é falar de tudo aquilo que faz a cidade. Apesar de não conseguir apreender a cidade, como uma totalidade (AGIER, 2011, p. 56).

As associações são espaços de desenvolvimento da ação coletiva e de práticas políticas relacionadas às situações e aos contextos sociais específicos. Nelas se vivenciam processos de socialização por meio da transmissão dos saberes acumulados na luta política, experimentam-se relações de sociabilidade, nas quais se processam os encontros e a convivência intra e intergeracional, nelas também ocorrem a elaboração e execução de

projetos,³⁵ tanto individuais como coletivos. A experiência associativa perpassa a vida dos participantes de maneira transversal constituindo-se, também, como um elemento de socialidade. Evoca a história particular da constituição daquele espaço e do possível e provável diálogo com o histórico do bairro e dos movimentos sociais da cidade.

Tempos e percepções da política

Compreendo que o mundo da política é multifacetado e polissêmico, sendo que a vida associativa é uma expressão dentro desse universo. Sua expressão pode sinalizar linhas de fuga daquelas concepções binárias que dividem a política entre a macropolítica e a micropolítica. Seguindo Deleuze (1996, p. 90) entendo que “tudo é política, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica* e *micropolítica*”. A frase pode ser polêmica e apontar certa contrariedade com os termos do tópico anterior. No entanto, essa concepção sinaliza que essas dimensões do político não são realidades apartadas na vida social. Pelo contrário, são atividades que se comunicam em um jogo complexo de complementaridade, envolvendo aproximação e distanciamento, fato observável pelos dados da etnografia.

A partir de minha pesquisa de campo, pude observar que as associações apresentam características múltiplas e ambivalentes quanto ao tipo de ação. Desse modo, os tipos de atividades desenvolvidas pelos participantes podem transitar por ações assistenciais, de lazer ou voltadas para o ativismo, seguindo a tipologia observada por Eliapsoph (2010). Ao realizar um trabalho de pesquisa acerca da vida associativa envolvendo um grupo de pesquisadores em diferentes campos empíricos no Brasil e na França, o sociólogo Daniel Cefaï observa que as associações são

constituídas por “contextos ambíguos”, nos quais a especificação das identidades e das responsabilidades, das alianças e dos conflitos, de projetos a realizar e de procedimentos a seguir é uma fonte de *perplexidade*, como dizia Jane Addams, tanto para os atores como para os observadores (CEFAÏ, 2011, p. 31).

Em minha pesquisa me detenho apenas no universo de interações políticas determinado pelas minhas escolhas etnográficas que abarcam uma parte da experiência associativa de uma parcela da população das periferias. Neste trabalho concentrei-me nas associações em que a atividade política ganhava alguma relevância a partir das manifestações

³⁵ Velho (2004) discute a noção de projeto e campos de possibilidade.

dos participantes. Ao mesmo tempo, observei que esses espaços desenvolviam atividades de lazer, lúdicas e assistenciais que perpassam transversalmente a ação coletiva. Nas associações que observei percebi que a ação coletiva de militantes ou moradores se desenvolve, também, em torno de processos menos objetivos ou de formatos que abarcam as dimensões afetivas e existenciais da vida de cada um. Essas dimensões afetivas e existenciais podem ser compreendidas tanto no que concerne aos contextos de identificação dos moradores com questões relacionadas ao bairro, a alguma liderança ou políticos na busca por apoios e votos, como nas dimensões mais íntimas daqueles que se envolvem com a política e a militância, vivenciando em sua experiência os encontros e desencontros da participação na vida associativa.

Nesse processo de identificação sobressaem algumas classificações nativas que criam segmentações baseadas no tipo de participação, sobretudo o tempo dedicado às práticas políticas. Essas segmentações são articuladas às características do espaço associativo frequentado pelo morador e às conexões dos atores para além do ambiente das associações. Nas associações Mulheres na Luta e São José Operário observa-se uma maior identificação por meio do termo “militante”, cujo significado subentende uma maior participação nas dinâmicas associativas e um comprometimento muitas vezes exclusivo com as ações políticas dos espaços. “Quando eu conheci a associação eu vinha só de vez em quando. Aí eu fui me envolvendo nas discussões e comecei a ficar mais na casa, a participar mais das coisas, tipo militante mesmo” (Mariana, 26/AML).

“Nós temos vários militantes que se dedicam ao trabalho de base e que estão aqui no bairro pra fazer esse trabalho” (Isaías, 38/SSJO). Nos encontros realizados com públicos externos à Associação Mulheres na Luta que eu acompanhei, Antônio (29/AML) e outros participantes jovens foram apresentados como “o nosso militante” ou “ele/ela é o/a militante que está representando a associação”.

Na Associação da Vila Zita, o termo militante inexistia enquanto vocábulo de identificação entre seus participantes, imperando a categoria “membros da associação” para aqueles com presença assídua, e participantes para aqueles que apenas vão às reuniões mensais da entidade. “Tem que participar das reuniões. Se não participar não pode exigir nada depois. Esse pessoal que você vê aqui, eles vêm em todas as reuniões, mas não tão no dia a dia da associação”, diz Durval, o diretor da entidade.

Na Vila Conceição apenas durante o período em que aconteceu o sarau via-se militantes atuando na associação. Para aqueles que se dedicam à associação não se observa o uso do termo “militante” e a mesma ausência se percebe para os termos “membros” e

“participantes”, uma vez que a associação é comandada por um pequeno grupo. A participação dos moradores nessa associação se dá apenas nas festas e comemorações, não adentrando as esferas de decisão do grupo que a comanda.

No Sarau do Alfredo não se observa a presença de pessoas que sejam “militantes do sarau”, mas percebe-se a frequência de militantes de diversos movimentos sociais e partidos aos quais sempre é dada a palavra. No sarau encontra-se um número expressivo de participantes habituais e muitos eventuais, mas sem compromisso com sua organização. Estes militantes são apenas o público do sarau.

No circuito etnográfico no qual realizei minha pesquisa, essas categorias – militante, membro e participante – compõem um conjunto de termos que imprime inteligibilidade para os tipos de relação estabelecida pelos diferentes atores nos espaços associativos.

O primeiro elemento de distinção facilmente perceptível no concernente à ação coletiva é que os militantes e os membros das associações afirmam sua ação como uma prática política, como fora observado na abertura deste capítulo. Os membros e militantes das associações articulam as demandas pela solução dos problemas e carências observadas no bairro. Contudo, apenas os militantes articulam essa ação com um desejo por mudanças de ordem estrutural, propugnado, principalmente, no caso dos jovens militantes, por jargões acerca da “transformação revolucionária da sociedade”.

A participação nas associações não é um dado extemporâneo para uma parte dos militantes, que veem seu envolvimento nas associações como uma decisão de ordem política constitutiva de um *projeto*.

Foi assim que eu fui me envolvendo. Desde bem nova. Eu participava da pastoral da juventude e depois fui estudando e me envolvendo mais e mais com os problemas da região. Isso eu entendo como política. Toda prática que busca a transformação acaba sendo uma prática política. Estamos a todo tempo fazendo política, buscando política, seja na minha prática social, educacional, cultural. O tempo todo estamos fazendo política. É nisso que eu acredito, na política para a transformação (Mariana, 26/AML).

Essa percepção de que se está o tempo todo fazendo política também foi manifestada por Durval, membro da Associação Vila Zita, ao dizer que “não tem jeito, a gente tá fazendo política a toda hora”. Essas manifestações sinalizam que a compreensão da atividade política é ampliada para diferentes práticas que envolvem desde as esferas estritamente do mundo da política institucional, mas, também, de sua atuação nas associações, na vida comunitária, nos espaços de participação institucional.

Observa-se que a percepção das carências do bairro leva algumas pessoas à militância e à participação nas associações em busca de seus direitos, fato observado por Duhram nos movimentos sociais dos anos 1970/80. Com o mesmo sentido observado naqueles anos, militantes envolvidos nas associações São José Operário e Mulheres na Luta expressam a necessidade da ação coletiva. Assim, Márcia (25/AML) diz: “Eu acho que isso vem da realidade, da própria realidade, porque tem muita coisa que a gente precisa melhorar e que não conseguiria fazer se não fosse dessa forma coletiva, envolvendo muita gente, né”?

No mesmo sentido, Bruno (28/SVC) articula a ação coletiva, sua prática política e o ambiente do bairro para explicar sua participação nas associações e seu envolvimento nos saraus da periferia.

O bairro é isso que a gente vê. Falta muita coisa, principalmente na cultura. Tem muita violência ainda, mas o principal é a falta de educação e cultura. É por isso que a gente atua nessa área. E é por isso que lhe digo que a política que a gente faz é uma consequência da vida que a gente leva na quebrada.

Nas próximas linhas pretendo mostrar que a vida associativa apresenta muitos matizes e, também, é regida por efeitos de diferentes temporalidades políticas e sociais. A participação nos espaços associativos se processa por interesses particulares seja de ordem afetiva ou reivindicação pontual, e, também, por opção de luta política no sentido ontológico de mudança social. Contudo, para os diferentes militantes, a ação coletiva perpassa suas vidas como uma atividade transversal, afetando sua experiência tanto coletiva como individual.

Política e política: divergências e confluências

A vida associativa das camadas populares tem suas dinâmicas orientadas por atividades rotineiras que se desenvolvem no cotidiano da vida nos bairros. Essas atividades de militância são reconhecidas como “trabalho de formiguinha, que leva tempo para surtir algum efeito”, como expressa Dona Célia, diretora da Associação das Mulheres. A percepção desse trabalho como uma atividade persistente, apesar das inúmeras dificuldades “que exige certo desprendimento e envolvimento com problemas alheios” (Dalva, 39/SSJO) caracterizam a luta. Vocábulo repetido em diferentes contextos nos quais se desenvolve alguma atividade no bairro. Essas atividades podem ser a realização de cursos de formação política, reuniões de avaliação ou encaminhamento de demandas, encontros para fruição e lazer, etc. Esse trabalho apresenta nuances dependendo da associação na qual é realizado, contudo, há uma tendência por parte dos moradores que experimentam a vida associativa a compreendê-lo como uma

atividade política. Essa atividade é colocada em contraponto àquela desenvolvida pelos políticos profissionais, sejam candidatos ou parlamentares eleitos. De certa forma, essa maneira de abordar a ação política de base é uma reiteração das concepções políticas dos movimentos populares dos anos 1970 (BOSCHI, 1982, 1987; CALDEIRA, 1984). Portanto, observa-se uma linha de continuidade entre as perspectivas apontadas aqui e as dos moradores da periferia daqueles anos.

Esse contraponto aparente entre duas concepções de política encontra sua expressão nas observações dos atores que distinguem duas formas de se pensar e de fazer política. Há uma política que está relacionada às esferas das ações que se dão no âmbito do aparelho do Estado e dizem respeito, sobretudo, à dimensão da vida social compreendida como *o sistema político*. Ela diz respeito à dimensão do jogo político institucional e está relacionada à vida partidária, às disputas eleitorais e ao calendário das eleições.

Essas diferentes esferas do sistema político muitas vezes são qualificadas como algo que atravessa e, de certo modo, cria injunções desnecessárias e constrangimentos para a agenda de trabalho e mobilização das associações. Em relação a essa política institucional, parte dos militantes manifesta certo contragosto, embora exerçam atividades, alianças e compromissos com os participantes desse universo. A essa esfera da política eu denomino, apenas para efeitos de diferenciação e não acarretando nenhum juízo de valor, de Política com “p” maiúsculo.

Há uma segunda compreensão da política expressa nas práticas, falas e representações dos militantes acerca do universo da política. Esta alude às lutas cotidianas que se desenvolvem no bairro ou nos movimentos sociais por meio da ação dos militantes, em suas disputas internas ou com outros grupos ligados à luta e às suas práticas de ação coletiva. A essa compreensão do universo da política, eu denomino, neste texto, como a política com “p” minúsculo. Esta denominação adotada pelos militantes para a ação coletiva se aproxima da designação de *política de base*, expressa por Boschi (1987) em contraponto à política institucional. Tomando como referência as expressões nativas acerca do universo político, eu adoto, neste tópico, o termo política para me referir às ações impetradas pelos moradores no bairro. Embora esta nomenclatura possa apresentar do ponto de vista textual certa indistinção com a Política, acredito que ao adotar o termo nativo eu confiro maior fidelidade à percepção dos moradores sobre este universo. Essa relativa aproximação entre a política e a Política pode ser um recurso importante para se compreender a ação coletiva desses grupos que, ao expressarem o termo política, criam certa dubiedade quanto ao lugar que ocupam dentro do

universo da política. O interlocutor deve traduzir o termo de acordo com a situação em que ele é verbalizado.

Os atores estabelecem esses dois momentos da política sem compreendê-los como instâncias isoladas, realidades fechadas e excludentes. Pelo contrário, entendem que são dois tempos da política e que esses tempos podem se encontrar conformando um único contexto. Sendo assim, os moradores atuam nos espaços associativos distinguindo esses dois momentos do universo da política, mas compreendendo-os como temporalidades que estão em interação constante e se influenciam mutuamente. De certa forma, essa maneira de discriminar o universo político é um recurso classificatório para o desenvolvimento da ação coletiva. Apenas para efeito de entendimento e de organização da ação coletiva os militantes estabelecem essas distinções entre os dois tempos da política. Isso significa que para os militantes há certa diluição das fronteiras entre as diferentes instâncias do campo da política e que sua ação coletiva é um elemento constitutivo do jogo da política.

A percepção de um tempo da política fora observada por Palmeira e Heredia (1993, 1995, 1997) em pesquisas centradas nos momentos eleitorais. Os autores designam por tempo da política os períodos em que a população percebe a injunção da política e dos políticos na vida cotidiana de suas cidades. A distinção, que me parece importante apontar entre essas pesquisas e a que venho realizando nas periferias da cidade de São Paulo, é que nos espaços associativos por mim observados a ação coletiva e a vida associativa também são compreendidas como um tempo da política, porém de outra ordem.

Todavia, esse mesmo elemento de injunção da política e dos políticos na vida social percebida por Palmeira e Heredia se faz presente entre os militantes das associações da periferia de São Paulo. De acordo com o calendário eleitoral ou a proximidade do dia das eleições se estabelece uma valoração quanto à importância maior ou menor dessas duas dimensões da política. As manifestações dos militantes permitem perceber que, durante o período eleitoral, a Política cria injunções sobre a política, limitando a ação coletiva nas associações, redefinindo sua agenda e sua dinâmica de reuniões e ações no bairro. As ações desenvolvidas nas associações acabam por se voltar para o tempo da Política, um tempo passageiro e fugaz, diferente da temporalidade da política realizada pelos militantes no dia a dia.

Durante meu período de pesquisa de campo eu pude acompanhar as reuniões organizadas pelo Movimento de Transportes da região. Trata-se de um movimento que tem como pauta as melhorias no transporte público. Embora seja organizado pela Sociedade São José Operário, dele participam diferentes forças políticas abarcando distintos espectros

ideológicos. Sempre às voltas com as disputas entre grupos políticos rivais pela hegemonia no interior do movimento, eu pude observar que a proximidade das eleições de 2012 introduzia um componente de dificuldade para a organização. O problema para esses atores era exatamente a proximidade das eleições, as exigências do calendário eleitoral sobre os diferentes militantes das forças políticas presentes e a possível contaminação que isso geraria sobre a organização do movimento no sentido de criar dificuldades para a mobilização daqueles que apenas participam das reuniões. Por outro lado, a divisão dos militantes por diferentes conexões políticas, desde sempre presente no movimento, se acirrava nesse momento e poderia criar dificuldades para a unidade de ação em torno da melhoria do serviço de transporte. Ao acompanhar uma reunião desse movimento na Sociedade São José Operário eu observei que vários participantes expressavam sua preocupação em relação à mobilização dos moradores.

– O prazo para a gente fazer alguma manifestação e mobilizar a população tá muito curto. Daqui a pouco começa a campanha eleitoral e a gente não consegue mais mobilizar ninguém (Arlete, 38/SSJO).

– Como assim não conseguem mobilizar ninguém?

– O pessoal vai ver tudo como Política. Vai ligar tudo a candidato.

– E isso é ruim?

– Ah, não precisa nem ter candidato envolvido, se o pessoal imaginar que tem político no meio, aí sim que eles não saem pra rua.

A despeito das dúvidas da militante, um segundo encontro do movimento de transportes foi organizado em outro local. Nesse encontro, outros grupos se somaram aos que foram ao encontro anterior. Havia três agrupamentos presentes: um ligado à igreja católica, representado majoritariamente pelos militantes da Sociedade São José Operário; outro, reunindo militantes de partidos do espectro das esquerdas e do movimento por moradia da região (estes não faziam parte dos grupos que eu estava acompanhando); e um grupo representado por pessoas vinculadas ao vereador Antunes. Mais uma vez eu pude observar essa relação entre os diferentes tempos da política. Contudo, desta feita, as manifestações dos militantes expressando seus vínculos com os partidos e candidatos foram mais contundentes. Alguns militantes chegaram a tirar o microfone das mãos de outros oradores em declarada hostilidade. Participantes vinculados aos grupos e partidos à esquerda do espectro político tentaram inviabilizar o encontro aos gritos. Militantes e cabos eleitorais de políticos de todos os matizes ideológicos disputavam a palavra, tornando o encontro uma cacofonia de propostas ininteligíveis. Durante o transcorrer da reunião, as ações dos diferentes grupos estiveram, por

vários momentos, questionadas “devido à campanha político-eleitoral. Olha só, o Antunes manda esse pessoal pra ser massa de manobra e eles entram de gaiatos. Nem sabem do que se trata”, me disse Marcelo (28/SSJO). Invariavelmente, as manifestações de um e outro grupo eram desacreditadas pelos opositores como resultado dos interesses dos candidatos ou dos partidos políticos identificados naquela pessoa ou em sua fala.

A reunião não surtiu efeitos de mobilização e acabou sem encaminhamentos propositivos. Segundo ouvi de um militante ligado à igreja, referindo-se ao grupo de militantes ligado ao campo das esquerdas, “esse pessoal só veio pra tumultuar. Eles querem criar confusão para promover o candidato deles” (Marta, 48/SSJO). Outro ainda me disse que “daqui não vai sair nada. Esse pessoal tá fazendo isso só pra aparecer pro povo que tá aqui. Enquanto não passar essa eleição vai ser isso aí. Vai ser difícil construir uma unidade” (Marcelo).

O universo da Política é percebido recorrentemente pelo senso comum como um ambiente permeado por práticas escusas e reincidentes episódios de corrupção. Essa percepção vem acentuando certa desconfiança em relação a candidatos e parlamentares que redundam em perceptível diminuição da legitimidade dos políticos tidos como profissionais. Adriana (24/SSJO), outra militante, expressa suas percepções sobre as diferenças entre a política institucional e as ações desenvolvidas no bairro dizendo o seguinte:

Toda vez que eu penso, que eu atuo, eu estou buscando algo melhor para todos. Estou fazendo uma política que vai beneficiar o bem comum. Todos nós buscando algo que vai melhorar aquela escola, aquela região, que vai ser bom pra todo mundo. Quando eu penso na política partidária eu enxergo muitas vezes só interesse de algumas pessoas que querem ganhar dinheiro, corrupção, todas essas coisas assim.

O fato de essa mesma percepção ser expressa, sem distinções de partidos e denominações ideológicas, pelos militantes do bairro, introduz um recorte que destaca a importância da compreensão da ótica dos militantes sobre essas diferentes instâncias da política no sentido de se compreender essas duas esferas do universo político.

A ação coletiva dos moradores das periferias caracteriza-se por ser um trabalho constante, rotineiro e persistente. Os próprios atores dos diferentes espaços associativos valorizam essa ação exercida em torno de suas reivindicações ou no bairro entendido como um trabalho “que a gente faz no dia a dia, um trabalho que exige da gente tempo e paciência”. Praticando essa maneira de “fazer política”, os diferentes agentes militantes procuram estabelecer certas distinções em relação à política institucional, a política com P, ou dos

políticos, denominação carregada de tom pejorativo. Mais uma vez pode se observar esse fato na fala de um jovem militante que atua junto aos grupos juvenis da igreja católica:

Todos nós somos políticos, todos nós defendemos algum ideal. Isso é ser político. Acredito que minha arte ou a arte que eu professo seja política porque, na verdade, ela levanta questões, ela tem um sentido positivo da palavra. Agora eu não acredito que hoje deve se usar esses elementos e principalmente a arte como uma forma de ajudar a política partidária ou para eleger alguém x ou y. Eu acredito que sirva para conscientizar a população ainda mais em ano eleitoral. Tipo, olha vamos prestar mais atenção e vamos tentar ler um pouco vamos entender cada função da política (Henrique, 26/SSJO).

A atividade político-partidária-eleitoral é simbolizada com desconfiança e até mesmo como uma intromissão que cria constrangimentos para a mobilização popular. De modo geral, a presença ou a ação dos políticos introduz elementos que podem poluir (Douglas, 1976) o ambiente ao inserir componentes externos à política do dia a dia, vivenciada pelos laços mais estreitos que incluem relações de solidariedade e de amizade no interior dos grupos. Assim, a presença de elementos da Política, que introduz o conflito e as oposições, exige dos membros dos espaços associativos o estabelecimento de algum grau de diferença e segmentação desta com a política.

Então, na verdade, eu tento dissociar o que eu faço de parte da política porque hoje é muito fácil alguém manipular as informações. Por exemplo: se hoje eu estiver fazendo um teatro e tiver um candidato, ele pode vincular minha militância com a campanha dele. Eu busco no máximo acompanhar o debate, escutar os candidatos, mas não quero o que eu faço ligado a eles. Eu nunca vou entrar com a minha arte, com o meu teatro, onde tem um candidato (Henrique).

Embora todos os grupos apresentem relações com políticos e partidos, muitos militantes e membros de associações procuram evitar ser confundidos com os políticos que transitam pelo território ou que tenham sua base eleitoral na região. Assim, os militantes rechaçam o jogo institucional da política, não se dispondo a participar diretamente ou colaborar com os candidatos. Eles enfatizam que rechaçar as práticas vigentes no jogo político partidário é um ato político. Ou seja, não se trata de gesto niilista, de uma descrença irrefletida, mas de uma postura e opção dentro do universo da política.

Eu acho que é uma coisa assim, um ato político, porque a gente não tem que ir por esse caminho de ter uma posição político-partidária. O importante é que a gente tenha uma ação realmente que vai fomentar outras coisas

maiores. Eu falo de mudanças sociais que acontecem através da arte, da educação. Pras pessoas se ligarem em toda a sacanagem. Então eu acho que é uma ação política. Que a gente tem uma postura política assim de não aceitar essas coisas (Márcia, 25/AML).

Ao mesmo tempo em que se observa uma atitude de reserva em relação à política institucional, evidencia-se a valorização da ação coletiva dos grupos militantes e das práticas desenvolvidas nas associações. Essa valorização da vida associativa é manifestada pelos diferentes membros de associações como uma importante moeda política. Assim, quando se estabelecem relações entre os diferentes universos da política, os militantes se posicionam como sujeitos políticos proponentes de alternativas para seus bairros. Ao estabelecer relações dentro da esfera da política institucional, quando o tempo da Política se sobrepõe àquele tempo da política de base, nas diferentes associações se desenvolve um jogo de astúcia que implica, muitas vezes, encenar uma sobre valorização do papel e da capacidade de mobilização desses espaços, sugerindo-se que essas entidades podem dispensar a intermediação dos políticos profissionais. “Nós não precisamos dos políticos, eles é que precisam da gente”, diz Mauro (24, AML) em um lance de valorização de sua prática política. Mais uma vez observam-se traços reveladores de uma percepção da política e sua prática em continuidade com os anos 1970.

Esse movimento de contestação e de segmentação do campo da política não elimina as ações de aproximação entre a política e a Política. São tempos de mediações e intermediações entre os espaços associativos e os políticos, seja pela conquista de benfeitorias ou recursos, mas também dentro do tempo eleitoral no qual os militantes, membros e participantes das associações se transformam em cabos eleitorais e, em alguma medida, por sua vez, tomam alguma distância do trabalho voltado para a organização da vida associativa no bairro, caracterizando certa ambivalência nas práticas e percepções da política. “E difícil separar as coisas, mas a gente tem que separar. Porque uma coisa é o partido, outra é o movimento. A gente não pode esquecer que a nossa luta é aqui, mas quando chega a campanha não tem como não se envolver” (Arlete, 38/ASJO). Quase com o mesmo sentido, Antônio (29/AML) diz: “O partido é importante, só que nenhum faz trabalho de base. Eu prefiro o trabalho de base porque os partidos, mesmo o meu, só chegam aqui pra ver o trabalho da gente quando chega a eleição. Claro que eu não vou questionar isso agora, mas não dá pra não ver isso” (Antônio, 29/AML).

Essa característica ambivalente da ação coletiva dos grupos populares fica evidenciada também na afirmação de Durval (58/UCVZ) cuja vinculação política está

estabelecida a um espectro ideológico completamente diferente dos anteriores. Ligado a um político cujas práticas remontam à democracia populista, ele se dirige aos participantes de uma reunião em sua entidade dizendo: “A associação é nossa. É fruto da nossa luta. Então, a associação é do povo. Não tem essa de vereador vir aqui querer deitar no nosso trabalho”. O líder comunitário enfatiza sua independência diante de um político com forte inserção no bairro com o qual ele tem uma relação de lealdade e trabalha nos tempos das eleições. “Agora, quando chegarem as eleições é outra coisa. Aí cada um vai trabalhar pro candidato que escolher. Ninguém pode dizer com quem a pessoa vai trabalhar ou não”.

Os militantes não só escolhem seus candidatos baseados em seus critérios, mas se articulam na defesa de seus interesses com vistas a se aproximar daqueles políticos que podem contribuir para a solução ou atendimento de suas demandas. Assim, as diferentes temporalidades do universo da política se mesclam e se influenciam mutuamente. Mesmo quando militantes e políticos se encontram em campos distintos do espectro político ideológico, como é o caso, por exemplo, de Antônio (29/AML), que admite a necessidade de se conversar com Marcos Paulo, que foi vereador e atualmente é senador, para viabilizar projetos desenvolvidos pela Associação Mulheres na Luta no bairro.

Ele também não chegou lá do nada, entende? Tiveram situações que levaram ele até lá, mano. Aí é ele que tá lá e é com ele que nós temos que negociar. Então, não adianta mais nós fugirmos, não adianta nós não conversarmos com o Marcos Paulo. Nós temos que conversar com ele agora. Isso não quer dizer que a gente vai perder nossa autonomia, nossa postura de esquerda.

Na Associação Vila Conceição ou na Associação Vila Zita a conexão com os políticos locais em busca de benefícios e recursos é muito valorizada e requerida por seus membros. No período em que os assessores de Antunes se aproximaram de sua associação, Carlos (32/AVC) declarou: “Tinha que ter um político que pudesse desenrolar isso pra gente. Aí chegou esse pessoal aí. Acho que agora vai, porque ele já prometeu o campo, já fez a lei. Agora vai”.

O fato de se aproximarem dos políticos não possibilita atestar que as relações de compromisso e lealdade políticas sejam invariáveis e dadas *a priori* mesmo em contextos marcados pelo predomínio de políticos caracterizados como clientelistas. Trata-se, em suma, de jogar no universo da política. O estabelecimento de distinções e de diferentes temporalidades no universo da política permite valorar o trabalho de base. Daí o empenho em se diferenciar, embora todos tenham suas conexões políticas com partidos ou candidatos. Há

certa astúcia por parte dos militantes e demais membros das associações que, embora enfatizem as diferentes temporalidades da política, o fazem compreendendo que essas dimensões se interpenetram por meio de suas próprias associações. No entanto, ao estabelecer essas dimensões, aqueles que participam dos espaços associativos demonstram a especificidade e importância de sua ação no universo da política.

Acompanhando o movimento cíclico da política,³⁶ os participantes dos espaços associativos, embora segmentem o universo da política, ora se aproximam, ora se afastam do jogo político institucional em uma espécie de movimento em espiral, para usar uma metáfora. No interior desse movimento de aproximação e distanciamento há, inclusive, momentos de intersecção entre essas duas esferas de prática e percepção da política. Isso equivale a dizer que, embora os militantes classifiquem sua ação coletiva estabelecendo distinções entre os tempos da política institucional e a política feita por eles no bairro, elas não são categorias excludentes e ordenadoras de contextos separados na vida social. Ao contrário, são realidades intercambiáveis e complementares nas ações políticas desenvolvidas pelos atores por mais que os depoimentos e as manifestações expressem o contrário. Fato evidenciado nas filiações ideológicas e partidárias dos membros das diferentes associações, seus compromissos eleitorais e relações com parlamentares.

O que se assinala a partir dessas distinções são as formas de ordenar o mundo político entre os diferentes atores que participam das associações. A política institucional se caracteriza pela formalidade e por certo distanciamento cujas dinâmicas se dão em uma esfera específica da vida política, mas, comporta, também, o estabelecimento de alianças e relações de apoio, lealdade e compromisso para com os militantes das associações. Por outro lado, a política no bairro se efetiva por meio da ação coletiva desenvolvida pela participação nas associações e outros espaços associativos. Nestes, embora os conflitos não estejam afastados, a dimensão afetiva estreita os laços sociais por meio da ênfase nas relações de vizinhança, na constituição de laços de amizade e companheirismo.

A observação permite afirmar que os dois tempos da política se reforçam em alguns momentos por meio do estabelecimento de alianças, apoios e compromissos. Em outros contextos se contrapõem pelo jogo complexo no qual a negativa de uma das temporalidades está afastada, pois a dinâmica das relações entre as esferas institucionais e não institucionais, da Política e da política, sempre comporta conjuntamente movimentos de distanciamento, aproximação, recusa e colaboração. Estes aspectos da política podem ser

³⁶ Kuschnir (2000) aponta a característica cíclica do jogo político-eleitoral.

observados como constitutivos do jogo político, no qual os moradores que participam dos espaços associativos estão inseridos e por isso mesmo demarcando espaços e temporalidades políticas.

CAPÍTULO IV

A política como prática

No capítulo anterior discutiu-se algumas referências acerca da política e as segmentações que os moradores que participam dos espaços associativos estabelecem sobre essa dimensão da vida social. Nesta segmentação, a política é dividida em diferentes temporalidades que se inter-relacionam por meio de ações desenvolvidas pelos atores que participam da vida associativa no bairro.

O primeiro objetivo deste capítulo é apresentar alguns dados da pesquisa etnográfica acerca das práticas políticas desenvolvidas nos espaços associativos. Segundo, apresentar algumas dimensões que compõem a participação na vida associativa. Finalizo o capítulo discutindo algumas distinções presentes nas práticas dos militantes embasadas nas diferentes experiências geracionais.

Práticas políticas

Mantendo certa continuidade com as práticas políticas desenvolvidas desde sua origem, a Sociedade São José Operário promove uma série de reuniões para o encaminhamento de suas ações na região. “Desde o começo foi assim. Fazer reuniões, discutir com o povo e seguir na luta. Naquele tempo era só a paróquia. Não tinha tudo que a gente tem hoje” (Guilherme, 65). A Sociedade São José Operário desenvolve um conjunto de ações voltado à população local que exige a contratação de um corpo de funcionários para realizar os trabalhos de atendimento e manutenção das estruturas das instalações. Nesse sentido, há uma dimensão da associação muito próxima às ONGs. No entanto, muitas das pessoas envolvidas com suas atividades desenvolvem, também, ações no campo da política de base. Estas são realizadas por meio da participação nos fóruns organizados para as discussões e encaminhamentos acerca dos problemas relativos à saúde, educação, violência, mulheres etc. Esses fóruns são compostos por membros permanentes que tem a função de coordenadores, sendo que alguns são contratados pela associação. As reuniões dos fóruns são abertas à participação de qualquer morador do município. Todas as discussões são encaminhadas para debate no Fórum em Defesa da Vida, cuja característica é similar aos outros fóruns da associação. Nele, a exemplo do que ocorre nos fóruns, se reúne um grupo de pessoas

dedicadas à militância em torno de uma causa pública (saúde, educação, violência, etc.), técnicos de órgãos da prefeitura e munícipes. Contudo, este se diferencia por discutir todos os temas e ter uma comissão executiva que tem por objetivo implementar a execução das decisões acertadas nessa espécie de reunião plenária dos fóruns temáticos.

Cada um dos fóruns é responsável, também, pelo trabalho de mobilização da população no tocante à participação em eventuais ações reivindicativas. “Então, a dinâmica dos fóruns passa por um diagnóstico inicial da questão da saúde, educação, essas coisas. Durante esse processo todo mundo pode participar. O trabalho duro vem depois, quando a gente tenta mobilizar as pessoas pra luta” (Dalva, 39).

Dentre as atividades voltadas para o público mais amplo, a associação promove um curso de cidadania no qual palestrantes e parlamentares, em geral do campo da esquerda, são convidados para apresentarem temas relacionados ao universo da política e da organização popular, como democracia participativa, conselhos gestores, eleições, etc. Nessa atividade, observa-se uma maior participação de jovens, alguns acompanhados por professores da rede pública de ensino.

Há, nessa associação, um grupo de trabalho voltado prioritariamente para a juventude. A importância conferida a esse grupo redundou na criação de um espaço exclusivo que reúne atividades de formação profissional, cultura e lazer. Dentro dessas atividades, destaca-se um grupo de jovens que se intitula “militantes da cultura” e que mantém atividades de teatro, apresentando-se nas manifestações organizadas pela associação ou pelas paróquias da região. Durante o período em que eu fiz minha pesquisa, eles criaram um sarau quinzenal voltado para a promoção de “diferentes linguagens artísticas e culturais, tais como: poesia, teatro, música, dança, roda de conversa, etc.”. “Além do teatro, agora a gente tá fazendo o sarau, que é pra divulgar a nossa arte e pra outras pessoas divulgarem o que elas fazem. E um jeito que a gente viu de aproximar os jovens do trabalho que agente faz na associação” (Henrique, 26).

Seguindo o mesmo *script*, as práticas políticas da Associação Mulheres na Luta são organizadas e desenvolvidas a partir de reuniões entre seus membros. A participação de moradores nessas reuniões não é vetada, mas praticamente não ocorre. Em geral, os moradores participam de atividades delineadas previamente pelo grupo organizador da associação, como debates acerca da saúde da mulher, políticas públicas para a terceira idade, violência doméstica, entre outros temas. Há atividades voltadas exclusivamente para pessoas idosas, fazendo com que todas as tardes um grupo de senhoras frequentem a associação.

Segundo uma observação de Antônio (29) as idosas são um capital político da associação, pois viabilizam certas relações políticas na região. Diz ele:

A importância das idosas na associação é que quando a gente vai falar com o subprefeito são elas que impõem algum respeito. Porque se só vai a gente eles não vão nem aí, mas quando a gente chega com um grupo de velhas, os caras vêm e atendem a gente. Porque a gente vai lá com as velhinhas e se eles não atendem nos sentamos no chão. Você acha que a GCM vai lá tirar elas à força? Que o subprefeito vai assinar esse B.O.? Assim é em várias situações.

Por iniciativa dos jovens, como já foi observado anteriormente, foi implantado um banco comunitário nessa associação. Esse banco possibilita um trabalho no bairro que atrai novos frequentadores para a associação. Os jovens percorrem o bairro de tempos em tempos, sem periodicidade definida, anunciando a possibilidade de microcrédito para os moradores. Alguns moradores vão à associação em busca desse serviço, mas não passam a integrar a associação. Em geral, buscam apenas o serviço de crédito. Além disso, foi estabelecida, a partir do banco comunitário, uma rede de relações com os estabelecimentos comerciais da região para que estes aceitassem a moeda alternativa criada pelo banco. Essa atividade deu uma maior visibilidade à associação e, ao mesmo tempo, possibilitou que um grupo de jovens ganhasse prestígio na entidade. “Quando os meninos vieram a gente tinha um pouco de desconfiança, mas depois que a gente viu eles fazerem todas as coisas que fizeram, vou te dizer, viu, mudou a cara da associação. Ela está mais viva” (Júlia, 42).

Esse mesmo grupo de jovens criou nessa associação um coletivo de cultura envolvendo diferentes linguagens artísticas, o qual denominaram Agência Paulo Leminski, ou simplesmente Agência. Parte do grupo se dedica à elaboração de atividades colaborativas com outros coletivos culturais visando à formação de uma rede cujo foco é a criação de condições de financiamento para a produção e divulgação da cultura gerada nas periferias. A agência é responsável por algumas atividades culturais na região, obtendo, inclusive, financiamento público para as suas atividades.

O nível educacional dos jovens militantes dessa associação, bem como daqueles que atuam na São José Operário, dos frequentadores do Sarau do Alfredo e do realizado por Bruno na Vila Conceição é um dado importante para análise. Por meio dos dados de observação e entrevistas, eu pude perceber que muitos militantes e quase a totalidade dos entrevistados possui nível superior ou estão cursando esse nível de ensino. Esse dado sinaliza, para esse grupo de militantes, que a escolaridade pode ser um elemento importante para

impulsionar a participação nas associações e, provavelmente, para um tipo específico de militância mais afeita às ações voltadas para o campo da cultura.³⁷

Bruno, militante do campo das esquerdas e do movimento por moradia relaciona sua formação de nível superior e sua ação no bairro:

Eu me formei e isso me levou a querer trazer alguma coisa para minha comunidade. Era como se eu precisasse fazer alguma coisa. E aí eu decidi montar um projeto, que é um sarau dentro de uma comunidade em que eu tive amigos que morreram. Então, eu monto o Sarau na Vila Conceição como uma forma de devolver alguma coisa, de desmistificar a cultura, tanto pra mim que estava voltando, quanto para as pessoas que eram e são até hoje meu círculo de amizades.³⁸

Obviamente esse jovem tem suas conexões políticas, porém me parece interessante notar que o jovem articula sua formação de nível superior com o sentimento de dívida com seus pares na região. Isso impulsiona sua ação no sentido de criar um espaço de militância política cuja centralidade é o campo da cultura em uma associação sem relações com os agrupamentos tradicionais das esquerdas.

No mesmo sentido, Antônio (29/AML) afirma que sua militância foi reforçada pela formação em ciências sociais. “Fazer a faculdade foi bom pra minha formação e foi bom pra minha militância, porque a gente aprende uma pá de coisas”. Jovem militante, com vínculos partidários no campo das esquerdas, Antônio articula diferentes iniciativas com vistas a desenvolver ações políticas na região, atuando na montagem de redes de produtores e artistas com vistas à divulgação da produção cultural das periferias, participação na Associação Mulheres na Luta e fundação do banco comunitário. “Acho que foi uma escolha por atuar aqui na região. Eu acho que eu tenho que usar esse conhecimento que eu adquiri para ajudar a desenvolver a minha comunidade, e atuar aqui na Casa é um jeito de fazer isso”.

Diante dessas manifestações é possível afirmar que a formação de nível superior é um elemento que contribui na configuração da ação coletiva nas associações das periferias e, sobretudo, aquelas ações desenvolvidas pelas novas gerações e, muitas vezes, voltadas para o campo da cultura. Embora alguns expoentes dos grupos culturais e de militantes ou ativistas do campo da cultura tenham apenas o nível médio de ensino. Contudo, mesmo a conclusão

³⁷ Eu não disponho de dados quantitativos para auferir em detalhes e em profundidade, no sentido de uma grande amostragem, o percentual de militantes que possuem ou frequentam o ensino superior. No entanto, sabe-se que nos últimos anos ocorreu uma acelerada expansão do ensino superior no Brasil.

³⁸ Bruno e Antônio formaram-se em ciências sociais em universidades privadas, beneficiando-se de bolsas de estudos do programa ProUni.

desse nível de ensino é um grau de escolaridade superior à média dos anos escolares da maioria da população.

Esse é um dado que não permite um nível de generalização que relacione o nível educacional, enquanto uma causa determinista, com a predisposição à participação na vida associativa, mas para alguns membros jovens que eu acompanhei pôde representar um aporte importante no estabelecimento de relações com órgãos do poder executivo, por exemplo, a Secretaria de Cultura, órgão acionado por muitos coletivos culturais com vistas ao financiamento de suas atividades. Por outro lado, a escolha por atuar no campo da cultura não se explica apenas pelo nível educacional. Em ambientes de periferia consolidada (TORRES, 2005) a produção e o consumo de bens culturais ganham novas referências no universo das lutas populares. Ao mesmo tempo, o campo da ação política se ampliou, abarcando diferentes tipos de práticas, comportando atividades cujo *status* não era reconhecido como político.

Beck (2001; 2011) observa o fenômeno de espraiamento do político para além do âmbito institucional das esferas de decisão sobre a sociedade. O autor apresenta dois universos nesse fenômeno: o da política tradicional (institucional) e o da subpolítica, caracterizada pelo aparecimento de atores no cenário social fora da esfera do sistema político e, também, pelo fato de não apenas os atores sociais e coletivos, mas, inclusive os indivíduos, competirem entre si pela definição do político.

Concomitantemente, esses jovens frequentam, em geral em grupo, alguns espaços de lazer juvenil da cidade, como os SESC's, os bares da Vila Madalena e casas do circuito underground da baixa Augusta. Essa circulação permite pensar em uma rede de sociabilidade ampliada para outros grupos e classes, introduzindo novos elementos de reflexividade para suas ações nos espaços associativos da periferia. Autoriza antever, também, a possibilidade de uma experiência urbana distinta da experiência daqueles moradores que permanecem no bairro e lá mantêm suas atividades culturais e de lazer. A circulação pela cidade pode possibilitar uma ampliação do universo de trocas simbólicas para esses jovens.

Outro tipo de prática política se desenvolve na Associação Comunitária Vila Zita. Com laços quase exclusivos com o vereador Antunes, essa associação tem uma relação de clientela com o parlamentar, prestando-lhe serviços e apoio em troca do encaminhamento de demandas e solução de problemas relacionados à vida cotidiana dos moradores, tais como auxílio com remédio, internação hospitalar, patrocínio de times de futebol e apoio financeiro para as associações. Essa entidade atua em uma área específica do território em conjunto com outras de mesmo perfil, perfazendo uma região controlada pelo vereador. Quando este precisa

de apoio ou da presença de um número de apoiadores, ele acionada a diretoria da Associação Vila Zita, que mobiliza essa rede de associações.

Ao acompanhar uma reunião de associações na subprefeitura local eu pude observar o seguinte diálogo entre Durval, diretor da Associação Comunitária Vila Zita e outro diretor de associação:

Durval: Ligaram lá do escritório mandando levar crianças lá na Vila das Orquídeas.

Francisco: Quem ligou?

Durval: O pessoal do gabinete do Antunes.

Francisco: É amanhã, né? Não tem problema. Você leva os seus que eu levo os meus.

Durval: Eles disseram que o vereador quer bastante gente. Principalmente crianças. Foi o que eles pediram.

Francisco: Pode deixar.

Este diálogo fazia referência a um pedido do vereador e seu gabinete para que os diretores de associações levassem moradores ao evento de inauguração de um campo de futebol na área sob influência de Durval. Concomitantemente à inauguração o gabinete do vereador e a direção da associação Vila Zita organizaram uma festa no Dia das Crianças. Por essa razão o pedido para levarem as crianças ao mesmo tempo em que os diretores se comprometiam a levar os seus associados, fato perceptível na expressão “Você leva os seus que eu levo os meus”. A ação política dessa associação se circunscreve à área de domínio de Durval. Durante um de nossos encontros lhe perguntei se ele era ligado a algum político, e ele responde:

Eu trabalho aqui com o Antunes, mas o meu trabalho é junto com o povão. Trabalho com o Antunes é modo de dizer, porque meu trabalho é aqui, na minha área. Eu não recebo salário dele como o pessoal que se dedica só a ele. Meu ganha-pão vem do meu trabalho, não do meu trabalho político. Esse trabalho com o vereador é mais uma coisa que eu faço por fora. Eu não vivo disso. Mas eu gosto de estar no meio do povão. De agitar essa coisa toda de política. Sempre vem alguma coisa pra gente. Você vê: arrumaram lá o campinho. Agora a gente tá com uma turma de moradia. E assim vai.

A associação comandada por Durval está inserida em uma rede de associações que compõem a base eleitoral de Antunes. Suas ações estão referidas ao trabalho com o parlamentar. Tanto no sentido de prestar-lhe serviço, como de auferir algum benefício a partir da interferência do parlamentar junto às esferas de governo.

Outra associação que mantém relações com o vereador Antunes é a Associação Vila Conceição. Esta se caracteriza pelo exercício de práticas voltadas ao lazer e à sociabilidade de jovens, marcadamente as voltadas ao futebol de várzea e ao samba, como fora observado em sua descrição preliminar no primeiro capítulo. Sua direção é composta por jovens e adultos com idades variando entre os vinte e cinco e quarenta anos. Essa associação realiza algumas “festas para a comunidade”³⁹ segundo expressão de Carlos, atual responsável pela associação. Estas festas são dedicadas ao Dia das Crianças/Nossa Senhora Aparecida, na qual a rua é interditada, são alugados brinquedos como pula-pula e distribuídos doces para as crianças. A alusão à Nossa Senhora se faz apenas verbalmente, sem que ocorra um ato ou a presença de religiosos. No Dia das Mães, distribuem-se flores para “as mães da comunidade”. São realizadas, também, celebrações pela conquista de campeonatos de várzea, voltadas para atletas do time ligado ao grupo e frequentadores da associação.

No tempo das eleições é recorrente a visita de políticos de diferentes campos ideológicos em busca de apoio e do voto de seus membros. Nas eleições de 2012 a diretoria se alinhou ao vereador Antunes cujo acesso à associação se estabeleceu desde que ele apresentou na Câmara Municipal de São Paulo uma emenda no orçamento contemplando um campo de futebol para a associação. Durante os anos de 2010 à 2012 um grupo de militantes ligados a movimentos populares por moradia e à Associação Mulheres na Luta realizaram ali um sarau.⁴⁰

Embora estabeleça essas relações com políticos e militantes, seus membros não acionam termos próprios ao universo da política para se identificarem. A associação não tem uma diretoria constituída e, para se referir aos seus principais membros, são mobilizados os termo “o frente”, por exemplo: “O Carlos é o nosso frente, agora” (Biriba, participante da associação).

Do conjunto de espaços associativos que acompanhei, o Sarau do Alfredo é o que apresenta a maior característica de quase grupo no sentido de se organizarem em torno de um ego (MAYER, 2009). A figura de Alfredo se constitui como uma celebridade (RAMOS, 2011) e em torno desse ator as ações se desenvolvem. Nesse sentido, não se pode falar na existência de militantes ou em membros do sarau, mas apenas em frequentadores ou participantes. Contudo, o sarau é frequentado por militantes de diferentes organizações e movimentos populares que acompanham as atividades propostas pelo ego. Assim, com o apoio dos

³⁹ Utilizo o termo comunidade em seu sentido nativo, designando certa circunscrição territorial de um grupo de pessoas que expressam certa identidade, segundo aponta Cardoso (2011, pp. 243-269).

⁴⁰ Retomarei essa associação e o sarau ali realizado no capítulo VI.

diferentes frequentadores, em nome do sarau são realizadas ações voltadas para a leitura, distribuição de livros e leituras de poemas nas praças e bibliotecas do bairro.

Dimensões da participação na vida associativa e suas tensões

A participação na vida associativa é abordada, a princípio e recorrentemente, como uma ação que se desenvolve em torno de questões de ordem pública, em geral centradas nas demandas por bens e serviços. No entanto, é possível perceber que podem ser acionadas outras dimensões da vida como motivadores da participação e que estão aparentemente distantes da arena pública de debates. Da perspectiva do ator social podem ser suas indignações, insatisfações, percepção de injustiças e o desejo de mudanças sociais os motivos alegados publicamente para o envolvimento e a participação na vida associativa. Assim, questões de ordem individual e afetiva que não estão explicitadas nos debates públicos vêm à tona como elementos motivacionais para o envolvimento nas ações coletivas engendradas nos bairros.

A participação na vida associativa se estabelece por meio do acionamento de duas esferas da vida dos agentes. Uma esfera de teor instrumental, marcada pela dimensão da política cuja característica principal é ser concretizada no espaço público como uma demanda por bens, serviços ou direitos, buscando-se apoios técnicos quando necessário e se estabelecendo relações com as diferentes dimensões institucionais da política. Dentro dessa esfera pública observa-se, ainda, as relações sociais que se desenvolvem no âmbito microsociológico da vida associativa. São as relações que se desenvolvem no cotidiano das ações e pelas quais os atores experimentam o incremento de laços de amizade e de solidariedade no interior dos grupos associativos, a existência ou a ampliação das trocas simbólicas, identificações religiosas e o estabelecimento de relações afetivas como dimensões motivadoras para a participação associativa.

A outra esfera diz respeito à dimensão afetiva presente nas dinâmicas que compõem a vida associativa. Assim, a participação não pode ser compreendida apenas como um ato racional com sentido relacionado estritamente ao universo das escolhas políticas (MELUCCI, 2001; 2004). A participação na vida associativa é um elemento importante na experiência de vida dos moradores, porém eles apontam um conjunto de outras dimensões constitutivas de sua experiência, inserção e permanência nos diferentes espaços associativos. Por meio da observação e da realização de entrevistas foi possível apreender parte desse conjunto de dimensões as quais apresento a seguir.

“Eu me senti acolhida”

A primeira e recorrente justificativa para a participação nas associações é a sensação de acolhimento experimentada por alguns participantes. Júlia (42/AML) afirma “eu fui vindo devagarzinho porque eu tinha muito receio. Minha família sempre foi contra esse negócio de participação política. Mas aí eu vim e fui muito bem recebida pela Dona Clélia. Na época eu estava com uns problemas de saúde e eu me senti acolhida aqui na casa. E nunca mais sai”. Júlia enfatizou, durante a entrevista, que nunca se interessou por política e, como se vê no trecho citado, sua família desmotivava sua participação. A referência à *casa* conjugada à sensação de acolhimento parece ser o fator fundante do engajamento de Júlia com as atividades da Associação de Mulheres.

Marta (48/SSJO), militante feminista e atuante na Sociedade São José Operário, aciona a noção de *casa* associada à de *família* justificando sua entrada na militância por melhorias no bairro.

Eu sempre tive uma mente angustiada com essas questões de injustiça, mas eu nunca tinha participado de nada. Aí um amigo falou: Oh, por que você não vai ajudar o Padre Alonso? Daí eu vim e quando eu entrei no salão da igreja tinha um Zumbi dos Palmares imenso em cima da porta, um crucifixo e um Cristo negro. Um Cristo negro! Já imaginou?! Tinha também algumas fotos de líderes que morreram defendendo uma causa. Aí eu pensei: nossa, é isso que eu quero. Eu estou em casa aqui. É minha casa aqui. Para mim é como se formássemos uma grande família.

A importância da casa na cultura brasileira fora salientada por Da Matta (2000) como o espaço que está colocado em relação assimétrica à rua. A casa é o espaço do conforto, da proximidade, do aconchego e da intimidade em contraponto à rua, espaço das relações distantes, anônimas, onde impera o perigo. Ao acionar as categorias casa e família, Marta sinaliza que as dimensões afetivas foram os aportes de sua entrada na vida associativa. A percepção e o incômodo com as injustiças sociais não foram elementos suficientemente mobilizadores para o envolvimento em ações coletivas, embora possam ser apontados como elementos impulsionadores do desejo de participação na vida associativa. O elemento promotor do ingresso e da participação foi a sensação de “estar em casa” e se sentir segura.

Marina, jovem que atualmente trabalha na Associação Mulheres na Luta, expressa sentimento similar ao dizer que foi “bem recebida” e por isso permaneceu na associação.

Aqui é bom porque a gente sente a solidariedade das pessoas. Antes de eu vir pra associação eu não via nada disso. Quando eu comecei vir aqui eu me senti mais confortável, sabe? Tipo assim, ter um lugar onde você é bem recebida. Faz um ano e meio que passei a frequentar a associação. Por isso.

“São pessoas que são amigas”

As relações de amizade são um elemento importante dentro do conjunto de dimensões que compõem a vida associativa. É comum ouvir nos depoimentos ou em conversas informais referências à construção de amizades na luta ou a entrada nas associações a partir de relações afetivas com membros dos espaços associativos. Com o sentido de destacar as amizades como um componente de sua atuação, Dalva (39/SSJO) salienta que:

Dentro da questão política a gente construiu muita amizade. Eu acho que quando se constrói muita amizade, você defende seus princípios e seus valores. Porque existe um respeito. Eu sou uma pessoa que sou muito respeitada dentro das minhas escolhas.

A militante sinaliza para a amizade que deriva da ação coletiva. Primeiro, a pessoa participar para depois construir sua rede de relações de amizades. Essa lógica permite pensar a vida associativa como um importante componente no desenvolvimento da sociabilidade no bairro, compreendida como a criação e o desenvolvimento de espaços nos quais se estabelecem relações e trocas de experiências entre as pessoas.

Ainda nessa lógica de articular a vida associativa com as dimensões das relações de amizade, Dalva (39/SSJO) alerta para a pequena capilaridade das ações desenvolvidas pelos militantes de sua região.

Eu costumo dizer que somos figurinhas carimbadas. Se você vai ao fórum de educação, se você vai ao sarau, se você vai numa palestra, você acaba encontrando as mesmas pessoas. São sempre os mesmos grupos de pessoas que circulam pelos lugares. São pessoas que acreditam, então são pessoas que comungam dessas ideias, são pessoas que são amigas, antes de tudo.

As observações de Dalva foram constantemente notadas quando eu acompanhei as reuniões realizadas em diferentes espaços e mesmo os encontros orientados para outros fins, como os saraus. De fato é comum encontrar as mesmas pessoas em diferentes reuniões demonstrando a existência de uma grande participação de um número reduzido de pessoas.

Há duas questões a serem observadas a partir desse depoimento. De um lado, a ênfase que a militante estabelece sobre as pessoas amigas, ou seja, a constituição de laços

sociais por afinidade. De outro, essa ênfase nos laços de amizade sinaliza o caráter restrito das ações coletivas que não atingem grandes públicos. Fato que leva Bruno (28/AML/SVC) a indagar: “Às vezes eu fico me perguntando por que eu vejo sempre as mesmas poucas caras quando é para tratar de assuntos coletivos? Até quando a individualidade vai persistir?”.

Ainda destacando o papel das amizades, mas enfatizando as relações que se estabeleceram na rua, encontra-se Mauro que afirma: “Tudo que eu aprendi sobre política, sobre cultura, foi na rua. Foi encontrando meus camaradas, trocando ideias”. A referência à rua sinaliza a importância dos laços de sociabilidade entre os pares, fato observado por Sposito (1994) acerca dos jovens do movimento hip hop.

Do conjunto dessas manifestações se deduz que as relações de amizade têm certa centralidade para o ingresso e permanência dos militantes no universo da política. Segundo Da Matta (1979) as relações de amizade são importantes para os brasileiros e seriam estruturais na configuração de nossa sociedade. São estruturalmente importantes para a construção do laço social e invadem o campo da política, permitindo que as pessoas, ao reconhecerem laços de afinidade eletiva nos espaços associativos, encontrem motivações para a ação coletiva.

Do mesmo modo, a noção de família, como valor a ser preservado ou conquistado, pode representar uma motivação para entrar ou permanecer na luta. É interessante perceber que são noções relacionadas à pessoa e às relações do mundo privado que se articulam ao universo de escolhas do indivíduo como elementos estimulantes da participação na vida associativa.

De acordo com Negt & Kluge (1999, p. 94) pode-se dizer que “se observamos o crescimento de forças com base no contexto da solidariedade, temos a impressão de que o material político também nasce da situação de amizade”. De fato, seguindo os dados da pesquisa de campo percebe-se que o sentimento de amizade possibilita a constituição de grupos que lutam por determinados interesses solidificados por laços de solidariedade.

A percepção de que o engajamento na vida associativa é precedido ou promotor de laços de amizade permite pensar na constituição de seu antônimo no universo da política. Assim, por oposição, “aqueles que não correm com a gente”, na expressão de Mauro e de outros militantes, ou seja, políticos, parlamentares e militantes de outras forças políticas, são classificados, muitas vezes, como inimigos. “Eu não sou tão louco como o Ezequiel que chamou vereador Antunes de bandido, mas eu não o convido pras nossas reuniões. Ele é nosso inimigo político na região”, afirma Guilherme (65/SSJO). Com o mesmo sentido encontrei a expressão “nós não corremos com eles. Com esses caras não tem conversa”. Esses

termos se distinguem da noção de adversário político, instaurando uma impossibilidade. Se a política é feita por meio das palavras, a interdição da fala com relação a determinados agentes cria o cerceamento da ação política entre aqueles que estão em polos distintos do espectro político.

“Agora eu trabalho aqui”

Outro elemento que aparece nas falas dos militantes dando sentido à sua entrada na vida associativa é a articulação da militância ao mundo do trabalho. Essa articulação se caracteriza pela possibilidade da participação política se estabelecer por meio de uma remuneração pelo trabalho nas associações. Em alguns casos, é a partir do convite para trabalhar em uma associação que a pessoa passa a se autorreferir como militante⁴¹ daquela associação. Este é o caso de Henrique (26/SSJO), que inicia sua atuação na Sociedade São José Operário a partir de um convite para trabalhar como secretário da associação. Em suas palavras:

Eu não era um militante e não foi bem uma decisão. Na época eu morava com a minha mãe, ela tinha acabado um relacionamento e aí eu me vi na situação de ou eu procuro um emprego e ajudo, ou vou ser um peso morto nessa casa. Foi quando eu encontrei o Jaime. Eu já fazia uma ação paroquial para o Jaime e comentei com ele se havia alguma vaga na São José porque a minha família ia começar a se desfazer por questões financeiras. Então eu fui contratado como auxiliar de escritório. Foi por uma questão de necessidade, na verdade não foi por uma missão ou uma escolha, porque até então eu acreditava numa missão religiosa da São José, não em um papel social, apesar de eu frequentar o grupo de jovens. Aí eu fiquei mais envolvido. Passei a acompanhar mais.

O ingresso e a participação de Marina (25/AML) na vida associativa se processaram da mesma forma que se deu para Henrique, embora em outra associação.

Então, na verdade eu comecei a atuar aqui por causa de um convite que me fizeram pra começar a participar das atividades da associação, e, de certa forma, como a associação tem os projetos do banco comunitário, da agência,⁴² desses trabalhos dentro da Casa, aí foi dessa forma que eu comecei a me associar com o pessoal daqui, a me envolver mesmo.

⁴¹ Como foi apontado, este termo faz referência àqueles que estão na Sociedade São José Operário e Associação Mulheres na Luta.

⁴² A entrevistada faz referência à agência de fomento cultural desenvolvida pelos jovens no interior da Associação Mulheres na Luta.

Antônio, jovem que tem como única ocupação seu trabalho remunerado na Associação Mulheres na Luta discorre sobre suas atividades estabelecendo uma relação entre sua formação de nível superior – observada anteriormente – e a escolha em trabalhar exclusivamente na associação.

Trabalhar em uma empresa seria usar esse conhecimento para encher o bolso do patrão. Eu preferi outra opção. Vim me dedicar ao trabalho aqui. Como a gente se volta para fazer um trabalho aqui na Casa da Mulher as coisas vão acontecendo de um jeito diferente. Várias coisas vão acontecendo na relação do dia a dia, nos movimentos que a gente vai participando, e a gente vai entendendo quais são os espaços, quais são os lugares para a gente levar algum tipo de luta.

Nesse caso a militância é expressa como uma escolha para “fazer um trabalho” associativo em oposição à perspectiva de trabalhar para “encher o bolso do patrão”. Ao estabelecer uma oposição entre os dois tipos de trabalhos, a atividade na associação se caracteriza como uma opção de trabalho remunerado que permite reconhecer os movimentos e os espaços nos quais se pode atuar, ou “levar algum tipo de luta”.

A participação de outra jovem militante pode esclarecer essa dimensão da militância. Márcia (25/AML) diz que seu envolvimento se deu pelo trabalho com cultura e que sua inserção se deu por meio de projetos e na busca por editais para a realização de suas atividades.

Meu envolvimento começou mesmo depois que eu comecei a trabalhar, que eu comecei a trabalhar nessa área social com projetos tentando me inserir mesmo nessa realidade, é, foi, acho que, acho que no ano de 2008-2009 que eu comecei mesmo a trabalhar em terceiro setor, trabalhando com cultura, correndo atrás de editais e tal.

Sua atividade não só está orientada pela atuação no campo da cultura, mas ela enfatiza a importância dos editais públicos de financiamento das atividades culturais como instrumento de segurança para sua participação na vida associativa do bairro.

Quando eu me envolvi, eu comecei a perceber que existe essa demanda muito grande por cultura. E aí eu comecei a me envolver mais nessa área da cultura mesmo, de trabalhar com cultura e arte, e eu fui aprendendo. Porque essa coisa dos editais é importante pra dar uma segurança financeira. Porque no meu caso e de outras pessoas, o salário da gente vem da grana de algum edital que a gente ganhou.

A profissionalização da militância desponta como mais uma opção no mercado de trabalho. A conquista de editais ou de convênios com órgãos públicos para a realização de eventos, cursos e serviços possibilita às associações manter um corpo de funcionários militantes, um verdadeiro núcleo profissional de ação associativa. Isso não significa que a participação nas associações privilegie exclusivamente a obtenção de um emprego ou do ganho pecuniário. Esse é um atrativo que se soma a outros, como reconhecimento, prestígio e poder, mas também ao sentimento de solidariedade, justiça social, ligação com a vizinhança ou o bairro, entre outros.

Pode-se dizer que um conjunto de elementos se soma à dimensão da militância como trabalho e ganho financeiro. Contudo, a preocupação dos militantes com a esfera do trabalho e a transformação de sua atividade social em um meio de subsistência parece apontar para a importância dos programas governamentais de participação e fomento às atividades desenvolvidas pelos moradores e militantes para sua realização, manutenção e persistência no cenário urbano. A ação do Estado, voltada para o fomento das iniciativas associativas, para o apoio e desenvolvimento da produção cultural e das esferas de participação tem se mostrado um instrumento importante para garantir a vida associativa nas periferias. Talvez, sem a ação do Estado apoiando certas iniciativas participativas e militantes elas deixassem de existir, tendo em vista essa dimensão da militância que compreende e articula a participação na vida associativa ao universo do mundo do trabalho.

“Às vezes dá vontade de desistir”: a militância como prova

Há diferentes motivações para a participação em associações e para a militância política. Dimensões de fundo ideológico que se originam, muitas vezes, na frequência, filiação e militância em um partido político, anseio de contribuir para a melhoria do bairro, questões de ordem subjetiva, pertencimento e reconhecimento por grupos de pares, etc. Enfim, as motivações podem ser diversas. No entanto, há uma dimensão menos perceptível no que diz respeito à militância vivida como *prova* ou desafio.

Martucelli (2010) define a *prova* pela qual passam os indivíduos na sociedade contemporânea⁴³ como “desafios históricos e estruturais, socialmente produzidos, culturalmente representados, desigualmente distribuídos, que os indivíduos – todos e cada um deles – estão obrigados a enfrentar no seio de uma sociedade” (p. 16). A noção de *prova* tem

⁴³ O autor utiliza de maneira indistinta as noções de prova, provação e desafio, referindo-se à mesma categoria de análise.

como objetivo articular os processos estruturais e as experiências individuais sem partir do pressuposto de estabelecer vínculos obrigatórios entre essas dimensões. Assim, essa noção permite deixar em aberto as vinculações entre as dimensões estruturais e individuais, possibilitando que se perceba os movimentos de reflexividade desenvolvidos pelos atores sociais. Segundo Martucelli:

A prova é uma narrativa, uma concepção de ator, um modo de seleção. Primeiro, é indissociável de uma narrativa particular, posto que concebe a vida como estando submetida a um conjunto de desafios (...) segundo, mobiliza uma concepção particular de indivíduo, aquele que está estruturalmente obrigado a enfrentar esses desafios. Terceiro, as provas implicam a existência de um modo de seleção que, sem invalidar o peso das posições sociais e dos *diferenciais de* oportunidades que lhes são associadas, realça a contingência dos resultados (p. 17).

Interessa-me trabalhar com a noção de *prova* em vista da dimensão narrativa dada aos atores; à possibilidade de escolha; à dimensão do trabalho do indivíduo sobre si em função das injunções da estrutura e a abertura para a incerteza dos resultados da ação. Ao viverem a militância em determinados momentos como um desafio, os atores parecem apontar seu caráter contingente e – especialmente para os mais velhos – a necessidade de uma entrega individual à participação política, que nem sempre obtém resultados positivos e reconhecimento.

Nas palavras de Marta, militante desde os anos 1980, tornar-se militante “é quando eu saio de uma visão de mundo do meu umbigo e passo para uma visão de mundo coletiva. Isso para mim é ser político. Quando eu não estou mais centrada em mim, mas eu penso na coletividade”. Apesar do tom retórico da fala de Marta (48/SSJO) o “voltar-se para o coletivo” pode sinalizar uma tensão na vida privada de alguns militantes em razão das demandas que a luta impõe e ao caráter devocional que, em especial, os velhos militantes imputam à sua participação nas lutas coletivas.

A experiência militante é vivida como uma *prova* que consiste em estabelecer-se na luta sob as injunções de variados aspectos presentes na vida associativa e no universo da política experimentados como desafios a serem superados. Esta experiência está marcada por certo desprendimento e uma entrega à luta em detrimento das dimensões particulares da existência. “Você vê, é toda uma vida de luta. Eu, o padre Alonso, todo esse pessoal. E é passo a passo. Desde os anos 80. Desde a luta contra a violência contra a mulher. Conquistamos muitas coisas, mas também deixamos um monte de coisas de lado. Tanto da luta como de nossas vidas”. Percebe-se, a partir desses depoimentos, que a vida associativa é vivida como

uma *prova* no sentido das dificuldades de se conciliar as dimensões da vida particular com as da vida associativa.

Em um momento de balanço a militante aponta que deixou um monte de coisas de lado referindo-se, particularmente, à dimensão de sua vida privada. “A gente sempre tá em grupos, em coletivos, mas muitas vezes tem de lidar com a solidão. Apesar de estar sempre rodeada por pessoas eu, às vezes, me vejo muito sozinha quando tenho que resolver minhas questões”.

A experiência da militância como uma *prova* se apresenta mesmo para aqueles que em alguma medida ocupam papéis de destaque e que supostamente tem um papel agregador e zelariam pela integração dos grupos. Marlene (50) outra militante ligada à igreja católica observa:

O padre Alonso tá tão desanimado esse ano! Eu falei com ele e ele me disse que tá muito cansado, que não sabe se vai fazer a caminhada, o fórum que têm de dois em dois anos. É muito tempo na luta pra ver pouco resultado. Ele tá bem chateado mesmo. Foi por isso que eu disse pro pessoal que a gente tinha que levar as coisas à frente pra quando ele chegar de viagem ver que a gente não desanimou. São muitos anos de luta pra deixar as coisas desandarem assim!

O abatimento que parece tomar um ou outro em diferentes situações exige que os militantes busquem cuidados especiais ou como diz Marta: “A gente que vive no trabalho de base tem que se cuidar. A gente vê muitas coisas e não tem solução para tudo. Por isso eu faço biodança e me reúno, sempre que posso, com minhas amigas”. No mesmo sentido, Marlene mostra que pode ser tomada pelo desânimo, mas, como a amiga de militância, ela encontra nas amizades apoio para seguir na luta. “Às vezes, eu fico tão desanimada! Sinto como se nada do que a gente faz traz alguma coisa de bom. Por isso que eu vou onde tem algum movimento. Para eu ver que tem gente fazendo coisas também. Isso me anima. Encontrar gente amiga me anima a não deixar a peteca cair”. Evidencia-se nesse depoimento a prova como uma tensão que obriga o indivíduo a realizar um trabalho sobre si. Ao mesmo tempo, a militante busca apoio nos laços sociais acionando as amizades como uma dimensão da vida social lhe dando suporte para enfrentar a prova da ação coletiva. Seu depoimento aponta para uma dimensão da prova presente a partir de determinado ciclo da vida marcado pela maturidade e um possível balanço. Fato não observado entre os jovens de meu ambiente de pesquisa.

Aos desafios estruturais da *prova* somam-se as situações às quais os militantes se veem confrontados em sua prática política. Uma situação referida é a presença de atividades ilegais, sobretudo relacionadas ao tráfico de drogas, estabelecendo dificuldades para a ação e exigindo que se negociem as condições nas quais seja possível a realização do trabalho. “Eu já tive problema, mas não assim de eles virem falar comigo. Eu mesma é que ficava com medo, ficava não, ainda fico, mas a gente conversa quando é preciso, explica o que é e vai tocando o trabalho” (Júlia, 42/AML).

Um militante voltado às atividades no campo da cultura diz: “O negócio é difícil, mas a gente não cria problemas pra eles e eles não atrapalham o trabalho da gente, é isso” (Marquinhos, 39/AML). Essa situação atinge os adultos e os jovens militantes. É eles lá e eu aqui. É claro que, muitas vezes, a gente conhece, sabe quem é e eles sabem que eu sou. Mas é melhor não se envolver e fazer o nosso trabalho (Adriana, 25/SSJO). No entanto, como tática de permanência e até mesmo sobrevivência na ação coletiva, os militantes minimizam essa prova demonstrando entender essa presença e as negociações como contingentes à sua prática política. Recurso que pode ser entendido como uma tática para permanecer na vida associativa. “Eu já tive que pedir autorização, mas quando era outro projeto. Tipo assim, com gente de fora, aí o pessoal da biqueira ficou meio cismado. Aqui na casa não, porque todo mundo conhece a gente e sabe de onde a gente é. Então isso facilita” (Márcia, 25/AML).

A dimensão desafiadora da ação coletiva, embora seja um momento em que a vida associativa possa ser colocada literalmente à prova, sofrendo o risco de exaurir-se, não se transforma, a princípio, em um elemento de desmobilização da ação. É próprio da socialidade política dos militantes o compartilhamento das provas oriundas de suas práticas políticas. Desse modo, mesmo quando a militância é tratada como desafio, os militantes reafirmam a luta por meio da percepção da dimensão da prova como uma motivação para a ação coletiva no sentido de um chamamento à ação coletiva: “Alguém tem que lutar”, diz Arlete ao se referir às dificuldades encontradas na vida política. E, mesmo lamentando, comenta com uma amiga da associação: “É duro, mas se a gente não fizer isso a gente morre”.

Se sentimentos como rancor, cansaço, medo, falta de reconhecimento, entre outros, são experimentados como desmobilizadores, um conjunto de elementos de sociabilidade são acionados pelos militantes para, de alguma maneira, justificar a ação coletiva. Assim, são promovidas ações que visam reforçar o convívio e as relações afetivas como festas e encontros de fruição e lazer.

“É bom a gente ser feliz”

Durante as entrevistas os militantes revelaram o sentido de provação presente em sua prática política. No entanto, a despeito dos desafios enfrentados em suas ações e quando estão no espaço público e em interação, não se observa manifestações de pesar, expressões de dificuldades ou de desânimo. Regidos por um código que parece combinar palco e bastidores nos moldes de Goffman (1985), os militantes das associações evitam comentários depreciativos ou que demonstrem deficiências e debilidades relacionadas à sua associação. Desse modo, somente uma aproximação no cotidiano da entidade permite perceber os dilemas que acompanham sua ação coletiva.

Em contraponto às dificuldades, observa-se que em diferentes momentos os militantes organizam encontros nas associações voltados exclusivamente para o conagração entre militantes nos quais se estreitam os laços sociais. Em alguns casos, são organizados eventos festivos cujo sentido é reafirmar as relações pessoais existentes entre os membros do grupo. Se de um lado a política tem seus momentos desafiadores e de provação, a participação nas associações também é vivida como uma possibilidade de fruição, aprendizado, reconhecimento e festa.

Nessa perspectiva, a dimensão da sociabilidade é mais uma vez enfatizada como combustível da luta. “Ah, eu gosto disso aqui! Isso pra mim é uma diversão. Eu saio de casa, encontro os amigos. Converso com o Durval. É ótimo!” diz Claudete (46/ACVZ), participante da Associação Vila Zita. Pode-se observar que entre alguns militantes a própria participação está na ordem da fruição e em certo sentido a ação coletiva também é vivida como um encontro festivo, como deixa antever a fala de Claudete.

Nas diferentes associações que eu acompanhei há uma dimensão das práticas políticas voltada exclusivamente para as festas, comemorações e fruição. Essas festas são organizadas pelos militantes que, em geral, contribuem com um prato de salgadinhos, doces, bolos ou bebidas. Quando realizadas nas dependências das associações é vedada, por meio de uma regra tácita, o consumo de bebidas alcoólicas. Se algum participante se apresenta embriagado, torna-se motivo de preocupação e, embora muitos bebam, “não pega bem ir para a associação se tomou umas e outras”, diz Júlia comentando uma situação envolvendo um militante do bairro.⁴⁴

⁴⁴ Kuschnir (2002) discute os rituais de comensalidade entre candidatos e eleitores durante e após as campanhas eleitorais.

Esses rituais de comensalidade marcam a integração do grupo, reforçam os laços de amizade e estabelecem os lugares de pertencimento na associação. Assim, há uma divisão quanto à participação na festa. Cada membro do grupo fica responsável por uma contribuição específica sendo, em geral, determinado que os homens contribuam com bebidas (sucos e refrigerantes) e as mulheres com as comidas. Além dessa divisão, esses rituais são marcados pela exigência de que todos comam e bebam.

O cenário das festas conta de modo recorrente com uma mesa na sala de reuniões sobre a qual os membros da associação depositam suas oferendas dirigidas ao grupo. Há sempre alguém com certo destaque na composição do grupo que organiza esse cenário com antecedência lembrando os compromissos assumidos em relação à doação de alimentos e bebidas e recebendo das pessoas suas dádivas ao grupo.

A regra que ordena a organização da mesa respeita duas etapas: a primeira de compartilhamento da entrega dos alimentos e a segunda de divisão e consumo. Geralmente os alimentos que são produzidos em casa ganham especial destaque, realçando-se as habilidades culinárias dos participantes que contribuíram com o prato. O empenho no preparo, o zelo na seleção dos ingredientes e a disposição em contribuir com o grupo são destacados quando o prato é apresentado aos participantes. Havendo sobras de comida ou bebida estas são distribuídas entre os presentes. Em geral, as pessoas não levam sobras de sua oferta para casa, pois doar e depois retomar o dom não é uma prática bem-vista. Assim, a distribuição das sobras segue uma etiqueta segundo a qual cabe tomar alimentos de outra pessoa, mas nunca retomar o alimento ou a bebida que foi levada para a festa. A troca de alimentos entre os militantes nesses encontros pode ser percebida como um momento ritual no qual se reafirmam os pertencimentos ao grupo, os laços de solidariedade, os vínculos pessoais e o envolvimento com a luta.

A festa não retira o caráter de comprometimento com causas coletivas dos encontros nos diferentes espaços associativos. As dimensões da festa, do debate, do encontro entre pares, do embate político são todos elementos constitutivos da sociabilidade vivida nas associações. Ao abordar a atuação de sua associação Mauro declara que:

A gente tá ligado em tudo isso. No extermínio da juventude negra, na questão da moradia, em tudo, porque nos não somos militantes de um movimento. Nós somos militantes de uma causa. Falo dos artistas. Isso não quer dizer que a gente não faça uma arte mais refinada, mais elaborada. Não quer dizer que a gente não sorri; que a gente não dance. Quando a gente faz o sarau tem festa, tem debate, tem arte na sua diversidade. Não é bom a gente ser feliz? Claro que é bom a gente ser feliz porque a gente tá se encontrando, reconhecendo os amigos e a gente tá aprendendo a lutar.

Seguindo essa mesma lógica, pode-se dizer que encontros públicos de maior envergadura promovidos pelas associações também promovem diferentes ordens de relações sociais, não se limitando à esfera das relações consideradas estritamente políticas. Marchas, caminhadas, celebrações e as mais diferentes manifestações de rua podem comportar as características presentes nas festas. Com isso, ganham outros contornos e se tornam um importante espaço de estabelecimento de relações de sociabilidade que contribuem para a manutenção da vida associativa.

Ao acompanhar a Caminhada pela Vida e pela Paz⁴⁵ de 2013, eu pude observar a uma militante que dizia em tom efusivo aos moradores que observavam a manifestação enquanto distribuía panfletos: “Vamos gente, vamos se animar que a vida é uma só. O dia está lindo, vamos aproveitar, essa caminhada é também uma festa. Não é pra ficar aí com essas caras”. A militante não obteve sucesso em retirar as pessoas de seus lugares, no entanto, foi acompanhada por outras militantes que cerimoniosamente passaram a cantar as músicas que embalavam a marcha, demonstrando felicidade e entusiasmo.

“Agora é que eu tô descobrindo as coisas”

Percebe-se, a partir do que foi dito até aqui, que há diferentes elementos que contribuem para a ação coletiva dos grupos militantes nas periferias da cidade de São Paulo. Contudo, há um fenômeno bastante distinto que diz respeito à percepção por parte desses militantes de um renascimento por meio da ação coletiva. Há militantes que percebem a entrada no universo da vida associativa como um segundo nascimento ou uma conversão para uma nova vida. Fenômeno que pode ser compreendido como o processo de ressocialização observado por Berger & Lukmann (2004), no qual o presente é legitimado por meio da interiorização de novos significados. Para que esse processo seja bem realizado é necessário que o indivíduo re-signifique o passado, abandonando alguns elementos que lhe davam sustentação.

Segundo os autores:

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que

⁴⁵ No capítulo VII apresento uma etnografia da Caminhada pela Vida e pela Paz.

introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (1987, p. 175).

No grupo de entrevistados, os jovens que cresceram em áreas com altos índices de violência apontam sua entrada no universo da política e, especificamente, na vida associativa, como um elemento de sobrevivência. Algumas manifestações com esse sentido são literais, demonstrando que a sociabilidade no universo da ação coletiva abre possibilidades para os indivíduos alterarem suas trajetórias sociais e construir uma nova vida em contextos de alta vulnerabilidade social. Mauro diz que “a gente é sobrevivente. Qualquer um que passou por aqui nos anos 90 e está vivo é sobrevivente. Foi graças a encontrar os camaradas, me envolver com a luta por cultura e tal, que eu acho que me tirou do caminho errado. Pra mim foi isso”.

O mesmo sentido se pode observar na fala de Bruno quando afirma seu sentimento de dívida com a comunidade depois da saída do bairro e o retorno triunfal após fazer faculdade. O sentimento de exílio ao viver fora do bairro somente é minorado quando ele ingressa em uma associação e realiza o sarau com vistas a “desmistificar a cultura” para si e para o grupo, onde estão seus laços de amizade. Bruno diz: “Para mim era importante voltar e retomar as coisas que eu deixei pra trás. Essa história do meu irmão que morreu e poder fazer alguma coisa pra comunidade, tá ligado”?

O *campo de possibilidades* aberto pelo ingresso na militância política no que diz respeito à circulação por diferentes espaços e a troca de experiências introduzem novos elementos que contribuem para a construção de uma nova perspectiva sobre o morar no bairro e sobre a própria vida.

Então eu acho que foi esse circular em vários espaços. Isso foi trazendo uma mudança pra mim. Isso foi me fortalecendo. Você está ali, você acredita que pode melhorar. Você passa a falar de forma positiva e vai desconstruindo os estereótipos sobre o lugar que você vive e sobre você que mora naquele lugar. Esse é um trabalho contínuo de quem está aqui (Dalva).

As falas desses militantes permitem perceber que quando eles adentram no universo da política, eles ampliam seu *campo de possibilidades*, pois passam a operar em outra chave, tanto em relação à autopercepção como na compreensão que passam a manifestar em relação à vida no bairro. Pode-se pensar que nesse processo operam dinâmicas de socialidade que vão reformulando suas subjetividades à medida que reorganizam sua rede de relações sociais. “Antigamente eu nem tinha essa visão, sabe, de tipo da política assim, do que é seu direito, do

que *cê* pode fazer. Eu comecei a conhecer mais agora. Eu era bem bobinha. Agora que eu tô descobrindo as coisas” (Marina, 26/AML).

O fenômeno do renascimento também pode ser compreendido como um *projeto* voltado para a participação da vida associativa que passa em primeira instância pelo indivíduo – no sentido de uma escolha ou posicionamento voltado para o coletivo – que busca descolar-se de contextos e situações adversas e passa a propugnar mudanças sociais e a estabelecer uma relação reflexiva com o mundo. Esse movimento pode anteceder ou ser posterior a qualquer de outros fenômenos relacionados à vida associativa, no entanto, é no processo de interação na vida associativa que os militantes percebem as mudanças operadas em sua vida pela participação política.

“Cada um tem o seu tempo”

O engajamento militante não se processa de forma homogênea para os diferentes atores que compõem os espaços associativos. Dentro dos grupos de jovens militantes acompanhados ao longo dessa pesquisa, as mulheres ocupam um papel de menor destaque no cenário político. Algumas dividem sua ação nas associações com os cuidados da casa e dos filhos. Mesmo na Associação de Mulheres são os rapazes que estão à frente das ações com maior grau de publicização, no desenvolvimento de propostas de trabalhos e nos contatos com políticos e órgãos de governo. Nessa associação, uma jovem militante ao ser inquirida sobre sua participação política disse: “É melhor você conversar com os meninos. Eles são mais inteirados nesses assuntos” (Marina, 26/AML). Durante sua entrevista, ao ser informada que eu entrevistaria Bruno, ela ponderou: “Agora sim, ele vai dizer muito mais coisas do que eu. Ele tem muito mais conhecimento sobre os movimentos e todas essas coisas”. Essas manifestações apontam para a existência de diferentes tempos no engajamento militante e que cada um tem o seu tempo, como atesta Antônio. Não estou pensando aqui em termos de uma carreira militante com diferentes estágios de participação que envolveriam o engajamento e, como último estágio, o desengajamento.⁴⁶ Esses tempos apontam a construção de diferentes dimensões simbólicas para o tempo despendido para a participação nas associações e sinalizam, também, que pode haver importantes divisões na vida associativa relacionadas aos gêneros que precisam ser abordadas com maior profundidade.

⁴⁶ Fillieule (2005) discute o engajamento e o desengajamento como momentos da carreira dos militantes.

Minha pesquisa de campo focou aqueles moradores que atuam em diferentes associações. Nesses espaços eu pude observar diversos modos de envolvimento com a vida associativa. Percebi, também, que há uma percepção nativa de que a política apresenta diferentes tempos que ora se aproximam e se relacionam, ora se afastam e se distinguem na prática política. Isso equivale a dizer que cada militante ou membro de associação desenvolve dentro de sua perspectiva um maior ou menor envolvimento com o universo da política. Em relação à militância, esses tempos são mediados pela conquista dos conhecimentos políticos e técnicos para atuar em nome das associações. Conhecimentos que implicam aquisição e desenvolvimento de capacidades para lidar com os diferentes editais, elaborar projetos, prestar contas, realizar atividades políticas e culturais. Trata-se de um conhecimento não apenas de tipo intelectual, de formação escolar, mas da ordem de uma percepção sobre as dinâmicas engendradas nas relações políticas. Mobiliza conhecimentos sobre o bairro e seus moradores, mas também sobre as forças que se movimentam no território. Quanto maior o tempo de militância dentro de uma associação, maior é o campo de possibilidades para aprender e adquirir conhecimentos e com isso aumentar a probabilidade de conquistar posições.

A entrada e a permanência na militância é uma questão relativizada e mesmo a atuação não é algo que se possa medir no sentido de uma carreira dentro das associações. Os diferentes tempos sugerem que há pessoas que participam esporadicamente; que outras são assíduas frequentadoras das reuniões e ações desenvolvidas pelas associações e há outras ainda cuja dedicação é exclusiva à associação. Esses tempos criam no universo da vida associativa as classificações nativas já expostas anteriormente. Segundo um militante da Associação Mulheres na Luta: “Ninguém pode obrigar as pessoas a participar. Cada um contribui como pode. Tem gente que tá aí toda hora e mesmo quem não tá, mas a gente pode contar, é uma força do nosso lado. É assim. Do jeito que é a vida na quebrada não dá para exigir nada”. Pessoas que podem se dedicar exclusivamente à vida associativa têm um perfil “militante profissional”. Aqueles que apresentam certo voluntarismo na ação são membros da associação, e os que participam apenas das reuniões compondo o público do espaço são classificados de participantes. Esses postos ocupados na vida associativa são intercambiáveis, de modo que o ator pode trocar o lugar ocupado nessa escala de ação.

A proeminência de militantes homens sobressai, principalmente, entre os grupos de jovens militantes. Quando se observa grupos de gerações intermediárias com idades em torno de cinquenta anos, a presença feminina é maior e se destaca na participação da linha de frente das atividades associativas. Assim é nítida a diferença de participação entre os grupos de idade entre a Associação das Mulheres e São José Operário, com maior participação

feminina de mulheres com idade em torno dos quarenta anos e aquela, paradoxalmente, tendo à frente um grupo de homens jovens e sua diretoria ocupada por uma senhora idosa.

Essas duas associações têm origem no mesmo período e participaram ativamente dos movimentos populares dos anos 1980. A diferença em suas composições atuais pode ser pensada devido às características da igreja em garantir um espaço institucionalmente forte que pode promover certa segurança para as militantes. Além disso, o elemento místico e religioso é outro fator de proteção e transcendência que pode auxiliar na compreensão da entrada e permanência de pessoas de maior idade e de um número maior de mulheres na militância de base católica. Não quero dizer com isso que as mulheres são mais religiosas do que os homens e, portanto, participam mais da vida associativa. Apenas constato que observei essa característica em meu circuito etnográfico de pesquisa, mas não vejo elementos que permitam generalizar a informação. No entanto, o elemento transcendental e religioso é importante para a configuração de um contexto propício à ação coletiva. Durante minha pesquisa de campo presenciei várias vezes pessoas ligadas a grupos políticos e até mesmo às atividades ilícitas, declarando que “aqui a gente tem que respeitar porque é a casa de Deus”. Com o mesmo sentido presenciei em diferentes contextos algumas militantes procurando pelo “padre santo” para uma conversa a respeito de atividades da associação, uma orientação ou mesmo para uma consulta informal. Essas observações apontam certa continuidade com as práticas políticas desenvolvidas nos meios populares concernentes à capacidade aglutinadora da igreja e até mesmo para tipos de ação política que remontam a períodos anteriores ao processo de urbanização.

Pode-se afirmar certa perenidade de determinadas práticas associativas organizadas pela igreja católica, mas também, de outros grupos políticos, reiterando lógicas para a ação coletiva oriundas das ações impetradas nos anos 1970/80 ou práticas políticas que antecedem esse período, por exemplo, o populismo. Evidencia-se, também, uma pluralidade de motivações para a participação na vida associativa que intercalam elementos de ordem objetiva aos de ordem subjetiva. Nos próximos capítulos serão abordadas algumas dessas inter-relações por meio do aprofundamento dos dados da etnografia apontando as ambivalências presentes na vida associativa e nas ações políticas desenvolvidas pelos moradores em seus espaços associativos.

Militantes e militanismos

Participar da vida associativa, dentro dos espaços abordados neste trabalho, promove a aquisição de uma série de características particulares e levam o ator a lidar com um conjunto de dimensões da vida social que em muitos aspectos implica uma identificação específica do ator social com sua região. Particularmente para aqueles que atuam com maior dedicação identificando-se como militante/membro dos espaços associativos. Ao assumir o papel de militante, os indivíduos se posicionam não apenas dentro de um campo, mas passam a se relacionar com as demais esferas da vida social referenciados, muitas vezes prioritariamente, nesse papel. Quero dizer que ser militante de um movimento social ou, de maneira geral, participar da vida associativa, significa para esses atores tomar uma posição política, mas implica, também, em um modo de vida e uma maneira específica de enxergar o mundo e simbolizá-lo.

Acompanhando as afirmações de Cefaï (2011) pode-se dizer que há algo na experiência dos militantes que perpassa certa indignação com aspectos negativos relacionados ao local de moradia, mas, também, um inconformismo com as características injustas da sociedade, tais como pobreza extrema, desemprego, corrupção, etc. Há certa experiência de ser afetado pelas condições gerais da vida em sociedade ou aquelas especificamente locais, sobretudo quando são marcadamente negativas e redundam em condições sociais adversas, mesmo não sendo atingido diretamente por essas circunstâncias desfavoráveis de vida.

Ao se observar os militantes de diferentes associações de bairro nas periferias da cidade de São Paulo percebe-se nuances da vida associativa que são pouco abordadas pela literatura sociológica voltada para o tema. Há todo um campo de estudos representado pelas intermediações afetivas e simbólicas que parece passar ao largo ou timidamente pelas avaliações. Talvez isso se deva por ser este um campo de estudos relativamente recente no Brasil e devido aos estudos se centrarem nos modelos mais institucionais de vida associativa, como os sindicatos e os partidos políticos.

De fato, a pesquisa sobre a ação coletiva de grupos militantes nos bairros esbarra na volatilidade das ações, na fragmentação dos espaços associativos e na pulverização dos resultados da ação coletiva. Quanto aos sujeitos da ação pode-se dizer que não existe “o militante” em sentido genérico, e sim diferentes formas de participação e engajamento na vida associativa perpassadas por diversas características individuais e coletivas que incidem sobre a maneira de agir na esfera da ação política, ela mesma diluída em diferentes frentes de atuação. O próprio termo militante, como se evidencia neste trabalho, é acionado em umas

associações e não em outras. Com isso se estabelecem algumas distinções entre os tipos de ação desenvolvida por cada espaço associativo na esfera pública.

Do conjunto de minhas observações, eu poderia afirmar que os militantes das gerações anteriores, tributários das lutas por melhorias urbanas e pela conquista, em muitos casos, de direitos políticos parecem afeitos a um tipo de militância de caráter quase devocional, marcada por uma entrega às necessidades impostas pela luta política. Baseado em meus dados de pesquisa, eu poderia ponderar que para esses militantes a perspectiva da construção de uma profissionalização na militância ou a construção de uma carreira no movimento apresentava nos idos de 1970 e 1980 alguns problemas de ordem ética e política. A pecha de “carreirista” dirigida para alguns militantes tinha um caráter extremamente pejorativo. Talvez essa postura sinalize para a existência de certa proeminência do coletivo sobre os indivíduos naqueles anos que eram interpelados em outros termos. Esse comportamento aponta para um tipo de ação e de engajamento na vida associativa típico dos “movimentos personagens”, imagem construída por Melucci (2001) com referência aos movimentos operários da sociedade capitalista e industrial.

Por outro lado, a nova geração de militantes – sobretudo os que se envolvem com os novos associativismos representados pelos movimentos culturais, étnicos e identitários – apresentam maior probabilidade de “profissionalização” ou de estabelecer um vínculo entre trabalho e militância, não enxergando dilemas éticos ou políticos. Embora essa prática não seja uma novidade, o que me parece novo é o fato de trabalho e militância se interpenetrarem de tal modo na vida de jovens militantes que ocorre em alguns casos uma indistinção entre esses dois campos da vida dos atores.

O fato de haver uma militância que se referencia nos “movimentos personagens” e outra que se volta para práticas contemporâneas de luta não significa que esses tipos de militância sejam imediatamente excludentes. Pelo contrário, eles convivem muitas vezes no mesmo espaço associativo e fazem parte da experiência de alguns militantes que, eventualmente, se envolvem em uma prática política e somente ao longo de seu percurso transformam a prática política em uma forma de auferir algum rendimento pecuniário. O caminho inverso também é possível caso os contratos sejam suspensos ou o grupo não seja contemplado com um edital público. Isso ocorreu, por exemplo, na Associação Mulheres na Luta cuja perda de um contrato com a prefeitura implicou que alguns membros da associação trabalhassem sem receber pelos serviços por alguns meses. Ao viver essa situação, Antônio se remete ao passado da associação ao qual ele tem acesso pelos discursos dos antigos militantes e por meio do acionamento dessa memória que ele justifica a continuidade de seu trabalho:

“No começo a gente fazia a luta sem dinheiro. A gente não recebia pra fazer essas coisas e a gente fazia. Agora a gente tem que fazer de novo sem dinheiro. O importante é manter a casa funcionando, o povo tendo aula” (Antônio, 29/AML).

Muitas vezes essas idas e vindas da vida associativa, as dificuldades financeiras, tanto individuais como coletivas, fazem com que a militância seja uma atividade irregular, marcada pela fluidez e volatilidade das ações. Desse modo, os “indivíduos se engajam e se desengajam de acordo com as circunstâncias, se implicam limitadamente, preocupados não tanto com questões ideológicas, mas com assuntos do cotidiano” (CEFAÏ, 2011, p. 29) da vida no bairro e, de modo especial, com suas próprias urgências.

Melucci (2001, p. 97) elaborou essa questão ao apontar que os novos movimentos sociais contemporâneos se caracterizam pela ausência de um sentido “heroico” com objetivos claramente identificáveis, tais como a conquista do poder ou a revolução. Segundo o autor “os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado (...) a agregação é pontual, ou seja, se dá ao redor de um objetivo determinado; a agregação está situada no presente e não persegue objetivos distantes e inalcançáveis”.

A participação nas associações apresenta-se como uma possibilidade de atuação política contemplando uma gama variada de motivações e expectativas em relação àquilo que a vida associativa pode oferecer, suprir ou demandar dos participantes dos espaços associativos.

A diversidade de espaços associativos ou territórios políticos para usar a expressão empregada pelo militante Antônio permite antever modos distintos de ação coletiva e diferentes motivações para o engajamento no universo da política. As particularidades das associações podem estabelecer dentro do mundo da política e do universo associativo alguns “territórios morais”,⁴⁷ nos quais o engajamento ganha notoriedade e seus membros alguma proteção social. Isso fica bastante evidente ao se observar os militantes da Sociedade São José Operário que, ao serem reconhecidos na região, contam com uma verdadeira proteção auferida pelo prestígio da instituição, não no sentido de um envolvimento dos escalões da hierarquia do clero, mas naquilo que representa a igreja junto àquela população.

Essas distinções de prestígio que envolvem as associações estão relacionadas aos

⁴⁷ Parker (1967) discute a existência de “territórios de morais” nas cidades. Essa noção me parece ser boa para se pensar as associações de bairro também a partir da chave do prestígio oriundo do pertencimento ou não a determinado espaço associativo.

territórios nos quais elas estão inseridas, suscitando diferentes relações políticas e cotidianas entre os militantes e os moradores. Algumas áreas permitem o desenvolvimento de ações de caráter fragmentado voltadas para a cultura e certa estetização das práticas políticas. Outras, no entanto, exigem, ainda, posturas heroicas, típicas dos movimentos-personagens, ou até mesmo certo desprendimento no sentido de se inserir em áreas marcadas por conflitos políticos ou com moradores envolvidos em atividades ilícitas ou ilegais.

Do conjunto das manifestações observadas em meu ambiente de pesquisa não se pode inferir a centralidade de algum elemento constitutivo ou ordenador das práticas políticas ou da ação coletiva. Os diferentes agrupamentos que compõem o território estão envolvidos na luta política pela hegemonia na região. Do mesmo modo, observando-se as relações geracionais não se pode afirmar a proeminência de uma sobre a outra, mas sim relações baseadas em lógicas de acoplamento (HALL, 2006) que se processam por meio da diferenciação e interação de variados elementos (BHABHA, 2005) orientando os atores na conformação de sentidos à ação coletiva.

CAPÍTULO V

Memória, experiência e socialidade política

“A memória acredita antes de o conhecimento lembrar.
Acredita um tempo maior do que recorda,
um tempo maior até do que o conhecimento imagina.”
Faulkner

Em meu ambiente de pesquisa pude observar a presença de diferentes grupos geracionais compartilhando os mesmos espaços associativos. Em todos os espaços foi possível observar a presença de gerações distintas, mas nas associações São José Operário e Mulheres na Luta a presença de diferentes gerações e o concomitante estabelecimento de relações intergeracionais são fenômenos evidentes que contribuem para a definição das ações desenvolvidas nessas associações. Das observações dessas relações emergiram a indagação sobre as condições de possibilidade de eventuais transmissões dos modos de fazer política por parte das velhas gerações às novas gerações de militantes. Compreender estas relações implicava, em minha perspectiva teórica, observar as dinâmicas acionadas em torno das relações intersubjetivas em espaços compostos por grupos e pessoas com distintas experiências sociais. A vivência e o compartilhamento de diversas experiências sociais poderia, também, apontar diferentes “culturas políticas”,⁴⁸ demonstrando compreensões particulares da vida associativa e da ação coletiva no bairro concernentes a cada grupo geracional. Por outro lado, poderia sinalizar a configuração de uma cultura política arraigada nas práticas associativas.

Nos capítulos precedentes, objetivei expor os modos pelos quais se realizou a pesquisa; expor um conjunto de temáticas acerca da periferia; discutir sua vida associativa, mostrando distinções sobre a compreensão da política, além de apresentar algumas práticas desenvolvidas pelos diferentes tipos de participantes.

Neste capítulo quero me ocupar em discutir as relações políticas entre essas diferentes gerações de militantes no interior dos espaços associativos, observando a existência

⁴⁸ “Cultura política” é um conceito utilizado, sobretudo, pela ciência política, embora tenha sido elaborado a partir de uma perspectiva multidisciplinar. O uso que faço do termo é propositalmente uma compreensão pouco restritiva. Assim, entendo “cultura política” como um “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUSCHNIR, 1999).

de possíveis linhas de continuidades ou rupturas no campo das ações coletivas estabelecidas por essas gerações. Baseando-me no material etnográfico apontarei que as relações estabelecidas no universo político se processam por meio de dinâmicas que combinam elementos objetivos e subjetivos. Essas dinâmicas redundam em um ambiente permeado por relações de socialidade política no qual se articulam um conjunto de elementos que extrapolam a pura lógica dos processos de socialização das velhas para as novas gerações.

De maneira geral, para definir o termo “geração” os trabalhos que se debruçam sobre as relações intergeracionais se remetem às proposições de Mannheim (1993) cuja obra é referência para os estudos acerca do problema das gerações.⁴⁹

Karl Mannheim desenvolve o conceito de gerações destacando que “ele é um dos guias indispensáveis à compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais” (1982, p. 67). A situação geracional experimentada pelos indivíduos guarda certa similitude com a situação de classe, no sentido de serem instrumentos de compreensão das dinâmicas sociais. Contudo, situação geracional e classe social não são fenômenos coincidentes. A situação geracional não está necessariamente ancorada na situação de classe, nem tampouco no lugar ocupado pelo indivíduo na estrutura de classes da sociedade. Pode haver fenômenos geracionais que são transversais às classes sociais, abarcando vários seguimentos de classe na constituição e definição de uma “comunidade de destino”. Esta, segundo Mannheim, é fruto da vivência e do compartilhamento das mesmas experiências histórico-sociais pelos indivíduos e grupos sociais e são propiciadoras das mesmas respostas por parte desses agentes.

Segundo o autor, o fenômeno das gerações está baseado no ritmo biológico de nascimento e morte, porém seria naturalizar o problema das gerações se este fosse observado apenas por essa ótica. O fenômeno que define uma geração, segundo Mannheim, é a possibilidade que aqueles nascidos em um mesmo período cronológico têm não apenas de vivenciar um mesmo processo histórico, mas processar esses acontecimentos, “predispondo-os a certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante” (1982, p. 72).

Na perspectiva apontada pelo autor, “as gerações estão em um estado de interação constante” (p. 82) desenvolvendo-se, nesse processo, o fenômeno da transmissão cultural. Esse fenômeno se caracteriza pela “passagem automática, às novas gerações, dos modos tradicionais de vida, sentimentos e atitudes” (p. 80), que eventualmente podem ser

⁴⁹ Para uma aproximação aos trabalhos desenvolvidos dentro dessa perspectiva, veja Percheron (1993); Tomizaki (2007); entre outros.

reelaborados em função das experiências dos membros das novas gerações, estabelecendo-se uma dinâmica de mudanças sociais. Desse modo, “a contínua mudança nas condições objetivas tem sua contrapartida em uma contínua mudança nas novas gerações seguintes, que são as primeiras a incorporar as mudanças em seu sistema de comportamento” (p. 84).

Mannheim (1993) desenvolve a categoria de geração estabelecendo distinções entre a posição geracional, a conexão geracional e a unidade geracional.⁵⁰ A posição geracional pode ser observada no compartilhamento do mesmo período histórico determinado exclusivamente pela proximidade do nascimento. Especificando a análise, o autor compreende que a posição geracional se estabelece pela proximidade do ano de nascimento tendo em vista o quadro histórico-social a que pertencem os indivíduos, mas principalmente pela possibilidade de compartilhamento de experiências e vivências potencialmente disponibilizadas pelo nascimento em um mesmo período. Segundo o autor:

(...) só se pode falar, portanto, da afinidade de posição de uma geração inserida em um mesmo período de tempo quando, e na medida em que, se trata de uma potencial participação em acontecimentos e vivências comuns e vinculadas. Somente um quadro de vida histórico-social comum possibilita que a posição no tempo cronológico por causa do nascimento se faça sociologicamente relevante (MANNHEIM, 1993, p. 216).

A conexão geracional se constitui pela possibilidade concreta de participar dos mesmos acontecimentos desenvolvendo formas específicas de consciência e experiência em relação ao mundo. Essa noção implica adesão e participação no destino comum pertinente à determinada unidade geracional.

[...] a conexão geracional é algo mais que essa mera presença circunscrita em uma determinada unidade histórico-social. Para que se possa falar de uma conexão geracional tem que dar-se alguma outra vinculação concreta. Para abreviar, poderia se especificar essa adesão como uma participação no destino comum dessa unidade histórico-social (idem, p. 221).

A unidade geracional guarda relações mais estreitas entre os indivíduos que compõem a conexão geracional e são capazes de uma resposta unitária frente a determinados desafios histórico-sociais. As unidades geracionais podem se manifestar como grupos que a partir da experiência compartilhada buscam agir de maneira unitária redundando no

⁵⁰ Há certa diversidade na nomenclatura usada pelos autores para as definições de Mannheim sobre os componentes analíticos das gerações, contudo, embora distintos, os termos sugerem o mesmo entendimento, ficando a cargo das traduções as pequenas distinções estilísticas. Neste texto usa-se a versão em espanhol do artigo de Mannheim [1928] (1993).

estabelecimento da percepção de pertencimento a uma “comunidade de destino”.

A mesma juventude que está orientada pela mesma problemática histórica atual vive em uma “conexão geracional”; dentro de cada conexão geracional, aqueles grupos que processam essas experiências de formas diversas constituem, em cada caso, distintas “unidades geracionais” no âmbito da mesma conexão geracional (MANNHEIM, 1993, p. 223).

O autor argumenta, ainda, que há polaridades entre as unidades geracionais que compartilham a mesma posição geracional, mas não estabelecem as mesmas conexões geracionais. Por exemplo, no mesmo contexto geracional do período ditatorial (1964-1984) havia polaridades geracionais que implicaram a formação de diferentes grupos juvenis. Pode-se pensar nos grupos que aderiram ao regime e naqueles que o combateram cujo momento mais emblemático, no meio universitário, foi o confronto, na Rua Maria Antônia, no centro da cidade de São Paulo, dos estudantes da Universidade Mackenzie e os da Faculdade de Filosofia da USP. No embate entre esses dois grupos, pôde ser observada a presença de duas unidades geracionais polarizadas pelas escolhas antagônicas quanto à posição política em relação ao regime autoritário. Todavia, embora conformando distintas experiências sociais, essas unidades geracionais compartilham o mesmo contexto geracional.

Ao discutir gerações e grupos de idade Debert (1999) aponta que [...] “as categorias e os grupos de idade são elementos privilegiados para dar conta da plasticidade cultural e também das transformações históricas” (p. 40). Contudo, a autora afirma que as idades não são um marcador fundamental na delimitação das gerações, mas que elas são definidas “pela vivência de determinados eventos que marcam trajetórias passadas e futuras” das pessoas (p. 52).

As pesquisas sobre grupos de idade cronológica mostram, por um lado, que a geração mais do que a idade cronológica, é a forma privilegiada de os atores darem conta de suas experiências extra familiares; por outro lado, indicam que mudanças na experiência coletiva de determinados grupos não são apenas causadas pelas mudanças sociais de ordem estrutural, mas que esses grupos são extremamente ativos no direcionamento das mudanças (pp. 52-3).

A autora demonstra que os novos grupos geracionais não apenas recebem as heranças sociais ou, como pensam os funcionalistas, têm a função de manutenção do *status quo*, por serem os agentes promotores da substituição das gerações que se vão. Os grupos geracionais novos recebem e sofrem a ação dos grupos geracionais que os antecederam, mas também impulsionam, por meio de sua ação, as transformações que ocorrem na sociedade.

Ainda segundo Debert (1999)

[...] por estarem imbricadas e perpassadas por variáveis sociais as categorias que se estabelecem por grupos de idades seriam mais afetadas pelas transformações sociais. Seriam mais elásticas e demonstrariam, ao observador atento, as mudanças sociais em suas dinâmicas (p. 55).

Assim, no interior de uma mesma conexão geracional, as diferentes polaridades geracionais podem ser um bom instrumento para se observar as ações das diferentes gerações ou para se investigar as manifestações no interior de uma mesma geração. Segundo Weller (2007)

Faz-se necessário ampliar os estudos comparativos sobre distintas gerações em um mesmo período cronológico assim como sobre gerações em tempos históricos distintos para uma melhor compreensão das polaridades existentes, bem como dos aspectos políticos, sociais e econômicos formadores dessas polaridades (p. 11).

Ao se inquirir sobre os modos em que se estabelecem as relações entre as gerações, sobretudo no que se refere às ações políticas que desenvolvem nas periferias da cidade, tendo como foco as possíveis transmissões geracionais, deve-se suplantar as abordagens que têm sistematicamente abordado os grupos geracionais dentro de suas próprias lógicas. Como observa Weller (2010)

[...] muitos estudos são desenvolvidos a partir de uma perspectiva que contempla uma determinada geração de forma isolada, como uma espécie de unidade desconectada de outras gerações e de seu tempo histórico (p. 175).

Acompanhando essa linha de reflexão, Forquin (2003) e Attias-Donfut (1994) afirmam a importância de as investigações geracionais observarem as dinâmicas entre as gerações, atentando-se para as relações que as novas gerações estabelecem com as gerações mais velhas em uma perspectiva de compartilhamento e troca de experiências em um dado período histórico. Os autores advogam a importância de se observar o convívio e a troca de experiências entre as gerações que compartilham o mesmo tempo cronológico, mas diferentes tempos de experiência social, e, nesse sentido, estabelecem distintas relações simbólicas entre as velhas gerações, que deixam um legado de conhecimentos e experiências, e as novas que são suas herdeiras.

As pesquisas que se propõem a lidar com as relações entre as distintas gerações se

vê às voltas com a noção de temporalidade, tendo em vista que a transmissão intergeracional se processa necessariamente ao longo de determinados períodos históricos ou por pessoas que vivenciaram temporalidades sociais distintas, porém em um tempo que pode ser concomitantemente compartilhado, fenômeno que Mannheim (1999) denominou de “contemporaneidade dos não contemporâneos”. Desse modo,

[...] a abordagem das relações sociais a partir das posições geracionais significa uma análise inescapável de trajetórias sociais no tempo; no tempo existencial dos indivíduos e no tempo social, coletivo e histórico, portanto, tanto de tendência à mudança como de permanências (WELLER, 2010, p. 177).

Com isso se introduz a noção de “estratificação da experiência” das gerações desenvolvida por Mannheim, segundo a qual as experiências das gerações se dão de modo estratificado em razão da “coetaneidade dos não coetâneos”, pois cada grupo geracional processa a experiência social no momento em que compartilha o mesmo período histórico com outras gerações, porém referenciado nas suas vivências e experiências, sejam elas referidas ao passado ou mesmo em relação ao presente. O fenômeno da contemporaneidade dos não contemporâneos resulta em que o mesmo acontecimento histórico-social é vivenciado, compreendido e experimentado de maneiras diversas dependendo do grupo geracional.

Os aspectos elencados anteriormente sobre as dinâmicas entre as diferentes gerações sinalizam que os estudos geracionais devem levar em conta que somente é possível se falar em geração a partir do estabelecimento das relações sociais entre os diferentes grupos geracionais em um determinado período histórico. Ao abordar especificamente o tema da juventude, Bourdieu (1980) afirma que “só se é jovem em relação a alguém”. O autor alerta para o caráter relacional dos grupos de idade e, em um plano mais amplo, entre as gerações. É preciso que se reconheça a existência de gerações velhas para que se possa falar em novas gerações nas sociedades. No entanto, isso não implica entender as relações geracionais apenas como processos de socialização, sejam eles de ordem primária segundo o pensamento tributário das formulações de Durkheim (1975) ou que admitam processos de socialização ampliados para um estágio secundário segundo as vertentes abertas por Berger (2002).

No âmbito do universo da política me parece ser produtivo trabalhar sob a perspectiva da socialidade compreendida como o conjunto relações intersubjetivas como promotoras das configurações sociais. Nesse sentido, a proposição desenvolvida por Mannheim de que o fenômeno geracional se caracteriza pela “contemporaneidade dos não

contemporâneos” é uma ideia-chave para se abordar o convívio entre as diferentes gerações no interior dos espaços associativos. Essa perspectiva me parece ser suficiente para compreender as relações geracionais com foco nas relações intersubjetivas em torno do universo da ação política, não sendo necessário estabelecer nuances entre os grupos geracionais no que diz respeito à posição, conexão e unidade geracional tal como aponta Mannheim.

No decorrer deste capítulo, ao abordar a questão geracional com ênfase nos processos de socialidade política, destacam-se as noções de experiência social e memória como elementos de articulação desses processos nos quais os sujeitos constroem uma identificação política. Em minha narrativa, a noção de memória é instrumentalizada para ilustrar a ação que os moradores que são das gerações mais velhas exercem sobre as mais novas no intuito de constituir um histórico de lutas no qual eles são os protagonistas. Contudo, compreendendo a memória como um conjunto de elementos discursivos disperso pelos espaços associativos do bairro, pretendo discuti-la como um fenômeno mobilizado pelas diferentes gerações e ordenador de certa história do bairro e das relações sociais presentes e não apenas como um componente de transmissão geracional das velhas gerações para as novas.

Não se objetiva aprofundar o conhecimento sobre a história de vida desses militantes com o sentido de constituir uma memória sobre a ação coletiva desenvolvida no bairro, mas utilizar certas manifestações observadas em campo ou registradas em entrevistas para ilustrar esse esforço de constituição de uma memória que compõe a experiência social das diferentes gerações de militantes.

Feitas essas observações é possível avançar na descrição de algumas ações e esforços discursivos que visam ao resgate e à manutenção de certa memória, enfatizando a experiência social referente a cada associação acionando, com isso, um “nós” como expressão de certa identificação política. Esse processo pode se desenvolver pelo acoplamento das experiências das diferentes gerações por um grupo geracional específico ou como um esforço das velhas gerações no sentido de criar mecanismos de disciplinamento da ação das novas gerações que podem ser interpeladas como responsáveis pela continuação de certa tradição.

Ao entrar na sala onde ocorrem as reuniões do Fórum em Defesa da Vida o visitante depara com um grande cartaz no qual está representada uma espécie de árvore genealógica daquela associação. O desenho tem no pé da página a fundação da paróquia e, em seguida, a chegada do padre – então um jovem de vinte e seis anos – ao local. A árvore vai se ramificando num crescendo à medida que se vai introduzindo a entrada de novos participantes

na associação em diferentes momentos da luta política. Os eventos coletivos, tais como a “Romaria das Águas”, “Caminhada pela Vida e pela Paz”, além de reuniões e plenárias organizadas pela associação, aparecem em destaque na ilustração. O sentido ascendente do desenho, a representação em copa de árvore, ilustrada “por fotografias da nossa luta” (Arlete, 38), estabelecendo referências relacionadas à ação coletiva no bairro como um fenômeno crescente, demonstrando as conquistas ensejadas pelas ações encabeçadas pela associação, são elementos que conferem um aspecto marcadamente épico para a ilustração.

Esse mesmo tom épico eu pude observar nos outros espaços associativos que compõem o ambiente de minha pesquisa. Guardadas algumas nuances pode-se perceber, nos diferentes espaços, discursos que enfatizam a noção de luta como um componente importante para a fundação da associação, caracterizando a abertura do espaço como uma ação permeada por dificuldades. Ao mesmo tempo, destaca-se nesses discursos a postura de resistência frente às adversidades para a manutenção e continuidade das atividades, realçando-se, em alguns momentos, certo caráter agonístico consubstanciado no vocábulo “guerreiro”, presente no estandarte da Associação Vila Conceição, bem como nas expressões de alguns militantes reforçando o elemento épico constitutivo da formação e manutenção das associações.

O componente épico presente nos discursos dos militantes da Associação Mulheres na Luta e da Sociedade São José Operário tem como pano de fundo a constituição de determinada história das associações e das lutas políticas travadas por seus membros mais antigos. Dentro dessa dinâmica as novas gerações de militantes são constantemente interpeladas a assumir a presumida história das associações propagadas pelos discursos das velhas gerações. Esse trabalho de constituir uma história de suas associações se desenvolve por meio de um esforço constante de rememoração das ações de seus agentes que tentam promover, a partir de certos discursos sobre a sua experiência associativa, uma presumida compreensão sobre a memória política do bairro. Com sentido similar até mesmo em experiências mais recentes de associativismo são acionados elementos que remontam certa épica e o caráter agnóstico das práticas políticas populares. “Nós somos de luta e é por isso que a gente incomoda esses caras”, diz Mauro (26/AML/AS) quando se refere ao Sarau do Alfredo. Ou, então, Alfredo (48) organizador do sarau que leva o seu nome:

A gente luta contra uma porção de coisas. A televisão, os políticos corruptos, a indústria farmacêutica. E principalmente com os políticos, alguns políticos, aqui da quebrada que querem ver a gente de joelhos. Mas eles não vão ver porque a gente é de briga. Sempre fomos desde que começou a história da periferia. Desde quando eu era pequenininho.

A princípio, a memória pode ser compreendida como um fenômeno individual, que diz respeito à dimensão do sujeito, algo relativamente íntimo. Contudo, como Halbwachs (2009) já demonstrou, a memória deve ser entendida também como um fenômeno social e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. A memória é algo que, também, pode ser compreendida como algo que se define no terreno das disputas, não sendo um elemento que apenas se transmite de uma geração à outra, mas que é submetido às mediações desenvolvidas nas interações entre os sujeitos.

Discutindo as questões concernentes à memória e à identidade social, Pollak (1992) observa que “vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (pp. 201-4).

Ao acompanhar as reuniões da Associação Mulheres na Luta, por exemplo, eu pude perceber nos discursos das velhas gerações a reiteração da história de fundação da associação a partir da luta pela legalização de terrenos clandestinos e da ênfase na participação dessa associação na luta contra a ditadura militar. As referências ao envolvimento com a luta contra a ditadura é um fato recorrente não apenas nessa associação, mas, também, na Sociedade São José Operário, na qual convivem militantes que tiveram parte de sua experiência política naqueles anos. Essas narrativas destacam o componente heroico dessa militância enfatizando o aspecto de entrega à política que, como se sabe, teve um custo altíssimo para muitos jovens. Por meio dessas narrativas, os militantes das velhas gerações ensinam transmitir uma história – a sua história – das lutas políticas e dos movimentos populares aos novos militantes. Segundo Dona Clélia (72/AML) “a gente precisa falar pra essa mocidade sobre nossa luta política contra a ditadura porque eles não conhecem a história. Se a gente não contar quem é que vai falar pra eles sobre isso? Sobre como foi a nossa luta?”. Seguindo essa mesma lógica narrativa, uma militante de outra associação diz: “Nós lutamos muito. Nós nos envolvemos com alfabetização, com mutirões, com tudo que é coisa. Nossa luta foi muito grande. Foi não, está sendo” (Marta, 48/SSJO).

O trabalho exercido em torno da constituição da memória é um esforço por reconstruir um passado que de certo modo vai sendo modelado a partir de uma perspectiva do presente (Candau, 2012, p. 164) e, concomitantemente, permite influir na compreensão desse presente e nas ações sociais que nele se desenvolvem. Desse modo, ao mesmo tempo em que rememoram as lutas contra o regime autoritário, na esfera da macropolítica, as velhas gerações de militantes refazem constantemente uma narrativa sobre as lutas populares travadas a partir do bairro com vistas à conquista de melhorias urbanas. “Quando a gente veio

morar aqui isso era tudo mato. Não tinha nada. Água, esgoto, asfalto, nada. Escola, então, nem pensar. Olhando hoje a gente vê o quanto conseguimos avançar. O quanto conquistamos com a nossa luta” (Clélia, 72/AML).

Mesmo associações que não estão alinhadas com a ação coletiva promovida pelos grupos que compõem o espectro político das esquerdas destacam certa história de lutas populares por melhorias urbanas. Assim, Durval diz: “Vocês estão vendo essas casinhas ali embaixo? (apontando para um conjunto residencial do CDHU). São tudo fruto do nosso trabalho. Fruto da nossa luta de anos e anos. Nada disso veio de mão beijada”.

Observa-se que há duas chaves de acionamento da memória nas associações: uma que opera sobre o elemento urbano e as lutas por melhorias e bens de consumo coletivo e outra que mobiliza a luta política contra a ditadura. A associação da Vila Zita enfatiza o elemento urbano. As associações Mulheres na Luta e São José Operário trabalham sobre os dois elementos, muitas vezes articulando um ao outro. “Quando a gente começou não era fácil, porque além dos problemas que a gente tinha ainda tinha a ditadura que não deixava a gente lutar. Era difícil, mas a gente conseguiu e estamos aqui contando nossa história” (Clélia, 72/AML).

À medida que narram a experiência política vivida nas associações, os militantes vão tentando conformar seu espaço de atuação como “lugares de memória” (Pollak, 1992, p. 202). Espaços nos quais se ancora a memória das lutas e da política de base da região. No entanto, esse processo não se estabelece sem conflitos, pois “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (Pollak, 1989, p. 9).

A memória é um fenômeno do campo das interações no qual está em jogo a lembrança e o esquecimento de fatos, pessoas e lugares. É nesse sentido que se pode compreender as relações que os jovens estabelecem acerca de certas interpelações políticas originárias das falas dos militantes pertencentes às gerações mais velhas.

A gente sabe que já existia um núcleo forte de atuação desde muito tempo. Isso é um negócio que a gente sempre debate. A gente não está começando nada do zero. Então, a questão é como dar continuidade a essas lutas e a essas ações. Não vai ser fazendo as mesmas coisas que já foram feitas porque o bairro mudou muito. E mudou por causa da luta. A gente tem as lutas mais velhas, mas também tem novas lutas e aí isso se dá na prática da luta política que a gente vem desenvolvendo (Antônio, 29/AML).

Em muitas situações os jovens militantes buscam referências na experiência social das velhas gerações, compreendendo-a como um capital político e simbólico. “O Padre Guilherme é a história das lutas que a gente teve aqui. Tanto das lutas como da definição de políticas públicas para a região. Além de ser um cara super respeitado por todos” (Ailton, 26/SA).

Evidencia-se que o acionamento da memória participa da constituição da experiência política das diferentes gerações de militantes. Contudo, a memória não é algo dado, mas o resultado de enunciados que se desenvolvem nas relações intersubjetivas por meio de determinadas partilhas do sensível (Rancière, 1995; 2005). Do mesmo modo que não é possível se pensar a sociedade como algo que antecede as relações sociais, não é plausível imaginar que a sociedade possua *per se* uma memória, pois a expressão de uma memória coletiva é uma representação (...) um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo (Cadau, 2012, pp. 19-24). Assim, o militante Marcelo (29/SSJO) diz que:

não dá para pensar todo esse movimento que a gente faz agora sem lembrar do pessoal que veio antes da gente. Na verdade, é tudo uma coisa só, que foi mudando junto com a quebrada. Eles fizeram o movimento deles e a gente faz o nosso movimento, e é tudo um movimento só.

A recorrente ação discursiva das velhas gerações de militantes enfatizando o histórico das lutas realizadas no bairro é parte constitutiva da fixação de uma memória política. Esta ação visa estabelecer certo enquadramento desta memória referenciada na experiência associativa das velhas gerações de militantes a fim de constituir certa “tradição” de luta política. Ao mesmo tempo em que se intenta construir uma “tradição” ocorre a participação ativa das novas gerações na reconstrução desse passado *vis-à-vis* do presente. Seguindo Da Matta (1997, p. 29) pode-se afirmar que “(...) cada geração produz sua própria história, vale dizer, cada geração retira do manancial que constitui a história de sua sociedade um conjunto limitado de fatos para servir como os pontos básicos de sua perspectiva diante das coisas”. No entanto, cabe enfatizar que esse processo se realiza por meio da interação entre os representantes das diferentes gerações, embora nele subsista uma dimensão pedagógica acionada pelas velhas gerações que se torna parte constitutiva da experiência social das novas gerações de militantes. Nessa esfera de relações as ações do passado são apontadas como uma referência política para a constituição no presente da ação coletiva dos jovens.

Eu aprendo pra caramba com a Dona Clélia, a Dona Tereza, mesmo com a Júlia, que é mais nova do que elas. Porque elas sabem de um monte de coisas do Jardim Marajoara. Eu nem tinha nascido e elas já estavam lutando pelo bairro. Então é lógico que conhecendo a luta delas a gente consegue melhorar a nossa. Pelo menos não cometer os mesmos erros. Se é que elas erraram (Márcia, 25/AML).

Pode-se deduzir dessa manifestação que as referências às lutas do passado no sentido da constituição de uma “tradição” de lutas populares não está referida apenas ao passado e a seus agentes, embora o depoimento aponte a importância das velhas gerações como possíveis transmissores de uma memória das práticas políticas. Ela se desenvolve, também, pela ação das novas gerações que mobilizam uma esfera discursiva acerca da ação coletiva com vistas a legitimar o ator que ingressa no universo associativo no presente. Trata-se, portanto, de uma “tradição” que se atualiza pela ação dos atores. Nas palavras de Bhabha (2005)

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição “recebida” (p. 21).

Tanto a memória como a identidade não são expressões dadas *a priori* como se observou, mas constituídas no bojo das relações intersubjetivas, ou seja, como resultados da socialidade entre os agentes pertencentes aos diferentes grupos geracionais. A memória e a identidade dos agentes e dos diferentes grupos associativos se estabelecem mediadas pela experiência social, individual e coletiva seguindo as diferentes temporalidades da vida associativa. No entanto, reconheço que o conceito de identidade está marcado por um conjunto de dificuldades teóricas, não se apresentando como um dos melhores termos para se operar dentro do âmbito das ações políticas. Por isso, e seguindo Hall (2000), opto por pensar a identidade não como um dado essencial, mas como uma identificação, embora este seja também “um dos conceitos menos desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão ardiloso – embora preferível – quanto o de ‘identidade’ (p. 105)”. De todo modo, identidade e identificação são termos que se aproximam, uma vez que tanto um como o outro pode ser compreendido como algo “condicional” e está “alojado na contingência” (idem p. 106).

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade (idem, p. 106).

Compreendendo, ainda seguindo Hall (2000), que o conceito de identidade opera “sob rasura” e, embora seja uma noção que apresente problemas operacionais, há questões que se quer podem ser pensadas sem o recurso a esse termo. A identidade seria o elemento resultante da sutura promovida pela experiência social dos sujeitos composta pelas interpelações dos aparatos discursivos, entre eles os elementos que compõem a memória e as diferentes dimensões socioculturais pelas quais se movimentam os atores.

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108).

O autor vai afirmar esse ponto de encontro entre discursos e práticas como o definidor das identidades. É com esse sentido que me parece ser importante compreender o termo identidade no trato das questões relativas à política e à ação coletiva dos militantes. Ou seja, identidades como algo contingente, “sob rasura”, originalmente vinculadas à experiência social dos atores e sob constante transformação.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995; 2000, p.111).

Aproximando-se das formulações de Hall, Melucci (2004) discute a identidade como “nossa capacidade de falar e de agir, diferenciando-nos dos outros e permanecendo nós mesmos” (p. 45). A identidade é, para o autor, um processo que se consubstancia na articulação entre “os aspectos individuais e os aspectos relacionais e sociais” (p. 46). Trata-se de um produto oriundo “de uma ação consciente e resultado da auto-reflexão, mais do que [...] um dado ou uma herança” (p. 47). A palavra identidade também se mostra inadequada para expressar as mudanças pelas quais ela é constituída, bem como na compreensão dos processos que redundam nas novas identidades. O autor opta pelo termo *identização*, que expressaria a construção da identidade como um processo de autorreflexão.

Nossa identidade tende a coincidir com processos conscientes de individuação e é vivida mais como ação do que como situação. A própria palavra “identidade” é inadequada para expressar essa mudança, e seria melhor falar de *identização* para expressar o caráter processual, auto-reflexivo e construído da definição de nós mesmos (p. 48).

A noção de experiência social é outra categoria que auxilia compreender a ação coletiva dos grupos que atuam nos espaços associativos. Segundo Dubet (1994) a “experiência social” é um conceito também marcado por certa imprecisão e ambiguidade, mas que a despeito dessa limitação, possibilita explicar a ação social a partir da constituição dos atores em sujeitos e não pela interiorização de dispositivos de socialização. Segundo o autor, a experiência social “designa as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade” (p. 15). Corroborando as perspectivas que apontam para uma fragilidade da noção de sociedade como uma realidade que antecede aos indivíduos e que os integra ao sistema social, Dubet sinaliza que os atores acionam e articulam uma variedade de lógicas da ação que, por sua vez, “remetem para diversas lógicas do sistema social” (DUBET, 1994, p. 94).

Abordar a ação coletiva por meio da noção de experiência social (Dubet, 1994; 2006) ou como processos identitários compreendidos como suturas que operam sob rasura (Hall, 2000) ou como processo de autorreflexão (MELUCCI, 2004) em relação com outros elementos que compõem o universo da vida associativa implica compreender que a constituição de um repertório promotor da ação social, política e cultural cabe ao sujeito e não a processos que antecedem sua ação.

Os discursos acerca da memória das lutas interpelam as novas gerações no sentido de lhes colocar em uma linha de transmissão daquelas práticas ensejadas nos anos 1970/80. As novas gerações atuam no campo da política orientadas por sua experiência social, que por sua vez está embasada em novas configurações sociais, por um lado e, por outro, por um modo particularmente subjetivo de se relacionar com o universo político. Sua ação articula diferentes elementos, sejam de ordem social, política, da esfera das relações intersubjetivas e de diferentes marcadores sociais, tais como os de gênero, raça e religiosidade que extrapolam as tradicionais delimitações dicotômicas pelas quais se orientavam os militantes de antanho.

A pesquisa etnográfica que venho realizando nas periferias da cidade de São Paulo permite afirmar que por vezes são os representantes das novas gerações que acionam

componentes das lutas políticas do passado, sejam relativos à memória das velhas gerações sobre as ações políticas, sejam relacionados aos saberes acumulados nos anos de disputas política no território para configurar uma dimensão que lhes confere alguma noção de pertencimento e identificação com a história da região. Confirma-se que o engajamento na vida associativa não é algo que está na ordem das transmissões geracionais das velhas para as novas gerações, mas encontra-se como parte constitutiva da história social da região, sendo acionada pelos novos grupos de atores políticos de acordo com suas necessidades e seus anseios políticos.

Há manifestações por parte dos jovens militantes que enfatizam o papel das velhas gerações na constituição de uma identificação com a história de lutas que se desenvolveram nas periferias. Institui-se por essa via uma perspectiva de atuação política referenciada nesse passado, porém articulada à experiência dos jovens.

Observa-se, portanto, que mesmo centrando-se em sua experiência social e se baseando em suas opções de atuação os jovens militantes buscam referências na experiência das velhas gerações, como se pode constatar a seguir: “A gente pode aprender em qualquer lugar. Eu aprendo todo dia com a Dona Benedita, com a Dona Maria. Porque a gente aprende coisas na luta e coisas que são da luta. A gente aprende e ensina também, porque é isso que vai ajudar a gente se libertar” (Antônio, 29/AML).

Antônio aciona, também, as gerações mais velhas como constituintes do momento presente de lutas populares por aparecerem, aos seus olhos, como um grupo que guarda a memória das lutas que se desenvolveram na região.

A gente quer os idosos pra somar com a gente na luta. Não é só pra esse negócio de ficar na associação fazendo tricô, esses encontros e tal. É claro que isso é importante pra elas, mas é importante também a gente ter elas na luta porque elas impõem respeito. Têm umas aí que participaram de tudo que é movimento na quebrada, elas sabem de tudo que aconteceu. E tem muita velhinha aí que ainda tem muita disposição pra luta.

Na fala desse rapaz pode-se perceber o acionamento do termo *luta* como um elemento de articulação entre as gerações, pois é na *luta* que os encontros geracionais têm seu lugar. Se na associação ele aprende coisas para a *luta*, ele também ensina outras pessoas, pois é essa relação entre as velhas e as novas gerações que “vai ajudar a gente se libertar”. Compreendendo a luta como uma dimensão do universo da política, entendo que nesse universo os encontros geracionais se processam como espaços de identificação, um espaço de sutura no sentido conferido por Hall (2000).

Na relação estabelecida por Bruno entre a sua atuação política e a história de sua tia, que fora militante dos movimentos sociais nos anos 1970/80, percebe-se o acionamento desses elementos do passado como parte constitutiva de uma identificação política enquanto sutura. Como já fora observado, Bruno é um jovem militante da região de Capão Redondo e atua em alguns movimentos sociais por melhorias urbanas da zona sul de São Paulo. Frequenta, também, diferentes saraus da região e é mestre de cerimônias do Sarau da Vila Conceição, estabelecendo, desse modo, conexões com os coletivos de produtores culturais.

Em um dos saraus⁵¹ organizado por Bruno na Vila Conceição, sua tia Aparecida (56) pede a palavra e faz um pronunciamento parabenizando os jovens realizadores daquele encontro; salientando a importância das lutas das mulheres na região.

Eu queria falar que vocês estão de parabéns. Depois de ter morado aqui e batalhado muito, eu fico feliz de ver que vocês continuam lutando. E que vocês não precisam lutar por asfalto, água, essas coisas que a gente não tinha e conquistamos na luta. Agora a luta é outra. Vocês tão lutando por cultura, educação. Isso me deixa muito contente.

Participante dos movimentos populares dos anos 1970/80, Aparecida mudou para o Ceará há muitos anos. Sua participação no sarau se dava naquele momento em razão de sua visita à família depois de muito tempo afastada do bairro. Enquanto sua tia fala, Bruno me diz apontando para a tia:

Viu por que eu sou assim? É por causa disso. Porque vem de uma história que é maior do que a gente que tá aqui, agora. Mesmo que eu não a veja, mesmo que eu não tenha participado disso tudo, quando eu vejo alguém falar da luta eu sei que tem a ver comigo.

Embora possa parecer à primeira vista que há uma ação da tia como se ela fosse um agente socializador que aciona o ímpeto militante de Paulo, pode-se perceber que é ele que se apropria da fala da tia, uma vez que eles não vivenciaram os mesmos tempos de participação na vida associativa. Essa apropriação exercida pelo jovem o coloca em uma linha de continuidade com a história de lutas do bairro, relacionando a manifestação de Aparecida à sua própria história. Ao ouvir a história de participação nas lutas populares narrada pela tia, Bruno a integra na composição do conjunto de elementos que o próprio sujeito julga ser sua herança política. Não se observa propriamente uma ação de Aparecida para a formação e

⁵¹ Estas informações são reconstituídas de meu caderno de campo.

prática política de Bruno, uma vez que ela mora há muitos anos em outro estado e não partilha sua história com o sobrinho. Segundo me relatou:

Fazia muito tempo que eu não vinha pra cá e eu fico muito contente de ver esse pessoal novo na luta. Porque a gente fez muitas coisas, mas meu tempo passou. E bom vir pra cá e ver sangue novo. Ver que tem outras pessoas continuando o que a gente começou.

Ao se apropriar de alguns elementos da história de lutas por melhorias urbanas do bairro, Bruno constrói uma identificação com o passado de lutas populares e intenta legitimar sua ação política e cultural na região sem que para isso tenha havido um processo formal ou intencional de socialização política. O discurso da tia é mais um elemento acionado na elaboração de uma justificativa para sua ação política na região.

No mesmo sentido, Felipe, outro jovem militante da região, afirma em relação à associação na qual escolhera militar:

Eu sempre quis me envolver nessas questões da periferia, aí eu decidi militar aqui nessa associação, porque aqui é o lugar que eu vejo mais histórias de luta. Foi por isso que eu escolhi aqui e não outro lugar. Tem muitos espaços por aí, mas é aqui que eu acho mais interessante para eu militar.

Embora esse depoimento sinalize uma razão para a participação política, ele aponta, também, a iniciativa do ator optando pela Sociedade São José Operário dentre outros espaços associativos. Nessa iniciativa pode-se perceber o mesmo processo de acionamento de elementos da memória da ação coletiva que pela perspectiva do jovem militante são significativos para a constituição da ação. O histórico de lutas da associação na qual o jovem busca as referências políticas é um dos elementos decisivos para a escolha daquela associação. Ao acionar o histórico da associação ele mobiliza a memória enunciada pelos membros da Sociedade São José Operário como uma razão para seu engajamento nesse espaço. Observa-se que a iniciativa de participar da vida associativa tem certa centralidade nas avaliações e escolhas do sujeito da ação. Embora se sinta interpelado em participar – visível na afirmação “eu sempre quis me envolver” – esse jovem demonstra que a escolha pessoal é central e justifica a entrada do ator na militância da associação.

Felipe, no entanto, compreende que há outros elementos a serem observados que antecedem sua opção e que devem ser respeitados seguindo a etiqueta corrente nos meios da política de bairro.

Eu não posso chegar aqui dizendo o que tem de ser feito. Eu tenho minha ideologia,⁵² mas eles já estão fazendo as coisas há muito tempo. Mesmo tendo minhas ideias, eu acho que posso aprender muito com eles, apesar de, às vezes, eu perceber umas coisas que eu acho muito anacrônicas na forma deles levarem a luta. Com o tempo eu vou colocando o que eu penso de maneira mais clara.

O militante deixa claro que ele é detentor de um conjunto de convicções pessoais sobre a política que orientam sua opção pelo ingresso na vida associativa, inclusive vê na associação que escolhera para militar algumas características “anacrônicas na forma deles levarem a luta”. No entanto, parece que o militante articula em sua reflexão os elementos oriundos da atuação de outras gerações de militantes – as conquistas políticas ou urbanas e o reconhecimento social que é conferido à associação – e seus anseios políticos de participação. Com isso, há uma articulação entre o passado – espaço da memória –, os condicionantes do presente e as possibilidades futuras de ação orientadas pelo passar do tempo.

Admitir que os indivíduos vivenciam um processo que os leva a se tornarem militantes não implica afirmar que todos eles façam uma escolha racional ao estilo da teoria da *rational choice*, fenômeno que poderia ser observado a partir do depoimento de Felipe. No entanto, em sua manifestação percebe-se que o ator aciona diferentes elementos que o levam à ação política. Entre eles sua experiência social, as características do território, sua percepção sobre a ação coletiva e a vida associativa e a vislumbre de um campo de possibilidades para a ação.

Percebe-se que o ator mobiliza elementos que podem ser de ordem objetiva, como a percepção das carências do bairro ou a filiação a um partido político, ou de ordem subjetiva, como certa indignação ética ou moral que aciona o desejo de “contribuir com a quebrada” como pode ser observado no excerto abaixo, combinando elementos de ordem objetiva e subjetiva:

Meu irmão foi assassinado aqui no bairro por uma besteira. Aí eu mudei do bairro. Mudei para não morrer também. Mas isso foi me incomodando e uns anos depois eu voltei. Quando eu voltei pra cá, eu já tinha ganhado uma experiência de militância com a minha ex-mulher. Eu acho que foi isso. Foi essa história que eu tive e a vontade de contribuir com a quebrada. Pra melhorar a quebrada e não ver mais acontecer com outros moleques o que aconteceu com meu irmão e quase aconteceu comigo (Bruno).

⁵² Felipe afirma ser anarquista e defensor da autodeterminação dos povos. Ele se declarou, também, militante do Movimento Passe Livre – MPL.

A articulação entre elementos objetivos e subjetivos que remetem a diferentes temporalidades também é perceptível nos discursos de outros militantes. Embora a transcrição seja um pouco longa, é pertinente observar como Mauro (24/AML/AS) transita entre esses elementos quando aborda sua atuação na região.

Quando a gente olha a Dona Clélia, o Seu Heitor, a Dona Ana, a gente se considera continuador da luta deles. A gente se considera a molecada que vai continuar isso. Porque a gente é fruto desse processo. Parece que é novo esse movimento que a gente tá fazendo, parece que surgiu do nada. Parece que deu a louca nos caras e começaram a se organizar. Mas não é nada disso. A periferia vem se organizando não é de hoje, *vêio*. Só mudou a localidade, que hoje tem asfalto, essas coisas, e entrou a cultura e tal. E o bagulho cresceu. Então esse movimento a gente herdou. A gente herdou essa rebeldia. Ela não surgiu do nada. As minhas inspirações são essas pessoas que eu peguei conhecimento delas, a sabedoria delas pra eu formar o meu conhecimento do mundo. A gente não é nada mais que a continuação dessa escola de luta. Pra mim é um grande orgulho conhecer essas pessoas e conviver com essas pessoas que lutaram e lutam até hoje. Pra que a gente esteja mais de boa, não melhor, mas de boa. Na verdade, isso tudo é um legado que a gente herda. Um legado que a gente tem que trabalhar em cima. O Brasil é muito deficiente socialmente e tão caótico que a gente tem problema em tudo, mas tanto aí, *vêio*. Cada vez mais a gente tá se aproximando mais dos mais velhos. A gente precisa se aproximar dos mais velhos. Hoje o mais velho é tirado pela juventude, o mais velho é tirado pelo poder público. E são os caras que fizeram a base pra nós e nós temos que fortalecer, recuperar nosso trabalho. Recuperar o que os mais velhos fizeram pra gente poder entender o que a gente vai fazer. Tentar fazer que a juventude dialogue com a nossa velha guarda. Aí vai surgir um movimento muito mais legítimo, tá ligado? (Mauro)

Não aparecem nessas manifestações juvenis elementos que confirmem a existência de um processo intencional de transmissão geracional ou de socialização política das velhas gerações sobre as jovens. Por outro lado, percebe-se que são os jovens que manifestam certa opção em estabelecer as linhas de continuidade com os movimentos protagonizados pelas gerações anteriores, inclusive como uma maneira de legitimar suas ações verbalizadas como uma continuação das ações desenvolvidas pelas gerações anteriores naquele bairro, sempre em torno de um capital simbólico a ser acionado pelo ator.

Desse modo, apoiando-me nessas observações eu afirmaria que existe uma linha de continuidade nas ações empreendidas pelos jovens militantes com as ações coletivas desenvolvidas nos anos 1970/80, mas que tem como “leitmotiv” a atual prática política dos jovens militantes. As referências que Márcio estabelece sobre os militantes das velhas gerações demonstram certa predisposição ao acoplamento das práticas políticas de diferentes

tempos. Com isso, percebe-se que vir a ser militante não é um fenômeno extemporâneo ou que ocorre como uma transformação resultante da imputação de certas disposições para a política. O que me parece é que ao longo de um processo marcado por certa identificação e pertencimento ao bairro esses jovens estabelecem diferentes relações entre os elementos da “tradição” e com aqueles que são fruto de suas próprias experiências sociais criando, desse modo, suas próprias dinâmicas de identificação política e de ação coletiva.

Mauro, referindo-se ao seu engajamento na Associação Mulheres na Luta e no Sarau do Alfredo diz:

Muito do que eu aprendi foi na luta. E até mesmo na rua eu aprendi muitas coisas. Claro que teve a escola também, mas é essa escola que a gente sabe qual é. Que é uma escola que não educa a gente praquilo que a gente quer e praquilo que a gente precisa. Mas sempre tem um professor ou outro que vem com umas ideias e que abre a mente da gente. Claro que em todo lugar tem isso. E quando você tá na rua, tá no movimento com seus camaradas, também tem.

Mas foi depois que eu aprendi mesmo. Eu fui gostar de ler foi encontrando meus camaradas. Quando eu conheci o Márcio e comecei a ir ao sarau foi que eu fui me ligando. Eu acho que eu devo muito ao sarau e ao Márcio. Ele, como é mais velho, fez a minha cabeça. Porque ele é um cara que tá ligado em várias coisas que não tinha aqui na quebrada. Eu acho que foi graças a essas ideias que começou a mudar a quebrada. Que o pessoal se ligou que tinha que batalhar pelas coisas da quebrada. Eu mesmo comecei participar de todo esse movimento porque eu encontrei esse pessoal que já tava fazendo as coisas, que já tava na luta. Porque antes disso eu não participava de nada.

A fala de Mauro aponta claramente para uma relação do tipo figurativa⁵³ uma vez que a diferença de idades entre ele e Márcio é de apenas alguns anos. Portanto, eles não são membros de grupos geracionais distintos. É no interior do mesmo grupo geracional que os dois constituem relações de troca de experiências sociais e criam as condições de possibilidade para a ação coletiva. Fato observado em diferentes contextos e particularmente na participação em coletivos culturais. Fato que sobressai nesse depoimento.

Ao discutir os processos de engajamento militante, Pudal, estudioso do Partido Comunista Francês, estabelece uma relação entre os aspectos objetivos e subjetivos nos processos que levam os indivíduos a se tornarem militantes. Assim, observa o autor:

Eu não diria que o militantismo começa, sobretudo, por razões subjetivas. É um processo extremamente complexo, no qual se combinam diferentes histórias: a história das origens sociais e das socializações específicas daqueles que militam; do sistema escolar e de seu lugar na sociedade; dos próprios recursos físicos, intelectuais e psicológicos desses sujeitos; também

⁵³ Mead (1997) desenvolve uma discussão acerca das relações geracionais na qual estabelece três tipos de relações: pré-figurativa, figurativa e pós-figurativa. Embora seja um pouco esquemática, a estrutura apresentada pela autora permite uma forma de classificação para as relações geracionais.

dos contextos de investimentos militantes; e finalmente, a história dos riscos e das etapas de uma carreira militante (PUDAL, 2009, p. 133).

Tornar-se militante, portanto, dentro dessa perspectiva, é um processo no qual se combinam diferentes lógicas e distintos processos de socialização que passam pelas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos e as instituições socializadoras. O ato de abraçar uma “carreira militante” não está limitado ao espaço no qual se desenvolve a prática política, seja no partido, no sindicato ou nos movimentos sociais. Contudo, ao abordar o engajamento no PCF, Pudal observa que toda a temática do engajamento militante aborda a militância como um “segundo nascimento”, como um processo de “reconciliação consigo mesmo”, embora carregado de contradições. Esse segundo nascimento de que fala Pudal também pode se compreendido como um momento no qual os jovens observam e significam de uma maneira particular as novas configurações das periferias. Atuando sobre esse cenário os jovens não apenas sofrem os efeitos de uma segunda socialização (BERGER & LUKCMANN, 1985), mas reconfiguram e ressignificam o campo de possibilidades para a ação coletiva. Esse processo de ressignificação passa pelo universo da política as ações desenvolvidas pelos diferentes atores estabelecidas não pelas dicotomias tradicionais amparadas em lógicas excludentes do tipo ou/ou, mas em racionalizações que trabalham dentro de uma perspectiva aglutinadora das diferentes dimensões que compõem a vida associativa desses sujeitos.

CAPÍTULO VI

Territórios ambivalentes

No capítulo três sinalizou-se uma compreensão da política e da ação coletiva para, em seguida, se apresentar distintas temporalidades da política experimentadas pelos atores da região pesquisada. No capítulo quatro foram apresentadas algumas dimensões presentes na ação coletiva dos militantes com o intuito de deslindar motivações para a ação, mas também resultados dessa ação sobre a percepção da experiência política dos militantes e participantes das associações das periferias. Em seguida, discutiu-se a dimensão da memória como um componente acionado pelos atores em sua prática política.

Neste capítulo apresenta-se o encontro de dois personagens presentes atualmente nas periferias da cidade: os militantes e os irmãos. Um circula pelas periferias dedicado ao universo da política, à vida associativa, à participação em partidos políticos e em movimentos sociais. De certo modo, pode estar em uma linha de continuidade com aqueles moradores que participaram dos movimentos sociais dos anos 1970/80. O outro personagem, embora estive presente no cenário das periferias desde longa data, emerge, como um personagem portador de um novo *status* nas periferias, identificando-se como “irmão” a partir dos anos 2000 e ganha proeminência crescente a partir desse período.⁵⁴

Para debater esse encontro em meu ambiente de pesquisa apresento um registro etnográfico apenas da Associação Vila Conceição e do sarau que lá se realizou durante o período desta pesquisa. O capítulo tratara exclusivamente dessa associação pelo fato de ela apresentar essa singularidade. Fato não observado em outros espaços associativos dentro de meu ambiente de pesquisa. O objetivo é discutir no contexto específico dessa associação as possibilidades da ação coletiva e as ambiguidades presentes na prática política desenvolvida por jovens militantes.

Militantes, irmãos e cabos eleitorais

Os moradores das periferias participantes dos movimentos sociais foram personagens recorrentes no cenário político das periferias da cidade de São Paulo nos anos 1970/80. Esse fenômeno da participação popular se reflete, inclusive, na produção das

⁵⁴ Nakano (1995) explora essa relação em seu mestrado “Jovens, vida associativa e subjetividade: um estudo dos jovens do Jardim Oratório.

ciências sociais que enfatizavam a emergência desses atores e sua contribuição para o desenvolvimento político do período, contribuindo não apenas para o desenvolvimento urbano das periferias, mas, também, para o processo de democratização do país. Sader (1988) aborda a emergência desse ator social e sua entrada em cena enfatizando seu caráter de novo sujeito agindo em lugares políticos novos e exercitando uma nova prática política que viria a contribuir para as transformações da sociedade brasileira. A ênfase nos “novos personagens” dá a tônica do trabalho, demonstrando a novidade política que se constituía nos estertores da ditadura militar. Holston (2011) denomina a esse movimento de a cidadania insurgente responsável pelo aumento de direitos civis e sociais na excludente sociedade brasileira.⁵⁵

Nas duas décadas subsequentes o tema da violência urbana ganha relevância em decorrência do crescimento das taxas de criminalidade nas cidades brasileiras. A conjugação de redemocratização com a consequente ampliação dos direitos civis com o crescimento da violência urbana instituiu um quadro social *sui generis* nominado por Peralva (2000) de “o paradoxo brasileiro”. Nesse período emerge no estado de São Paulo o crime organizado que, por meio de rebeliões nos presídios do estado de São Paulo no ano de 2002 e de uma megarebelião nos presídios conjugada às ações nas ruas da capital paulista no ano de 2006, tornaram pública a existência do grupo.

Neste período ganha relevância social um novo personagem: os irmãos. Não os fiéis frequentadores das diferentes denominações pentecostais e neopentecostais que proliferaram nas periferias e introduziram novas formas de sociabilidade religiosa e que também se tratam por irmãos. Tampouco são os atores ligados ao movimento hip hop articulado em torno da música e da poesia que emergiu com força a partir dos anos 1990 nas periferias. No interior desse grupo de estilo os termos “mano” e “brother” são utilizados para se referir a seus participantes e como léxico de identificação com o movimento. Essas expressões aparentemente não guardam relação com o termo “irmão” por mim abordado nesse momento e que se referem a um personagem específico. Esse personagem é aquele cujos laços estão estabelecidos com o Primeiro Comando da Capital – PCC – principal agremiação criminosa no estado – considerado o partido do crime segundo sua própria representação.⁵⁶

Os dados de minha etnografia demonstram que esses atores estabelecem algumas relações no bojo da disputa pelo predomínio em alguns espaços no território das periferias.

⁵⁵ Há uma pletora de trabalhos abordando os movimentos sociais dos anos 1970/80. Para uma visada sobre esses movimentos ver: Sposito (1992; 2010); Moisés (1978); Cohn (1982; 1985) entre outros.

⁵⁶ Sobre a emergência e consolidação do PCC ver: Feltran (2008, 2010); Biondi (2010); Teixeira (2014).

Essas disputas se desenvolvem no espaço público e são significadas pelos militantes que atuaram na montagem de um sarau na Vila Conceição como um embate político. Respeitando-se a percepção nativa sobre sua ação não se pode deixar de notar, contudo, que as desigualdades de condições oriundas da possibilidade sempre presente de uma das partes ter como recurso utilizar a violência torna a utilização da noção política comprometida nessa configuração. Segundo a perspectiva apontada por Arendt (1987; 2000) onde há predomínio da violência não há política. No entanto, segundo eu pude constatar em minha pesquisa de campo, para alguns jovens militantes a possibilidade do recurso à violência por parte de alguns moradores não é um elemento que inviabilize sua ação, mas é um componente a mais a ser avaliado que entra no campo das *provas* às quais a os atores envolvidos com práticas de ação coletiva estão sujeitos nas periferias.

Nos capítulos anteriores eu comentei que uma das associações acompanhadas durante meu trabalho de campo foi a Associação Vila Conceição. Inicialmente essa associação estava devotada apenas para as demandas em torno do futebol de várzea, do samba e algumas atividades de lazer esporádicas, como shows de música sertaneja e almoços com vista, principalmente, à arrecadação de recursos financeiros. A partir de 2011, nas noites de terça-feira, essa associação passou a comportar o Sarau da Vila Conceição, evento organizado nos moldes de tantos outros saraus que acontecem nas periferias da cidade.

Com o objetivo de expor o encontro entre militantes e irmãos na cena pública quero apresentar alguns apontamentos etnográficos de minhas observações na Associação Vila Conceição. Nesse cenário o encontro entre esses personagens foi recorrente durante a pesquisa, possibilitando observá-los em interação, momento privilegiado para a pesquisa etnográfica. Acredito que a perspectiva de uma escrita descritiva de minhas observações nessa associação pode auxiliar a compreensão das dinâmicas políticas e das relações sociais presentes nessa entidade.

As descrições que seguem são registros de meu caderno de campo e serão apresentadas como cenas com o sentido de expor situações vividas pelos diferentes atores. Com elas espero ilustrar as dinâmicas conflituosas instituídas a partir das relações estabelecidas entre esses sujeitos.

CENA 1:

O Sarau da Vila Conceição é uma atividade desenvolvida por um grupo de jovens militantes que reúne membros da Associação Mulheres na Luta, Sarau do Alfredo e do

movimento por moradia da região. De maneira similar aos demais saraus realizados nas periferias esse tem seu mestre de cerimônias. Seu nome é Bruno, jovem que atua nos movimentos sociais da região e que já foi abordado nos capítulos precedentes. Segundo suas declarações ao fazer o Sarau da Vila Conceição o objetivo era “promover a cultura e a discussão política na *quebrada*”. Em diferentes situações, quando perguntado sobre a realização do sarau na Vila Conceição, Bruno enfatiza: “Eu cresci aqui. Fazer o sarau é uma maneira de dar um retorno pra comunidade. De trazer alguma coisa pra cá”. Ainda segundo suas declarações: “Eu busquei me articular com o pessoal que já tem experiência com sarau, tipo o Alfredo e o Maurão.⁵⁷ Aí eu vim aqui e troquei umas ideias com o Márcio e o Dirceu,⁵⁸ e eles toparam”.

Embora realizem uma atividade de ação cultural o objetivo declarado pelo grupo de jovens promotores do sarau “é estabelecer uma ação política através da organização do sarau e da atuação junto aos moradores”. Essa atuação comporta diferentes práticas que passam pela proposição de mutirões de limpeza, reivindicação de melhorias e o próprio sarau. Esses militantes não têm relações orgânicas com a Associação Vila Conceição de modo que não participam das atividades ali desenvolvidas desde sua fundação: o futebol e o samba. Tampouco se envolveram nelas a partir de sua inserção na associação por meio da organização do sarau. Ou seja, o samba e o futebol são atividades de interesse exclusivo dos antigos membros da associação. Segundo o idealizador do sarau “fazer o sarau foi uma maneira de estabelecer uma relação política com a comunidade. De propor coisas pra ser feitas. Apresentar outras realidades não só esta que eles vivem”. Contudo, antecedendo essa perspectiva militante foram as relações de amizade e vizinhança que incentivaram e, inclusive, possibilitaram a criação desse “projeto” de intervenção naquela associação, tendo em vista que Bruno morou naquele pedaço e conhecia Dirceu desde sua adolescência.

O sarau começa a ser realizado a partir de novembro de 2009 às terças-feiras. Suas apresentações têm início por volta das 21 horas⁵⁹ ocupando o salão principal da associação. Pouco antes desse horário já se observa a presença de seu público composto, em sua grande maioria, por jovens que não pertencem à “comunidade”. Esses jovens compõem a rede de coletivos culturais que se organizam em outros bairros das periferias. O sarau é divulgado por

⁵⁷ Respeitando-se o anonimato, Maurão é o codinome de um dos organizadores de um dos principais saraus periféricos.

⁵⁸ Seria incorreto falar em direção para essa associação, embora esses dois atores exerçam papéis próximos a esse tipo de atividade. Segundo a própria definição de Márcio: “Eu sou um tipo de gerente aqui” e Dirceu é “um frente” da associação.

⁵⁹ Acompanhei o Sarau Vila Conceição desde seu início nessa associação. O relato que faço está escrito no presente, porém no momento em que escrevo este relato o sarau deixou de ser realizado. À frente exponho os motivos.

meio das redes sociais e do informativo “Agenda da Periferia”⁶⁰ organizado pela ONG Ação Educativa.

Durante o Sarau da Vila Conceição segue-se uma ritualística em torno da valorização da cultura produzida nas periferias e, sobretudo, a incitação à leitura e à posse de livros. Este objeto está sempre presente nos saraus que acompanhei. Além de serem expostos os livros são, também, distribuídos aos participantes que são estimulados a manuseá-los e tomá-los para si, em alguns casos gratuitamente. Nesse quesito o Sarau da Vila Conceição reproduz as dinâmicas observadas no Sarau do Alfredo no qual seus organizadores se dizem inspirar.

Nas aberturas do sarau Bruno sempre usava o bordão: “Boa noite, Sarau Vila Conceição. Boa noite, periferias e quebradas desse Brasil”. Inicialmente, Bruno apresentava o sarau como “uma iniciativa para a comunidade”, porém, à medida que novas e constantes edições foram se seguindo, ele começou a dizer que “o Sarau Vila Conceição é uma atividade organizada pelo Luta Popular, um coletivo que organiza a luta na quebrada, os jovens e a cultura”.

Logo após a abertura, Bruno estimula a plateia para que alguém faça “um depoimento sobre a comunidade”. Dado o silêncio, mais uma vez Bruno pergunta: “Alguém quer dar um informe sobre a quebrada, fazer um depoimento? Fiquem à vontade, o microfone é nosso, estamos em casa, pode falar o que quiser”. Em geral, as pessoas permanecem caladas e Bruno discursa em torno de algum tema que “afeta a gente na quebrada”. Questões envolvendo ações da polícia são recorrentes, dada a atuação policial na região que tem reiteradamente redundado em violência seguida de morte. Depois desse discurso inicial, apresenta-se uma atração musical. Na maioria das vezes composições do universo musical hip hop. A estes se intercalam apresentações de teatro e se declamam poesias. Mauro, em muitas noites, declama seus poemas, repetindo os mesmos gestos e modos que faz em outros saraus que visitei ao longo de minha pesquisa. Desde o início do sarau poetas e artistas de outras regiões e frequentadores de outros saraus passaram a se deslocar de suas regiões de origem para compor as apresentações do Sarau da Vila Conceição em um movimento de composição de plateia, que segundo expressão de Márcia (25/AML) trata-se de “a gente precisa fazer público pra gente mesmo num primeiro momento”.

Apesar do caráter de apresentação artístico cultural o encontro é marcado por uma

⁶⁰ Trata-se de informativo distribuído gratuitamente em diferentes espaços associativos que contém parte da produção cultural produzida nas periferias. Dividido em seções há informações sobre rodas de samba, posses de hip hop, teatro, sarau etc.

série de discursos críticos em torno da desigualdade social da opressão e da necessidade de “defesa de todos que são oprimidos. De todos os Pinheirinhos⁶¹ que temos por toda parte nesse país e nas suas várias quebradas”. Seguindo essa tônica, muitos encontros são marcados mais pela presença de discursos de cunho político do que pela declamação de poemas ou apresentações artísticas. Esses discursos abordando questões referentes à desigualdade social, racismo, violência policial, moradia acompanhados da presença de jovens ligados ao Movimento Luta Popular⁶² e uma nova frequência na associação por jovens de outras localidades introduziram alguns contrapontos em relação às dinâmicas de sociabilidade corriqueiras da associação em torno do samba e do futebol de várzea. Voltada exclusivamente para atividades naquele pedaço, a associação passou a comportar discursos controversos em relação até mesmo às suas práticas e alianças políticas, bem como passou a discutir ali aspectos gerais das “lutas políticas do povo brasileiro dessa e de tantas outras quebradas do Brasil”. O sarau introduziu novos elementos discursivos e certo grau de controvérsia na associação que teve sua frequência alterada nessas noites de terças-feiras. Nessas noites, os jovens residentes no local não frequentavam a associação, preferindo o bar próximo para se reunirem.

Por outro lado, as manifestações dos militantes que atuam no sarau são no sentido de se afirmar a importância de ser morador daquela região. Nesses momentos são realçadas as características culturais e sociais positivas do lugar se afirmando muitas vezes que “a gente é pela gente mesmo. Se a gente não se unir a gente não vai conquistar nossos direitos. Não adianta dormir no barulho de quem vem aqui prometendo mundos e fundos. Somos nós que temos que fazer por nós”, dizia o mestre de cerimônias em uma noite quente de terça-feira na qual o sarau estava repleto de jovens oriundos de diferentes localidades.

Em geral, esses discursos se voltam contra as ações promovidas pelo vereador Antunes, político muito influente na região, e seus correligionários. Pode também apenas expressar o posicionamento do grupo de militantes do sarau acerca daqueles que eles consideram ter legitimidade para atuar no pedaço: eles mesmos. Para os militantes que organizavam o sarau ser da região é um fator muito importante para atuar politicamente naquela quebrada. Com isso, defendem que a ação política no bairro deve ser exercida por aqueles que são moradores da região, evitando-se e até mesmo impossibilitando a entrada de

⁶¹ Trata-se de uma referência ao Pinheirinho, uma área ocupada por trabalhadores sem teto na cidade de São José dos Campos. O processo de reintegração de posse foi marcado por uma ação extremamente violenta por parte da polícia militar do estado de São Paulo.

⁶² O Movimento Luta Popular tem conexões com os partidos do campo das esquerdas e tem como propósito reunir os movimentos sociais de vários estados em uma espécie de congregação desses movimentos, segundo depoimento de alguns participantes. Entre eles, Márcia (25/AML), Bruno (28/SVC) e Armando (26/AML).

peessoas – militantes ou políticos profissionais – de fora do bairro. Ao rechaçar a entrada de “gente que não é da quebrada”, os militantes, sem o saber, professavam o mesmo sentimento que os membros e frequentadores originais da associação têm em relação aos militantes e aos participantes do sarau,⁶³ pois os membros e frequentadores originários da associação se consideram da “comunidade” e da sua associação e classificam os militantes como gente de fora. Já os militantes, baseados na noção de periferia, estabelecem outra classificação na qual eles também se consideram da “comunidade”, classificando quem vem de fora da periferia como “estrangeiro”. Assim se desenvolve um jogo de espelhos no qual as posições de dentro e de fora vão se renovando à medida que novas pessoas chegam ao *pedaço*; recém-chegados se consideram “estabelecidos”, mas são observados pelos antigos membros como parte do grupo de “outsiders”, abrindo a possibilidade para novas segmentações no interior da entidade.

Um episódio ilustra essa relação controversa dos militantes com quem “é de fora da *quebrada*”. A ONG AfroReggae e a Central Única de Favelas, ambas sediadas no Rio de Janeiro, estiveram na região procurando estabelecer parcerias com lideranças e associações. O objetivo dessas organizações era iniciar trabalhos voltados para os moradores daquela localidade nos mesmos moldes dos realizados em seu estado de origem. Em algumas associações eles conseguiram alcançar o objetivo, porém em outras a entrada foi dificultada pelos militantes e, em especial, na Vila Conceição. Segundo me relataram, alguns emissários das organizações cariocas percorreram as associações de moradores do bairro propondo parcerias para uma atuação conjunta. “Tentavam”, me disse Pedro (35/AML), “exportar o trabalho que eles têm no Rio. Só que aqui é mais complicado porque a gente não vai deixar os caras passarem por cima do nosso trabalho”. Corroborando a mesma opinião, Rômulo (28/AML) disse:

Os caras tiveram na Casa da Mulher para trocar umas ideias. Trocar ideias é modo de dizer, porque eles já chegaram com tudo pronto. Eles queriam que a gente trampasse pra eles. Pra que a gente vai querer isso se a gente já tem nosso trampo aqui? Os caras vieram numas de que aqui não tinha trabalho de militante, que não tinha nada e quebraram a cara.

Os organizadores do sarau mantêm relações com rappers do Morro Santa Marta do Rio de Janeiro. Na semana da visita das ONGs os rapazes do rap estavam na região e fizeram uma apresentação no sarau. Durante a apresentação dois rappers do Morro Santa

⁶³ A relação entre moradores estabelecidos e moradores recém-chegados foi observada por Elias (2000). Embora aqui não sejam novos moradores, a relação “estabelecidos e outsiders” auxilia a compreensão das dinâmicas de aceitação e recusa dos atores.

Marta teceram duras críticas à atuação da Central Unificada de Favelas – CUFA e do AfroReggae. Os ânimos estavam exaltados em relação à forma com que se deu a aproximação das entidades e, no calor do momento, os rappers proclamaram: “Essas entidades têm a pretensão de representar todos os favelados”. Talvez esses rappers manifestassem desavenças com as organizações em seus territórios de origem. Falando para um público externo à Vila Conceição eles perguntavam:

- Quem deu esse direito a eles? Ninguém representa vocês a não ser vocês mesmos.

- É isso aí!!!!

- Quem escolheu eles pra representantes?

Nesse momento, Pedro, que nesse dia era o MC do sarau assumiu a palavra:

- É. Eles vieram aqui com essa conversa. Já tinham até um plano pronto para agir na comunidade. Não deixamos não. Aqui a comunidade “é nós” não esses caras que querem chegar dizendo o que tem que ser feito.

- Nem nós. Nós temos a mesma origem, somos moradores de favela – disse o rapper carioca – mas estamos aqui no maior respeito com a comunidade. Nós estamos aqui mostrando nossa arte. Dando nosso recado. A comunidade nos escuta se quiser.

Nessa pequena transcrição, evidencia-se uma pluralidade de lógicas de acesso à comunidade e em particular à associação. O rapper estabelece certa relação na qual se apresenta como um de fora próximo que sabe chegar na comunidade. Negro, rapper, morador de favela, o rapaz mobiliza uma série de elementos que sinalizam a sua compreensão de certa *etiqueta*⁶⁴ que rege as relações naquele pedaço. A noção de respeito é fundamental e ao que parece não fora observada na aproximação dos rapazes das entidades do Rio de Janeiro.

Mesmo sendo um convidado ele demonstra saber que a última palavra é da comunidade no que tange à recepção de seu discurso e sua arte. Ao contrário, aquele que é de fora e chega querendo mandar estabelece uma relação “de fora distante” produzida pela inabilidade e falta de etiqueta no trato com os de dentro. A categoria que melhor representa essa tensão é o *respeito*. Nesse caso, mais propriamente, foi a falta de respeito que contribuiu para se criarem as dificuldades de acesso à comunidade. A queixa que eu ouvi fazia referência à aproximação e à tentativa de entrada dos membros das ONGs nas associações nas quais

⁶⁴ A noção de etiqueta diz respeito a um conjunto de códigos de convívio entre iguais e diferentes. Marques (2002) aponta para o uso desses códigos como um dispositivo voltado para a evitação da violência na região de suas pesquisas em Pernambuco. A noção de LHP (Lealdade, Humildade e Procedimento) enfatizada pela sociologia como dispositivo ordenador das relações nas periferias poderia ser usada nesse caso. Contudo, me parece que a etiqueta comporta a possibilidade de maior interação e possibilita a percepção de certa sutileza entre a relação de mando e obediência enfatizada pela noção de LHP.

meus interlocutores atuam sem a intermediação de um morador, fato que evidencia outra transgressão à etiqueta de acesso às associações ou às diferentes localidades.⁶⁵ Infelizmente, eu não tive acesso aos membros das ONGs cariocas para conferir essa queixa. Outro ponto que pode ser destacado é o jogo de disputa pelo território no qual se desenvolve a ação. Os depoimentos citados permitem pensar no estabelecimento e na defesa de certa área de atuação política por parte dos jovens militantes que se manifestavam no sarau.

Não é apenas em relação às entidades ou políticos de fora do pedaço que se opõe parte dos membros das associações ou os militantes locais. Há, também, uma relação de evitação em relação às pessoas comuns que sejam de fora. Nesse caso, as manifestações partem dos membros da associação e de moradores com algum grau de aproximação com a associação.

Nos dias de sarau evidencia-se a presença de pessoas que são de outros locais, ao mesmo tempo em que se percebe a ausência dos moradores habituais frequentadores da associação. Eu pude perceber que esses moradores ficavam no bar vizinho à sede da associação ou no churrasquinho localizado algumas casas acima. Alguns marcadores sociais de diferença ficam evidenciados à observação. Por exemplo, aumento da presença feminina no interior e em frente à sede da associação. Ocorre uma diminuição da presença de negros e aumento perceptível de brancos. Saem as camisetas com alusões às marcas da periferia e entram as que estampam mensagens ideológicas e de movimentos populares. Tem-se a impressão de que o sarau introduz elementos que não fazem parte da sociabilidade e do repertório de lazer dos moradores, promovendo conteúdos, falas e participantes alheios ao cotidiano do bairro.

Marlene, moradora da região e frequentadora do samba, me disse: “É estranho ver muita gente de fora aqui. A gente tá mais acostumada com o nosso movimento”. Pergunto a ela “como é esse estranhamento” e ela me responde: “É o pessoal, muitas pessoas daqui não gostam de ver esses branquinhos de fora andando por aqui”. Nas imediações da associação há uma biqueira. O incomodo com a “circulação dos branquinhos” não emerge em razão da presença de pessoas se dirigindo para a biqueira nas imediações da associação, como poderia parecer à primeira vista, pois devido ao comércio de drogas é comum a presença de pessoas circulando por aquele endereço. O fato que introduz o elemento de evitação é a presença dos

⁶⁵ Durante a pesquisa de campo minha entrada nessa associação foi precedida de negociação com um membro que me fora apresentado por uma moradora. Em minha pesquisa para a dissertação de mestrado acompanhei alguns jovens frequentadores dessa associação. Na dissertação faço um relato de minha primeira aproximação com o local.

de fora que “chegam tomando conta da nossa área” como se fossem de dentro. A proposição de ações, discursos e conselhos para a comunidade também parecem não ser bem recebidos quando emitidos sem as devidas mediações. “Esses caras são cheios de ideias”, diz um morador, gesticulando com a mão buscando imitar os movimentos de uma boca próxima à sua orelha. O morador manifestava com isso certo descontentamento com os discursos proferidos no sarau, sobretudo os de conteúdos eminentemente políticos.

Com o advento do sarau, grupos de jovens oriundos de outras regiões da cidade passaram a frequentar a associação modificando a percepção dos moradores sobre seu bairro. Nas noites de terça-feira os moradores veem a associação ser tomada por diferentes estilos juvenis. Alguns moradores frequentadores da associação chegaram a reclamar para Márcio em tom jocoso: “E aí? E essa playboyzada invadindo nossa quebrada?”.

Cabe observar que o grupo de dentro da associação, ou seja, aqueles que a frequentam ou são seus “frentes” também se segmentam entre os que são apenas moradores e lá vão para uma partida de bilhar, beber ou conversa, aqueles que estabelecem relações de proximidade com a associação auxiliando nos trabalhos de montagem dos equipamentos para o samba ou contribuindo com serviços para a manutenção do prédio e os membros que comandam a entidade. Portanto, na ordem da sociabilidade local apresenta-se um conjunto complexo de relações entre aqueles que são mais ou menos próximos à associação. Esses três agrupamentos são reconhecíveis em seus papéis. Do mesmo modo que os vindos de fora tentam entrar na associação e na “comunidade”.

CENA 2:

Ao longo de minha pesquisa sempre contei com o auxílio de Márcio para ter informações e acesso a essa associação. Foi um processo que exigiu tempo para que algum grau de confiança pudesse ser consolidado em nossa relação. Inicialmente, as informações me chegavam esporadicamente, por um comentário extemporâneo, uma declaração sobre um acontecimento, e se efetivavam, sobretudo, pela minha observação de campo. Com o avançar da pesquisa e minha recorrente presença na associação, as relações com os diferentes membros da entidade foram tomando forma e aumentou a confiança em mim.

Durante uma parte do período em que fiz etnografia naquela associação eu acompanhei basicamente o samba e o sarau. São duas situações bem diferentes nas quais mudam o público, os símbolos de pertencimento a grupos juvenis, as percepções sobre aquele espaço, as interações e intenções em relação a ele e seus frequentadores. Descrevi que o sarau

era pouco frequentado e até evitado por alguns moradores. Por seu lado, o samba não era frequentado pelos militantes e participantes do sarau. De certo modo eram dois grupos de estilos ocupando o mesmo espaço, em dias alternados e com pouca interlocução. Ficava evidente à observação que os moradores iam ao samba, mas não iam ao sarau, apesar da diversidade de temas, de apresentações musicais e pequenos espetáculos teatrais.

Diante desse contexto se observa que nos dias de sarau a associação é frequentada por dois grupos com percepções e preocupações bem distintas. Um grupo formado pelos rapazes que são de dentro, pertencentes ao bairro e que comandam a Associação Vila Conceição. Estes expressam sua afeição e dedicação ao samba e ao futebol de várzea. Voltam sua energia e ação para a logística dessas atividades. Em relação ao sarau participam cedendo o espaço e garantindo a infraestrutura de som, imagem e funcionamento do bar. Pouco se manifestam acerca de questões de ordem ideológica ou política institucional. Outro grupo tem membros militantes, organizadores e frequentadores do sarau. Estes, ao contrário daqueles, têm um discurso permeado pelos signos oriundos do espectro das esquerdas. Suas preocupações giram em torno das questões da igualdade e do fim das injustiças.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar que a relação entre esses grupos era pontual. Realizava-se naquele momento e não se estendia para outras situações. Havia cordialidade, mas não integração. A *etiqueta* era cumprida, permitindo que o espaço fosse cedido para a realização do sarau. Contudo, o ingresso dos militantes naquele espaço não alterou substancialmente as lógicas de sociabilidade local e os grupos se mantinham em seus lugares.

Certa terça-feira cheguei à Associação Vila Conceição na companhia de um grupo de jovens militantes que prestavam apoio aos organizadores do sarau. Causou algum estranhamento a Márcio me ver na companhia do grupo. “E aí, virou poeta?” Inquiriu-me jocosamente. O tom irônico adotado por Márcio identificando-me com os frequentadores do sarau indicava naquele momento certo estranhamento em relação aos participantes desse evento organizado na associação. Sua fala apontava, também, o estabelecimento de algum tipo de marcação de diferença entre aqueles que ele chamava de poetas e os frequentadores da associação, aos quais Márcio, depois de muitas idas a campo, já me incluía. Diante de sua manifestação eu confirmei minha estada ali como pesquisador e disse que acompanhava outras associações além daquela na qual ele atuava.

Durante um período desse dia eu fiquei observando os dois grupos para tentar compreender as relações que se processam naquele encontro e em que medida as relações face a face poderiam apontar os usos e relações dentro daquela associação. Entre uma conversa e

outra com os membros de cada grupo acabei por fixar a atenção em Márcio, que narrou a seguinte história:

- Domingo,⁶⁶ depois que você foi embora, teve a maior treta aqui.
- O que aconteceu? Alguma briga?
- Pior. Meu irmão tava aqui no samba. Você viu ele, né? Ele tava na fila do banheiro aí um cara foi lá furar a fila na frente dele. Ele falou: “Aí, mano, respeita a fila aí”. Então o cara falou: “Eu sou irmão e não vou respeitar fila porra nenhuma”. “Ah, mano... vai sim. Cê pode ser irmão, mas tem outros irmãos aqui que respeitam todo mundo. Cê não vai passar na frente de ninguém”. Meu irmão falou isso pro cara. E eu aqui no balcão não tava sabendo de nada. Aí o cara foi pro fim da fila; meu irmão foi pro banheiro e tal. Saiu e veio aqui pro balcão. Daqui a pouco o cara foi no banheiro também. Só que quando ele saiu ele tentou furar meu irmão.
- Como?
- Com isso aqui (mostrou-me um cabo de vassoura quebrado com uma farpa pontiaguda em uma das extremidades). Tava lá no banheiro. O cara quebrou e veio pra cima do meu irmão. Aí foi aquele pega pra capar. Meu irmão desviou. Não pegou em cheio, mas deixou uma marca roxa. Gritaria pra todo lado. “Aí, Márcio, ajuda aí. O cara tá querendo me furar”, gritou o meu irmão. Malandro... pulei esse balcão, nem sei como, e fomos pra cima do cara cobrindo na porrada. O Dirceu veio para cima pra separar a confusão.
- “Segura, aí Márcio, segura aí. Para. Para. Vamos ver isso direito”.
- “Segura o caralho” eu falei pro Dirceu. Mano, o cara queria zuar com meu irmão cê acha que ia segura? Que eu ia ficar na segunda?
- Sim, é difícil. .
- Eu queria debulhar o cara. Aquela correria. A mulherada apavorada. Resumindo: apartaram. Cada um prum canto. Cada um na sua. Pacificamos. Todo mundo acalmou. O samba começou de novo. Beleza. Só que teve um otário que foi dar uma arma pro cara. Você acredita? Lá fora. O cara jogou um oitão na mão do cara. Só que viram e vieram me avisar. Aí eu pensei: “E agora? O que eu vou fazer?”. Bom, aí liguei pro Maurício. Já te apresentei pra ele?
- Não. Eu não conheço.

⁶⁶ Aos domingos ocorre nessa associação o Samba da Conceição. Este é o evento com maior frequência de moradores, sobretudo jovens, na associação. Durante minha pesquisa de campo eu nunca observei a presença dos militantes que organizavam o sarau.

– Uma hora vou te apresentar. Ele é o chefe aqui na área. Falei pra ele: “Olha, tem um cara armado aqui”. Cê tá ligado que aqui não pode ter arma. Já te falei isso, não falei? Cê já viu alguém armado aqui?

– É, sei sim. Nunca vi arma por aqui.

– Então contei pra ele do cara, coisa e tal. Toda a treta. Aí ele subiu pra cá com uma sacola dessas de feira cheia de armas e foi distribuindo. Chegou, já me deu uma e eu botei na cintura. O Dirceu, o Banjo, todo mundo. Até você se tivesse aqui ia entrar no rolo. Ninguém sabia qual era a do cara, mano!

– Ele é aqui da quebrada?

– O cara é do Maringá (bairro vizinho). Irmão de lá, mas isso a gente só soube depois. Mas até aí foi aquele pega. Todo mundo ligando pra todo mundo. Todo mundo de celular na mão. Uns caras que eu nunca tinha visto foram chegando aí. E todo mundo com celular na mão ligando pra cá e pra lá. Falamos com o Carlos direto lá no Presidente Venceslau.⁶⁷ E aí já começou um debate aqui mesmo na rua. Todo mundo falando. O pessoal do cara dando a versão dele, meu irmão e nosso pessoal dando a nossa. Aí chegou um tiozinho. Tiozinho mesmo. Baixinho, magrelo todo tatuado e ficou só olhando. Parado assim (Márcio cruza o braços sobre o peito e segura o queixo com uma das mãos). Depois que todo mundo falou ele pediu a palavra. Ele falou assim, na maior humildade e tava todo mundo nervoso! O tiozinho no maior respeito pediu licença e começou a falar. “Posso dar a minha opinião?” “Claro, fala aí”. Mano, aí ele falou: “Eu sou o fulano”. Quando ele falou o nome dele foi aquele silêncio. Ele é um dos fundadores do partido, tá ligado? Só de falar o nome já foi aquele silêncio. Ele não é nem da torre. Tá pra cima. Sei lá onde, mano. Só sei que todo mundo respeita e aceita o que ele fala. Aí ele elogiou a gente pela força que a gente dá pros irmãos e deu uma enquadrada nos caras e já marcou o debate para a segunda-feira. Tá tendo debate todos esses dias. Três dias e continua hoje. Eu nem consegui falar com meu irmão para saber o que deu. O que decidiram. Ontem veio um cara aqui saber se tava tudo certo com a gente. Ele falou assim: “Eu tô ligado que vocês andam pelo certo. Respeitam a disciplina. Todo mundo aqui. Então a gente vai decidir pelo melhor”. Agora nem sei o que deu. E olha que domingo tava cheio de irmão aqui, mano! Foi foda segurar os caras. Mas no fim deu tudo certo. Acabou bem...

Márcio narrava o episódio, interrompendo sua fala quando alguém se aproximava do balcão. Seu comportamento tentava ocultar dos militantes o ocorrido no domingo.

⁶⁷ Referência ao Presídio de Presidente Venceslau no interior do estado de São Paulo.

Enquanto isso, o grupo que organiza o sarau se movimentava arrumando careiras, aparelho de som e iluminação. Dois militantes penduravam um cartaz do Luta Popular e sob este montavam uma mesa com camisetas e livros para serem vendidos. O público do sarau chegava aos poucos para mais uma noite de poesia, discursos pró-Pinheirinho e apresentações de música e dança seguindo o estilo hip hop.

CENA 3:

A entrada do sarau na associação permitiu que dois grupos de pessoas a frequentassem, em especial nos dias de sarau. Esses grupos apresentam nuances e segmentações internas de acordo com a maior ou menor aproximação ao grupo que compõe a associação e o pertencimento àquele espaço e ao território. De um lado, os jovens militantes organizadores do sarau e que somente a frequentavam às terças-feiras e de outro, os membros da associação.

Estes agrupamentos apresentam, também, nítidas distinções quanto às motivações e tipos de práticas engendradas no local. Quanto às segmentações, os de fora, em especial, enfrentam, ainda, um conjunto de situações impeditivas ou que criam dificuldades para sua ação coletiva, como o acesso ao bairro, certo estigma expresso na designação “playboy”, ou simplesmente “boy”. Apesar de serem marcados com esses denominativos e das dificuldades daí oriundas, os militantes conseguiram instituir o sarau como uma ação regular que possibilitou sua entrada e permanência na associação. Mesmo convivendo com essa segmentação – de dentro/de fora – um ambiente de negociação permitia que as atividades dos de fora seguisse seu curso ao passo que a associação continuava com suas atividades rotineiras.

No dia em que Carlos saiu da prisão eu pude observar que os membros dos diferentes grupos e suas segmentações participaram da comemoração por seu retorno ao bairro. Era dia de sarau e poucas pessoas sabiam que ele estava na “comunidade”. Quando cheguei o clima era de festa na associação e cada um que chegava recebia a notícia de que Carlos estava em casa e subiria para a sede em breve. As pessoas que vinham comemorar foram se reunindo no andar de cima, ao mesmo tempo em que chegavam outras para participar do sarau. Em dado momento, houve uma mobilização para fazer uma churrascada que envolveu os jovens organizadores do sarau, um grupo de militantes da cultura e jovens funcionários do tráfico. A festa foi organizada no andar superior da associação. Desse modo, o ambiente ficou dividido entre a festa para Carlos na parte superior e no térreo, o sarau.

Homens de diferentes idades e lugares chegavam a todo o momento demonstrando muita emoção e alegria, abraçando-se efusivamente com fortes tapas nas costas. Travessas recheadas de carne e cerveja desciam do andar superior e circulavam pelo sarau. Nesse dia ninguém pagou para comer ou beber. Os organizadores do sarau se dividiam participando dos dois eventos autorizados por Márcio a subirem para a festa do Carlos. De maneira geral os militantes subiam constrangidos pela impossibilidade de negar o convite e rapidamente voltavam para o térreo onde ocorria o sarau. Nesse dia a associação vivia ao mesmo tempo dois ambientes, quase dois mundos, não fosse o trânsito que alguns personagens faziam entre um piso e outro estabelecendo os fios de ligação entre os atores. Papel que Márcio e Dirceu desempenharam o tempo todo em que durou a comemoração.

Após o convite de Márcio eu subi e tomei umas cervejas com “os caras”. “Sobe lá, Gilberto. Você é de casa!” As conversas giravam em torno do futebol, da associação, das melhorias para a comunidade, das eleições, da “força que o pessoal do Antunes (o vereador do espectro conservador com grande presença na região) dá pras favelas”. A festa avançou pela madrugada com mais e mais pessoas chegando a todo o momento.

A despeito do tom efusivo da comemoração pelo retorno de Carlos, alguns dias depois os humores na associação mudariam drasticamente. Domingo de samba a sede estava vazia.

Encontro Márcio e ele pergunta:

- Veio para ficar?
- Sim.
- Então, hoje não tem samba. O Paulinho morreu em um acidente de moto. Tá

tudo suspenso.

- É mesmo?
- O cara é irmão, né? Parceiro mesmo, do partido. O Carlos suspendeu tudo.

Respeito pelo irmão, né? Mas a gente pode tomar uma cerveja. Vamos lá?

Nesse dia não me demorei na sede. Márcio pediu licença e desceu para “ver como fica o ônibus que vai levar o pessoal pro cemitério”.

Ao ir embora, sugeri a Maurinho – jovem membro da associação que nesse dia trabalhava no bar – pagar a cerveja na terça-feira, dia do sarau e quando eu voltaria para entrevistar Dirceu. Pedido que se tornara corriqueiro e sempre fora atendido depois de muitas idas à associação. Márcio passou a me apresentar para os frequentadores da associação como primo, ou seja, alguém com certo grau de proximidade.

- Não, não pode – respondeu Maurinho.
- Nem se o Márcio garantir?

– Ih... “moiô” pro Márcio! Ele não pode nem entrar mais aqui no balcão. O Carlos colocou outras regras agora.

O episódio indicava uma mudança na composição das forças que compunham a associação evidenciada na frase “Ih...‘moiô’ pro Márcio”. Márcio e Dirceu eram os responsáveis pela entrada do sarau naquele espaço e tinham divergências com outros membros a respeito dos encaminhamentos a serem dados à associação, sobretudo com familiares de Carlos, que desejavam manter a associação sob seu controle.

CENA 4:

A Associação Vila Conceição desenvolve várias atividades com considerável afluxo de pessoas. O objetivo é levantar recursos para a realização de festas, como no Dia das Crianças ou em comemoração à conquista de um campeonato de futebol de várzea e à manutenção do time de futebol. Parte dos recursos é destinada ao pagamento das pessoas que trabalham na associação, sejam colaboradores ou o pessoal que está à frente da entidade.

Percebe-se que certa prática devotada ao *business*⁶⁸ permeia o trabalho nessa associação. O nome da associação figura em uma série de produtos de consumo juvenil, como camisetas, bonés e blusões. Desse modo, criou-se uma marca que faz referência à localidade Vila Conceição. Experiência similar foi desenvolvida pelo escritor Ferrez com a marca *Idasul* e de certo modo inspirou o grupo que comanda a Associação Vila Conceição. A exploração do bar da associação complementa os ganhos dos membros que dividem os ganhos entre si após cumprirem com as obrigações e pagamentos para a manutenção da associação.

O sarau era compreendido como mais um *business* para o núcleo dirigente da entidade. Às terças-feiras, um dia sem atividades, o sarau levava um número crescente de pessoas para a associação. “Esse pessoal é bom pra associação”, me disse Márcio, “eles bebem bastante. E as minas então? Vixe! Bebem hein?! Comem também. No samba sempre sobra alguma coisa. Agora no sarau acaba tudo. Esse pessoal gasta bem”.

Apesar do sucesso do sarau, com a saída de Carlos da prisão muitas coisas mudaram. E mudaram rapidamente.

De certo modo, parece que ele tomou as rédeas da associação de um modo que

⁶⁸ Kokoreff (2003) aponta uma cultura do “bizness” (corruptela de *businnes*) adotada por grupos de jovens na periferia parisiense. Há alguma aproximação entre as práticas por mim observadas e as discutidas pelo autor no sentido de se desenvolver um *savoir-faire*. A cultura do “bizness” é relacionada ao tráfico de drogas na periferia de Paris. No caso por mim investigado essa relação não é exclusiva. A similaridade entre os dois ambientes me parece estar na perspectiva de se fazer negócio como uma dimensão da vida associativa no bairro.

lembra a ação de um sócio majoritário. Ao chegar, determinou novos rumos para as ações empreendidas no local. Eu pude observar que a associação voltou a ter em seu entorno as mesmas características que tivera há quatro anos, quando a conheci. Barracas na rua vendendo bebidas foram recolocadas. A via voltou a ser interditada ao tráfego de automóveis. Carlos passou a comandar a vida da associação com o auxílio de seus irmãos e irmãs, com destaque para a participação de sua esposa. Ou seja, sua família assumiu o controle daquele espaço e outros membros foram paulatinamente colocados à margem das decisões e iniciativas da associação. Como não há eleições para os cargos de direção, as questões de mando e controle do espaço passam por negociações entre seus membros, às quais não se tem acesso. Meu informante passou a ter dificuldades, pois, em um momento do passado recente, se opusera à entrada da esposa de Carlos na associação, alegando que ela havia desviado dinheiro. Tudo indicava que na disputa interna ele perdera seu posto de “um tipo de gerente da sede”.

O retorno de Carlos à associação coincidiu com o período das eleições e nesse momento o grupo do vereador Antunes se fez muito mais presente nas atividades da sede. Embora anteriormente o vereador fosse próximo à entidade, inclusive com emenda parlamentar voltada para a construção de um campo de futebol para o time da associação, a presença de seus auxiliares não era tão marcante como passou a ser desde a saída de Carlos da penitenciária. Um assessor do vereador passou a frequentar a associação regularmente e agia como um fiscal das atividades da associação, ao qual por mais de uma vez eu vi Carlos explicar o que estava fazendo: “Vou lá embaixo cuidar para que os moleques não tirem a faixa” em alusão ao bloqueio colocado para impedir o trânsito.

Neste momento, comecei perceber que o sarau vivia algumas dificuldades para ser realizado. Inicialmente um evento semanal passou a ser feito em um ritmo inconstante, ora semanal, ora quinzenal, até ser extinto. Fortaleceu-se a divisão entre o grupo que assumia a associação e aqueles que organizavam o sarau. Vinculados a movimentos ou partidos políticos do campo das esquerdas, os organizadores do sarau sempre se opuseram ao grupo do vereador Antunes. Este sempre esteve próximo à associação que naquele momento mudava a forma de trabalho voltando-se exclusivamente para o vereador e abandonando a perspectiva de ação implementada pela dupla Márcio e Dirceu. Esta consistia basicamente em ocupar ao máximo a estrutura da associação por meio de várias atividades voltadas para diferentes públicos. O ponto central dessa escolha de ação era, também, o *business*, e não uma posição ideológica a favor dos militantes, por exemplo. Quanto maior a quantidade de atividades e a de pessoas circulando pela sede, principalmente nos dias de semana, maior o rendimento obtido pela associação. Na nova situação vivida pela associação prevalecia a ideia de que a aliança

política com o grupo de Antunes poderia ser vantajosa e dar maiores dividendos para o grupo.

Com o passar dos dias o sarau deixou definitivamente de ser realizado e Bruno não foi mais encontrado nos espaços que costumava frequentar. Em uma visita à Associação das Mulheres, cujos jovens apoiavam a ação e Bruno, tive a seguinte conversa com Antônio:

– O Bruno desistiu do sarau?

– Teve umas tretas com os caras lá da Conceição. Eles tão mais preocupados com a marca deles lá e cê tá ligado que nós não estamos nessa de marca.

– Mas o sarau leva o nome Conceição e isso os torna mais conhecidos. Eles não acham isso bom?

– Leva, mas pra eles não é o suficiente. Eles querem a marca, não é nem o nome que conta. A gente vai ter uma reunião com eles pra discutir isso. Estamos esperando o Bruno aparecer pra ir lá.

– Tem também a presença do pessoal do Antunes lá, não?

– É isso também. Os caras da associação correm com ele. Eles tão fazendo as escolhas deles. Então é isso. Pra gente não dá pra dividir o mesmo espaço. E nem eles querem.

Não há relações entre as associações Vila Conceição e a Mulheres na Luta, embora alguns militantes tenham auxiliado Bruno na realização do sarau. Essa foi, aliás, a maior aproximação entre as duas entidades, não se estabelecendo qualquer vinculação mais orgânica entre elas. Devido ao envolvimento com o sarau os militantes se viram na incumbência de discutir com os membros da Associação Vila Conceição os acontecimentos que alegados por Carlos levaram ao encerramento dessa atividade. Discussão que eles não podiam se negar a participar sob pena de romper os laços que permitiram sua entrada na sede e comprometer Márcio e Dirceu que, com uma postura mais flexível, a promoveu.

CENA 5:

Nesse mesmo dia em que visitei a Associação Mulheres na Luta e tive esse diálogo com Antônio, resolvi ir para a Vila Conceição. Era uma terça-feira e, segundo o calendário da associação, seria um dia de sarau. Avaliei, por isso, que seria uma oportunidade de saber o que acontecera na perspectiva “dos caras”. Chegando à sede encontrei Dirceu, Carlos e um homem que eu não conhecia fazendo contas para organizar um evento na associação. A mulher e o cunhado de Carlos estavam na sede, mas não participavam da discussão. Cumpri a liturgia e cumprimentei a todos. Um cavalete do vereador Antunes, agora

já reeleito, estava encostado no balcão. Chamou minha atenção o tom de agradecimento do artefato: sob a foto do político lia-se a quantidade de várias dezenas de milhares de votos obtidos pelo candidato. “A família Antunes agradece pelo apoio”. Abaixo as fotos de seus familiares. Esse cavalete repetia o mesmo texto dos cartazes e *outdoors* espalhados pela região. O agradecimento pelos votos expunha o vereador em uma situação de reconhecimento em relação aos moradores da região. Ao mesmo tempo, parecia sinalizar o estabelecimento de uma dívida de gratidão retroalimentando uma lógica eleitoral amparada na troca de favores. O agradecimento mobilizando o nome da família amplia para os demais membros desta a participação na vitória também como recebedores dos votos. No mesmo sentido, a inclui na esperada retribuição da dádiva eleitoral em forma de préstimos e serviços prestados pelo vereador e família no atendimento de demandas locais por meio do acesso e da mobilização do aparato do poder público. Fórmula que tem surtido os efeitos esperados pelo grupo de Antunes, que não apenas o reelegeu com uma votação acima da centena de milhar de votos, mas também a seus filhos: um à assembleia paulista e outro à câmara federal.

Depois de ficar por um tempo encostado no balcão esperando acabar a reunião pude perguntar diretamente a Carlos o que ocorrera e por que não ia ter o sarau.

- Nós tivemos uns problemas aí com o sarau.
- Como assim? Não tava dando lucro?
- Isso também. Não dava muito lucro, não.
- Não valia a pena ficar com o sarau aqui?
- Nós tivemos uns problemas aí com o cara que tava de frente no sarau. Ele tava usando o nome da sede para pegar dinheiro na prefeitura⁶⁹ e não ficava nada aqui pra gente. Isso não dá.
- Mas ele conseguiu algum dinheiro?
- Não sei. A gente foi atrás e descobriu isso de ele tá buscando dinheiro na prefeitura com o nome da sede.
- E qual é o problema?
- O cara não falou com a gente. Ele usa a sede, o nosso nome pra buscar dinheiro e não fala nada pra gente. Não, isso não pode.
- E agora? Como vai ser?
- A gente tá esperando ele aparecer pra se explicar. Pra gente ver se retoma o sarau. Qual que é a dele. Mas ele não apareceu ainda. Usar nosso nome e não deixar nada pra

⁶⁹ Segundo pude apurar, Bruno buscava apoio financeiro junto ao VAI, programa de Valorização de Iniciativas Culturais.

gente não dá, não é mesmo? Além disso, o cara tinha é que tá aí, aparecer aí pra trocar umas ideias com a gente. Dizer qual é que é a dele.

“Favela é Antunes”

Dois episódios contribuíram para as mudanças sofridas pela Associação Vila Conceição. O primeiro foi a chegada de Carlos, egresso da prisão, e o segundo o alinhamento da associação com a candidatura de Antunes. Esses episódios não mantêm relações causais entre si, mas ocorreram quase concomitantemente no ano de 2012. Durante o período das eleições era perceptível a presença de assessores do candidato frequentando as diferentes atividades desenvolvidas na associação. Desse modo, pode-se afirmar que diferentes atores – militantes, assessores, irmãos, moradores – compartilhavam o espaço e participavam dos eventos promovidos pela associação. Uns com maior inserção, outros apenas tangenciando as atividades, como se observou anteriormente.

O bordão que nomeia esse tópico me foi dito por um assessor de Antunes no dia em que Carlos comemorava seu retorno ao bairro. O bordão pode ajudar a compreender a escolha da associação pelo candidato e seu afastamento do grupo de militantes do sarau.

Segundo assessores e cabos eleitorais “favela é Antunes, porque ele é o único político que faz pela quebrada”. Com forte atuação na região, esse parlamentar se notabilizou por viabilizar quadras e campos de futebol nas periferias, conquistando apoio entre os diversos times de futebol de várzea. Durval, presidente da associação Vila Zélia, diz que “não é só campo de futebol, não. O Antunes faz muita coisa pela região”. A categoria *fazer* aparece aqui como o elemento que justifica o alinhamento ao candidato.⁷⁰ O parlamentar apresenta certa praticidade em sua prática política, que implica solucionar problemas e apresentar resultados para a população, mesmo quando a obra ou benfeitoria não é uma realização fruto de seu trabalho. Fato comum e muito criticado pelos seus adversários. Esse comportamento político do vereador se diferencia do discurso empregado pelos militantes voltado para questões de ordem ideológica. Esse discurso aponta geralmente um preceito de que “é preciso a comunidade se organizar para lutar por seus direitos” segundo dizem os militantes. Organização que do ponto de vista de Dirceu parece já estar ocorrendo: “A gente tá conversando com um político aí pra agilizar nosso campo. A gente tá organizado com o foco nisso. Agora acho que sai”.

⁷⁰ Vidal (1999) observa essa mesma categoria ao pesquisar a favela Brasília Teimosa, na cidade de Recife.

Isso poderia levar a crer que as noções de “lealdade” e “dívida” deveriam ser mobilizadas para a compreensão do posicionamento da associação. Embora essas categorias tenham valor heurístico na compreensão de determinados fenômenos políticos, não me parece que o alinhamento e as relações de lealdade se deem automaticamente em função da capacidade do candidato em implementar benfeitorias no bairro. Se de um lado podem ocorrer relações de reciprocidade baseadas na troca de melhorias, acessos a bens públicos etc. por apoio e votos, de outro os agentes políticos podem manobrar as relações de lealdade dentro do jogo político.

No entorno da associação e por toda a região a presença de Antunes se faz pela profusão de material com sua foto, nome e número. Mesmo antes e após o período eleitoral essa presença é muito marcante, pois parte do material permanece afixada nas fachadas das casas e nos estabelecimentos comerciais. Com uma ampla rede de colaboradores esse político é onipresente na região. Sua marca é o apelo à família da zona sul e o agradecimento da família Antunes a todos que lhe conferiram o voto. Nas últimas eleições foi o único candidato a espalhar *outdoors* agradecendo os milhares de votos que recebera. Como já fora observado em outros trabalhos o parlamentar pode ser compreendido como um mediador entre as associações e o poder público na obtenção de recursos.⁷¹ Apesar disso, a relação de lealdade ao candidato não é automática nem impede que em situações específicas outros candidatos ou parlamentares sejam acionados. A lealdade ao político é construída a depender das relações que são estabelecidas com os grupos no calor das disputas políticas, das relações que se estabelecem no cotidiano e da efetiva solução dos problemas que envolvem as associações, apesar da ação pragmática do vereador.

Ao acompanhar as reuniões da Associação de Vila Zita o nome do parlamentar fora mencionado diversas vezes, dando a impressão de que a associação seria comandada por ele. Os laços quase viscerais que ligam o diretor da associação ao parlamentar também suscitam essa impressão, mas não permitem dizer que a relação é automática e definitiva. Em alguns momentos, o mesmo diretor que incentivara as pessoas a participarem da associação e dera como um “bom motivo para isso é que a gente tem o vereador do nosso lado” alertara a todos sobre os perigos embutidos nas relações com os parlamentares.

Tem que tomar muito cuidado, porque a gente tá aqui trabalhando e vereador é doido pra abraçar o trabalho da gente. Eles vêm de mansinho e quando a gente menos espera eles abraçam o que a gente fez e são eles que levam a fama. Aqui não vai ter isso, não. A associação é nossa, é do povo. Agora,

⁷¹ Esta relação é discutida em Kuschnir (2000).

quando chegarem as eleições a conversa é outra. Aí cada um apoia quem quiser e tudo bem.

Ao instituir um sujeito indefinido em sua fala, Durval parece alertar para todo e qualquer vereador. Abordando, assim, seu candidato e qualquer outro que queira se apropriar da associação.

A manifestação de Durval sinaliza mais uma vez os distintos tempos da política já observados anteriormente, mas também demonstra que existem territorialidades políticas dentro dos espaços considerados a região de predomínio de determinados políticos.

Corroborando as afirmações esboçadas no primeiro capítulo sobre as diferentes representações territoriais fica explícito que a área está sob controle e influência do líder comunitário. Aos assessores e ao político cabe a conquista da simpatia dessas lideranças para que eventualmente se transformem em cabos eleitorais do candidato.

Tornar-se cabo eleitoral não está relacionado necessariamente a uma opção ideológica, mesmo em se tratando de militantes com vinculações partidárias. A relação de militância de Bruno e Antônio não implicou alinhamento direto com candidatos apoiados ou originários dessas organizações.

O foco da gente é na quebrada. É construir a luta aqui, não adianta ficar fazendo a política nos partidos e esquecer da luta no bairro. É por isso que pra gente é difícil definir um apoio direto a algum candidato. Mesmo porque nenhum candidato desses aí está muito preocupado com as bases (Antônio).

Os militantes estabelecem uma clara distinção entre o trabalho de militância e o trabalho para algum candidato, momento no qual eles se transformam em cabos eleitorais. A militância é perene e segue o tempo da política de base, ao passo que o trabalho do cabo eleitoral é sazonal, de acordo com o calendário eleitoral. No entanto, cabe lembrar que são temporalidades que estão em interação. A ênfase nas diferenças entre a política de base e a política institucional é uma maneira de ordenar o campo da ação coletiva.

As relações políticas são um campo aberto de possibilidades para os membros das diferentes associações não implicando, também, relações de lealdade imediatas. Fato observável na fala de Durval exposta anteriormente e que possibilita compreender que o acesso do político à associação está mediado pelo reconhecimento, por parte do candidato, das ações engendradas pelas lideranças e militantes e, também, da autonomia da associação.

Outro exemplo possível é a relação que os membros da Associação Vila Conceição mantiveram com o vereador Antunes durante a campanha eleitoral. Nesses dias

seus membros trabalharam para o candidato. A presença de assessores do político candidato dava a tônica da associação com a entrega de materiais de campanha, cartazes e cavaletes para serem distribuídos pelas ruas do bairro. No entanto, isso não impediu que fossem estabelecidas relações com políticos ligados às esquerdas e que na iminência da repressão a uma festa na comunidade eles buscassem contatar um parlamentar do PT para intermediar a negociação junto à administração municipal e à polícia militar para a realização da festa.

As relações de lealdade entre moradores e políticos se estabelecem com algum grau de dubiedade e ambivalência. O alinhamento com o chefe político não é linear e dada de antemão. Os atores locais não descartam a possibilidade de estabelecer relações com políticos que não tenham vínculos com o grupo ou mesmo de campos opostos do espectro político do candidato apoiado nas eleições. Da perspectiva dos atores a ação com vista à resolução de problemas muitas vezes imediatos é a chave para acionar os políticos. É nessa perspectiva que se pode ler o apelo a um parlamentar do PT para resolver junto à polícia militar a proibição de festas na rua da associação. Ao mesmo tempo em que acionavam o parlamentar petista por sugestão de um militante, buscavam contatos com assessores do vereador Antunes acionado no âmbito local como um representante da “comunidade”.

Compreendendo o outro lado

A relação entre os jovens moradores do bairro e ativistas no campo cultural com o “mundo do crime” é marcada por um conjunto de ambiguidades e não pode ser confundida como algo nebuloso, carente de distinções, limites e marcadores sociais que delimitem fronteiras. Marcela, jovem militante, afirmou: “No nosso coletivo a gente avaliou que não dava certo misturar as coisas. Essa aproximação com o lado errado da vida só podia trazer problema”. Referindo-se ao Sarau da Vila Conceição seu grupo ponderou sobre as dificuldades de se “realizar um trabalho político naquela comunidade, mas já que os meninos começaram a gente foi acompanhando. A gente sabia que ia ser difícil se manter ali”.

Não se pode afirmar que a ação coletiva desses jovens se processe a partir de uma relação simbiótica com o crime ou que a prática política dos jovens militantes seja mediada pelo mundo do crime. O desafio que os jovens militantes se colocam é o da realização daquilo que eles compreendem como o seu trabalho político. Quando a Associação Vila Conceição passava por transformações evidenciadas na reformulação dos papéis de mando com a saída da prisão de um de seus membros perguntei a Pedro sobre a presença do crime e a realização do sarau. Ele respondeu: “Veja, a gente não é bobo. A gente sabe que os caras tão lá, mas isso

não impede a gente de fazer nosso trabalho”.

Talvez o que cause estranheza seja o fato de os militantes não terem em sua agenda política o combate ao crime e, em especial, ao tráfico de drogas como um inimigo a ser vencido.

Não tem essa não. Deixa os caras fazendo o movimento deles. A proposta não é acabar com os caras. A gente quer fazer o nosso trabalho. Se vai surtir algum efeito na molecada é o que importa. A ideia não é acabar com os caras, mas fazer o que a gente se propõe, que é levar cultura, fazer um agito pros moleques verem que há outras possibilidades (Marquinhos, 39 AML/SA).

Assim, a ação desses militantes se desenvolve a partir de uma concepção de tomadas de posição no interior do território. A crença política é que sua ação cultural possa vir a apresentar outra compreensão do mundo e, portanto, a abertura de um *campo de possibilidades* para a molecada, seja a que está no tráfico ou as crianças que moram na localidade.

A gente faz o nosso trabalho pra mostrar outras possibilidades pros moleques. Apresenta a poesia, o rap, os caras que tão ganhando dinheiro com arte. Coisas feitas por gente da quebrada. O moleque vai se quiser. Tem o sarau das crianças também. Que é pra mostrar pra ele desde pequenininho que tem outras paradas (Bruno).

Do mesmo modo que compreendem sua ação como algo voltado para a apresentação de “outras possibilidades para os moleques”, há também um entendimento de que a “comunidade” tem seu próprio tempo político. Nesse sentido, Bruno diz: “Veja os caras quiseram o fim do sarau. Não tem problema. A nossa luta continua. Vamos fazer outros saraus em outros lugares. Agora tem que entender o lado dos caras. Eles têm o tempo deles para entender as coisas. É o tempo da comunidade”.

As distinções entre os espaços do lado errado e da militância estão claramente delimitados e compreendidos como espaços de disputas cuja temporalidade é um fator a ser considerado na ação coletiva dos grupos militantes. Concomitantemente o compartilhamento da vida no bairro, as relações vicinais e os laços de amizade – muitos se conhecem desde a infância – contribuem para a afirmação de alguns compromissos entre as partes, mesmo em meio aos conflitos pelo predomínio nos espaços.

Assim, avaliando a entrada dos militantes na Associação Vila Conceição e a realização do sarau, Antônio faz a seguinte ponderação:

Como que é essa relação, como se dá essa entrada? De alguma forma. Mas não se deu do nada. O Bruno tem uma relação com a Vila Conceição desde criança. No começo do sarau, por exemplo, a Tereza estava bastante forte. A Tereza nasceu ali, mora ali desde pequena. Então acho que tem várias relações anteriores que possibilitaram isso. Não foi que apareceu do nada. Agora é de fato conflituoso. Mas ali na Conceição o bagulho é louco. Mas acho que o conflito se dá numa relação simbólica muito maior do que como que eu posso dizer com os caras, de embate com os caras.

Antônio avalia que a ação desenvolvida por meio do sarau foi uma ação política rica, que contribuiu para a comunidade apesar das vicissitudes enfrentadas pelos militantes e das relações nebulosas e, por fim, conflituosas com os membros da associação.

A ação política é rica. As pessoas da comunidade reconhecem aquela ação política como rica. Apesar de ter vários problemas pessoais por lá, porque o sarau tem disso. Começou levar um monte de pessoas que não eram comuns àquele ciclo. Mas eu não vejo isso como grande problema, não. Um dos problemas que o sarau enfrentou é o de levar o nome, tá ligado? Não de ele acontecer ali em si. Mas é dessas questões simbólicas. Pelo contrário, mano, os caras da Conceição também contribuem para a luta política de alguma forma (Antônio).

A utilização do nome da associação para disputar editais da prefeitura sem comunicar os membros da associação levantou suspeitas e contribuiu para o fim do sarau, como foi abordado anteriormente. Quando Antônio se refere ao simbólico é ao nome que ele se reporta, de certo modo, ao patrimônio construído pelas pessoas que comandam a associação.

Questões relacionadas ao mundo do crime não são discutidas pelos militantes que compreendem esse como uma parcela da comunidade.

Mas tem vários conflitos, tem vários temas que não são colocados. Tem várias questões, mas também não é nosso papel de pôr essas questões para serem debatidas. Nós estamos ali para outra coisa. Inclusive para a gente o que interessa mais é a comunidade em si. Mas as pessoas que estão no crime também são da comunidade, mas não são a maioria (Antônio).

Os militantes observam o campo de possibilidade da política tendo como componente dessa nova configuração social os moradores que estão envolvidos com ações ilegais ou ilícitas. Os militantes ponderam o tempo como um item de sua relação política com a comunidade e o próprio posicionamento dos membros da associação como um elemento que responde ao tempo. Isso não significa que os militantes agem movidos por uma ética

originária da fragmentação do mundo operário e seus valores. Ocorre um cálculo político para a ação e uma percepção menos imediatista para seus resultados. Como se expressa Bruno “a comunidade tem seu tempo”. Devido à convivência, às relações de amizade e vizinhança é que os militantes compreendem as escolhas e os tempos que os membros da comunidade precisam para a tomada de posição. No entanto, cabe realçar que a correlação de forças é totalmente desequilibrada. O mando daquele que detêm a possibilidade do uso da violência é algo que não se pode enfrentar.

Exatamente um ano e meio após o fim do sarau ele foi retomado na associação. As mesmas pessoas que haviam saído do espaço retornaram à sede a convite de Carlos e Dirceu. Segundo este me disse “o sarau vai ser quinzenal e é o mesmo pessoal que vai tocar. Teve umas tretas aí, mas tá tudo normalizado. Trocamos uma ideia com eles pra voltar o sarau”. Segundo Bruno, “quem está levando o sarau é o nosso grupo, mas vamos fazer esse e depois vai ficar por conta da comunidade. Eu quis mais mostrar qual era a nossa. Foi uma prestação de contas do sarau pra comunidade”.

Aparentemente ocorrera alguma negociação para a retomada das atividades e, cuidadoso, Bruno não queria se precipitar e dizer que o Sarau da Vila Conceição voltara à ativa. De todo modo, percebe-se uma ação de lado a lado no sentido de se estabelecer uma nova relação entre as partes.

Eu vou ter que esperar um pouco pra ter certeza do que eles querem, porque eu fui perseguido politicamente por um militante do Antunes. Eles sabem disso. Se eles lavarem as mãos, caso aconteça de novo eu tô fora. Deixa eles se virarem pra fazer o sarau. Se não a gente chega junto e vamos tocar o sarau pra comunidade (Bruno).

Esse episódio demonstra que a ação coletiva dos jovens militantes da periferia, além de ser constituída por uma característica nômade e circulatória, é também marcada por idas e vindas próprias do jogo e das temporalidades da política. A metáfora do ioiô proposta por Paes (2005) expressando as dinâmicas juvenis acerca do mundo do trabalho e do futuro caracterizadas pela incerteza parece se aplicar, também, à atuação, não só incerta, mas também maleável, dos jovens que aproveitam das brechas abertas no campo das relações sociais ou no universo da política para exercer sua ação.

As perspectivas que justificam o fim do sarau quase se opõem em relação aos acontecimentos, porém um aspecto é evidenciado na fala de Carlos: há um código de confiança que parece ter sido rompido na medida em que Bruno não comunica sua ação frente à Secretaria de Cultura da prefeitura. A confiança depositada por Márcio nas atividades do

sarau implicava em um compromisso de trocas, de um lado, a cessão do espaço para a atividade e, de outro, o retorno financeiro para a associação. Parece que se estabeleceu uma relação de reciprocidade e lealdade que foi rompida pelo organizador do sarau em relação aos membros da Conceição, desencadeando toda a celeuma. Mais uma vez é todo um jogo de etiqueta que não se aciona da maneira esperada e com o devido *tato*.⁷² Este implica expor a ordem das ações. Explicar iniciativas e movimentações que não são por todos entendidas *a priori*, como os programas de apoio e incentivo mobilizados pelos militantes, os quais a Associação Vila Conceição desconhecia até o advento do término do sarau.

Ao ser perguntado sobre os novos rumos que tomara o Sarau da Vila Conceição Antônio (29/AML) parece não se incomodar e, de certo modo, ironiza a situação de Bruno:

É como eu falei. Teve umas tretas lá com os caras. Nós marcamos de ir lá conversar com eles, mas estamos esperando o Bruno. Tão dizendo que ele viajou, mas a gente sabe que ele já voltou. Estamos esperando ele pra ir lá. Ele deve tá com medo. Mas não tem erro, não. Se não tiver mais o sarau na Conceição pode ser até que fortaleça o Sarau da Tereza,⁷³ ou outros por aí. Porque sarau tem uma pá pra gente fortalecer.

De fato, o término das atividades e a expulsão do grupo de jovens militantes na Associação Vila Conceição não representou o fim de suas ações culturais na região. Eles passaram a promover novos saraus em outros espaços da região, com o mesmo ímpeto e sentido imputado àquele recém-terminado. Afirmavam, assim, um sentido de nomadismo circulante por diferentes espaços e entidades, realizando suas ações em praças, associações e coletivos culturais. O caráter contingente das ações impetradas pelos jovens militantes na região demonstra a capacidade de recriação da militância política, que usa a cultura como recurso de entrada nos espaços associativos. Há certo oportunismo dos militantes que sabem aproveitar as brechas para o exercício de sua ação política. Há, pode-se dizer, um uso tático da cultura com vistas à conquista de posições políticas no interior de determinados bairros.

As cenas apresentadas permitem perceber a ocorrência de disputas pela ação hegemônica no território, muito embora o grupo que liderava o sarau tenha sido praticamente expulso da associação. A alegação de parte a parte possibilita antever um desentendimento sobre as proposições de cada lado e uma forte injunção do grupo ligado ao parlamentar. No entanto, isso não autoriza afirmar que o fim do sarau foi uma consequência apenas da

⁷² Simmel (1983, p.170) discute o *tato* como um regulador das relações de sociabilidade.

⁷³ Tereza é manicure e cantora. Iniciou alguns meses antes do fim do Sarau Vila Conceição um encontro de poetisas da periferia, no qual elas apresentavam suas produções. Essa atividade se desenvolve na garagem de sua casa. Embora tenha relações com os membros da Associação Mulheres na Luta, Tereza não é militante e quando não está no trabalho ou nos saraus pode ser encontrada em uma igreja evangélica onde professa sua fé.

presença de grupos rivais no interior da associação.

Outros elementos entram para compor esse quadro. A chegada de Carlos, a entrada do “pessoal do Antunes” e o fim do sarau são eventos que se estabelecem concomitantemente ao período eleitoral. Os jovens militantes ficaram extremamente ocupados e demandados pelas diferentes forças políticas à esquerda e muitos passaram a atuar como cabos eleitorais. A Associação Vila Conceição passou a fazer campanha para o Antunes e parte de seus membros também se transformou momentaneamente em cabo eleitoral do candidato. O embate político entrara em outra dimensão: o tempo da Política ganhava proeminência na cena pública e passava a comandar as ações de todos.

À medida que o calendário eleitoral avançava, as definições dos papéis políticos ganhavam algumas ambivalências. As diferentes temporalidades da política se mesclavam em um jogo de sobreposições de acordo com o contexto. Os militantes passavam a desempenhar diferentes posições no jogo político da região, procurando ocupar os espaços que esse momento abria para o desenvolvimento de sua ação coletiva. O mesmo pode-se dizer dos irmãos que passaram a defender e trabalhar para determinados candidatos comprometidos com suas demandas, sejam elas a conquista de um campo de futebol ou melhorias para comunidade.

Percebe-se, assim, que se institui um campo de disputas políticas que se orientam pela conquista de espaços no território e, também, para a conquista de mandatos parlamentares para seus respectivos candidatos. Essa disputa mobiliza militantes e irmãos que se transformam, nesse tempo da Política, em cabos eleitorais. Ser cabo eleitoral implica uma série de compromissos com o candidato que passa pela distribuição de folhetos e santinhos com sua foto, permitir e promover a colocação de faixas e cartazes com sua foto na fachada das casas, se necessário angariar recursos financeiros, participar de reuniões de campanha e, muitas vezes, estabelecer uma relação de lealdade. “Não tem pra ninguém. A gente sabe de cada voto que a gente ganha. Quando a comunidade corresponde, o vereador lembra-se da comunidade, senão... já sabe. Ele vai se preocupar com quem está com ele, certo?”

– E como vocês sabem quem votou?

– Com a urna eletrônica é só olhar o mapa. Eu vou lá vejo a escola onde vota essa comunidade. Se o voto for pequeno a gente chega junto e pergunta para o responsável o que houve, se foi corpo mole, se ele não trabalhou o candidato direito na área dele.

Essa fala demonstra a importância que os cabos eleitorais têm para a entrada dos candidatos em cada área da periferia. Como demonstrou Vidal (1998, p. 178) são os cabos eleitorais os responsáveis pela entrada do candidato nos bairros, pois eles são os

intermediários entre a população e a máquina administrativa ou eleitoral. Indica, também, o controle que os candidatos e seus cabos eleitorais exercem sobre as associações que estão em sua área de ação. Como se viu, é possível comprovar uma eventual pequena dedicação à campanha do candidato. Caso o candidato seja eleito, o empenho do grupo será lembrado no atendimento de suas demandas. A contagem dos votos via mapa eleitoral permite ao vereador instituir o teor dos acordos e atendimentos com as associações. As relações entre lideranças locais e políticos não se processa, portanto, apenas por uma relação de reciprocidade, mas por meio de um imbricado jogo de poder cujas medidas e recursos são assimétricos.

CAPÍTULO VII

Política, performance e drama social

No primeiro capítulo deste trabalho apresentei o escopo da pesquisa explicitando quais foram minhas escolhas diante dos diferentes desafios que a investigação etnográfica coloca ao pesquisador, em especial nos centros urbanos. Em seguida, discuti algumas características das periferias da cidade de São Paulo e as percepções sobre o espaço segundo algumas classificações nativas. Depois, apresentei uma discussão acerca da política para, em seguida, estabelecer distintas temporalidades da política. Nesse mesmo capítulo apresentei algumas dimensões oriundas da ação coletiva com o objetivo de expor quais as motivações e os desafios experimentados pelos atores sociais em sua ação política. No capítulo que antecede a este apresentei dados da etnografia realizada na Associação Vila Conceição. Nela tentei explorar as ambiguidades presentes nas interações entre os militantes que organizavam o sarau e os membros da associação.

Neste capítulo tratarei de alguns eventos relacionados à política local aos quais eu pude observar durante meu trabalho de campo. Compreendo esses eventos como momentos nos quais ocorre uma ritualização da vida social e como situações marcadas por uma acentuada dramaticidade social. Nesse sentido, inspirando-me em Turner (1974, 2005, 2008) “utilizarei a noção de drama social como um dispositivo para descrever e analisar episódios em que se manifesta um conflito social” (2008, p. 72).

Inicialmente apresentarei a etnografia de um evento de certa envergadura realizado há anos na região: a Caminhada pela Vida e pela Paz; no segundo tópico tratarei das manifestações de evitação da política institucional por parte de jovens militantes em uma reunião na Associação Mulheres na Luta e no último tópico apresentarei os relatos de minha etnografia abordando o fechamento do Sarau do Alfredo.

Esses episódios ilustram situações nas quais os atores se defrontam com momentos cruciais de suas vidas e da política local. A caminhada organizada pela igreja pode ser compreendida como uma performance de um trauma social daquela região em virtude dos elevados números de homicídios experimentados pelos moradores nos anos 1990. Aproveito a segunda situação para ilustrar um momento de drama social na qual uma representante da política institucional é colocada à prova a partir das interpelações de jovens militantes. O terceiro ponto trata do fechamento do Sarau do Alfredo, um caso que tem vários elementos de um drama social vivido pelos organizadores e participantes daquele espaço associativo como

um momento liminar de suas experiências sociais. Há outras situações vividas pelos moradores nos espaços associativos marcadas por certo drama social ou que ganham notoriedade por meio de performances sociais. No entanto, dentro do meu material de campo eu optei por essas três situações, que me parecem ilustrar a contento essa questão.

“Lembrar os mortos para celebrar a vida”

Durante os anos 1980/90 a região por mim pesquisada, na periferia da cidade de São Paulo, experimentou uma acentuada elevação dos índices de mortes por assassinatos. As ações de criminosos (entre os quais grupos de justiceiros) e policiais nesse período levou parte do território a ser conhecido mundialmente como o triângulo da morte. Buscando articular uma ação política que se opusesse a essa situação, a Sociedade São José Operário, por meio do Fórum em Defesa da Vida,⁷⁴ organizou a partir de 1995 a Caminhada pela Vida. Realizada no dia de finados este evento tem saída em três pontos do bairro e destes os participantes seguem em caminhada para o cemitério do bairro, local onde estão enterrados os mortos, sobretudo, jovens, vítimas da violência.

Há uma grande mobilização de militantes e membros da Sociedade São José Operário para a realização da caminhada. Uma comissão organizadora, responsável pela realização do evento, encarrega-se de acionar os diferentes órgãos públicos para dar apoio logístico ao evento. Dividem-se tarefas e responsabilidades que são discutidas nas reuniões do Fórum em Defesa da Vida. Estas passam pela definição do trajeto, confecção do material de divulgação, contatos com órgãos públicos, como Companhia de Engenharia de Tráfego, Polícia Militar, Prefeitura, telefonemas para sindicatos visando ao empréstimo de carro de som, encontros com outras paróquias para definir suas formas de participação etc. Há um grande envolvimento das paróquias locais na caminhada, possibilitando que centenas de pessoas se integrem ao cortejo ao longo de seu trajeto.

Alguns grupos de outras denominações religiosas participam da caminhada, conferindo um significado multirreligioso para o evento. Participam pastores evangélicos, pais de santo, rabinos, embora a caminhada seja organizada e tenha a maioria quase absoluta de participantes católicos. Neste grupo há pessoas que afirmam terem participado de todas as edições da caminhada e dizem que nos tempos de grande mortandade a caminhada reunia milhares de pessoas da região. Apesar de ao longo dos anos ter ocorrido uma diminuição no número de participantes, a caminhada ainda reúne uma quantidade expressiva de diferentes

⁷⁴ O Fórum em Defesa da Vida é um dos grupos que se reúnem na Sociedade São José Operário com vistas à proposição de políticas públicas para a região. Eu acompanhei esse grupo nos anos de 2011 a 2013.

atores sociais da região e todos, a princípio, em torno do mesmo objetivo: a diminuição das mortes violentas.

Eu acompanhei três edições da caminhada a partir do ponto de encontro localizado na paróquia São José Operário. Será a partir dessa experiência que descreverei o evento. De modo geral, essas edições não apresentam grandes diferenças quanto ao público. No entanto, segundo meus interlocutores, nos últimos anos uma grande bandeira do movimento LGBT passou a compor o cenário a partir da iniciativa de um rapaz. A princípio, ainda segundo meus interlocutores, houve alguma resistência dos participantes mais velhos. “Faz uns cinco anos que ele veio com essa bandeira. Na primeira vez o pessoal reclamou, mas nós conversamos com todos e todo mundo entendeu. Ele é da comunidade, participa da associação. Por que não deixar ele levar a bandeira?”, disse o padre. Segundo o rapaz, “não é pela vida, pela paz? Então no começo foi difícil, mas hoje, tirando um ou outro, todo mundo entende numa boa minha posição na caminhada”.

Durante meu trabalho de campo eu pude sentir e ser afetado pelo clima emocional que toma os participantes desde as primeiras horas da manhã quando estes chegam à porta da paróquia São José Operário, um dos pontos de partida da caminhada. Eles vão chegando aos poucos. Alguns já vêm em grupos das paróquias vizinhas entoando cânticos que celebram a “participação na luta por um mundo mais justo” e outros cantos típicos das celebrações católicas.

Traga a bandeira de luta
Deixa a bandeira passar
Essa é a nossa conduta
Vamos unir pra mudar
Temos um projeto novo
A cidadania do libertador
Não fique fora parado
Se junte à moçada
É nessa que eu vou.

Apesar de a caminhada ser realizada na mesma região dos espaços associativos que eu acompanhei em minha pesquisa, eu não observei nenhum deles participando coletivamente da organização da caminhada ou da marcha no dia do evento. Trata-se de uma manifestação organizada pela igreja cuja maior frequência é dos moradores que têm alguma

relação social com essa entidade. Isso não quer dizer que não haja participação de membros de outros espaços associativos, tais como partidos, sindicatos, movimentos sociais, coletivos culturais etc. Contudo, percebi que alguns militantes participam da caminhada a partir de um desejo pessoal.

Durante o período em que os moradores se reúnem na porta da paróquia camisetas com a logomarca da caminhada são vendidas em uma barraquinha e acabam rapidamente, dada a grande procura por um lado e por outro à escassez do produto feito em pequena quantidade. Fitas brancas são distribuídas entre os participantes. As pessoas as colocam na cabeça depois de escreverem frases com pedidos de paz, justiça e reivindicações relacionadas à saúde e educação. O padre e as pessoas ligadas à associação transitam entre os presentes estimulando a participação com frase do tipo “que bom que você veio este ano” ou “sentimos sua falta na última caminhada”. Em pouco tempo a rua em frente à paróquia fica repleta de pessoas de todas as idades. Contudo, muitos jovens compõem esse evento destacando-se sua presença entre a multidão. Alguns homenageando amigos que faleceram. Antes da partida, um grupo de jovens artistas ligado à igreja faz uma apresentação teatral tratando do tema da violência e da juventude. O tom da apresentação em determinado momento volta-se para o consumo de drogas. O esquete apresenta um conteúdo que condena o consumo, dirigindo-se principalmente aos jovens. O sentido da apresentação não é o da “guerra contra as drogas”, mas o de prevenir sobre os malefícios de seu consumo. Na apresentação não há nenhuma menção religiosa no sentido de conversão ou enfatizando o papel da religiosidade na vida das pessoas, tema aparentemente dispensável àquele público.

Um caminhão de som cedido por algum sindicato ou parlamentar do campo das esquerdas estaciona em frente à igreja para servir de palco para um grupo de músicos e para o padre fazer o pronunciamento de início da caminhada. Quando tudo está pronto, o padre sobe no caminhão e agradece às autoridades presentes, aos órgãos públicos – Companhia de Engenharia de Tráfego, Polícia Militar – pelo auxílio na caminhada e convida a todos para “celebrarem a vida nesse dia tão especial em que nos lembramos de todos os que foram para junto do pai. Especialmente aqueles que foram vítimas de violência aqui em nossa região”. Assim, o ato se inicia acionando elementos que reportam a uma identificação coletiva com a região por meio da atualização de uma memória coletiva sobre a história do bairro.

Depois do breve pronunciamento do padre, a caminhada começa com um grupo de três pessoas portando grandes cruzeiras brancas liderando a marcha. As pessoas andam lentamente enquanto no carro de som um grupo canta canções católicas e sucessos do cancionário popular.

É bonita demais, é bonita demais
 A mão que conduz a bandeira da paz
 É a paz verdadeira que vem da justiça
 É a paz da esperança que nasce de dentro do coração
 É a paz da verdade, da pura irmandade do amor
 Paz da comunidade que busca igualdade, ôôô

A presença de jovens na caminhada é lembrada várias vezes pelos oradores ao longo do trajeto como “uma juventude que luta e que não se deixa abater”. Ao longo da caminhada alguns moradores saem de suas casas e se juntam ao grupo que segue para o cemitério. Outros entoam as canções em conjunto com os participantes da caminhada acenando das janelas, calçadas e bares. Um chamado à participação se faz por meio de outra canção.

A caminhada não é minha só
 Ela é de todos nós
 Ela é de todos nós
 E a mudança principal quem faz
 Somos todos nós
 Somos todos nós
 Pra se fazer mudança
 Juntamos mãos com mãos
 Formando uma corrente
 De grande transformação.

Há pessoas com camisetas alusivas a algum familiar morto, nas quais se vê a foto da vítima e frases ou palavras, como por exemplo: “Saudade eterna”, “Justiça”, “Nunca vamos te esquecer”. Mães caminham com fotos de filhos assassinados nas mãos. Algumas visivelmente contendo a emoção e o choro, outras aos prantos e amparadas por familiares e amigos. Uma mulher caminha com velas e duas fotos nas mãos. São de um filho policial e outro civil assassinados na região. Os grupos de jovens que relembram amigos falecidos algumas vezes são menos circunspectos e se manifestam com menor pesar. Ora cantam canções populares que relembram os amigos, ora acompanham as que são cantadas no carro de som.

À medida que a caminhada avança pelas ruas do bairro, de tempos em tempos, há uma parada para um pronunciamento, uma lembrança, uma dramatização, um gesto que remete a algum acontecimento violento, atualizando por diversas vezes a memória sobre a região. Nessas paradas o padre declara que estamos aqui para “lembrar os mortos e para celebrar a vida”. De fato, a caminhada pela vida é um ato de rememoração dos mortos. Um sinal de alerta que a marcha coloca em evidência pelas ruas do bairro.

Algumas dessas paradas são para o encontro com outras paróquias que passam a compor e engrossar a manifestação. Nesses momentos de encontro o cântico é de euforia.

Ó que coisa bonita (bis)
A educação é direito de todos
Ó que coisa bonita (bis)
Queremos a paz pra nossa cidade
Ó que coisa bonita (bis)
Juventude unida em busca da vida
Ó que coisa bonita (bis)
Jesus nosso irmão sem separação
Ó que coisa bonita (bis).

Ao longo do trajeto a caminhada conta com o apoio da Polícia Militar ordenando o trânsito e bloqueando vias para a passagem dos participantes. No entanto, a relação dos participantes da marcha com os policiais presentes na caminhada é marcada pela ambivalência. Parte dos manifestantes não vê problemas na presença policial e até observa que é um elemento de segurança para a caminhada. Alguns participantes não são favoráveis à presença, mas ponderam que sem o apoio policial a caminhada não pode ser autorizada pelo poder público. De outro lado, alguns militantes, sobretudo os jovens, observam que a polícia é responsável por parte das mortes, sobretudo de jovens, e com isso “dividir esse momento com eles sem saber se eles mesmos não estão envolvidos é muito difícil pra gente”. A despeito disso, todos os anos em que eu estive presente, a caminhada para defronte uma base da Polícia Militar e o padre faz uma breve celebração. No ano de 2012 o padre pediu “um minuto de silêncio pelos mortos. Tanto os policiais como os civis. Não podemos aceitar a violência seja do crime organizado, seja a violência da polícia”.⁷⁵ Clamando a todos para rezarem um Pai-Nosso o padre pede a “proteção de Deus Pai aos policiais, menos violência e que a cultura de

⁷⁵ No ano de 2012 ações orquestradas pelo crime organizado e por policiais ligados a ele, segundo a imprensa, redundaram em uma série de assassinatos nas periferias da cidade.

paz adentre no coração de todos”. Nesse dia, os policiais que estavam na base ignoraram a manifestação dando-lhe as costas em um visível ato de repúdio. De outro lado, os policiais que acompanhavam o cortejo amarraram fitas brancas oferecidas pelos caminhantes em suas motos. No ano de 2013, na mesma base policial, a cena se repetiu. O padre conclamou que “nesse dia dos mortos pedimos, também, pelos policiais que foram vítimas de violência. Vamos baixar a cabeça e pedir a Deus pelos policiais e também para que iluminem o caminho daqueles policiais ou não que praticam a violência”. Nesse dia, todos os policiais rezaram o Pai-Nosso em uníssono com os participantes da caminhada. Até um grupo que bebia na padaria em frente à base policial se levantou e rezou com o grupo.

Na partida dessa parada os caminhantes cantaram a oração de São Francisco, momento em que a caminhada foi tomada por manifestações de forte emoção com abraços e gestos de carinho entre os participantes. Tomados pela emoção, os caminhantes cantam aos brados:

Senhor!
 Fazei-me instrumento de vossa paz
 Onde houver ódio, que eu leve o amor
 Onde houver ofensa, que eu leve o perdão
 Onde houver discórdia, que eu leve a união
 Onde houver dúvida, que eu leve a fé
 Onde houver erro, que eu leve a verdade
 Onde houver desespero, que eu leve a esperança
 Onde houver tristeza, que eu leve alegria
 Onde houver trevas, que eu leve a luz
 Oh! Mestre, fazei que eu procure mais consolar, que ser consolado
 Compreender, que se compreendido
 Amar, que ser amado
 Pois é dando que se recebe
 É perdoando que se é perdoado E é morrendo que se vive
 Para a vida eterna
 Amém!

Alguns participantes na caminhada são militantes da região com atuação no Movimento pelos Direitos Humanos, sindicatos, movimento por moradia, transporte, saúde etc. Parte dos militantes tem sua história política marcada pela passagem nas antigas

Comunidades Eclesiais de Base. De modo geral, os militantes dos diferentes movimentos desempenham outro papel na marcha, conferindo um aspecto político ao evento. Enquanto a marcha segue para o cemitério eles distribuem panfletos nos quais constam reivindicações para a região. Estas são elaboradas nas reuniões do Fórum em Defesa da Vida e passam por melhorias nos transportes, educação, saúde e, obviamente, segurança. Assim, a caminhada apresenta duas dimensões: uma marcada pelo apelo religioso e outra eminentemente política.

A chegada ao cemitério é o ponto culminante da caminhada cujo percurso é bastante extenso. Depois de percorrer todo o trajeto algumas pessoas estão extenuadas, mas mantêm a marcha e certo ar compenetrado. Apesar do esforço para vencer o trajeto, a entrada no cemitério é acompanhada de mais um cântico. Os caminhantes entram cantando com as mãos para cima, balançando papéis ou lenços brancos, reacendendo as expressões e ativando as disposições.

Eu vim de longe para encontrar o meu caminho
 Tinha um sorriso e o sorriso ainda valia
 Achei difícil a viagem até aqui
 Mas eu cheguei, mas eu cheguei
 Eu vim depressa, mas não vim de caminhão
 Eu vim a jato no asfalto neste chão
 Achei difícil a viagem até aqui
 Mas eu cheguei, mas eu cheguei
 Eu vim por causa daquilo que não se vê
 Vim nu, descalço, sem dinheiro e, o pior,
 Achei difícil a viagem até aqui
 Mas eu cheguei, mas eu cheguei

Pessoas que estão visitando seus mortos rezam próximas aos túmulos sem se importunar com a chegada da caminhada. Vários participantes da manifestação se desprendem do grupo e procuram pelos túmulos de seus parentes. Alguns ajoelham e rezam. Outros depositam flores nos túmulos. Velas são acesas com dificuldade em vista do vento que sopra levantando a terra vermelha.

Um palco montado no centro do cemitério recebe o bispo de Santo Amaro e padres da região. Representantes das demais religiões presentes são convidados a subir ao

palco para a celebração do ato ecumênico. O grupo de jovens⁷⁶ que iniciou a caminhada com uma dramatização faz agora um pequeno espetáculo com temática sobre a paz. Instaura-se, a partir das falas dos jovens e dos chamamentos aos padres um clima de conagração e reiterados pedidos de paz e justiça para a região. “Vamos celebrar a cultura da paz e do amor entre os homens”, diz o padre. Os vereadores de diferentes partidos bem como os políticos sem mandatos são convidados para subirem ao palco. Em geral, fazem um breve pronunciamento saudando os participantes da caminhada. A plateia mostra-se indiferente, nem aplaudindo em demasia, nem ignorando completamente. Salvo no ano de 2013 quando dentre os políticos, por paradoxal que pareça, estava um parlamentar ligado aos grupos de extermínio. Nesse dia o grupo de militantes ligado à Sociedade São José Operário, os participantes que atuam no movimento pela educação e pelos Direitos Humanos, que eu acompanhava, alertou-me para essa presença indesejada manifestando grande indignação. “Isso é um absurdo. Como pode um negócio desse? O pior é que todo mundo sabe, mas ele foi eleito. Fazer o quê?”. Pouco tempo depois de todos serem apresentados os parlamentares descem do palco. A sensação é de que se cumpriu apenas um protocolo. Nenhum parlamentar falou e suas apresentações ficaram por conta do padre. Marcelo (28/SSJO) me confidenciaria logo após o evento que “não tinha jeito ou chamava todos ou não chamava nenhum. Isso, não chamar ninguém para o palco, não poderia ser feito. Então a gente teve que engolir esse sapo”.

A partir do momento em que os parlamentares se afastam do palco começa a celebração conduzida pelo bispo. A presença do bispo é vista pelos organizadores e participantes como um sinal de prestígio e deferência para a região. “Agora mesmo tá tendo o Padre Marcelo⁷⁷ lá em Interlagos. É uma concorrência brava e ele veio aqui”, diz um caminhante. Com o início da celebração as pessoas se deslocam e se aglomeram em frente ao palco.

Enquanto isso, nas bordas do aglomerado de pessoas que acompanham a celebração alguns militantes ligados a partidos do espectro das esquerdas e parlamentares também desse campo circulam e conversam, aproveitando-se do momento como “uma oportunidade de fazer o trabalho de articulação e conchavos”, segundo me disse Dalva. Ainda segundo essa militante, nesse contexto, muitos interesses de políticos e militantes partidários

⁷⁶ Mantenho na descrição desses jovens ligados à igreja sua própria designação. Eles não se designam militantes, ativistas, membros de coletivos, mas um “grupo de jovens” cuja especificidade é atuar *na* e *a partir* da igreja. De certo modo, ao se autorreferirem como um “grupo de jovens” eles estão referenciados em certa tradição da Igreja Católica que mantém esses grupos em seu interior.

⁷⁷ Padre Marcelo é um ídolo da ala carismática da igreja católica. Atuante na região de Interlagos construiu em sua paróquia uma igreja de grandes proporções, capaz de receber milhares de fiéis.

são negociados e cargos e postos na administração pública, seja no executivo e no legislativo, são pleiteados junto ao subprefeito, aos administradores públicos e parlamentares. Ações políticas no bairro, alianças e compromissos são firmados entre esses atores enquanto se desenrola a cerimônia.

Encontro Bruno que diz: “Vim visitar o túmulo do meu irmão. Eu venho todo ano acompanhando a caminhada” e imediatamente indaga sobre o perfil da marcha: “Isso é legal, é bonito, mas o que se articula a partir daqui? A polícia vai continuar matando com caminhada ou sem caminhada”.

Ao mesmo tempo em que se observa a ação desses militantes realizando suas articulações com parlamentares e políticos em geral, é possível perceber que essa ação é condenada por uma parte dos presentes que veem essa prática como algo fora do lugar. “Agora não é hora disso. A gente sabe que é importante fazer política, mas não assim, no meio da caminhada e desse jeito escancarado”, diz Mariza, referindo-se a uma militante, ligada a um partido político do espectro das esquerdas e atuante no movimento pela educação da região, que buscava apoio para sua candidatura à diretoria de ensino. A observação de Mariza aponta para a falta de *etiqueta* da pleiteante ao cargo, pois ela estava de um “jeito escancarado” fazendo política no sentido institucional, ou seja, a política que eu caracterizei com P, em um tempo em que essa política deveria estar na sombra ou nos bastidores.

Os parlamentares presentes formavam um grupo a parte, reunindo-se a certa distância em círculo na companhia de alguns assessores. Alguns militantes, ligados à Sociedade São José Operário, ao verem a reunião de políticos expressaram forte repulsa pela presença daqueles que “só aparecem nessas horas, tentando faturar em cima da gente”. Poucos militantes se dirigiram aos parlamentares e aqueles que o fizeram foram imediatamente identificados como “oportunistas que estavam atrás de algum empreguinho ou um cargo na prefeitura”. Outra militante cotada para uma diretoria de ensino afirmou, referindo-se aos parlamentares, que

Não é possível trabalhar com esse pessoal. Imagine se eu aceito o convite para trabalhar por indicação de um deles. Eu vou ter que passar meu tempo negociando com eles. Prefiro ficar na base, fazendo meu trabalho. Não quero saber desse tipo de política, não.

Mais uma vez a militante estabelece uma distinção entre sua prática política e aquela desenvolvida pelos parlamentares, como se esta poluísse a política feita pelos militantes e que eu denominei de política com “p” minúsculo. Assim, a militante expressa um

sentimento de evitação da política institucional por mais paradoxal que possa parecer, pois ela sabe que tem de se relacionar e de fato se relaciona com as esferas institucionalizadas da política. De certo modo, em Mariza se condensam as esferas da macropolítica e da micropolítica em um complexo arranjo constitutivo de uma cultura política caracterizada pela troca de apoios, favores e lealdades.

A despeito das manifestações dos militantes em relação aos parlamentares e políticos observa-se que ao longo da celebração se articulam relações políticas nas duas esferas e entre essas duas esferas, pois estas não são fenômenos estanques e alheias uma à outra, mas se interpenetram e se articulam em um jogo de influências cujos resultados podem vir a ser um novo elemento não resultante da vitória de uma das partes, mas da organização das alianças, concessões e compromissos entre as partes. Fenômeno que está subscrito na noção *articular*. Como diz uma militante durante a celebração:

A caminhada serve, também, para se fazer política. No ano passado tava um zum-zum-zum porque tinham passado as eleições e todo mundo tava articulando cargos e postos com seus candidatos. Nesse ano, o pessoal continua porque têm muito cargo importante vago e agora vão escolher os diretores das diretorias de ensino.

Outra participante da conversa diz: “É, é hora de *articular*, mas têm que ser com *jeito*”.

A caminhada se insere na ordem daquilo que se pode nomear como um ritual, pois como salienta Turner é da ordem dos ritos serem fixos e rotinizados. Segundo Peirano (2002) os rituais seguem certa formalidade e estereotipia apresentando-se ao etnógrafo a partir de recorte realizado pelos nativos, cabendo ao pesquisador “a sensibilidade de detectar o que são, e quais são, os eventos especiais para os nativos” (idem, p. 9). Outro ponto é que “rituais e eventos críticos de uma sociedade ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual nela” (idem, p. 8). Nesse sentido, “focalizar rituais é tratar da ação social” (ibidem), compreendidos, contudo, como eventos que reúnem ação e representação de modo que ao abordar a Caminhada pela Vida e pela Paz é possível perceber os múltiplos sentidos práticos e ritualísticos que tem esse encontro social.

Inspirando-me em Chaves (2002) diria que há um componente performativo que confere eficácia para a caminhada ao articular os elementos práticos e semânticos da ação social. A autora, apoiando-se em Tambiah (1985; 1996a), afirma que “do ponto de vista formal os rituais são classificáveis por serem eventos delimitados no tempo e no espaço, com forma e padronização culturalmente definidas e que, supondo participação coletiva,

concorrem para uma intensificação da vida social” (p. 139). Partindo dessas formulações, compreendo que a caminhada é um ritual que dramatiza a experiência de moradores e militantes às voltas com o histórico de violência do bairro. A caminhada articula diferentes elementos religiosos, políticos, cênicos, transitando entre as esferas da vida e da morte. Daí o adágio: “Lembrar os mortos para celebrar a vida”.

Intervenção marcadamente performativa, a caminhada é agregadora de diferentes grupos políticos e religiosos. Dado o caráter ecumênico do evento a caminhada insere-se no conjunto de ações tais como as romarias, marchas e peregrinações. Assim, parece-me, que guardadas as devidas proporções, a caminhada remete às peregrinações como rito presente em diferentes religiões. A saída dos caminhantes de um ou mais pontos – sendo dois desses marcados por respeito cerimonial por se tratarem de igrejas – com destino a um espaço destinado aos mortos no qual se celebra, no dia da caminhada, uma missa campal de homenagem e rememoração dos mortos, mas também de celebração da vida, institui esse evento no campo do sagrado, ao mesmo tempo em que é uma manifestação política.

Observo que na caminhada ocorre a confluência das diferentes temporalidades da política com o tempo da religiosidade, mas também com as dimensões da militância pacifista, a defesa da vida como categoria aglutinadora e o cortejo fúnebre. Ao embaralhar essas categorias a caminhada pode ser compreendida como um evento ritual que coloca para a coletividade certa atualização da memória das mortes por assassinato. Lembrando a ritualística das peregrinações, o ato de caminhar atravessando o bairro e aglutinando diferentes grupos e pessoas à marcha enseja no coletivo um problema de ordem social: a ocorrência de mortes violentas naquela região. Essa atualização da memória promove o fortalecimento dos laços coletivos de pertencimento a um universo comum marcado pela insegurança, pelo risco e enfatiza a perspectiva de busca de soluções que extrapolam as dimensões da vida individual. Por meio do acionamento da memória do passado recente – e mesmo de acontecimentos atuais⁷⁸ – e do culto aos mortos, a caminhada contribui para a elaboração de um sentimento de pertencimento e a criação de um “nós” frente à fragmentação da vida moderna.

Durante o percurso os caminhantes atravessam diferentes “zonas morais” (Park, 1967) daquela região. Saem e chegam a espaços do sagrado, porém percorrem ao longo do

⁷⁸ Na caminhada de 2013 os participantes escreveram com caneta e de maneira improvisada em suas camisetas “Por que o senhor atirou em mim?”, frase proferida por um jovem assassinado por um policial militar no dia 27/10/2013 na zona sul da cidade. Entre outros veículos da imprensa pode-se ler sobre o ocorrido em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1363279-mae-de-jovem-morto-diz-que-ele-perguntou-por-que-pm-atirou.shtml>>

caminho espaços degradados, pontos de venda de drogas, áreas comerciais, espaços públicos e privados de diferentes usos. Ao longo do marcha os caminhantes apresentam variadas performances artísticas, como músicas, cânticos e dramatizações que contribuem para a criação de um ambiente ora de compenetração compungida, ora de desligamento e alheamento do meio circundante. A cada parada as performances artísticas encenam um acontecimento referente a um líder popular, um morador do bairro, um episódio bíblico. O encontro com outros caminhantes de outras paróquias é realizado de maneira efusiva com falas que remetem à necessidade de “juntar nossas forças para lutar por um mundo sem violência”.

A caminhada é um evento marcado pela simbologia em torno da morte e da vida. De certa forma, retrata o martírio cristão ao se propor a percorrer o bairro parando de tempos em tempos até chegar ao cemitério onde estão enterradas as vítimas de homicídios na região. A própria ideia de caminhar em defesa ou lembrança de algo é emblemática de uma concepção do evento que remete às romarias ou peregrinações rituais em sacrifício pela memória dos mortos. Sacrifício que para muitas das mães e pais ali presentes se reveste de esforço físico para vencer o trajeto e a superação emocional devido à memória do filho morto.

Em aparente paradoxo, é no cemitério que se celebra a vida por meio do gesto de se plantar uma árvore após o tocar de uma trombeta. Última ação prática da caminhada, esse gesto representa, segundo os participantes, a força de renovação e demonstra que “mesmo nas situações mais difíceis é possível fazer alguma coisa boa e bonita”. Consuma-se todo o ritual com o triunfo da vida sobre a morte dando sentido ao adágio que orienta a caminhada.

Todavia, a caminhada guarda, também, certa similitude com atos políticos, como as marchas de diferentes grupos como, por exemplo, a marcha dos trabalhadores sem terra, entre tantas outras. A caminhada é também um momento em que se cobra das autoridades soluções para o problema da violência em conjunto com outras demandas da população. Assim, distribuem-se panfletos com demandas por “educação, saúde e trabalho considerados elementos importantes para que não haja violência”.

Percebe-se que a caminhada é um ritual aglutinador de diferentes grupos e pessoas que atribuem ao evento variados significados. Há aqueles que dizem respeito ao universo religioso e acompanham a marcha ao cemitério com o propósito de reverenciar os mortos. Outros estão ali por força de seus compromissos políticos e visualizam o encontro como um espaço para o estabelecimento de alianças e articulações com outras forças políticas da região. Há ainda aqueles participantes que seguindo certa lógica compósita acionam as diferentes dimensões da caminhada resultando em uma síntese entre os aspectos religiosos e políticos.

No universo da política, a caminhada é um momento de se fazer as articulações, de se estabelecer compromissos políticos, mas, também, de se marcar diferenças entre os agrupamentos, distinguindo-se, mais uma vez, as temporalidades para a ação coletiva e a política. Nesse aspecto desenvolvem-se ações políticas de fachada voltadas para autoridades e público em geral, ao mesmo tempo em que militantes de diferentes grupos e associações fazem nas bordas e nos interstícios da manifestação um trabalho próximo ao de bastidores, costurando apoios e alianças. No entanto, tudo deve ser feito ao seu tempo e seguindo a *etiqueta* ou o *jeito*, como disse uma militante. *Jeito*, aqui, no entanto, não remete à quebra da norma. Ao tradicional *jeitinho brasileiro*,⁷⁹ que consiste em tirar vantagem ou burlar regras em proveito próprio, prática esta disseminada na sociedade brasileira e discutida pela literatura em diferentes domínios das ciências sociais. Ao contrário, *jeito* para eles remete a certo decoro público, que deve ser respeitado e nesse sentido opera em sinal trocado ao *jeitinho brasileiro*. Não é condenável fazer *conchavos* e *articular* durante a caminhada, pois estas são ações compreendidas como pertencentes ao universo da política. A questão é mais uma vez a da temporalidade das ações políticas e do respeito à *etiqueta* que rege a caminhada. Que na celebração pode e se faz articulações e *conchavos* todos que transitam no universo político sabem e praticam. A caminhada, como já observado, apresenta entre outras dimensões essa da política, mas seu exercício, naquele momento, deve ser realizado seguindo a regra da discrição.

Reuniões, performance e dissenso

As reuniões são momentos muito importantes para a manutenção da vida associativa por serem parte constitutiva das dinâmicas que regem a sociabilidade dos grupos militantes. Nelas se estabelecem os parâmetros que orientam as ações políticas das associações. É nelas, também, que as dimensões política, do dissenso e do conflito, que permeiam a vida associativa, emergem e podem ser observadas por meio das discussões para a tomada de decisões. Todavia, as reuniões são realizadas dentro de um quadro de certa padronização e rotinização da ação. Essa padronização respeita um tempo de entrada das pessoas; uma abertura da reunião; a apresentação de uma pauta que rege os trabalhos (muitas vezes apresentada para aprovação); e caso esta seja aprovada (fato recorrente, pois a apresentação da pauta é um gesto simbólico) parte-se para a discussão dos pontos da pauta e por fim define-se alguns encaminhamentos com vistas às ações futuras. Cada membro ou

⁷⁹ Para aprofundar a discussão sobre o *jeitinho*, ver: Da Matta (2001), Barbosa (1992).

militante desempenha um papel nas reuniões. Há uma coordenação que orienta os trabalhos e em geral compõe a mesa. O espaço da mesa é um local de destaque ocupado por autoridades ou pessoas com *status* diferenciado dentro do grupo. Entre essas pessoas destacam-se aqueles militantes com forte envolvimento na vida associativa. Do outro lado, em frente à mesa encontra-se o público que participa das reuniões. Neste há o participante ocasional sem vínculos com a associação e também militantes com vínculos orgânicos com a entidade.

As reuniões são eventos que demarcam regras de convivência e atuação, definindo certa performance constitutiva da ação coletiva e da ação política dos grupos associativos. Em vista de seu caráter rotineiro e padronizado, as reuniões podem ser compreendidas como um momento ritual no qual se estreitam os laços sociais e, também, se explicitam ou estabelecem os lugares que cada participante, seja autoridade pública, direção da entidade, militante ou o participante ocasional, ocupa nas associações. Permeadas por regras e segmentações de papéis é nelas que se expressam os diferentes *status* dos membros dos grupos, suas obrigações, a atuação e os comportamentos esperados de cada um do grupo, de acordo com o lugar que ocupa na organização.

Comerford (2002)⁸⁰ apresenta as dinâmicas de reuniões observadas no âmbito de organizações de trabalhadores rurais, demonstrando que “elas podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social” (p. 149). Pelas observações que eu realizei em minha pesquisa de campo, concluí, de maneira genérica e respeitando as distinções dos contextos simbólicos, que há certa similitude entre o papel desempenhado pelas reuniões no meio rural e aquelas realizadas no meio urbano, mormente nas associações das periferias. As reuniões são espaços de sociabilidade que contribuem para a criação de redes de atuação coletiva desde aquelas voltadas para questões do bairro até àquelas direcionadas para temas gerais da política e do poder. É nas reuniões, também, que os diferentes tempos políticos se encontram estabelecendo relações que podem ser complementares, englobantes, de repulsa ou evitação. Nelas se instituem compromissos e alianças, mas também se demarcam diferenças e oposições. Nas reuniões define-se o caráter e o papel das associações como entes de atuação coletiva. Ao mesmo tempo em que as reuniões contribuem para definir o perfil de atuação de uma associação, também colaboram para a elaboração dos parâmetros de definição do que é o bairro, por meio das discussões entre seus membros.

As reuniões apresentam alguns papéis desempenhados pelos diferentes membros

⁸⁰ Comerford (2002) também estabelece algumas categorias definidoras dos papéis dos membros de associações, como a *coordenação*, a *equipe de frente* e o *público*.

que compõem uma associação. Dada a recorrência com que os papéis e atuações se desenvolvem nesses encontros, causa surpresa quando algo sai fora do *script* programado. Sobretudo quando as reuniões são abertas à participação externa e expõem questões que são da ordem dos bastidores da associação. A ocorrência de *performances* variadas, destoantes do *script* original, introduz a possibilidade de se instituir novas relações políticas e novas legitimidades no interior dos espaços associativos. É justamente quando a ação do membro ou militante não corresponde ao desempenho esperado de seu papel ou que a pauta não é respeitada em sua integridade que se instauram zonas de atritos e as posições se veem ameaçadas. Durante minha pesquisa de campo algumas vezes eu presenciei situações nas quais papéis e *status* estiveram ameaçados nas reuniões. Foram momentos aparentemente dissociativos, no entanto, como se observará mais à frente, essas situações servem também para reafirmar a integração do grupo.

Nas próximas linhas descreverei uma dessas situações na qual se vivencia um drama social. Partirei da descrição de uma reunião na Associação Mulheres na Luta na qual um grupo de jovens militantes se coloca contra assumir compromissos com uma candidata apoiada pela coordenação da associação.

Durante a campanha eleitoral de 2012 para prefeito e vereadores houve uma reunião na Associação Mulheres na Luta com a participação de uma ex-vereadora que, naquele momento, era candidata a uma vaga na câmara de vereadores do município de São Paulo. O objetivo da reunião era conquistar para sua campanha o “apoio e o compromisso dos que atuam na casa”. Da reunião participaram um grupo de oito jovens e sete pessoas com idades acima dos cinquenta anos. A diretora da associação, como é comum em todas as reuniões de caráter público, fez uma longa exposição sobre a história da região, enfatizando o lugar que ocupa a associação de mulheres nas lutas populares daquele pedaço. Em tom épico, enfatizou “a importância das mulheres aqui presentes”, buscando valorizar o histórico da candidata como “uma pessoa que participou com agente nas lutas por creche, asfalto, essas coisas todas e também participou da luta contra a ditadura”. Por fim, a diretora apelou para a “importância de todos manifestarem seu compromisso com a casa e com a campanha da Lurdes.”⁸¹ Uma pessoa que se for eleita poderá ajudar muito a gente”.

A fala da diretora sobre a história da casa e de suas lutas era a reiteração de outras falas já repetidas muitas e muitas vezes na casa e em outros espaços quando esta apresenta a

⁸¹ Lurdes exerceu um mandato parlamentar na Câmara Municipal de São Paulo e um na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Vinculada a um partido do campo das esquerdas ela não conseguiu se eleger nas últimas eleições, estando sem mandato no momento da reunião.

associação. É recorrente nessa associação o apelo à história de luta da associação no intuito de aglutinar solidariedade, mostrar que “essa é uma associação que tem história” e angariar apoio às causas defendidas por seus militantes, sejam os pertencentes às velhas gerações ou os jovens. No entanto, nem sempre o público presente às reuniões demonstra muito interesse, se comove com os relatos ou atende ao apelo por apoio e “maior envolvimento nos trabalhos da nossa associação”. Há, inclusive, certa displicência por parte das pessoas, em especial de parcela dos jovens militantes, que estão nesta reunião ao ouvirem mais uma vez o mesmo discurso. Nesse sentido, ao exercer o papel de coordenação, essa direção não consegue atingir os objetivos desejados para o seu papel que são, via de regra, conquistar a simpatia e a atenção do público, possibilitando, assim, o sucesso da reunião.

Este encontro fora caracterizado pela direção da associação como uma reunião especial. Dada a importância do evento, foi informado que após as discussões haveria um almoço do qual participariam a candidata, os militantes da associação e os convidados moradores do bairro. Desse modo, todos discutiam sentados em volta de uma grande mesa repleta de comida preparada nas dependências da associação. Fato que destoava das outras reuniões ordinárias da associação, sempre realizadas em períodos que não coincidiam com o horário do almoço. Cumpria-se a regra ritualística da comensalidade entre político e moradores e, nesse momento, a presidente da associação pediu para que “todos se manifestassem a respeito de seu compromisso com a luta que estamos travando agora, com a candidatura da Lurdes”. Depois de um período de silêncio, no qual os jovens militantes (moças e rapazes) trocaram olhares, sendo novamente inquiridos pela presidente da casa, eles começaram a falar. Todos os jovens militantes seguiram praticamente a mesma linha de manifestação. Nenhum se posicionou em defesa do apoio à candidatura e, de maneira geral, com pequenas nuances, se manifestaram “contra a política que a gente já sabe o que é”, segundo disse Armando (26). O problema não parecia ser a candidata, mas o jogo da política institucional que trazia para a ação do grupo questões que não estavam, naquele momento, na ordem de sua atuação política. Desse modo, eles reiteravam, mais uma vez, as distinções entre o que eles entendiam por ação política e Política. Embora alguns tenham relações de proximidade com partidos do campo das esquerdas eles evitavam estabelecer compromissos exclusivos com essa dimensão do universo político. Preferiam enfatizar sua dedicação às ações que eles realizavam ali no bairro em torno das questões da cultura, por exemplo, apoiando a iniciativa de Bruno na realização do Sarau da Vila Conceição ou do Sarau do Alfredo e, também, dedicando-se a tarefas que consideravam promotoras da transformação social. Suas ações passavam pela compreensão que “tem que fortalecer o movimento popular,

o movimento de cultura” (Márcia, 25). Seguindo essa tônica, Rômulo (27), um jovem muito atuante na casa e nas ações que o grupo de jovens desenvolve na região se manifestou nos seguintes termos:

Meu comprometimento é com as ações que eu tenho aqui na casa. Acho que estou comprometido com a agência e o banco,⁸² que são iniciativas importantes. Essa é a minha contribuição e o meu comprometimento. Eu acho que eu estando comprometido com essas coisas eu contribuo muito, muito mais do que muitas pessoas. Eu não acho que é apoiando alguém que é candidato que eu mostro que tenho compromisso com a associação.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Armando demonstra descrédito na Política enfatizando sua decepção com a forma pela qual se estabelecem os acordos entre os partidos e os resultados e favorecimentos advindos para os políticos do campo conservador. Em seu depoimento, o militante deixa transparecer essa abjeção ao jogo político:

Eu não acredito na Política. Votei no PT e me decepcionei. Então passei a não votar e não tenho intenção de votar em ninguém. Porque se eu votar em você, Lurdes, o que me garante que eu não vou ajudar a eleger um cara que eu não confio. Tipo o Antônio Carlos virando senador no lugar da Marta. Ou mesmo o Luiz Henrique, que é do seu partido. E tem, também, a história do Maluf. A gente elege o Haddad e o Maluf leva uma fatia do governo.

A essa altura já havia se instalado certo constrangimento, afinal, o *script* não estava sendo seguido, rompendo-se a ordem das coisas, e a pauta invertida para a percepção da política por parte dos jovens. Instaurava-se o dissenso nos moldes propostos por Rancière (1996), a pergunta desconcertante que muda a ordem das coisas. Fato que a candidata e a coordenação da associação não previam. Ao mesmo tempo a ação dos jovens manifestando suas posições instaurava nesse episódio um drama social se se compreender os dramas sociais como “unidade de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito” (TURNER, 2008, p. 33). Segundo o autor uma das fases do drama social é “a ruptura de relações sociais formais, regidas pela norma (...). Tal ruptura é sinalizada pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as partes” (p. 33).

O próximo militante a se manifestar apenas reiterou a perspectiva apontada pelos jovens militante no sentido de insatisfação e ruptura com a lógica política prevalecente ao dizer:

⁸² O grupo de jovens dessa associação criou uma agência de fomento às iniciativas culturais e um banco comunitário cujo objetivo é promover o microcrédito baseado nos princípios da economia solidária.

A gente tá aí para somar, mas eu não acredito também. Por tudo isso que o Armando falou e eu não vou ficar repetindo. Todo mundo só fala em se eleger e ninguém fala no que a gente precisa. Mas falar de verdade, de coração, que é pensar em segurança pública. Não com esse negócio de polícia na rua matando os moleques da quebrada e os caras matando polícia que também é da quebrada. Quero ver alguém pensar a segurança pública como mais educação, mais cultura, mais esporte. Isso a gente não vê (Marquinhos, 35).

Uma segunda fase do drama social, segundo Turner, seria a instauração da crise a partir da contestação ou de uma possível ruptura das relações sociais formais. Fato observado no visível constrangimento da direção da associação e na divisão do grupo entre os adeptos do apoio à candidata composto pelos mais velhos e pelos jovens militantes da associação que se manifestaram criticando a política institucional – e por extensão a presença da candidata – enfatizando a importância das ações políticas locais.

Mesmo Antônio, o único jovem declaradamente filiado ao partido da candidata, não fez uma defesa incisiva quanto à necessidade do comprometimento do grupo na campanha de Lurdes. Detentor de prestígio no grupo, ele afirma: “É importante a eleição da Lurdes para fortalecer nossa luta aqui na região. É importante ter alguém com quem contar na câmara”, mas não vai muito além desse raciocínio genérico sobre o papel que ela poderia desempenhar caso fosse eleita. O militante não se mostra enfático na defesa da candidata, nem tampouco procura dissuadir os membros do grupo de jovens de suas posições contrárias à política institucional.

Eu acho que a gente tem que pensar na importância de apoiar esse ou aquele candidato. Acho que é importante a gente tá na luta, mas é importante também ter alguém representando a gente. Agora, cada cabeça uma sentença, mas acho bom a gente refletir bem antes de tomar uma decisão.

Aparentemente o militante tenta compor uma articulação entre seus compromissos com os pares e seus laços com a política partidária. Fato que ainda pode ser observado quando ele diz: “Eu não quero fazer a cabeça de ninguém. Cada um age de acordo com a sua consciência, mas a gente sabe que é importante ter gente nossa pra brigar pelo que a gente acredita. Depois não adianta reclamar”. Com essa manifestação vaga, o militante ampliava o campo de posicionamentos possíveis para aqueles que não queriam se comprometer com a candidata. O jovem agia dentro de uma ética mais próxima à valorização da autonomia do indivíduo do que à fidelidade incontestável ao grupo partidário e com isso não se colocava na

obrigação de tentar convencer seus pares a acompanhar a posição da associação. Tendo em vista suas vinculações partidárias pode-se imaginar que a candidata e seus fiadores na associação esperavam que ele exercesse sobre os jovens militantes uma ação de convencimento.

Contudo, o diálogo é franco e os mais velhos se manifestam sobre seus apoios à candidata de maneira positiva, pois parte deles diz que “conhece a Lurdes desde muito tempo” e que “essa mulher é de luta”. Pega de surpresa pelas falas dos jovens, a presidente demonstra certo desconforto e irritabilidade ao passar a palavra para a candidata. Esta faz uma longa peroração sobre a história do Brasil e o golpe de 1964 que originou a ditadura. Enfatiza que “é importante os jovens conhecerem esse período de nossa história para não permitirmos que se repita”. Aborda as lutas populares da região e “a ameaça conservadora que ameaça a cidade nessas eleições”.⁸³ Repetindo parte do mesmo discurso feito pela coordenação na abertura da reunião, a candidata não empolga o público.

A reunião termina sem o esperado apoio, salvo de parte do grupo de senhoras moradoras do bairro que manifestaram o voto na candidata. Os jovens militantes, depois de tudo que fora dito, permaneceram em constrangedor silêncio. Durante o transcorrer da reunião parecia evidente que o mais desejado era obter o apoio dos jovens em razão das disponibilidades de eles trabalharem na campanha e de poderem se dedicar à militância pela candidatura. Diante do impasse, os jovens saíram literalmente de cena, abandonando em grupo a reunião em meio a desculpas genéricas.

Frente à frustração desencadeada pela reunião, o próximo estágio do drama social se efetivaria por *ações corretivas* não no sentido explícito de se estabelecer punições ao comportamento desviante dos militantes da associação. Nesse momento se destacou a realização de algumas reuniões de caráter privado cujo objetivo era “acertar os ponteiros” e evitar expor desavenças publicamente. Buscava-se com isso regular os elementos de dissenso que compuseram a crise. Depois dos devidos acertos se processou a *reintegração* dos membros da associação com parte dos jovens militantes da associação trabalhando na campanha da candidata e outra parte seguindo sua convicção de não participar ativamente da campanha, mas declarar seu voto. Diante desse acerto de bastidores, mesmo que discretamente, o material da candidata passou a circular na associação e aqueles que se manifestaram contra a política institucional e à participação na campanha passaram a ponderar a “importância de ter alguém eleito comprometido com a quebrada”.

⁸³ Naquele momento o candidato a prefeito Celso Russomano, com amplo apoio evangélico, liderava as pesquisas de intenção de voto.

Ao falar sobre *reintegração* entendo que não há uma parcela de membros da associação – os jovens – que se desvincula da entidade e é posteriormente integrado. Penso que a própria ideia de associação e seus membros se reintegram numa síntese originária da tensão entre a autonomia e dependência entre os militantes e as diferentes esferas da vida associativa.⁸⁴ Ao se instaurar um drama social a partir da ação do grupo e jovens militantes, quando a candidata buscava o apoio quase certo da associação, testaram-se as habilidades políticas da candidata e por essa via os jovens negociavam o seu apoio à ex-vereadora. Afirmava-se nessa relação a autonomia do grupo de jovens e destacava-se o valor de sua entrada na campanha. O não comprometimento com a candidata poderia ser entendido, a princípio, como uma tentativa dos jovens de afirmar o valor das ações desenvolvidas no âmbito do associativismo como uma forma de expressão da política local, fortalecendo-a como moeda política. O fato de os jovens serem aparentemente interpelados nas reuniões privadas a seguir a posição das velhas gerações quanto ao apoio à candidata não diminui a importância da ação desses jovens. Contudo, o resultado final parece apontar para a prevalência dos dispositivos de controle da política institucional sobre a política de base.

A tensão entre autonomia e dependência ou entre descompromisso e comprometimento é constitutivo do jogo político vivido pelos militantes na associação. Mesmo que a reunião tenha acabado com a saída de cena do grupo de jovens, ninguém enfatiza a dissolução do grupo que compõe a associação depois da crise. O grupo mostra disposição para mais um conjunto de reuniões que visa corrigir o desentendimento. Ainda que operando em temporalidades políticas distintas, a candidata, os coordenadores e o público (militantes e participantes) operam dinâmicas relacionais da vida associativa com vista a promover que os diferentes atores políticos entrem em simbiose ou, para usar outro termo, reconciliem-se, operando a reintegração do grupo.

O Sarau do Alfredo Vive

No segundo capítulo eu descrevi o Sarau do Alfredo, uma atividade rotineira realizada todas as segundas-feiras em um bar da zona sul da cidade de São Paulo. Neste tópico vou retratar o fechamento do bar, pela prefeitura da cidade de São Paulo, no qual se realizava o Sarau do Alfredo e que era de propriedade deste. Pretendo com isso refletir sobre esse momento em que um espaço de sociabilidade reconhecido e frequentado por jovens e

⁸⁴ Para uma discussão acerca da tensão entre autonomia e dependência, ver: Vilella (2012, p. 221) e Ingold (2000, p. 69).

militantes de vários movimentos sociais da região encerra suas atividades. Compreendo esse momento como um drama social, um episódio marcado pela irrupção do conflito no qual os atores desenvolvem diferentes performances políticas.

Durante minha pesquisa de campo eu acompanhei com regularidade o Sarau do Alfredo por compreender ser este um espaço associativo representativo das mais recentes manifestações culturais engendradas nas periferias da cidade. Em minha narrativa afirmei que o sarau era um espaço de sociabilidade juvenil no qual se articulavam ações culturais e políticas que extrapolavam aquele espaço. Dentre os participantes do sarau destacavam-se diferentes grupos de estilo juvenis, jovens militantes de partidos e movimentos sociais, organizadores do sarau e o simples participante sem vínculos estreitos com o sarau ou outro espaço associativo.

O Sarau do Alfredo ganhou certo destaque sendo reconhecido como um ponto de cultura pelo Ministério da Cultura. A despeito do reconhecimento alcançado pelo espaço, a prefeitura procedeu à execução de um processo de encerramento de suas atividades. No dia 28 de maio de 2012 quando cheguei ao sarau, Renato, arrendatário do bar, me disse em tom apreensivo:

- Tá embaçado aí. Tá sinistro. O sarau tá correndo perigo.
- Mas o que foi que aconteceu?
- Problemas com o alvará. O Alfredo deu entrada há cinco anos e até agora não saiu.
- E como vão fazer?
- Ninguém sabe. O Alfredo falou com um político aí, mas não resolveu. É assim mesmo, mas quando chegar a eleição ele vai querer voto.

Ele não soube dizer quem era o político e a despeito do iminente fechamento do bar as pessoas chegavam para mais um sarau. Toda a fachada e as interações dos participantes apontavam para um dia normal e mesmo o Alfredo quando chegou cumpriu a ritualística de ir de mesa em mesa e cumprimentar a todos.

Ao dar início ao evento daquela noite, Alfredo, como de praxe, foi ao palco para fazer a abertura do sarau. Com um ar abatido ele iniciou com a seguinte fala: “Então, vamos dar início a esse que vai ser o último sarau. Não sei se todos sabem, mas estamos sofrendo um processo da prefeitura e não vamos poder continuar com o sarau aqui”. Muitos se mostraram incrédulos. “Como assim, o último sarau?”, perguntou Mauro, poeta frequentador assíduo do sarau. “Como é isso, Alfredo? Explica essa história direito pra gente.”

O fato que desencadeou a ordem de fechamento do bar foi a falta de alvará

definitivo de funcionamento. Isso fez com que ele recebesse duas multas de quatro mil reais. Sem ter como pagar, Alfredo se mostrava resignado com a possibilidade de fechar as portas.

– A gente tentou por todos os meios regularizar a situação, mas sempre tem uma coisa que falta. A gente arruma uma, falta outra. Arruma essa outra, falta mais uma. Eles alegam que é área residencial sendo que tem um monte de bar em volta daqui, tem a faculdade. Depois alegam que é área de manancial.

– Mas não tem como arrumar essa situação? Ir à prefeitura, trocar umas ideias?

– A gente acha que não. Pra mim tá claro: é ano de eleição. Se a gente pendurar um cartaz do vereador da área isso acaba. É só dar um rolê por aqui e ver. Todo bar com cartaz dele pode ter certeza que não tem alvará.

Não obstante as dificuldades apontadas para a continuidade das atividades do sarau, Alfredo, muito emocionado, dirigiu em certo momento daquela noite ao público:

O sarau não vai acabar. A gente faz sarau onde a gente quiser. Pode ser em uma praça, em outro bar, pode ser no bar do Jonathan,⁸⁵ mas a gente segue em pé. A gente não vai procurar esses caras de joelhos pra ficar aqui. Porque é isso que eles querem. Que a gente se submeta. De joelhos nunca. A gente não corre com esses caras”.

Essa imagem de não se ajoelhar causou uma forte sensação nas pessoas, sendo repetida por outros oradores que também gritavam “o sarau não vai acabar”.

Dando continuidade àquele que seria o último sarau, Alfredo, repetindo-se, afirma:

– A gente não sabe o que fazer depois desse sarau. Talvez faça ele itinerante para fortalecer alguns lugares. Não dá para ir pra subprefeitura. A gente não corre com os caras. A gente tá aqui há oito anos e não consegue alvará de funcionamento. Dizem que não pode ter bar aqui, mas sempre teve bar aqui e em toda nossa volta. Na verdade, é o que eu disse: eles querem que a gente apoie os candidatos deles. É fácil saber quem está com problema por aqui. É só olhar os bares que tem propaganda do Marcos Paulo.⁸⁶

– E o quê nos vamos fazer agora?

– Não sei. A gente tá pensando ainda. Tentando absorver o baque. Vamos discutir mais. Vamos fluir. Ver para onde vamos. Se cada um falar um pouco quem sabe a gente descobre o que fazer.

⁸⁵ Jonathan é um músico frequentador do sarau e proprietário de um bar na região, que promove alguns encontros de músicos para apresentações e *jazz session*.

⁸⁶ Marcos Paulo foi candidato a vereador e um dos mais votados nas últimas eleições. Sua principal atuação na região está em atender a demanda por campos com gramado sintético. O político tem sua base na região e se assemelha em suas práticas às exercidas pelo vereador Antunes.

Embora a justificativa da fiscalização da prefeitura para a ação de fechamento do bar fosse a ausência de alvará e não visasse de maneira oficial o sarau, as falas dos participantes enfatizavam a avaliação de que havia uma ação voltada especificamente para o fim dos saraus nas periferias.

– É uma perseguição aos saraus. Outros saraus também estão com problemas. Porque é o pessoal que tá pensando. A gente quer outro mundo, outro jeito de fazer as coisas. Essa ação não é só contra a gente aqui do Sarau do Alfredo. É contra os saraus em geral”.

– É isso mesmo. Vários bares que tem sarau estão com problemas. Por que só bar que tem sarau? Porque os caras querem acabar com a gente.

Enfatizando os aspectos políticos dos saraus, um militante diz: “Querem acabar com os saraus porque a gente aponta os problemas. O Sarau da Brasa tá passando por isso também. Também querem fechar o bar. O sarau vai sair de onde está, mas vai continuar. O bar fecha, mas a esquina continua lá”.

Algumas falas enfatizam uma postura de oposição aos políticos locais e, também, apontam para uma configuração política que enfatiza o desejo de ser diferente, expressando uma forma de estar no mundo em choque com a ordem vigente: “A gente sempre teve na contra mão. A gente sofre por estar na contra mão, mas a gente não quer ser como os outros”.

A gente não corre com os caras porque as ideias não batem. E isso incomoda eles. Porque o que a gente faz aqui é ação política. Isso aqui é ação política e eles devolvem como ação política. O que tá em jogo não é burocracia de alvará é política. Nós estamos juntos porque a gente respeita o que é sarau como uma política nossa na quebrada.

Concordando com essa avaliação, Alfredo relembra aos participantes a experiência do sarau desde as primeiras manifestações chamadas de postesia no ano de 1997 “que fez a gente ressuscitar a poesia em São Paulo”. À medida que contava a história do sarau e sua trajetória, Alfredo se emocionava e a plateia também mostrava sinais de envolvimento afetivo com aquele espaço e de pesar pelo fechamento.

Aqui já passou muita gente de conteúdo. Muita gente que ajudou e continua ajudando a gente a seguir com o sarau. São muitos anos encontrando todo mundo pela quebrada, aqui no bar e a gente acaba que vira uma *família* (Alfredo).

Como fora exposto em capítulo anterior, a noção de família permeia as ações dos militantes da região. As referências à noção de família elevam a sensibilidade do público ao

ênfatizarem as relações intersubjetivas, os laços de amizade e os conteúdos afetivos mobilizados nos anos de existência do sarau.

Neste “último sarau” os atores operavam em dois registros. Alternavam momentos em que se demonstrava indignação e se apontavam soluções de ordem coletiva com outros de pesar e certa entrega em vista dos acontecimentos e da percepção da impossibilidade de diálogo e da solução do problema. Neste segundo registro havia maiores demonstrações de afeto entre os militantes que se abraçavam em sinal de mútuo apoio. Assim, mais uma vez, pode-se afirmar, seguindo Melucci (2001), que a dimensão da afetividade tem um papel destacado nas formas de ação coletiva desenvolvida pelos atores e, em especial, pelos jovens. Nesse caso, não apenas em relação ao dia de encerramento das atividades do sarau, esse momento dramático. Pode-se compreender que a existência do sarau fora marcada pelo estabelecimento de laços de amizades, vizinhança e relações conjugais, pois como salientou Alfredo no último sarau: “Muitas coisas aconteceram aqui. Fizemos muitos amigos, muitos casais se conheceram aqui, rolou muita trata aqui também. Muitas coisas inesquecíveis”.

Não obstante as dificuldades ou impossibilidades de se desenvolver alguma ação junto à prefeitura, alguns participantes da reunião propuseram que o grupo fizesse um sarau na subprefeitura. A proposta foi aceita por praticamente todos os presentes. No entanto, não se encaminhou nenhuma ação que resultasse na realização do sarau ou qualquer outra forma de ação política na subprefeitura. O grupo se manifestava enfatizando seu fortalecimento, a importância de seus laços sociais, de sua história afetiva: “Aqui rolou muito encontro, aqui muitos casais se formaram e muitos se desfizeram. A gente é parte da história dessa quebrada”.

Desse modo, esse último sarau foi um momento reativo marcado pela emoção, pelos discursos indignados e pela exacerbação do sentimento e do fortalecimento dos laços sociais do grupo, constituindo uma experiência de *communitas*, na qual os atores vivenciaram a sensação de comunhão entre iguais. Segundo Turner (1974)

Communitas é a sociedade experimentada ou vista como “*comitatus*”, comunidade, ou mesmo comunhão de indivíduos iguais, não estruturada ou rudimentarmente estruturada e relativamente indiferenciada (1974, p. 96). E também: *communitas* é a relação entre indivíduos concretos, históricos e idiossincráticos, um confronto direto, imediato e total entre identidades humanas (pp. 131-2).

Apesar de todas as ponderações, das manifestações de pertencimento e afeto em relação ao sarau, nos dias seguintes daquela semana o bar foi fechado, encerrando

definitivamente suas atividades e, por consequência, o Sarau do Alfredo.

Na semana seguinte, o sarau foi realizado em um espaço ocupado por um coletivo cultural da região. Dele participaram frequentadores habituais do sarau, alguns militantes de movimentos sociais da região, assessores de parlamentares e pessoas de diferentes localidades que vieram prestar solidariedade. As pessoas manifestavam apreensão em relação à ação desencadeada pelo fechamento do bar, medo de algum ato em represália sem especificar de onde ela viria. Havia uma ideia vaga e genérica de que estavam sendo perseguidos. Havia, também, um comportamento de desconfiança em relação a muitos dos que estavam participando daquele sarau. Comportamento que atingia principalmente aquelas pessoas que não eram *habitués* do sarau e por isso, desconhecidas. O clima de apreensão levou a atitudes desmesuradas, inclusive em relação a pessoas com algum nível de aproximação do grupo.

Ainda que sob um clima de apreensão, tudo parecia indicar que seriam tomadas algumas decisões concernentes a ações que pudessem pressionar a prefeitura a voltar atrás de sua decisão. Uma combinação de reunião e sarau aquele encontro foi dividido seguindo a sugestão de alguns militantes em dois momentos: o primeiro dedicado a uma reunião para “avaliação da situação que a gente se encontra e os encaminhamentos daqui pra frente”; e o segundo dedicado às leituras de poemas e às apresentações de artistas que defendiam o bordão: “O Sarau do Alfredo Vive”. Quando encontrei Alfredo na porta da entidade perguntei se aquela seria uma reunião para decidir os próximos passos em relação à continuidade do sarau: “Não tô sabendo de nada. Marcaram essa reunião. Eu não marquei reunião nenhuma. Eu vim aqui pro sarau”.

Ao estabelecer as distinções entre reunião e sarau, Alfredo parecia querer demarcar seu espaço de atuação naquela crise. Apontando para a realização do sarau em concordância com a posição que defendera de continuar o evento em qualquer outro lugar e já sinalizando para a manutenção do sarau. De todo modo, parte do grupo que acompanhara a última edição do sarau no bar do Alfredo organizou uma reunião para proceder aos encaminhamentos a respeito do fechamento e do futuro do sarau. As ações se desenvolviam aleatoriamente, surpreendendo até mesmo aqueles que organizavam o sarau. Por exemplo, pelas redes sociais convocou-se uma manifestação em frente à prefeitura de São Paulo sem que Alfredo ou aqueles que lhe eram próximos soubessem. Perguntado se iria à manifestação ele respondeu: “Eu não. Não sei o que é isso. Eu não chamei nenhuma manifestação. Você chamou?” (dirigindo-se a Antônio da Associação Mulheres na Luta).

Nesse momento de crise, um grupo de jovens militantes atuante na Associação de Mulheres e próximo a Alfredo passou a se reunir em sua casa com o objetivo de “levar para a

reunião alguma proposta mínima. Porque se a gente ficar só nessa de reclamar da prefeitura não vamos pra lado nenhum” (Antônio). Podia-se antever a construção de uma ação segmentada em uma região de fachada e outra de bastidores. Nesta, o grupo com relações e laços estreitos definia alguns procedimentos, naquela, a de fachada, jogava-se com todas as posições presentes. Esse grupo mais coeso tentava dar alguma organicidade às ações do grupo e buscava estabelecer onde e quem tomaria as decisões sobre o sarau frente às iniciativas de apoio espontâneas que começavam a despontar na cena pública.

Assim esse grupo foi para a reunião/sarau posterior ao fechamento do bar cuja dinâmica se desenvolveu em dois tempos. Um, como uma tentativa de replicar o Sarau do Alfredo em novo espaço e outro, dedicado às discussões acerca do fechamento marcado pela tensão política.

Como demonstrado no tópico anterior, as reuniões seguem uma lógica específica na qual há papéis a serem desempenhados, temporalidades a serem respeitadas e elementos que a compõe conferindo certa padronização a esse tipo de ação. Em geral, os saraus são um encontro que seguem um curso distinto das reuniões e não estão voltados à tomada de decisões e encaminhamentos políticos. Embora possam ser compreendidos como espaços de socialidade política, a lógica que rege suas manifestações de fachada é, primordialmente, a da fruição cultural. No entanto, no Sarau do Alfredo articula-se e se exerce a política, mas em um nível distinto daquele das associações e reuniões, pois nos saraus não se definem de maneira tradicional táticas de ação coletiva. Nele, quando o tema são as injustiças sociais, predomina a vocalização cuja centralidade é a linguagem poética, a literatura, a produção artística que, no entanto, não abdica da palavra de protesto como forma de intervenção com contornos políticos.⁸⁷

Quando se procedia à abertura da reunião por meio de uma fala de Antônio, este foi interrompido por Alfredo para pedir ao grupo que “decidisse se é possível dar uma autorização para filmar e postar em um blog imagens as decisões da reunião”. O rapaz que filmara várias vezes o sarau e outros encontros do grupo teve de lidar com a recusa do grupo. As pessoas se colocaram contra a filmagem, usando argumentos persecutórios.

- Acho que não se deve filmar porque estamos vivendo muita repressão.
- Isso aqui tá sendo reprimido e por isso tá na “ilegalidade” (fazendo aspas com os dedos). Eles estão monitorando todo mundo aqui – diz uma assessora de uma vereadora paulistana.

⁸⁷ Rancière (1998) aponta para o componente político no ato de operários se reunirem para a leitura.

– Nós estamos sendo perseguidos. Acho que qualquer imagem que sair daqui pode colocar a gente em risco.

Dado o clima de apreensão, o rapaz foi proibido de filmar o encontro, embora tenha ponderado que “eu sempre fiz isso. Eu sou parceiro do sarau e venho filmando esse e outros saraus pra TVT⁸⁸ faz uma pá de tempo”.

– A gente tá ligado que você é parceiro, mas se deixar você, tem de deixar todo mundo e nós não queremos correr riscos – disse Alfredo.

Neste interim entrou no salão um assessor do subprefeito da região. Ante sua presença, imediatamente instaurou-se um clima de contrariedade. Antes que a reunião seguisse foi colocada em pauta a pertinência de sua participação. Antônio ponderou, dirigindo-se ao público que “há uma pessoa aqui que nós não queremos que acompanhe nosso encontro e acho que a gente tem que decidir se ele pode ficar ou não antes de seguir com a discussão”.

Este homem acompanhara Alfredo na subprefeitura para intermediar um acordo que não aconteceu. Segundo ele, o subprefeito sugeriu que ele procurasse “instâncias superiores”, o que foi entendido como o vereador que controlava a administração local. Os presentes repudiaram a presença de Marcos, insistindo em sua saída da reunião. Ao comentar os protestos contra a presença do assessor, Márcia, uma jovem militante que atua na Associação Mulheres na Luta e no movimento cultural da região, comentou comigo que ele postara no facebook: “Correr com pobre é pedir esmola”. “Você acha que pode uma coisa dessas!? A gente é pobre mesmo, e se for preciso a gente pede dinheiro pros nossos projetos, sim. O cara postar isso pegou mal pra caramba. Ele já não era tido como um cara que corria com a gente. Agora, então...”

O homem tenta se justificar. Alega que quer ajudar, pois “tem experiência no setor público” quando é interrompido: “Você corre contra a quebrada. Você nunca apoiou nenhum projeto nosso. Você falou mal do Pinheirinho. Você tá do outro lado, mano. Vai correr com seus trutas!”. O ambiente fica carregado e parece iminente algum ato de violência contra Marcos, que insiste em ficar. Este pontuou que “eu fui militante do PCB e lutei contra a ditadura. Eu aprendi a usar o sistema a meu favor. É isso que vocês têm que fazer”. Mais uma vez é interrompido: “Para, meu!!! Você tá se repetindo! É melhor você sair fora antes que fique ruim pra você”.

A tensão aumenta e dois rapazes ameaçam agredir Marcos. “Você não devia vir

⁸⁸ A TVT é a primeira emissora de televisão outorgada a um sindicato de trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

aqui, mano”. “Qual é a sua? Aqui tá todo mundo ligado que você não corre com a gente. Cê veio aqui tirar a gente?” Nesse momento, Alfredo e Antônio pedem a ele que deixe a reunião porque “você não é uma pessoa bem-vinda. Você ir embora vai ser melhor pra todo mundo”. “Sai fora que gente quer voltar pro nosso sarau”. Marcos sai da reunião sob vaias. Após sua saída, a tensão não diminui e alguns ponderam que “ele pode voltar com o pessoal dele. E aí, o que a gente vai fazer?”.

– Deixe ele voltar pra gente discutir, senão a gente vai ficar aqui debatendo uma coisa que nem aconteceu e não vai chegar a lugar nenhum.

Após sua saída se dá sequência ao encontro daquele dia. Alfredo abre o sarau com uma longa salva de palmas. “Vamos lá iniciar esse nosso sarau da resistência”. Intercalando as apresentações segue-se o debate em torno do que fazer com o sarau. Muitos defendem lutar pela abertura do bar “porque é o lugar que eu sei que toda segunda tem o sarau”. Antônio pondera que “sem ouvir o que quer o Alfredo não dá. Porque ele mesmo pode não querer reabrir o bar. E a luta não é por um alvará. A luta é maior. É para juntar todo mundo contra a política de perseguição aos movimentos populares”.

Alfredo expressa certo temor em retomar as atividades no bar. Diz que pode sofrer represálias, sem especificar quais e de quem partiriam as ações contra ele e o sarau: “Esse movimento pode ser desmanchado facilmente. A gente não quer assumir o bar como pessoa jurídica porque pode ter muitos problemas”. Essa manifestação cria certo anticlímax na plateia. Alfredo afirma que “a questão não é de assumir o bar. É de lutar por espaços públicos e por liberdade pra fazer o sarau onde a gente quiser”.

Assessores de parlamentares se manifestam defendendo audiências públicas para discutir os saraus, verbas para cultura, apoio para a juventude das periferias. Um rapaz repudia a presença dos assessores dizendo que “tem urubu na carniça. Tem uma pá de político querendo tirar proveito da situação. Com todo o respeito, vocês não deveriam estar aqui”. As pessoas aplaudem e gritam, manifestando mais uma vez repúdio pela política institucional.

No encontro subsequente ao fechamento do bar realizado no espaço de um coletivo cultural da região, as pessoas manifestaram sua indignação frente ao ocorrido, principalmente por meio de declamações emocionadas de poesia e letras de rap. Lembraram a história do sarau e enfatizaram “o poder do povo da periferia”. Antônio demonstrou seu temor em relação à baixa capacidade de mobilização das pessoas que frequentavam aquele espaço cultural:

A gente fica declamando poesia, cantando rap e tal, mas o quê acontece na real é que não encaminha nada. Fica só nisso. A menina lá do Grajaú veio no Sarau da Conceição e falou pra nós que tinha tomado uma dura dos traficantes lá da quebrada dela. E o quê aconteceu? Falamos aí meia dúzia de rap e a mina foi embora sem nenhum encaminhamento, sem nenhum compromisso da gente. Tanto que ela sumiu aqui da nossa quebrada.

Antônio (29/AML) expressou em sua avaliação certa dúvida em relação à capacidade daquele grupo em se mobilizar coletivamente no sentido de reivindicar a defesa do sarau.

De fato, o que transparecia é que as posições eram ambivalentes. Alfredo, por exemplo, ao mesmo tempo em que desencorajava uma ação sobre a prefeitura e desistia de retomar o bar dizia muito emocionado que “são dezoito anos construindo isso. A gente (refere-se a ele e a sua esposa) não aguenta segurar isso sozinho. Tem que ser isso aqui” (fazendo um círculo com a mão e apontando para a plateia). Com isso, conquistou a aprovação dos presentes e os mobilizou em torno da ideia de continuidade do sarau, independente da reabertura do bar.

Esses foram dias cujas expressões se deram de maneira muito emocionada. De certo modo, esse componente afetivo contribuiu para a realização dos próximos saraus, pois lhe garantiu alguma presença. Desde o fechamento do bar e como propôs Alfredo, o sarau passou a ser itinerante, sendo realizado em praças, bibliotecas municipais e em outros espaços culturais da cidade. “O sarau é esse espaço que se criou, é essa energia. Isso é maior do que tudo. Do que espaço físico. Nunca fizemos aqui na praça e estamos fazendo. Fecharam uma porta, mas nos abrimos um rio de possibilidades”, disse Alfredo no primeiro sarau na Praça central do bairro.

As manifestações que se deram em torno do fechamento do bar do Alfredo expressam uma baixa crença nos aparatos políticos institucionais e, também, na mediação política dos conflitos. Expõem certa desconfiança em relação ao jogo político como algo contaminado, embora a todo tempo os participantes do sarau afirmam fazer política por meio de manifestações e projetos culturais.

Alfredo pertence a um grupo geracional intermediário que vivenciou o processo de democratização e a ascensão do ideário político de participação popular dos anos 1980, vivenciando, também, o posterior processo de reorganização social dos anos 1990/2000. Este relato se prendeu à sua figura devido a sua centralidade na organização desse espaço associativo, o sarau. De fato, Alfredo é um ator de referência para muitos jovens quando o assunto é política, mobilização coletiva e cultura. Em especial, sarau e literatura. Em torno de

seu nome ocorre a construção social de uma figura mítica demarcada pela ideia de que “o Alfredo tem uma história especial na quebrada” ou ainda “esse não é qualquer cara, é o Alfredo”. Segundo Mauro, “ele já fez muito pra quebrada. Não dá prum cara desse ser tratado com editalzinho”, referindo-se a que “não é possível um cara como ele ficar brigando por editais”, ou seja, apresentando projetos junto à prefeitura para angariar patrocínio para suas atividades e que “seria preciso o poder reconhecer quem faz pela quebrada”.

Por meio de um novo arranjo, o sarau continuou a existir, pois segundo se expressou Alfredo: “O sarau não é só esse nome. Não é só o Alfredo. É todo mundo que tá aqui”. Ou ainda: “Eles podem tirar o bar da gente, mas sarau a gente faz em qualquer lugar. Pode ser em um bar? Pode. Como tem sido todo esse tempo. Pode ser em uma praça, pode ser em outros lugares, e tem muitos outros lugares pra gente atuar”.

Um lugar fixo para sua realização que pudesse se transformar no espaço do sarau não era o elemento mais importante dessa ação, fato só percebido a partir do seu fechamento. A realização do sarau em outros espaços culturais, bem como na praça do bairro, bibliotecas e nas sedes do Serviço Social do Comércio – SESC, permitiu o desenvolvimento de uma ação coletiva itinerante, fato observado, também, nas ações do Sarau da Vila Conceição, quando este saiu da associação.

O processo originado com o fechamento do Sarau do Alfredo demonstra um movimento com características nômades, na qual a ação coletiva se desenvolve no trânsito entre a territorialidade e a desterritorialidade permeado por um tempo liminar. Caracterizado como um espaço associativo voltado para a cultura, antes de seu fechamento o sarau tinha um território identificado por todos. O ato de fechamento do bar tira o território da ação e os atores passam a viver um período liminar, um nem lá nem cá, um entre lugares. A decisão pela itinerância inaugura uma fase na qual se efetiva uma ação desterritorializada do ponto de vista espacial, embora o território simbólico continue sendo a periferia. Entre esses dois tempos observa-se um período liminar no qual as referências se diluíram e as pessoas experimentaram um drama social. Aproximando-se do imaginário propugnado pela Caminhada pela Vida, pode-se dizer que essa experiência enfatizou certa peregrinação sobre o território como um recurso da ação cultural, mas também da prática política. Ao mesmo tempo em que a ideia de vida se coloca como um elemento simbólico importante de valorização da ação na caminhada, aqui ele se estabelece pela palavra de ordem adotada depois do fechamento do bar: O Sarau do Alfredo Vive.

Por fim, a síntese resultante da tensão entre uma ação territorializada em um espaço físico reconhecido ou desterritorializada e itinerante caminha *pari passu* com a tensão

entre autonomia e dependência. Pois sobre essa tensão se constitui um jogo de confiança voltado para aqueles que são próximos por meio do estabelecimento de uma cartografia social entre amigos e inimigos (estes nominados como os que não correm com a gente).

Em torno da crise com o fechamento do sarau institui-se um espaço público de discussões no qual impera o discurso livre dos pares. Mesmo com a ocorrência de tensões acerca da presença de pessoas estranhas ao sarau ou daquelas que queriam trabalhar filmando o sarau, as possibilidades de discordâncias ou de antagonismos não foram eliminadas. Nesse sentido, a experiência vivida como drama social instituída com o fechamento do bar se constituiu como uma arena pública de debates e, ao mesmo tempo, contribuiu para reafirmar a existência do grupo que dá sustentação ao sarau.

Considerações finais

A política que transborda

No último capítulo observaram-se algumas relações estabelecidas entre as velhas e as novas gerações de militantes. Foram destacadas diferentes maneiras de atuar e compreender a ação política e, também, apontou-se que as novas gerações acionam alguns elementos da memória de lutas na região instituindo uma história política que referencia suas próprias ações. Nos capítulos anteriores apresentaram-se outras dimensões da vida associativa bem como algumas práticas políticas experimentadas por militantes e moradores. Nessa configuração foram expostas as etnografias de alguns eventos com forte componente ritualístico que reforçam os laços sociais dos moradores e militantes da região.

O quadro apresentado até aqui permite inferir que os diferentes tempos da política e suas distintas dimensões não podem ser compreendidos apenas dentro das polaridades institucional/não institucional, nem tampouco no tempo homogêneo e sazonal da política institucional. Contudo, isso não significa que os militantes e moradores estejam alheios às dinâmicas, injunções e acionamentos do universo político.

Com o intuito de demonstrar a composição entre os distintos tempos e dimensões da política e da vida associativa apresento neste capítulo um pequeno relato etnográfico de uma reunião convocada pela prefeitura do município de São Paulo com vistas à formação de conselhos participativos. Esse encontro não reuniu todos os grupos que participaram desta pesquisa, mas eu acredito que o evento ilustra algumas afirmações e reitera alguns relatos que foram apresentados nos capítulos anteriores.

Nos dias 17 e 24 de agosto de 2013 realizou-se nas subprefeituras da cidade de São Paulo a eleição dos comitês para a organização das eleições dos membros dos Conselhos Participativos Municipais. Estes conselhos, segundo informe da administração municipal, são um “espaço consultivo e de representação da sociedade nas 32 subprefeituras da cidade”.⁸⁹ Os conselhos são formados exclusivamente por representantes da sociedade civil eleitos pelos moradores de cada distrito, variando o número de conselheiros de acordo com o número e a distribuição da população sob administração da respectiva subprefeitura. Assim, os conselhos apresentam uma variação de no mínimo 19 e no máximo 51 membros. Para ser candidato é

⁸⁹ Para mais informações, consultar www.conselhoparticipativo.prefeitura.sp.gov.br

necessário ter mais de 18 anos e residir no distrito em que o candidato concorre à eleição. A candidatura é vetada àqueles que exercem mandato parlamentar, ocupam cargo público ou participam de comitês eleitorais. Para poder votar em um conselheiro, o morador deve apresentar o título de eleitor na subprefeitura correspondente ao seu distrito de domicílio. A eleição para a formação dos conselhos ocorreu no dia 8 de dezembro de 2013. Antes, contudo, elegeu-se o comitê eleitoral de cada subprefeitura.

No dia 24 de agosto de 2013 eu acompanhei a eleição para a organização do comitê eleitoral em uma subprefeitura da cidade de São Paulo responsável pela administração da região na qual realizei minha pesquisa. Essa subprefeitura administra dois distritos com altos índices de violência e vulnerabilidade social. Nesse dia, além da escolha do comitê eleitoral, apresentou-se uma prestação de contas pela Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo sobre os recursos financeiros alocados no orçamento municipal destinados à região.

Cheguei antes do horário marcado para o início dos trabalhos. Um grupo de funcionários da subprefeitura trabalhava na organização do encontro distribuindo mesas e cadeiras pelo galpão que nos dias úteis serve de estacionamento para os carros da administração municipal. Em frente às cadeiras uma grande mesa foi montada para receber as autoridades que falariam no encontro. Providenciava-se, também, água e café. Uma mesa para recepcionar os munícipes fora montada logo à entrada. Nesta, três funcionários trabalharam durante toda a tarde credenciando os participantes.

As pessoas foram chegando de modo disperso, contrariando algumas perspectivas que me haviam apontado que “vão tentar dominar esse processo. Tem políticos da região que vão querer levar ônibus com o pessoal deles e dominar os comitês” (Arlete, 38/SSJO). Ao longo de uma hora e meia eu assisti à chegada das pessoas que chegavam sozinhas, em duplas ou em pequenos grupos de três ou quatro pessoas. Nenhum ônibus estacionou com militantes ou cabos eleitorais de políticos com ou sem mandato parlamentar. Eu descobri ao longo da tarde que “os parlamentares se concentraram na inauguração de Unidade Básica de Saúde no Jardim Santa Maria. “Lá eles chegaram de ônibus com uma porção de gente deles. Eles colocaram faixas agradecendo ao Antunes e ao Reinaldo⁹⁰ pela conquista do posto, quando, na verdade, foi uma conquista da nossa luta” (Arlete, 38/SSSO).

⁹⁰ Antunes e Reinaldo são vereadores por partidos que se encontram em campos opostos do espectro ideológico, porém mantêm práticas similares de atuação no bairro.

Seu Francisco (amigo de Durval da Associação Unidos da Vila Zita) me disse, em uma conversa informal, que sempre trabalhou com música e, ao relatar sua experiência no bairro, sinaliza suas ligações com o vereador Antunes.

Sou sanfoneiro. Sempre trabalhei como músico tocando pra tudo que é lado. Pode perguntar por aí pelo “chocolatito do forro”⁹¹ que todo mundo conhece. Minha mulher tinha muito ciúme, mas hoje não tem mais. Quando eu cheguei aqui era tudo mato. Não tinha nada. Nós fizemos tudo com muita luta. Assim, né, que eu participava quando eu tava por aqui. Porque eu viajava muito tocando minha sanfona. Era uma briga danada. Mas nós conseguimos. Hoje a gente tem o Antunes que dá muita força pra gente e pra nossa associação. Eu tenho minha associação que a gente cuida lá. A gente cuidada da área da gente, sabe? Eu toco nas festas dele também quando eles me chamam.

À medida que converso com seu Francisco percebo que paulatinamente vai aumentando o número de participantes no encontro. Chama minha atenção a pequena quantidade de jovens. Ao ser indagado por mim sobre isso ele diz: “A mocidade de hoje não quer saber de nada. Só ficam no funk”. Debora (39/ moradora), que está sentada ao nosso lado, interrompe a conversa dizendo que “sem ônibus fretado o encontro fica vazio mesmo. É assim em todo lugar. O pessoal reclama do Antunes, mas quando ele não leva o pessoal eles não vão. Não tem jeito”.

Arlete mostrava-se muito apreensiva com a falta de pessoas ligadas aos movimentos populares da região. Segundo ela “tem pouca gente, o pessoal dos movimentos não apareceu ainda e a maioria aqui é de gente ligada aos políticos da direita. Eles vão jogar força nesse encontro. Porque é um jeito de eles controlarem a subprefeitura”.

Com o avançar das horas, algumas pessoas vestindo camisetas com inscrições da Central Única de trabalhadores CUT circulavam pelo galpão. Vários agrupamentos se formavam discutindo a voz baixa. Algumas pessoas ligadas à Sociedade São José Operário mostravam surpresa ao me ver conversando com “o pessoal do Antunes”.

Por volta das três horas aproximadamente 200 pessoas estavam reunidas no galpão formando muitos grupos pequenos. Algumas pessoas, entre elas Durval (AUVZ), circulavam entre os grupos. Segundo ele “isso é preciso para fazer as alianças, sabe? Para ver

⁹¹ Seu Francisco me explicou que recebera esse apelido do dono de um circo no qual se apresentava nos anos 1970.

direitinho quem tá com a gente na eleição de daqui a pouco. Porque a coisa tá meio atropelada. Nós não tivemos tempo de organizar muita coisa”.

Do mesmo modo, os militantes dos movimentos populares tentavam articular a apresentação de um representante para compor o comitê eleitoral. No entanto, eles esbarravam no problema de que ao concorrer para compor o comitê eleitoral a pessoa estaria impedida de se apresentar como candidata ao conselho participativo, limitando as possibilidades de eleição de alguns membros.

Nesse ínterim começaram os trabalhos com a apresentação da prestação de contas pelo subprefeito. A mesa estava ocupada pelo subprefeito, uma representante da Secretaria de Planejamento e um assessor da subprefeitura. Enquanto eles apresentavam as contas algumas pessoas que compunham o público da reunião continuavam circulando e conversando, aparentemente desinteressadas daquelas informações. A preocupação destes estava voltada para a composição e a apresentação de candidatos que concorreriam, naquela tarde, aos cinco cargos do comitê eleitoral. Curiosamente as candidaturas estavam sendo definidas naquele momento. Contrariando a percepção de alguns de que haveria por parte dos moradores ligados a parlamentares uma organização prévia ao encontro no intuito de dominá-lo, como se expressara Arlete.

A prestação de contas e apresentação do plano de metas durou aproximadamente uma hora. Nesse tempo foram muitas as pequenas reuniões que se realizaram no galpão à revelia da fala dos representantes da administração. O único momento no qual houve silêncio foi quando uma pessoa ligada ao movimento cultural da região cantou um samba “para animar a tarde que tá tão bonita e que vai ajudar a gente a trazer muitas coisa boas pra nossa região”.

Volto a conversar com seu Francisco que me diz que “à parte os shows que eu faço pro Antunes e pro Reinaldo o resto do meu trabalho pra eles é voluntário, porque eu não recebo salário deles. É trabalho voluntário”.

– E por que o trabalho voluntário?

– Porque quando eu faço um trabalho pra eles eu digo: dê o que eu quero que eu lhe ajudo. E eu quero melhoria pra minha área. Então eles entendem.

– É o senhor que trata diretamente com os vereadores?

– Sou eu, mas como entidade, como associação. Eu como entidade quando chego num lugar é outra coisa. Tem mais respeito.

Seu Francisco reafirma a ausência de jovens no encontro. “Veja só o que eu falei. Dê uma olhada. Chegou uma porção de gente, mas não têm quase gente nova. Os novos não querem nada. É mais o pessoal experiente”.

– O senhor sabe se algum vereador virá aqui hoje?

– O Antunes talvez venha. É importante o superior tá, né? Por causa do lugar que tá acontecendo essa reunião, né?

Aproveito para voltar a falar com Durval. Ele me diz “ter uma associação de moradores que reúne umas cinquenta pessoas”. Pergunto se ele é ligado a algum político e ele responde que “eu trabalho aqui com o Antunes, mas o meu trabalho é junto com o povão. Trabalho com o Antunes é assim um modo de dizer, porque meu trabalho mesmo é aqui, com o povão”.

Ele me pede licença e se dirige a um grupo. Desloco-me pelo salão. Há muita animação em torno da escolha de nomes. Arlete, Cenildo e Orlando da Sociedade São José Operário tentam articular uma candidatura de seu grupo ligado à igreja católica. Gerson é cogitado para a disputa, mas declina dizendo que não quer saber disso. Pergunto a ele por que ele não quer representar o grupo no comitê.

Meu negócio é discutir saúde. Não quero saber de política. Política é outra coisa. E lá em outubro, setembro. Esses caras querem amarrar a gente aqui. Pra mim o que interessa é o que se faz ali no conselho de saúde, onde eu sou representante. Ou qualquer conselho pros caras verem que a gente que é do povo tá de olho neles.

Fico um pouco surpreso com a aparente contradição da fala de Gerson. Mas, após avaliar minhas anotações de campo, penso que ele estava operando em dois registros – duas temporalidades – e lhe parecia mais interessante manter-se no posto que já ocupava no conselho de saúde da região.

– Este conselho da subprefeitura não é importante? – eu lhe pergunto.

– Sim, é, mas e perna? Quem é que tem pernas pra fazer tanta coisa?

Gerson expressava o caráter restrito da participação popular nos diferentes espaços, sejam os institucionais ou os não-institucionais, como as associações. Fato já observado em meus registros e que poderia estar indicando certa continuidade nas formas de participação e nos modos de fazer a política.

Observo nesse momento de minha conversa com Gerson que o grupo para o qual Durval se dirigiu ficara restrito a ele e outro senhor. Então vou para lá na tentativa de engatar mais uma conversa. No momento em que me acerco dos dois, Seu Manoel é cumprimentado

por um homem vestindo uma camiseta da CUT e outro que participa das reuniões que eu acompanho na Sociedade São José Operário. Nesse instante, os registros políticos se embaralham.

Durval me apresenta a Seu Manoel dizendo: “Pode perguntar o que você quiser pra esse aqui. Ele conhece tudo que você pensar de movimentos. Ele conhece todo mundo dessa região”.

Seu Manoel diz:

De fato eu conheço muita gente. Mesmo o pessoal do PT. Você vê como que é. Foi esse camarada aí (apontando para o homem com camiseta da CUT) que me ensinou como montar uma associação. Só que ele foi para um lado e eu fui para outro. Ele ficou mais com a política, com esse negócio de candidato, de ser assessor, e eu fiquei mais ali na minha área, fazendo meu movimento por ali.

– O senhor participa de uma associação de moradores?

– Eu tenho uma associação lá desde antes dos anos 80. Desde a Erundina a gente já tava lá. São mais de 200 casas que a gente conseguiu lá. Já com ela, quando ela foi prefeita.

– O senhor era ligado a ela.

– Não. Eu trabalhava pra comunidade. Trabalhava não. Trabalho ainda. Assim como se fosse só um trabalho político na área. Não um trabalho de sustento. Porque meu trabalho de sustento é outro. Agora tem o pessoal que trabalha no gabinete de vereador. Esse é outro tipo de trabalho político. Eles ganham pra se dedicar só ao vereador. Eu não. Meu trabalho político é de fim de semana. Hoje esse meu trabalho político é com o vereador,⁹² as já trabalhei com o PT e se for bom para minha área trabalho com qualquer outro. Porque o importante é quem leva melhorias para a minha área. Tem muita coisa ainda por fazer. E muito trabalho, porque você não encontra outras pessoas para fazer o que precisa ser feito. Ninguém se interessa.

– E o pessoal mais jovem? Eles têm ajudado?

– Aí sim que ninguém aparece pra nada. Essa rapaziada só quer saber de funk; de andar para cima e para baixo de moto fazendo zuada. Sem contar as drogas. Mas na minha área eu não deixo eles dominarem, não. A gente não chegou no bairro agora! Tamo lá desde muito antes dessa zuada toda começar. Por isso que é bom ter conhecimento, entendeu? Saber a quem recorrer quando a coisa aperta.

⁹² Seu Manoel se refere ao vereador Antunes.

Após todo um arranjo arquitetado nos diferentes grupos foram definidos alguns candidatos para a eleição dos membros do comitê eleitoral. Esses candidatos se inscreveram junto à mesa que coordenou os trabalhos e receberam um número de um a seis no qual os presentes votariam. Cada participante do encontro tinha direito a votar em um único candidato. Os eleitos ocupariam cinco vagas no comitê eleitoral. No grupo de seis candidatos havia uma jovem de 23 anos. Em dado momento, os candidatos se apresentaram para a plateia dizendo de onde vinham, local de residência, plano de trabalho para o comitê, suas características pessoais e participação em movimentos sociais ou partidos políticos. Todos mimetizavam, em alguma medida, os trejeitos dos políticos que se apresentam nas propagandas políticas obrigatórias às quais os partidos políticos têm direito.

Mariane se apresentou apelando para sua juventude: “Olá a todos. Eu sou a Mariane. Tenho 23 anos e sou a única jovem concorrendo. Votem em mim. Eu sou a força jovem nessa eleição”.

Antenor, da Sociedade São José Operário, apresentou-se dizendo ser velho conhecido de todos e foi seguido por uma profusão de comentários que confirmavam o reconhecimento “pelo trabalho realizado nesses anos todos”.

Nesse momento emergiu com maior destaque certa animosidade entre os participantes ligados aos vereadores Antunes e Reinaldo e aqueles vinculados à igreja e, em especial, ao PT. Salvo algumas exceções as pessoas mantinham-se nos seus grupos nos quais haviam firmado os acordos para a eleição. Em alguns casos se observava certa evitação entre as pessoas dos grupos antagônicos no espectro político. As pessoas falavam em voz alta se dirigindo àqueles que compartilhavam dos mesmos ideários políticos, causando alguma cacofonia. A despeito das disjunções políticas e apresentando certa ambivalência o clima era muito festivo, com muitas brincadeiras entre os pares. Os membros das mesmas associações faziam comentários sobre as possibilidades de sucesso eleitoral.

Após a apresentação dos candidatos formou-se quatro filas de eleitores. Estes receberam uma cédula para depositar nas urnas colocadas na mesa em frente. Funcionários da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo organizaram o processo eleitoral e coordenavam, nesse momento, a eleição. Os candidatos circulavam pelas filas mostrando seu número e pedindo voto. Em tom jocoso os participantes falavam com os candidatos mais próximos e conhecidos:

- Eu vou votar em você, hein. Depois eu vou cobrar.
- Só quero ver se depois de eleito você vai trabalhar direito.

Frases desse tipo foram pronunciadas durante todo o tempo em que transcorreu a eleição. Fiquei na fila junto com Durval que, em certo momento, mostrou-se bastante inquieto olhando para todos os lados. Ele pergunta a um rapaz onde está Rita.

– Não sei, acho que ela foi embora.

– Embora! Mas como? Não pode.

Indignado, ele se volta para mim e diz: “Você vê como que as coisas são complicadas. A Rita foi a candidata que nós escolhemos, e o que aconteceu? Ela foi embora. Você acha que o vereador vai ficar satisfeito? Depois ela vai ter de responder isso aí”.

Muitas pessoas votavam e iam embora sem esperar pelo resultado da apuração dos votos. Francisco, Durval e Manuel também votaram e foram embora sem aguardar o resultado final. As pessoas ligadas às outras forças políticas da região também não permaneceram no local. Ao término do escrutínio, um número reduzido de militantes e cabos eleitorais ainda demonstrava algum interesse no resultado. Por fim, os funcionários da prefeitura contaram os votos e o comitê foi formado sem a participação de Rita, que obtivera uma porcentagem de votos menor que os concorrentes.

Concluo esta tese apresentando este relato por me parecer que esse evento é um momento paradigmático no que diz respeito à mobilização de algumas forças políticas que atuam no ambiente de minha pesquisa. Esse encontro é um fato social de importância por permitir a reunião dos diferentes grupos políticos rivais no espaço da administração municipal com vistas a uma disputa política fora do calendário eleitoral, mas que diz respeito ao universo da Política.

Esta disputa implica conquista de posições na administração e defesa dos interesses das diferentes forças que compõem o universo político local, embora no dia a dia da administração local esses grupos presentes na eleição estejam representados pela ocupação de cargos comissionados negociados em diferentes momentos e encontros políticos na região.

Encontrar as diferentes forças políticas em um espaço público e de livre acesso foi, dentro da perspectiva etnográfica, um daqueles momentos únicos na pesquisa que possibilitou observar a interação dos grupos, suas alianças, fidelidades, arranjos, compromissos. Em poucas palavras, permitiu que eu observasse a atuação conjunta dos diferentes grupos de distintos matizes ideológicos e pudesse perceber certos arranjos e a simbiose entre as dimensões da política e da Política.

Nesse momento eu também pude observar umas das questões de minha pesquisa já percebida ao longo da realização da etnografia. A possível continuidade da ação coletiva ou da política perpetrada pelos setores populares. Continuidade processada em duplo sentido. De

um lado, como permanência, eu podia observar que as camadas populares continuavam fazendo política e faziam de acordo com seu entendimento e possibilidades de ação, respondendo às injunções das novas configurações sociais. De outro, reiterava minha percepção sobre certa linha de continuidade das ações atuais com algumas que remontam à democracia populista e ao período de grande mobilização dos anos 1970/80.

Isso não significa, no entanto, que haja homogeneidade nas formas de ação coletiva dos grupos pesquisados. Cada associação tem seu ethos e sua maneira particular de lidar com as questões do universo da política. Cada espaço associativo é a expressão de uma singularidade política e apresenta diferentes modos de atuação na esfera pública, como se evidenciou ao longo deste trabalho.

Os jovens militantes que eu acompanhei durante o trabalho de campo não compareceram a essa reunião na subprefeitura. Tampouco foram à outra subprefeitura da região que tinha encontro semelhante no mesmo horário. Segundo depoimento de Antônio obtido posteriormente: “Isso não faz muito sentido pra gente. Deixa outros participarem disso porque a gente não tem como assumir mais esse B.O. Se a gente vai pra um bagulho desses, deixa de fazer uma porção de coisas que a gente tá levando aqui na Casa”.

De certo modo todos os espaços associativos se relacionam com o Estado, os partidos e seus políticos. No entanto, essa relação é nuançada por uma compreensão particular da política apresentada pelos militantes, membros e participantes dos espaços associativos. Os compromissos das associações podem se sobrepor ao calendário político ou aos acionamentos do Estado. Percebe-se o estabelecimento de distinções entre as temporalidades da política que se comunicam e se inter-relacionam de diferentes maneiras nos variados tempos da vida associativa.

Uma questão recorrente sobre as relações entre os espaços associativos e as outras esferas da política diz respeito à dicotomia autonomia/cooptação. Parece que observar a vida associativa por meio dos pares dicotômicos não permite perceber um conjunto de nuances que perpassam as práticas e as relações dos espaços associativos, seja com as variadas esferas do Estado ou mesmo com outros atores que compõem a atual configuração das periferias.

Interpelados pelo poder executivo municipal no exemplo anterior, por seus aliados locais ou representando suas associações, esses atores se movimentam com vistas a ganhar posições no jogo político da região ou manter os existentes como pode se inferir do depoimento de Antônio. Isso não implica concluir uma completa cooptação frente ao aparelho estatal, quando se responde às suas interpelações, ou deduzir uma suposta total autonomia dos atores e espaços associativos.

Relações baseadas na troca de favores permanecem como uma referência nessas relações políticas. De todo modo, não parece ser produtivo caracterizar essas relações apressadamente como clientelistas. Práticas que podem ser grosso modo situadas como clientelistas permanecem e se renovam. Ao mesmo tempo, abrangem ações desenvolvidas no interior de partidos pertencentes a espectros políticos antagônicos. Por exemplo, nos dois nomes de políticos apresentados nos diálogos anteriores – Antunes e Reinaldo – um ligado a um partido conservador e outro a um partido do espectro das esquerdas e com forte presença nas lutas populares. Nos dois casos, práticas que remontam àquelas dos anos de democracia populista são desenvolvidas e se renovam por meio de alianças com setores dos movimentos populares.

Portanto, no âmbito das continuidades pode-se observar que as práticas nomeadas como clientelistas permanecem nas ações dos integrantes de diferentes grupos políticos. No entanto, os critérios para definição de certas práticas políticas devem ser modulados com muito cuidado. Pois, se de um lado, como já observara Cardoso (2011, p. 318):

... falar em clientelismo é aplicar um velho termo a situações novas, porque, pelo menos para os grupos populares ativos, o parlamentar é um representante do povo que deve trabalhar ao seu lado, sem que o auxílio prestado se converta necessariamente em adesão eleitoral.

Por outro lado, além de abranger diferentes forças políticas se evidenciou na etnografia da Associação Vila Conceição certo controle dos assessores do vereador Antunes sobre os eleitores e cabos eleitorais a partir a verificação do mapa de votação e das urnas eletrônicas.

Com o mesmo sentido observou-se um forte personalismo nos espaços associativos. A ponto de um Sandro (26/SA) dizer:

A periferia depende muito de umas poucas pessoas que centralizam as coisas. Não sei se é intencional, mas é assim que as coisas funcionam e isso não é bom. Porque fica tudo personificado naquela pessoa. Ou é o padre Guilherme, ou é o Pérsio no sarau, o Juarez. É importante ter essas pessoas, mas a gente não consegue sair desse personalismo.

Embora seja uma característica apontada pelos jovens e observável etnograficamente, há instituições que mesmo com forte personalismo de suas lideranças garantem certo amparo às ações dos militantes. Nesse perfil a mais importante parece ser ainda a igreja. Dentro de meu universo de pesquisa a Sociedade São José Operário apresenta-

se como uma referência para os diferentes grupos, sendo um local de apoio e organização da vida associativa dos moradores das periferias. Assim, em uma linha de continuidade com os anos 1970 e seguindo as observações de Cardoso (2011, p. 261) a respeito do papel da igreja no período de redemocratização, pode-se afirmar que “a igreja fornece uma rede de contatos, um espaço democrático de discussões e um mínimo de proteção que a tornam um elemento imprescindível nessa nova realidade”.

Seguindo os preceitos da antropologia da política parti das manifestações que os próprios militantes sinalizavam como prática política. Nesse sentido, busquei compreender o conjunto de relações que os próprios atores significam como política. O desafio foi não entrar em campo com formulações prévias sobre a ação coletiva, a política e a prática dos militantes.

Acredito que o circuito etnográfico que acompanhei nessa pesquisa me permitiu compreender a política a partir dos arranjos dos sujeitos e suas concepções de ação coletiva sem estabelecer uma visão meramente vertical sobre o envolvimento político de moradores e militantes das periferias. Ou seja, permitiu-me entender a política para além de uma relação que se estabelece entre o povo e os representantes do Estado ou o próprio Estado. Em outro sentido, permitiu observar as relações políticas ou a ação coletiva desenvolvida nos espaços associativos não apenas como relação entre pares, na qual as decisões são tomadas por um princípio de horizontalidade realizada sob o signo da igualdade de condições de participação e, muitas vezes, somente entre pessoas dos mesmos estratos sociais. Essa etnografia possibilitou compreender que as práticas e narrativas em torno da construção de laços de solidariedade e participação política não eliminam a existência de hierarquias e, muitas vezes, inclusive, as ações desenvolvidas as repõem. Fato evidenciado nos diferentes espaços associativos. Seja por meio do acentuado personalismo, do enquadramento dos militantes dentro de determinados *scripts* e repertórios de atuação ou simplesmente na reiteração dos modos reconhecidos de participação.

Por outro lado, as iniciativas das novas gerações sinalizam para usos diferenciados da ação cultural que podem ser apropriadas como um elemento auxiliar da política, como se evidenciou no Sarau da Vila Conceição e que, de certo, repõe uma maneira de se compreender a cultura como uma dimensão submetida ou um elemento a serviço da política. Contudo, ao mesmo tempo permite perceber um novo lugar para a ação coletiva dos jovens militantes que circulam por diferentes espaços associativos recriando a compreensão da política. Compreensão sintetizada na frase proferida por Mauro (24/AML/AS): “Tudo que a gente faz na quebrada é política”. Nesse sentido, os jovens militantes atuam baseados em uma noção da

política que corrobora a afirmação de certo espraiamento da política por diferentes esferas do tecido social como observaram Lechner (1987); Beck (2001) e Negt & Kluge (1999).

A presença do crime como um ator com o qual se estabelece certo nível de interlocução no campo da ação coletiva não é propriamente uma novidade que represente uma ruptura com às práticas políticas de antanho. Em anos anteriores ele estava presente, como se evidenciou por meio do trabalho de Nakano (1995). Contudo, hoje, segundo a literatura sobre o tema e minhas evidências de campo, a atuação dos atores próximos ou pertencentes ao crime se processa em uma escala maior do que anteriormente. Com isso moradores e militantes em suas práticas associativas têm de lidar com as diferentes injunções desse ator. Contudo, a vida associativa não subsumiu em razão da presença do crime, mas exigiu dos militantes certa astúcia para lidar com essa presença em seus espaços e territórios de atuação. Em diferentes momentos, seja em face do crime ou de grupos políticos hegemônicos, percebe-se o uso tático que jovens militantes fazem dos espaços associativos no sentido de que “a tática é um movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...) e no espaço por ele controlado” (De CERTEAU, 2011, p. 94).

Por fim, cabe salientar que em vez de se buscar um ator representativo da essência de determinados grupos, tais como “a classe operária”, “os excluídos”, “os moradores das periferias”, talvez seja mais produtivo compreender que as ações e práticas políticas desses grupos são marcadas pela ambiguidade, pelas impurezas e que eles convivem com o risco da cooptação, seja pelo Estado ou pelas lógicas da política institucional. Sem esquecer que esses grupos lutam, também, com a possibilidade sempre presente de sua exclusão do jogo político (HALL, 2006, p. 325).

Observando-se o grupo de jovens militantes percebe-se uma nova relação com os espaços da cidade que contribui para sua forma de pensar a ação coletiva e se inserir no universo da política. As novas gerações de militantes apresentam uma capacidade de circulação cidadina que extrapola os circuitos e trajetos circunscritos pelo bairro e desse modo seus modos de vida e ação são resignificados. Essa capacidade de transitar por diferentes espaços, alguns ligados ao terceiro setor, outros à cultura e lazer, abre um campo de possibilidades de significação da vida na cidade e contribui para a proposição de novas formas de ação coletiva. Do mesmo modo a ampliação dos espaços de sociabilidade propiciada pela circulação pela cidade promove toda uma inventividade política, observável nos diferentes tipos de ação desses jovens. Essa capacidade de criação de práticas políticas pode ser percebida na organização de um banco comunitário na Associação Mulheres na Luta, na produção e no fomento de atividades culturais, mas, também, na participação desses jovens

nos movimentos sociais que adentraram a cena política recente como o Movimento Passe Livre, o movimento contra a realização da Copa do Mundo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST. Desse modo, ao mesmo tempo em que a ação coletiva desses jovens é favorecida pela circulação por diferentes espaços, ela também extrapola os limites do bairro, levando-os a exercerem sua ação política na cidade.

Ao encerrar este trabalho observo novos atores no espaço público que emergiram, sobretudo, a partir das manifestações de junho de 2013. Embora elas não tenham sido inteiramente compreendidas, é previsível que essas manifestações não surgiram apenas a partir de uma vontade espontânea dos sujeitos. Ao acompanhar os jovens pelos espaços associativos das periferias pude constatar o momento de latência dessa mobilização. Em uma reunião na Sociedade São José Operário, uma jovem militante ligada aos coletivos culturais e grupos feministas se contrapôs ao bordão “o gigante acordou”, veiculado por alguns grupos e, em especial, pela imprensa, afirmando “se o gigante acordou, nós da periferia nunca dormimos. Porque nós estamos na luta há muito tempo”.

Melucci (2001) estabeleceu dois momentos vividos pelos movimentos sociais que se inter-relacionam durante as dinâmicas de desenvolvimento da ação coletiva. Segundo o autor:

Latência e visibilidade são duas condições permanentes dos movimentos e que passam continuamente de uma à outra. Nesta passagem, alguns atores desaparecem, outros se formam, consolidam-se processos de institucionalização e de modernização, mas nascem também novos problemas e se revelam novos espaços de conflitos. A forma cultural dos movimentos abre o problema crucial da relação com os sistemas políticos, e coloca, em primeiro plano, o questionamento sobre formas de representação e de organização adequadas aos novos atores (2001, p. 123).

Em minha pesquisa ao acompanhar a vida associativa nas periferias eu vivenciei, junto com meus interlocutores, a condição de latência desses movimentos, o momento em que as relações se efetivam consolidando a configuração propícia à emergência desses grupos na cena pública. Essa condição de visibilidade dos grupos e movimentos extrapolou meu tempo de pesquisa, mas abriu a perspectiva de novos estudos.

De todo modo, mesmo acompanhando um momento de latência no qual a ação se desenvolvia nos interstícios da vida social, evidenciou-se que a política, sobretudo para os grupos de jovens militantes, não é uma ação circunscrita apenas aos espaços formais e institucionais de participação. A política compreendida segundo as acepções das camadas

populares, e dos jovens em particular, é uma atividade que transborda tempos e espaços. Quando se observa a vida associativa e as práticas políticas desenvolvidas pelas novas gerações de militantes das periferias, percebe-se que a ação impetrada no território apresenta características nômades, práticas que se espalham como rizomas marcados pela fluidez e incerteza.

De Certeau (2011) demonstra o caráter de criação dessas manifestações e com isso se pode pensar juntamente com Bhabha (2005) a constituição de grupos e a manutenção da vida associativa não apenas como integração no espaço global da política – o espaço da visibilidade – em oposição a uma dimensão local, mas, ao contrário, esses grupos e espaços locais são o próprio lugar da enunciação de um personagem e de constituição de um ator político social. No campo das relações intersubjetivas e, portanto, da socialidade, são urdidas as identidades políticas, por vezes fluídas, compostas e ambivalentes. A ação coletiva desses grupos se desenvolve por meio de formas de luta política que muitas vezes podem parecer contraditórias sem tirar-lhes, no entanto, o papel de embate pela hegemonia política. Vale observar que a vida associativa nas periferias da cidade não se encontra em uma relação diacrônica, com sentido de ruptura, com o passado das lutas populares, como se a ação coletiva fosse realizada em ambientes sociais incommunicáveis. Tampouco está apenas em linha de continuidade repondo permanências e formas tradicionais de atuação política. Este trabalho aponta para uma configuração na qual encontramos os dois movimentos sendo realizados sincronicamente no tempo presente por meio da ação coletiva e da interação das diferentes gerações.

BIBLIOGRAFIA

- ADERALDO, Guilherme André. *Reinventando a “cidade”: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo*. Tese (Doutorado em antropologia) Universidade de São Paulo, 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- AGIER, Michel. *A antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ARENDT, Hanna. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ATTIAS DONFUT, Claudine & LAPPIERRE, Nicole. *La dynamique des générations*. Paris : Communications, v. 59, n. 59, p.5-13, 1994.
- ATTIAS DONFUT, Claudine. *Rapports de générations : transferts intrafamiliaux et dynamiques macrosociale*. Paris : R. Franç. Sociol. 41-4, 2000.
- BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: EDUSP, 1969.
- BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BEATRIZ, Marilene Zazula. *Economia solidária: caminhos da autonomia coletiva*. Curitiba, Juruá, 2012.
- BECK, Ulrich. *La invención de lo político: para una teoría de la modernización reflexiva*. Madri: Fondo de Cultura Economica, 2001.
- _____. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECKER, Howard Saul. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BERGER P. & BERGER B. *Socialização: como ser um membro da sociedade*. In.:FORACHI, M. MARTINS, J. (orgs) *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Rio de

Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed; UFMG, 2005.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BIN, Marco Antonio. *As redes de escritura nas periferias de São Paulo: a palavra como manifestação de cidadania*. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

BOCK, Ana Mêrces Bahia (org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BOLTANSKI, Luc. *De la justification: les economies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOSCHI, Renato Raul (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é mais que uma palavra*. In. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 112 – 121, 1980.

_____. *Efeito de lugar*. In. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, 159-166.

_____. *Habitus de classe e opiniões políticas*. In. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 410-433.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: editora 34/EDUSP, 2000.

_____(org.) *RUTH CARDOSO. Obra reunida*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CAMARGO, Cândido et aliii. *São Paulo 1975, crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CASTELLS. Manuel. *La cuestion urbana*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974

CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte, 2007.

CEFAÏ, Daniel et all. *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMENFORD, Jonh. *Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas*. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

_____. *Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva*. In: GRIMSON, Alejandro. *La cultura em las crisis latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004 p. 195-216.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget. 1994.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIASOPH, Nina. *L'évitement du politique : comment les Américains prouident l'apathie dans la vie quotidienne*. Paris: Economica, 2010.

FAULKNER, William. *Luz de agosto*. São Paulo: CosacNaify, 2007.

FEIXA, Charles. *De jóvenes, bandas ey tribus*. Barcelona: Ariel, 2006.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Campinas: tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 2008.

_____. *Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo*. In: KOWARICK, Lucio e MARQUES, Eduardo (orgs.) São Paulo: Novos percursos e atores: sociedade, cultura e política. São Paulo: Editora 34, 2011.

FILLIEULE, Olivier & PÉCHU, Cécile. *Lutter ensemble: les théories de l'action collective*. Paris: Editions L'Harmattan, 1993.

_____. Avant-propos. In :Fillieule, Oliver (org.). *Le désengagement militant*. Paris: Belin, 2005.p. 9-15.

_____. *Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions*. In: Fillieule, Oliver (org.). *Le désengagement militant*. Paris: Belin, 2005.p. 17-47.

FORQUIN, Jean Claude. Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações. São Paulo: Congresso Internacional Co-educação de gerações. Out., 2003, SESC – SP.

FRAVET SAAD, Jeane. *Ser afetado*. São Paulo. Cadernos de Campo, n° 13 pp. 155-161. 2005.

FRÚGOLI, H. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez/EDUSP, 2000.

_____. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. São Paulo: Revista de Antropologia, 2005 v.48 n° 1.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de São Paulo, 2010.

GOFFMAN, Irving. *A representação do eu na vida cotidiana*. São Paulo: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre Associações de Moradores em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *A força da periferia: a luta de mulheres por creche em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOLFMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

GUASCO, Pedro Paulo M. *Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre rappers de São Paulo*. Dissertação em Ciências Sociais (antropologia social) Universidade de São Paulo, 2001.

GUATTARI, Félix. *A subjetivação subversiva*. Teoria e debate, n. 12, p. 60-65, out./nov./dez. 1990.

_____. *As três ecologias*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2009.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo: Vozes, 2005.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.

_____. *Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana & Caffé, C.. *Lá do Leste - Uma etnografia audiovisual compartilhada*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2013.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INGOLD, TIM. *The perception of the Environment : Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres : Routledge, 2000.

KOKOREFF, Michel. *La force des quartiers: de la délinquance à l'engagement politique*. Paris: Payot, 2003.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo. *São Paulo: Novos percursos e atores: Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Editora 34, 2011.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

_____. *Antropologia e política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 22 nº. 64.

_____. *Rituais de comensalidade na política*. In: HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p.243-70.

Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a14v2264.pdf>

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator rede*. Salvador-Edufba; São Paulo, Bauru, Edusc, 2012.

LECHNER, Norbert. *Cultura política y gobernabilidad democrática: la cuestión democrática*. http://www.ife.org.mx/documentos/DECEYEC/cultura_politica_%20y_%20gob_ernabilidad.htm (acesso em 12/05/2014)

_____. *La democratización en el contexto de una cultura pos moderna*. In: LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política*. Santiago, Chile, Fondo de Cultura Económica. p. 103-118.

MAGALHÃES, Lilianne Sousa. *Participação de jovens em grupos culturais e mobilidade no espaço urbano de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o campo é a cidade: fazendo etnografia na metrópole*. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

_____. *O (velho e bom) caderno de campo*. In: *Sexta feira* n° 1, São Paulo: 1997.

_____. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17 n°47, Junho/2002.

_____. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MANNHEIN, Karl. *El problema de las generaciones*. *Revisita Reis*, n° 62, 1993.

MARCUS, George. *Etnography in/of the word system: the emergence of multi sited ethnography*. *Annual Review of anthropology*, Palo Alto, Califórnia, v. 24, 1995 pp.95-117.

MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo (orgs) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MAYER, Adrian C. *A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEAD, Margareth. *Adolescência, sexo y cultura em Samoa*. Barcelona: Planeta, 1997.

_____. *Cultura y compromiso. Estudio sobre la ruptura generacional*. Barcelona: Gedisa, 1997 [1970]

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

_____. *O jogo do eu: A mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MOISÉS, José Alvaro. *Classe populares e protesto urbano*. Tese de Doutorado FFLCH USP, 1978.

MORENO, Gilberto Geribola. *Jovens e Experiência Social na Educação de Jovens e Adultos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Novinhas, malandras e cachorras: jovens, funk e sexualidade*. Ponto Urbe (USP), v. 9, p. 20, 2011.

NASCIMENTO, Erica Peçanha. *“Literatura marginal”: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *“E tudo nosso”! Produção cultural na periferia paulistana*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, 2010.

NAKANO, Marilena. *Jovens, vida associativa e subjetividade: um estudo dos jovens do Jardim Oratório*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo 1995.

NEGT, Oscar & KLUGE, Alexander. *O que há de político na política?* São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otavio. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PALMEIRA, Moacir é HEREDIA, Beatriz M. *Le temps de la politique*. Etudes Rurales, 31 (132): 73-87, 1993.

_____. *Os comícios e a política de facções*; Anuário Antropológico, 94:31-93,, 1995.

_____. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2010.

PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERCHERON, A *La socialisation politique*. Paris: Gallimard Colin, 1993.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, 2005.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989, vol. 2, n.3, p. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Estudos Historicos, 1992, vol. 5, n.10, p. 200-15.

PUDAL, Bernard. *Da militância ao militantismo: a trajetória de um politólogo*. Entrevista a Kimi Tomizaki. Pro-Posições, 2009, vol; n2, PP; 129-38.

QUEIROS, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica de relações bairro-rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. São Paulo: Livros técnicos e Científicos, EDUSP, 1978.

RAMOS, Silvia. *Jovens de favelas na produção cultural brasileira dos anos 90*. RevistaZcultural, ano 09 n° 01, 2011. Acesso em 18/06/2014. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/jovens-de-favelas-na-producao-cultural-brasileira-dos-anos-90-silvia-ramos/>

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 1998.

_____. *A partilha do sensível*. Editora 34: são Paulo, 2005.

ROLNIK, Raquel; FRUGOLI, Heitor. *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências*. São Paulo: Cadernos Metrópole, n6, pp. 55-83.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAHLINS, Marshal. *O pessimismo sentimental e a etnografia: por que a cultura não é um objeto em extinção*. Mana v. 3 n. 1 Rio de Janeiro abr. 1997.

SASSEM, Saskia *The Global City: New York, London, Tokio*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2001.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul & BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1980.

SINGER, Paul Israel. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SPOSITO, M. P. et al. *Memória do movimento popular de arte do bairro de São Miguel: cultura, arte e educação*. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1987.

SPOSITO, Marília Pontes. *O Povo vai à Escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. *A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade*. São Paulo. Tempo Social n5 pp. 161-178, 1993 (editado em Nov. 1994).

_____. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, nº especial, p. 095-106, 2010.

TEIXEIRA, Alessandra. *Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia; Universidade de São Paulo, 2012.

TELLES, Vera da Silva & CABANES, Robert.. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. *Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 359-373.

_____. ; HIRATA, Daniel. *Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito*. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo. São Paulo: Novos percursos e atores: Sociedade, cultura e política. São Paulo: Editora 34, 2011.

THOMPSON, Edward P. *Tradicion, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la*

sociedade pré-industrial. Barcelona: Crítica, 1977.

TOMIZAKI, K. *Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111, p. 427-346, abr-jun. 2010.

_____. *Da militância ao militantismo: a trajetória de um politólogo*. Entrevista com Bernard Pudal. Pro-Posições, 2009, vol; n2, PP; 129-38.

TORRES, H. *A fronteira paulistana*. In: Marques, E.; Torres, H. (Org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade. São Paulo: Editora Senac, 2005.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

_____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008.

VAN VELSES, Jaap. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VELHO, Gilberto. *Ideologia e imagem da sociedade*. In: *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VELHO, Otavio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.

VIDAL, Dominique. *La politique au quartier: rapports sociaux et citoyenneté à Recife*. Paris : Editions de la Maison des Sciences de L'homme, 1998.

VILLELA, Jorge Mattar. *Confiança, autonomia e dependência na política eleitoral no sertão de Pernambuco*. In: STEIL, Carlos Alberto & CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (orgs.) *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WELLER, W. *Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29/mai a 01/ju, UFPE, Recife (PE).

WELLER, W & MOTTA, A. B. *Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica*. Revista Sociedade e Estado – Vol. 25, Nº 2 Maio/Agosto 2010.

WILSON, J. F. O. *Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3 Brasília, jan/jun, 2010. Disponível em: <http://rbcp.unb.br/artigos/rbcp-n3-36.pdf> . Acesso em: 5 de abril de 2011.

WHITE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 2002.